

# A Retomada do Processo de Estruturação do Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre na Primeira Década do Século XXI

Raul Luís Assumpção Bastos (Coord.)  
Alejandro Kuajara Arandia  
André Luiz Leite Chaves  
Bruna Kasprzak Borges  
Irene Maria Sassi Galeazzi  
Míriam De Toni  
Rafael Bassegio Caumo  
Walter Arno Pichler

ISBN 978-85-7173-113-4

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**  
**FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA**  
Siegfried Emanuel Heuser

**A RETOMADA DO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO  
DO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE NA  
PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI**

Raul Luís Assumpção Bastos (Coord.)  
Alejandro Kuajara Arandia  
André Luiz Leite Chaves  
Bruna Kasprzak Borges  
Irene Maria Sassi Galeazzi  
Míriam De Toni  
Rafael Bassegio Caumo  
Walter Arno Pichler

Porto Alegre, 2013



GOVERNO DO ESTADO

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**  
**FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser**

CONSELHO DE PLANEJAMENTO: Adalmir Antonio Marquetti (Presidente), André F. Nunes de Nunes, Angelino Gomes Soares Neto, Julio César Ferraza, Fernando Ferrari Filho, Ricardo Franzói e Leonardo Ely Schreiner.

CONSELHO CURADOR: Luciano Feltrin, Olavo Cesar Dias Monteiro e Gêrson Péricles Tavares Doyll.

DIRETORIA

**PRESIDENTE:** ADALMIR ANTONIO MARQUETTI

**DIRETOR TÉCNICO:** ANDRÉ LUIS FORTI SCHERER

**DIRETOR ADMINISTRATIVO:** ROBERTO PEREIRA DA ROCHA

CENTROS

**ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS:** Renato Antonio Dal Maso

**PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO:** Dulce Helena Vergara

**INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS:** Juarez Meneghetti

**INFORMÁTICA:** Valter Helmuth Goldberg Junior

**DOCUMENTAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES:** Tânia Leopoldina P. Angst

**RECURSOS:** Maria Aparecida R. Forni

R438

A retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre na primeira década do século XXI / coordenação de Raul Luís Assumpção Bastos. - Porto Alegre : FEE, 2013.  
230 p. : il.

ISBN 978-85-7173-113-4

1. Mercado de trabalho - Região Metropolitana de Porto Alegre. 2. Emprego - Região Metropolitana de Porto Alegre. 3. Salário - Região Metropolitana de Porto Alegre. I. Bastos, Raul Luís Assumpção. II. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Heuser.

CDU 331.5(816.5-21)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

Tiragem: 500 exemplares.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores

Composição, diagramação e arte final: Jadir Vieira Espinosa e Susana Kerschner.

Revisão bibliográfica: Tamini Farias Nicoletti.

Capa: Israel Cefrin.

Toda a correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser (FEE)

Rua Duque de Caxias, 1691 — Porto Alegre, RS — CEP 90010-283

E-mail: biblioteca@fee.tche.br Site: www.fee.rs.gov.br

# Sumário

Apresentação .....	5
Evolução do emprego formal na Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1999-2010 — <b>Alejandro Kuajara Arandia</b> .....	11
Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre na primeira década do século XXI: tendências e características — <b>Raul Luís Assumpção Bastos</b> .....	33
Evolução do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1993-2010 sob a perspectiva do trabalho decente — <b>Miriam De Toni</b> .....	61
Tendências no tempo de permanência no emprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (2001-10) — <b>Bruna Kasprzak Borges, Rafael Bassegio Caumo e Walter Arno Pichler</b> .....	109
Mudanças no padrão de desigualdade de gênero em um contexto de crescimento econômico — <b>Irene Maria Sassi Galeazzi</b> .....	129
Evolução da distribuição da renda familiar <i>per capita</i> na Região Metropolitana de Porto Alegre de 2001 a 2010 — <b>André Luiz Leite Chaves</b> .....	153
Piso salarial regional: o caso do Rio Grande do Sul — <b>Walter Arno Pichler</b> .....	185
Uma análise exploratória da desigualdade salarial em categorias selecionadas de trabalhadores da Região Metropolitana de Porto Alegre: 2001-10 — <b>Raul Luís Assumpção Bastos</b> .....	201



# Apresentação

Este livro é resultado do Projeto de Pesquisa **A Retomada do Processo de Estruturação do Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre na Primeira Década do Século XXI**, o qual se originou de trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do Núcleo de Análise Socioeconômica e Estatística (NASEE) do Centro de Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (CPED-RMPA). O NASEE tem, dentre outras, a atribuição de realizar o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho da RMPA, bem como a de elaborar estudos a respeito das características estruturais e das mudanças que estão ocorrendo nesse mercado.

Na elaboração do Projeto de Pesquisa, assumiu-se que o mercado de trabalho brasileiro, assim como o regional, caracteriza-se historicamente pela heterogeneidade, pois parte importante da sua estrutura ocupacional é constituída de assalariados sem registros formais, trabalhadores autônomos e empregados domésticos. Não obstante isso, no período que se estendeu dos anos 50 aos anos 70 do século XX, sob a vigência do modelo de substituição de importações, a economia teve uma capacidade razoável de geração de emprego assalariado, e o mercado de trabalho experimentou uma fase de estruturação, ainda que sem eliminar a sua heterogeneidade. Essa característica manteve-se por diversos motivos: o rápido crescimento demográfico, o processo de migração rural-urbana e as dificuldades de organização de um Estado de Bem-Estar social foram fatores que limitaram a possibilidade de estruturação do mercado de trabalho brasileiro.

Na última década do século XX, ocorreram mudanças relevantes na economia do País e na regional, com a ruptura do modelo de substituição de importações, cujos impactos sobre os mercados de trabalho urbanos foram significativos. Assim, os processos de abertura comercial, de reestruturação produtiva e de privatizações, em um ambiente em que predominaram baixas taxas de crescimento econômico, trouxeram consigo uma fase de desestruturação do mercado de trabalho tanto no plano nacional quanto no regional. Esta pode ser apreendida pela estagnação na capacidade de geração de empregos com registros formais, pela destruição de emprego no âmbito do setor secundário da economia — particularmente na indústria de transformação — e pela elevação do desemprego. Tal processo de deterioração dos mercados de trabalho urbanos do País e da região foi, não por acaso, apropriadamente associado à noção de precarização do trabalho.

De modo distinto, na primeira década do século XXI, o mercado de trabalho regional retomou um movimento de estruturação, fenômeno este que, dada a relevância para a melhoria das condições de trabalho e de vida da

população trabalhadora, foi tomado com referência organizadora do Projeto de Pesquisa em questão. De fato, em um ambiente macroeconômico mais promissor em termos de taxas de crescimento do produto, particularmente no período que se estendeu de 2004 a 2008 e em 2010, foi ampliada a geração de oportunidades ocupacionais na RMPA, o que permitiu que o desemprego atingisse o menor patamar da série histórica da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), no último ano do decênio. Nesse contexto, houve um vigoroso processo de geração de empregos com registros formais, o que contribuiu decisivamente para a estruturação do mercado de trabalho: todo o acréscimo do nível ocupacional na RMPA, ao se comparar 2001 e 2010, foi devido ao crescimento do emprego com carteira de trabalho assinada no setor privado e ao emprego no setor público — ou seja, trata-se de assalariados que têm acesso a direitos e garantias legais, os quais estão cobertos pelo sistema de proteção social.

Todavia, não obstante os avanços registrados, permanecem situações de precariedade de inserção laboral e desigualdades, configurando movimentos contraditórios que demandam investigação. Com base nessa percepção, foram propostas diversas questões para estudo neste Projeto de Pesquisa, as quais podem ser sintetizadas conforme segue.

- a) A geração de **empregos com registros formais** na primeira década do século XXI — por si mesma, um aspecto crucial para o mercado de trabalho metropolitano — pode ser tomada, necessariamente, como uma comprovação de melhora na qualidade do emprego regional?
- b) A redução do **desemprego** no período implicou mudanças substantivas em sua composição, em diferentes dimensões — tipo, duração e características sociodemográficas —, assim como na intensidade do uso das diversas fontes de sobrevivência por aqueles que procuravam trabalho?
- c) Tendo como referência a **Agenda de Trabalho Decente**, proposta pela **Organização Internacional do Trabalho** (OIT), como evoluiu o mercado de trabalho regional no período em foco, segundo diferentes recortes — ocupação, desemprego, rendimentos e proteção social, desagregados por idade, sexo e raça/etnia —, e quais os déficits de trabalho decente que ainda persistem?
- d) Ao analisar a relação de emprego no mercado de trabalho regional, qual foi o comportamento do **tempo de permanência no emprego** dos trabalhadores do setor privado no primeiro decênio do século XXI? Caso tenha havido uma tendência de maior estabilidade da relação de emprego, que fatores poderiam explicá-la?

- e) Como evoluíram as **desigualdades de gênero** no mercado de trabalho regional, no período em análise, segundo a inserção ocupacional, o desemprego e os rendimentos?
- f) Ocorreram mudanças na **distribuição da renda familiar** na região, no período em análise? Em caso afirmativo, o que essas mudanças apontam e que fatores as determinaram?
- g) Como evoluiu a **desigualdade salarial** em categorias selecionadas de trabalhadores da RMPA, no período 2001-10? Esta questão necessitava ser proposta, seja pelo fato de a acentuada desigualdade de rendimentos do trabalho ser uma característica distintiva do mercado de trabalho brasileiro, seja porque, no período, foi instituída uma forma de regulação dos salários, a Lei Estadual dos Pisos Salariais, que, ao incidir sobre a desigualdade salarial, criava a expectativa de reduzi-la.

Com o propósito de enfrentar esse elenco de questões, foram elaborados oito estudos pelos pesquisadores do CPED-RMPA, no âmbito desse Projeto de Pesquisa.

O trabalho de Alejandro Kuajara Arandia **Evolução do emprego formal na Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1999-2010** apresenta, na sua primeira parte, um panorama do mercado de trabalho da Região, tentando apreender os efeitos positivos do desempenho macroeconômico sobre a capacidade de geração de postos de trabalho. Quando necessário, o autor coteja o contexto de expansão de empregos protegidos (1999-10) com outro, de contração na geração de empregos formais (1993-98). Também para efeitos da análise, ele toma como referência para o estudo dos anos 2000 o ano de 1999, o que possibilita captar os efeitos da mudança da política cambial, com a desvalorização do real. A partir daí, é observada uma melhora na capacidade da economia de criar oportunidades de trabalho com registros formais. Já a segunda parte se preocupa com o tipo de ocupação que foi gerada, isto é, com a qualidade dos postos de trabalho que foram criados no período que foi objeto de investigação.

No estudo **Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre na primeira década do século XXI: tendências e características**, Raul Luís Assumpção Bastos identifica e interpreta as tendências gerais do desemprego quanto à incidência, ao tipo e à duração; logo após, explora evidências sobre as fontes de sobrevivência dos desempregados; posteriormente, analisa-o segundo características sociodemográficas. De acordo com as evidências expostas no trabalho, houve um importante processo de redução do desemprego na RMPA no período, para o qual concorreu o melhor desempenho macroeconômico, com ênfase na segunda metade da década, à exceção de 2009. Nesse contexto, a capacidade de geração de oportunidades ocupacionais foi superior ao crescimento da População



Economicamente Ativa (PEA), o que ocasionou uma diminuição substantiva dos níveis de desemprego.

O estudo de Míriam De Toni, **Evolução do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1993-2010 sob a perspectiva do trabalho decente**, analisa as condições do mercado de trabalho da RMPA na primeira década do século XXI, tomando o conceito de trabalho decente, desenvolvido pela OIT em 1999, como referencial para a investigação. O exame dos dados levou em consideração os principais indicadores de trabalho decente, desagregados por sexo, idade e raça/etnia (taxa de participação, nível de ocupação, jornada de trabalho, tempo de permanência no trabalho, desemprego, informalidade/precariedade, rendimentos, contribuição à Previdência Social e trabalho infante-juvenil). Os resultados indicam deterioração do trabalho nos anos 90 e avanços na promoção do trabalho decente nos anos 2000, persistindo, no entanto, importantes déficits de trabalho decente, o que demanda ações com vistas a superar as desigualdades e a precariedade ainda presentes no mercado de trabalho regional.

O trabalho **Tendências no tempo de permanência no emprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (2001-10)**, de Bruna Kasprzak Borges, Rafael Bassegio Caumo e Walter Arno Pichler, tem por objetivo analisar a trajetória do tempo de permanência no emprego no setor privado da RMPA. O estudo apresenta, inicialmente, uma visão geral do tempo de permanência entre o total de ocupados e, depois, particularmente, examina o grupo dos assalariados do setor privado por setores de atividade econômica, grupos de idade, nível de escolaridade e, finalmente, grupos de renda. O texto conclui que os vínculos dos trabalhadores com seus empregos continuam frágeis na RMPA e no Brasil, a despeito da tendência de aumento da duração do emprego na década em estudo.

Tendo como foco as dimensões que tematizam a inserção feminina na sociedade e, em particular, no mercado de trabalho, o estudo **Mudanças no padrão de desigualdade de gênero em um contexto de crescimento econômico**, de Irene Maria Sassi Galeazzi, examina a inserção laboral feminina sob a premissa de que à maior estruturação do mercado de trabalho poderia corresponder uma redução dos níveis de desigualdade de gênero. Para tanto, a autora busca identificar a redução ou a superação do padrão de desigualdade expresso nos principais indicadores do mercado laboral, através do uso da diferença relativa entre os valores calculados para homens e para mulheres. Os resultados do estudo revelam alguns avanços importantes, especialmente no que tange à redução do diferencial da taxa de ocupação e do diferencial de rendimentos entre homens e mulheres. No entanto, o contexto mais virtuoso, que marcou o período analisado, não foi capaz de garantir uma efetiva promoção da equidade de gênero no espaço laboral, haja vista a permanência de níveis ainda elevados de desigualdade,

especialmente expressos nas taxas de desemprego, no tempo médio de permanência na ocupação e, inclusive, nos rendimentos.

No estudo de André Luiz Leite Chaves, **Evolução da distribuição da renda familiar *per capita* na Região Metropolitana de Porto Alegre de 2001 a 2010**, inicialmente são discutidos problemas metodológicos relacionados com a mensuração da progressividade ou regressividade de uma parcela da renda, ou seja, da sua contribuição para reduzir ou acentuar a desigualdade da distribuição da renda. Em seguida, são utilizados os dados da PED-RMPA de 2001 a 2010, para analisar a distribuição do rendimento familiar *per capita* na RMPA, verificando como a renda dos ocupados, a remuneração dos inativos, a subsistência dos desempregados e outras parcelas do rendimento afetaram a desigualdade de renda na RMPA. Finalmente, o autor analisa a contribuição dessas parcelas para a redução do Coeficiente de Gini da distribuição do rendimento familiar *per capita* na RMPA entre 2001 e 2010. Ele verifica que cerca de 50% dessa redução no Coeficiente de Gini está associada a modificações na renda dos ocupados. Outra conclusão é a de que as aposentadorias e as pensões oficiais foram regressivas no período 2001 a 2006, ainda que as alterações ocorridas nos últimos anos tenham contribuído para a redução do Coeficiente de Gini.

O trabalho de Walter Arno Pichler, **Piso Salarial Regional: o caso do Rio Grande do Sul**, tem por objetivo discutir a função dos pisos salariais regionais, instrumento de política pública instituído no Brasil no início dos anos 2000. Esse é um tema relativamente pouco estudado no País, a despeito da relevância que pode assumir na elevação da qualidade de vida das camadas mais pobres da população. O Rio Grande do Sul é um dos poucos estados em que essa instituição do mercado de trabalho foi introduzida e constitui, por isso mesmo, um local privilegiado para se analisar o tema. A primeira parte do texto apresenta uma breve revisão da literatura sobre o assunto, destacando o papel que o salário mínimo (e os pisos regionais) pode desempenhar na redução das desigualdades. A segunda está focada nos pisos salariais regionais no Brasil e, em particular, sobre as suas características e evolução no Estado.

Por fim, em **Uma análise exploratória da desigualdade salarial em categorias selecionadas de trabalhadores da Região Metropolitana de Porto Alegre: 2001-10**, Raul Luís Assumpção Bastos estuda a desigualdade salarial nas categorias de trabalhadores das indústrias metal-mecânica, de vestuário, artefatos de tecidos e calçados, do comércio e dos empregados domésticos, todas incluídas na Lei dos Pisos Salariais do Rio Grande do Sul. O autor assume que essa norma de regulação dos salários incide fundamentalmente sobre os trabalhadores com registros formais, com o que a análise da desigualdade salarial é circunscrita aos empregados com carteira de trabalho assinada. No estudo, são encontradas indicações de associação entre a desigualdade salarial e o Piso Salarial instituído pela Lei

em três das categorias pesquisadas, sendo exceção a dos trabalhadores da indústria metal-mecânica.

A principal base de dados, os conceitos e os indicadores para o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa tiveram como referência a PED-RMPA. Esta se constitui em uma pesquisa domiciliar que tem como objetivo conhecer e acompanhar a situação do mercado de trabalho regional através de levantamento sistemático, com periodicidade mensal, em uma amostra de cerca de 2.500 unidades domiciliares/mês, investigando dados sobre emprego, desemprego e rendimentos da PEA.

A PED-RMPA integra o sistema nacional de pesquisas regionais que acompanha a evolução dos principais indicadores dos mercados de trabalho metropolitanos do País. Em Porto Alegre, é executada pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Heuser (FEE), em convênio celebrado com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego/Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Os estudos desta publicação beneficiaram-se sobremaneira das discussões que foram realizadas durante a execução do Projeto de Pesquisa, o que contribuiu para que os autores tivessem condições de aprimorá-los ao longo da sua elaboração.

Os autores agradecem o apoio recebido em diferentes etapas dos seus trabalhos às Supervisoras do CPED-RMPA Dulce Helena Vergara e Ana Paula Queiroz Sperotto, às Estatísticas Patrícia Klaser Biasoli e Letícia Herrmann, e aos programadores da base de dados da PED-RMPA Romeu Luiz Knob e Valter Helmuth Goldberg Júnior. Agradecem ainda a assistência dos estagiários Mauro Lacerda e Gustavo Thomas e dos bolsistas de iniciação científica da FAPERGS Daniel Bryk Silveira e Franciele Cristina Baum Daltrozo.

O Projeto de Pesquisa a partir do qual esta publicação foi gerada contou com apoio financeiro da FAPERGS, por meio do Edital n. 02/2011 - Programa Pesquisador Gaúcho, instituição para a qual se expressa gratidão e reconhecimento.

**Os Autores**

# **Evolução do emprego formal na Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1999-2010**

*Alejandro Kuajara Arandia*

*Economista, Pesquisador da FEE*

## **1 Introdução**

Considerando-se o mercado de trabalho no Brasil, verifica-se que enquanto a década de 90 foi marcada pelo crescimento do desemprego e da informalidade, que atingiu parcela significativa da População Economicamente Ativa (PEA), o período 1999-2010 apresenta uma inflexão na sua dinâmica. O ritmo de geração de novas ocupações se expandiu, o contingente de trabalhadores com carteira assinada apresentou elevação expressiva, a taxa de formalização reverteu a tendência negativa e a taxa de desemprego diminuiu sistematicamente. Esse conjunto de fatores indica uma melhora significativa do mercado de trabalho nos primeiros 10 anos deste século, contrapondo-se à precarização do trabalho que marcou a década de 90<sup>1</sup>.

O mau desempenho do mercado de trabalho na década de 90 decorreu, principalmente, das mudanças no plano econômico e do processo de reestruturação produtiva. A implementação do Plano Real que trouxe, como aspecto positivo, a estabilidade dos preços, num primeiro momento sobrevalorizou a moeda nacional, afetando diretamente grande parcela das empresas nacionais que não estavam preparadas para concorrer com o produto importado. O aumento da concorrência, na época, resultou na eliminação de grande número de empresas ou na introdução de mudanças no seu processo produtivo e de trabalho, tendo como resultado forte destruição de postos de trabalho.

De acordo com A. Moretto e J. D. Krein (2005, p. 3), ao analisar o período da década de 90,

[...] a abertura econômica trouxe para o mercado interno uma concorrência mordaz, em que as empresas buscaram manter níveis de preços e de produtividade compatíveis com aqueles

---

<sup>1</sup> Sobre a precarização do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) nos anos 90, ver Toni (2006).

do mercado internacional, em um contexto de valorização cambial e de altas taxas de juros. Fez, também, com que as empresas — tanto nacionais como transnacionais — passassem por uma reorganização produtiva, por meio da introdução de inovações tecnológicas e organizacionais.

Essa reestruturação produtiva engendrou um processo de racionalização de custos e de modernização de segmentos econômicos, com consequências deletérias para o mercado de trabalho (DEDECCA, 1998). Para Baltar (2003), a reestruturação produtiva foi inequivocamente induzida pela política econômica e pelas reformas estruturais que aconteceram, levando ao enxugamento do número dos empregados, especialmente das grandes empresas, com destaque para o setor industrial.

A desvalorização do real, ocorrida no início de 1999, associada ao abrandamento do processo de reestruturação produtiva das empresas recuperou a capacidade do setor produtivo. A partir daí observa-se uma melhoria na capacidade da economia brasileira de gerar oportunidades de emprego, constatando-se que o ritmo de crescimento da ocupação, comparativamente ao da década dos 90, melhorou significativamente no período 1999-2010, influenciado pelo contexto de bom desempenho do Produto Interno Bruto da economia.

Nesse sentido, estudo realizado por Pochmann (1999) aponta que um dos efeitos do crescimento econômico sustentado se relaciona com o aumento das ocupações organizadas em maior proporção do que as não organizadas, indicando que o ritmo de crescimento da economia, caso se sustentasse por um bom período, poderia contribuir para a reversão da trajetória de desestruturação do mercado de trabalho que se observou na década de 1990.

Assim, o panorama atual do mercado de trabalho no País, tendo como pano de fundo o movimento favorável do crescimento econômico durante os primeiros anos do novo século, permite tecer a hipótese de que uma dinâmica de crescimento positivo da economia levaria a uma trajetória de estruturação do mercado de trabalho, tendo como principal consequência o aumento das ocupações protegidas ou com carteira de trabalho assinada, ao longo desse período.

Saliente-se que desde o ano de 2002 tanto o Brasil quanto o Rio Grande do Sul (RS) cresceram economicamente a uma taxa média de pouco mais do que 3,0% ao ano. O RS experimentou dois anos de queda (2005 e 2009), enquanto que o Brasil teve apenas uma taxa negativa em 2009.

No caso do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, objeto desse estudo, pode-se observar, com base na Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), que entre 1999 e 2010 houve uma persistente trajetória de crescimento da ocupação e de queda do contingente de desempregados, sendo que o maior responsável por esse resultado foi o aumento dos postos de

trabalho com vínculos formais, em maior proporção do que os com vínculos informais, ou do segmento não organizado.

As informações estatísticas da PED-RMPA, que serão apresentadas ao longo do trabalho, revelam que a ocupação com carteira assinada cresceu a um ritmo superior ao do incremento do produto. Houve um crescimento do emprego mesmo nos anos em que o crescimento econômico foi muito baixo, como ocorreu em 2003. Parecem ocorrer dois movimentos positivos concomitantes: um foi o crescimento da ocupação, ou seja, a ampliação do número de postos de trabalho; o outro foi o de formalização dos vínculos de trabalho. Esse movimento conjunto levou a um expressivo crescimento da ocupação com carteira assinada, tal como captado pelo levantamento da PED-RMPA.

Desse modo, uma análise do mercado de trabalho formal da RMPA no período 1999-2010 revela-se importante devido ao fato de um contingente significativo da mão de obra ter conseguido uma inserção melhor no mercado de trabalho, através de uma relação formalizada, que assegura ao trabalhador os direitos trabalhistas previstos em lei. De outra parte, com a ampliação das oportunidades de ocupação com carteira assinada que a conjuntura favorável de crescimento da economia logrou viabilizar, interessamos saber que tipo de ocupação formal o mercado de trabalho da RMPA está gerando.

O trabalho que ora se apresenta está composto de duas partes, além desta **Introdução**. Na primeira apresenta-se um panorama da evolução e dinâmica do mercado de trabalho da RMPA, utilizando-se os dados apurados pela PED-RMPA, tentando apreender com isso os efeitos positivos da política macroeconômica sobre a capacidade de geração de postos de trabalho na RMPA durante o período 1999-2010. Note-se que, quando for necessário, o contexto de expansão de oportunidades de empregos protegidos (1999-2010) será cotejado com outro, de contração na geração de empregos formais (1993-98). Também, para efeitos da análise, toma-se como referência para o estudo dos anos 2000 o ano de 1999, o que possibilita captar os efeitos da mudança da política cambial, com a desvalorização do real. A partir daí, observa-se uma melhoria na capacidade da economia brasileira de gerar oportunidades de emprego. Já a segunda parte preocupar-se-á com o tipo de ocupação que está sendo gerado, isto é, com a qualidade dos novos postos de trabalho que estão sendo criados.

## 2 Evolução e dinâmica do mercado de trabalho da RMPA

A evolução favorável dos indicadores do mercado de trabalho da RMPA pode ser constatada ao se examinarem as informações da Tabela 1, que mostra que o número de ocupados cresceu praticamente de maneira contínua no período entre 1999 e 2010. A exceção ficou por conta dos anos de 2002 e 2003. Mesmo assim a desaceleração que ocorreu foi tênue, podendo ser identificada como uma relativa estabilidade, pois o índice passou de 102,8% para 101,4% e para 101,0% entre os anos de 2001, 2002 e 2003 respectivamente.

O nível de ocupação apresentou um crescimento de 27,9%, com um acréscimo de 377 mil pessoas ao contingente de ocupados, que passou de 1.349 mil em 1999 para 1.726 mil em 2010.

Tabela 1

Estimativas da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos e taxas de participação e de desemprego total na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1999-2010

ANOS	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA					
	População Economicamente Ativa					
	Total		Ocupados		Desempregados	
	Números Absolutos (2)	Índices (3)	Números Absolutos (2)	Índices (3)	Números Absolutos (2)	Índices (3)
1999	1.665	96,7	1.349	93,9	316	110,5
2000	1.722	100,0	1.436	100,0	286	100,0
2001	1.734	100,7	1.476	102,8	258	90,2
2002	1.719	99,8	1.456	101,4	263	92,0
2003	1.742	101,2	1.451	101,0	291	101,7
2004	1.766	102,6	1.485	103,4	281	98,3
2005	1.777	103,2	1.519	105,8	258	90,2
2006	1.777	103,2	1.523	106,1	254	88,8
2007	1.802	104,6	1.570	109,3	232	81,1
2008	1.878	109,1	1.668	116,2	210	73,4
2009	1.888	109,6	1.678	116,9	210	73,4
2010	1.890	109,8	1.726	120,2	164	57,3

(continua)

Tabela 1

Estimativas da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos e taxas de participação e de desemprego total na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1999-2010

ANOS	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA		TAXAS (%)		POPULAÇÃO TÓTAL (1)
	Inativos Maiores de 10 Anos		Participação (PEA/PIA)	Desemprego Total (DES/PEA)	
	Números absolutos (2)	Índices (3)			
1999	1.190	98,9	58,3	19,0	3.422
2000	1.203	100,0	58,9	16,6	3.489
2001	1.225	101,8	58,6	14,9	3.527
2002	1.270	105,6	57,5	15,3	3.552
2003	1.266	105,2	57,9	16,7	3.575
2004	1.284	106,7	57,9	15,9	3.598
2005	1.318	109,6	57,4	14,5	3.621
2006	1.352	112,4	56,8	14,3	3.643
2007	1.365	113,5	56,9	12,9	3.663
2008	1.321	109,8	58,7	11,2	3.682
2009	1.362	113,2	58,1	11,1	3.701
2010	1.385	115,1	57,7	8,7	3.720

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Projeções populacionais atualizadas em set./2012.

(1) Estimativas em 1.000 pessoas. (2) Base: média de 2000 = 100.

No que diz respeito à taxa de desemprego verifica-se um descenso acentuado, passando de 19,0% em 1999 para 8,7% em 2010, o que correspondeu à menor taxa atingida desde o começo da Pesquisa, em 1993. O crescimento no contingente de ocupados (377 mil) em número superior aos novos ingressantes da PEA (225 mil) contribuiu sobremaneira para a queda extraordinária da taxa de desemprego no período.

A *performance* positiva do nível ocupacional entre 1999 e 2010 deveu-se principalmente ao desempenho do emprego assalariado, especialmente o emprego assalariado do setor privado. Na Tabela 2, observa-se que, do total de ocupações geradas no período 93,4% referem-se a empregos assalariados tanto no setor privado quanto no público. Do total do emprego assalariado, 85,3% correspondem ao setor privado e, dentro desse segmento, 91,7% correspondem aos com registros formais e apenas 8,3% aos sem registros formais. Ademais, no período supracitado chama atenção o decréscimo do contingente de trabalhadores domésticos e a relativa estabilidade dos autônomos, bem como o lento crescimento dos assalariados sem carteira assinada, podendo se afirmar, em função dessas evidências, que o crescimento havido nos primeiros 10 anos do novo século está tendo como



resultado uma ampliação bem maior do emprego com proteção social no mercado de trabalho da RMPA (Tabela 2).

Tabela 2

Estimativa da ocupação, por posição na ocupação, na RMPA — 1999 e 2010

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1999	2010	VARIÇÃO <sup>2010</sup> / <sub>1999</sub>	
			Absoluta	Relativa
Ocupados .....	1.349	1.726	377	27,9
Assalariados (1) .....	852	1.204	352	41,3
Assalariados do setor público (2) .....	162	211	49	30,2
Assalariados do setor privado .....	690	993	303	43,9
Com carteira assinada .....	571	849	278	48,7
Sem carteira assinada .....	119	144	25	21,0
Autônomos .....	255	256	1	0,4
Empregados domésticos .....	103	96	-7	-6,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Estimativas em 1.000 pessoas.

2. Estimativas atualizadas em set./2012.

(1) Excluem empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (2) Englobam empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc.

Uma boa evidência dessa dinâmica em prol da formalização das ocupações são os resultados estatísticos da Tabela 3. Nela constatamos, examinando os períodos 1993-98, 1999-2007 e 2008-10, que o primeiro período se caracteriza por queda do trabalho assalariado e escassa geração de empregos formais. Em sentido contrário, verifica-se nesse período um aumento expressivo entre os autônomos, empregados domésticos e outros, ou seja, ocupações consideradas mais precárias, isto é, com predominância de relações de trabalho desprotegidas.

Já o segundo período, de 1999-2007, revela um mercado de trabalho mais organizado, mais protegido, inclusive como rebatimento do crescimento econômico verificado nesse intervalo, especialmente a partir de 1999, quando ocorreu a desvalorização do real associada ao arrefecimento da reestruturação produtiva das empresas, o que permitiu que as mesmas iniciassem um processo de recuperação da sua capacidade de produção.

Esse quadro favorável na absorção de trabalhadores fez com que se pudesse captar, através do desempenho dos principais indicadores do mercado de trabalho, que houve, após o ano de 1999, uma inflexão no comportamento desse mercado, com aumento da formalização do vínculo empregatício, maior do que o observado no caso das ocupações informais, ou do segmento não organizado.

Nesse sentido, os dados da Tabela 3, considerando ainda o período 1999-2007, não deixam dúvidas: o número de ocupados, em termos de variação absoluta, foi bem superior para os assalariados com relações de

trabalho protegidas do que para os que não estavam protegidos pela lei. O contingente de empregos formais dos assalariados do setor público passou de uma queda de 23 mil no período 1993-98 para a expressiva cifra de 31 mil empregos entre 1999 e 2007. No segmento dos assalariados do setor privado com carteira assinada o resultado foi ainda melhor, isso porque, enquanto no período 1993-98 o aumento foi de 2 mil, ele passou para 151 mil no período 1999-2007. Pelo ângulo da variação relativa, também a dinâmica de crescimento da formalidade apresentou um crescimento expressivo. Do total de ocupações assalariadas formais, considerando, por um lado, o setor público, passou-se de -12,1% entre 1993 e 1998 para 19,1% entre 1999 e 2007, por outro, considerando-se agora as ocupações assalariadas com carteira assinada do setor privado, passou-se de 0,3% entre 1993 e 1998 para 26,4% entre 1999 e 2007, o que representa um crescimento substancial para o emprego formalizado nesse último período.

Tabela 3

Estimativa da ocupação, por posição na ocupação, na  
RMPA — 1993, 1998, 1999, 2007, 2008 e 2010

(1.000 pessoas)

DISCRIMINAÇÃO	1993	1998	1999	2007	2008	2010
	Ocupados .....	1.254	1.325	1.349	1.570	1.668
Assalariados (1) .....	852	841	852	1.065	1.128	1.204
Assalariados do setor público (2) .....	190	167	162	193	203	211
Assalariados do setor privado ....	662	674	690	871	925	993
Com carteira assinada .....	574	576	571	722	770	849
Sem carteira assinada .....	88	98	119	149	155	144
Autônomos .....	207	242	255	259	271	256
Empregados domésticos .....	76	101	103	105	102	96
Outros (3) .....	119	141	139	141	167	170

DISCRIMINAÇÃO	VARIAÇÕES					
	Absolutas			Relativas (%)		
	1998 1993	2007 1999	2010 2008	1998 1993	2007 1999	2010 2008
Ocupados .....	71	221	58	5,7	16,4	3,5
Assalariados (1) .....	-11	213	76	-1,3	25,0	6,7
Assalariados do setor público (2) .....	-23	31	8	-12,1	19,1	3,9
Assalariados do setor privado ....	12	181	68	1,8	26,2	7,4
Com carteira assinada .....	2	151	79	0,3	26,4	10,3
Sem carteira assinada .....	10	30	-11	11,4	25,2	-7,1
Autônomos .....	35	4	-15	16,9	1,6	-5,5
Empregados domésticos .....	25	2	-6	32,9	1,9	-5,9
Outros (3) .....	22	2	3	18,5	1,4	1,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Exclui empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (2) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, autarquias, etc. (3) Engloba empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc. de negócio familiar, etc.

Ainda através das informações estatísticas da Tabela 3, pode-se verificar que a dinâmica de crescimento do terceiro período de 2008 a 2010 não sofreu um arrefecimento em comparação com o período imediatamente anterior. Isso não obstante, como é sobejamente sabido, a partir de setembro de 2008 a crise financeira global ter se abatido sobre o Brasil e afetado o ritmo de crescimento econômico. Percebe-se, no entanto, que os valores continuam positivos, assinalando, com isso, que, mesmo com a crise econômico-financeira de 2008, essa trajetória positiva de formalização não foi interrompida.

Nesse contexto é preciso salientar que o ano de 2009 foi o pior do período 2008-10, uma vez que foi nesse ano que os impactos negativos da crise financeira, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul (RS), ficaram mais fortes. No que diz respeito ao RS, os dados do PIB gaúcho apurados pela FEE mostram que durante os primeiros 10 anos do novo século o RS passou por dois processos recessivos: em 2005 e em 2009, o primeiro motivado por fatores climáticos (estiagem) e o segundo em decorrência da crise financeira global<sup>2</sup>.

De modo inverso, o ano de 2010 apresentou um desempenho econômico bastante expressivo no País. De fato, a taxa de crescimento do PIB atingiu a marca de 7,5%, o melhor resultado da história recente, em boa parte alicerçada pela demanda interna, ou seja, no consumo das famílias e na recuperação da formação bruta de capital fixo.

Em que pese a menor velocidade no crescimento da economia brasileira, o mercado de trabalho formal da RMPA não perdeu a intensidade de crescimento que vinha tendo no período anterior. Observa-se que o incremento da ocupação assalariada com carteira assinada do setor privado evoluiu de 3,9% em 2008-09 para 6,1% em 2009-10. Em sentido contrário, entre 2008 e 2010 houve perdas entre os assalariados sem carteira assinada, entre os autônomos e empregados domésticos, ou seja, as categorias ocupacionais mais desprotegidas e de inserção precária foram as que apresentaram redução com a desaceleração econômica e seus efeitos negativos sobre o mercado de trabalho.

Em termos de distribuição dos assalariados do setor privado por setor de atividade econômica, verifica-se através dos dados da Tabela 4, que o setor de serviços gerou o maior número de postos de trabalho com carteira assinada no período 1999-2010. Esse setor criou 152 mil empregos com carteira assinada, contra 65 mil do comércio, 44 mil da indústria de transformação e 15 mil da construção civil. Também no mesmo período foi o setor de serviços que mais gerou empregos sem carteira assinada, sendo

---

<sup>2</sup> Para o País como um todo, a deterioração macroeconômica provocada pela crise financeira global iniciou de forma negativa sobre o PIB brasileiro, que passou de 5,2% em 2008 para -0,3% em 2009, fazendo com que o País passasse por um processo recessivo pela primeira vez na década dos anos 2000.

que do total de 26 mil ocupações sem carteira assinada, 21 mil foram nesse setor e 3 mil na construção civil.

No entanto, são os números das variações relativas segundo o setor de atividade econômica que melhor dão conta das mudanças na composição setorial do emprego assalariado no setor privado. Por esse prisma de análise, verificamos que a tendência à formalização se deu com maior intensidade no setor da construção civil, com um crescimento do emprego assalariado com carteira assinada de 62,5%, seguido pelo comércio com 61,3% e pelo setor de serviços com 60,3%, sendo que na indústria de transformação o aumento foi menor (23,3%) no período 1999-2010 (Tabela 4).

Tabela 4

Estimativa do número de empregados com e sem carteira assinada, por setor de atividade econômica, na RMPA — 1999/2010

PERÍODOS E VARIACIONES	COM CARTEIRA ASSINADA				
	Total (1)	Indústria de Transformação	Comércio	Serviços	Construção Civil
1999	571	189	106	252	24
2000	598	203	108	263	22
2001	630	218	113	275	23
2002	630	206	113	287	23
2003	623	200	117	282	23
2004	649	212	126	285	25
2005	700	234	135	306	23
2006	707	230	141	312	24
2007	722	227	146	323	25
2008	770	229	159	353	29
2009	800	216	170	382	32
2010	849	233	171	404	39
Δ% anual 2010/1999	48,7	23,3	61,3	60,3	62,5
PERÍODOS E VARIACIONES	SEM CARTEIRA ASSINADA				
	Total (1)	Indústria de Transformação	Comércio	Serviços	Construção Civil
1999	118	24	22	62	9
2000	130	29	22	68	9
2001	148	31	28	78	10
2002	145	26	27	81	11
2003	131	24	27	70	9
2004	145	29	29	76	10
2005	136	25	28	76	7
2006	143	26	29	79	9
2007	149	30	25	85	9
2008	155	28	27	88	10
2009	141	24	24	81	11
2010	144	24	23	83	12
Δ% anual 2010/1999	22,0	0,0	4,5	33,9	33,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Inclui ocupados em atividade que, pelo reduzido contingente, não permitem a desagregação setorial.

Mesmo com esse robusto crescimento das ocupações assalariadas do setor privado, ao longo do período examinado, verificamos que a intensidade do crescimento não foi uniforme nesse período. Assim, por exemplo, constatamos que a variação anual das ocupações do setor privado com carteira de trabalho assinada apresentou fortes oscilações ao longo do período 1999-2010. Entretanto, com exceção da indústria, os demais setores de atividade econômica evidenciaram crescimento contínuo na sua variação anual a partir de 2005. Já entre os assalariados sem carteira assinada, a descontinuidade do movimento também foi evidente, com o agravante do desempenho ter sido negativo em praticamente todos os setores de atividade, com exceção da construção civil, que gerou oportunidades de emprego de 2007 em diante.

Chama a atenção de imediato que, apesar dos efeitos nocivos da crise financeira mundial sobre o mercado de trabalho, que se manifestaram a partir do ano de 2008, os números não repetiram o baixo desempenho do período 1993-98. Na verdade, o que se observa é que o contingente de novas ocupações continuou significativo no período 2008-10 (Tabela 3).

Com base nessas evidências, podemos argumentar que o acréscimo de 278 mil empregos com carteira assinada no setor privado da RMPA entre 1999 e 2010 está, de alguma maneira, associado às influências positivas do bom desempenho macroeconômico do período.

### **3 A qualidade das ocupações nos anos 2000**

A qualidade do emprego tem um forte impacto no bem-estar dos trabalhadores, o que, por si só, a torna uma questão relevante. De fato, para a maioria das pessoas empregadas, o trabalho ocupa a maior parte do seu tempo disponível, sendo elemento primordial para a satisfação de suas necessidades. Desse modo, melhorar a qualidade do emprego contribui diretamente para o bem-estar dos trabalhadores e de seus familiares, o que pode se manifestar de formas que nem sempre são passíveis de mensuração em termos monetários.

Pela análise dos dados estatísticos da PED-RMPA, constatamos que o crescimento da ocupação ao longo dos anos 2000 se deu, preponderantemente, no emprego formalizado, pois o ritmo de crescimento entre os assalariados com carteira assinada foi bem superior ao verificado entre os sem carteira assinada.

Saliente-se que o crescimento das ocupações assalariadas com carteira assinada tem consequências importantes, porque o registro na carteira de trabalho não é apenas um contrato entre trabalhador e empregador, mas implica também o registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e dá acesso aos benefícios estipulados pela legislação trabalhista brasileira, co-

mo férias anuais, décimo terceiro salário, limitação de horas semanais de trabalho, indenização em caso de demissão, cobertura de seguridade social, FGTS, etc. Portanto, ao gerar ocupações formais em maior proporção do que as outras, o mercado de trabalho está melhorando a qualidade do emprego na RMPA. Outra importante relação entre o trabalho com carteira assinada e a qualidade do emprego é o acesso ao treinamento profissional — os trabalhadores com carteira têm melhores perspectivas em termos de desenvolvimento profissional e de oportunidades futuras de carreira.

Um aspecto que poderia auxiliar na demonstração da melhoria da qualidade das ocupações nos anos 2000 é a análise da dinâmica de crescimento por tamanho das empresas, com auxílio da Tabela 5. Constatamos que o comportamento do assalariamento no setor privado, no período em questão, deu-se preponderantemente a favor dos trabalhadores com carteira assinada. De acordo com os dados estatísticos da PED-RMPA, um número maior de ocupados com carteira assinada foi absorvido pelas vagas abertas nas empresas médias e grandes, com maior porte em termos de número de empregados. Destaca-se, nessas categorias, o crescimento ocupacional nas empresas de 50 a 99 empregados (48,1%), de 100 a 499 empregados (41,8%) e de 500 e mais empregados (40,7%). Em números absolutos, essas empresas contrataram 127 mil pessoas, contra 20 mil absorvidas pelas empresas com até 9 empregados, enquanto os assalariados sem carteira assinada se concentraram mais nas empresas entre 1 e 49 empregados. O fato de a maior parte das ocupações com carteira assinada serem abertas nas empresas médias e grandes em termos de número de empregados sugere uma melhor estruturação e organização do mercado de trabalho, uma vez que, em tese, as empresas médias e grandes *vis-à-vis* às pequenas possuem melhores condições de oferecer empregos de qualidade e de diminuir a persistente deterioração e a inserção precária das ocupações.

Tabela 5

Estimativa de assalariados do setor privado com e sem carteira assinada, por tamanho do negócio ou empresa, na RMPA — 1999 e 2010

TAMANHO DO NEGÓCIO OU EMPRESA	COM CARTEIRA ASSINADA			
	1999	2010	Variação <u>2010</u> 1999	
			Absoluta	Relativa (%)
De 1 a 5 empregados .....	57	65	8	14,0
De 6 a 9 empregados .....	39	51	12	30,8
De 10 a 49 empregados .....	111	185	74	66,7
De 50 a 99 empregados .....	52	77	25	48,1
De 100 a 499 empregados ....	98	139	41	41,8
500 e mais empregados .....	150	211	61	40,7
Não sabem .....	64	121	57	89,1

(continua)

Tabela 5

Estimativa de assalariados do setor privado com e sem carteira assinada, por tamanho do negócio ou empresa, na RMPA — 1999 e 2010

(1.000 pessoas)

TAMANHO DO NEGÓCIO OU EMPRESA	SEM CARTEIRA ASSINADA			
	1999	2010	Variação <u>2010</u> <u>1999</u>	
			Absoluta	Relativa (%)
De 1 a 5 empregados .....	44	43	-1	-2,3
De 6 a 9 empregados .....	16	17	1	6,3
De 10 a 49 empregados .....	26	35	9	34,6
De 50 a 99 empregados .....	5	6	1	20,0
De 100 a 499 empregados ...	7	8	1	14,3
500 e mais empregados .....	5	8	3	60,0
Não sabem .....	16	27	11	68,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Estimativas em 1.000 pessoas.

Saliente-se que essa trajetória positiva foi afetada pela crise financeira de 2008 (Tabela 6). No que diz respeito às empresas de grande porte, entre 500 e mais empregados, a crise interrompeu a trajetória de crescimento do emprego com carteira de trabalho assinada, dado que este diminuiu 8,3% entre 2008 e 2010. Na verdade, durante a crise, especialmente nos dois primeiros anos, o impacto negativo se deu de maneira diferenciada. Por um lado, no segmento assalariado do setor privado com carteira assinada, a dinâmica de crescimento das ocupações foi positiva nas empresas que tinham entre 10 e 499 empregados, mas houve retração nas empresas com 500 e mais empregados. Por outro lado, no segmento dos assalariados sem carteira, o impacto foi negativo em empresas de praticamente todos os portes, pois desde as pequenas até as grandes eliminaram postos de trabalho.

Tabela 6

Estimativa de assalariados do setor privado com e sem carteira assinada, por tamanho do negócio ou empresa, na RMPA — 1999, 2007, 2008 e 2010

(1.000 pessoas)

TAMANHO DO NEGÓCIO OU EMPRESA	COM CARTEIRA ASSINADA							
	Anos				Variações			
	1999	2007	2008	2010	Absoluta		Relativa (%)	
					<u>2007</u> <u>1999</u>	<u>2010</u> <u>2008</u>	<u>2007</u> <u>1999</u>	<u>2010</u> <u>2008</u>
1 a 5 empregados .....	57	65	65	65	8	0	14,0	0,0
6 a 9 empregados .....	39	43	52	51	4	-1	10,3	-1,9
10 a 49 empregados .....	111	156	174	185	45	11	40,5	6,3
50 a 99 empregados .....	52	63	67	77	11	10	21,2	14,9
100 a 499 empregados .....	98	125	131	139	27	8	27,6	6,1
500 e mais empregados .....	150	213	230	211	63	-19	42,0	-8,3
Não sabem .....	64	95	98	121	31	23	48,4	23,5

(continua)

Tabela 6

Estimativa de assalariados do setor privado com e sem carteira assinada, por tamanho do negócio ou empresa, na RMPA — 1999, 2007, 2008 e 2010

(1.000 pessoas)

TAMANHO DO NEGÓCIO OU EMPRESA	SEM CARTEIRA ASSINADA							
	Anos				Variações			
	1999	2007	2008	2010	Absoluta		Relativa (%)	
					2007 1999	2010 2008	2007 1999	2010 2008
1 a 5 empregados .....	44	47	54	43	3	-11	6,8	-20,4
6 a 9 empregados .....	16	19	20	17	3	-3	18,8	-15,0
10 a 49 empregados .....	26	35	37	35	9	-2	34,6	-5,4
50 a 99 empregados .....	5	7	7	6	2	-1	40,0	-14,3
100 a 499 empregados .....	7	10	8	8	3	0	42,9	0,0
500 e mais empregados .....	5	12	12	8	7	-4	140,0	-33,3
Não sabem .....	16	27	27	27	11	0	68,8	0,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Estimativa em 1.000 pessoas.

Dando continuidade à análise sobre a qualidade do emprego, outro indicador importante é a contribuição para a Previdência Social, que possibilita aferir o grau de proteção social dos trabalhadores.

Assim, ao examinar o comportamento da taxa média de crescimento anual dos ocupados por posição na ocupação, segundo condição de contribuição previdenciária, verificamos que a taxa daqueles que contribuem para a Previdência Social mais do que dobrou, considerando-se o período 1999-2010 contra o 1993-99 (Tabela 7). Nessa base comparativa, a taxa média de crescimento entre os assalariados do setor privado com carteira assinada foi muito expressiva (4,3% ao ano), enquanto no período anterior o crescimento médio era negativo (-0,1% ao ano). Entre os assalariados do setor público, estatutários e não estatutários, o movimento da taxa média de crescimento também foi significativo, especialmente entre os não estatutários, passando de um decréscimo de 7,3% ao ano entre 1993 e 1999 para um aumento de 3,5% ao ano de 1999 a 2010. De outra parte, a dinâmica de crescimento no contingente assalariado do setor privado sem carteira sofreu uma forte desaceleração: a taxa média de crescimento que atingia a marca de 7,6% ao ano entre 1993 e 1999, caiu para 3,3% ao ano entre 1999 e 2010.

A maior formalização igualmente se observa nas outras categorias ocupacionais entre os dois períodos em foco. Assim, evoluiu positivamente para os autônomos (de -0,4% para 1,6% ao ano), empregadores (de 1,5% para 4,4% ao ano), profissionais universitários autônomos (de 5,3% para 7,7% ao ano) e donos de negócio familiar (de -1,9% para 2,3% ao ano). Em sentido contrário, os empregados domésticos foram a única categoria ocupacional que apresentou uma redução na taxa média de crescimento anual,



passando da expressiva cifra de 7,3% para 0,5% ao ano nessa base comparativa (Tabela 7).

Todavia, com base na Tabela 7, podemos verificar que ainda era elevada a parcela de trabalhadores que não contribuía para a Previdência Social: em 2010 esse segmento perfazia 23,1% do total de ocupados, ou seja, um contingente expressivo de pessoas ainda permanecia excluído do sistema de proteção social na RMPA.

Vale ainda indagar se a elevação das ocupações com carteira de trabalho assinada foi acompanhada de uma melhoria salarial. Desse modo, debruçando-nos sobre a distribuição dos assalariados segundo faixas de remuneração média em salários mínimos, verificamos que, entre 1999 e 2010, variações positivas para os assalariados do setor privado, localizaram-se nas faixas de remuneração média de 1 a menos de 2 salários mínimos.

Tabela 7

Taxa de crescimento anual dos ocupados por posição na ocupação, segundo condição de contribuição previdenciária, na RMPA — 1993-99 e 1999-2010

DISCRIMINAÇÃO	CRESCIMENTO ANUAL		PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE OCUPADOS EM 2010 (%)
	1993-99	1999-2010	
<b>Ocupados</b>	1,2	2,9	100,0
Contribuem para a Previdência .....	-0,1	3,7	76,9
Assalariados do setor privado com carteira .....	-0,1	4,3	49,2
Assalariados do setor privado sem carteira .....	7,6	3,3	1,1
Assalariados do setor público estatutários .....	0,5	2,3	6,5
Assalariados do setor público não estatutários .....	-7,3	3,5	4,4
Empregados domésticos .....	7,3	0,5	3,0
Autônomos .....	-0,4	1,6	5,0
Empregadores .....	1,5	4,4	4,0
Profissional universitário autônomo .....	5,3	7,7	1,8
Dono de negócio familiar .....	-1,9	2,3	1,7
Outros .....	(1)-	(1)-	(1)-
Não contribuem para a Previdência .....	5,0	0,7	23,1
Assalariados do setor privado sem carteira .....	4,7	2,4	7,3
Assalariados do setor público não estatutários .....	4,1	5,0	1,3
Empregados domésticos .....	3,3	-0,7	2,5
Autônomos .....	5,6	0,3	9,8
Empregadores .....	8,1	0,0	0,4
Profissional universitário autônomo .....	(1)-	3,8	0,5
Dono de negócio familiar .....	4,3	-1,6	0,8
Trabalhador familiar sem remuneração .....	5,3	-8,0	0,3
Outros .....	(1)-	(1)-	(1)-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Essa afirmação pode ser corroborada através da análise da Tabela 8, que mostra a evolução das estimativas de assalariados do setor privado com e sem carteira assinada nos anos de 1999 e 2010. No que diz respeito à evolução dos assalariados com carteira assinada, verificamos que o crescimento do contingente dos ocupados se deu exclusivamente nas faixas compreendidas entre 1 e menos de 2 salários mínimos, sendo que, do total dos novos trabalhadores com carteira, 414 mil recebiam como remuneração de 1 a menos de 2 salários mínimos. Nessa mesma base comparativa, o aumento das ocupações assalariadas sem carteira assinada se concentrou nas faixas de rendimentos inferiores a 2 salários mínimos.

Tabela 8

Estimativa de assalariados do setor privado com e sem carteira assinada, segundo faixas de remuneração média, em salários mínimos (SMs), na RMPA — 1999 e 2010

FAIXAS DE REMUNERAÇÃO (SMs)	(1.000 pessoas)					
	COM CARTEIRA ASSINADA			SEM CARTEIRA ASSINADA		
	2010	Variações <sup>2010</sup> 1999		2010	Variações <sup>2010</sup> 1999	
		Absoluta	Relativa (%)		Absoluta	Relativa (%)
<b>Total</b> .....	849	278	48,7	144	25	21,0
Menos de 1 .....	15	12	400,0	31	24	342,9
De 1 a menos de 2 ...	552	414	300,0	88	38	76,0
De 2 a menos de 3 ...	151	-8	-5,0	14	-16	-53,3
De 3 a menos de 4 ...	57	-33	-36,7	(1)-	-	-
De 4 a menos de 5 ...	21	-29	-58,0	(1)-	-	-
De 5 a menos de 7 ...	24	-38	-61,3	(1)-	-	-
De 7 a menos de 10 .	19	-13	-40,6	(1)-	-	-
De 10 a menos de 15	6	-15	-71,4	(1)-	-	-
De 15 a menos de 20	(1)-	-	-	(1)-	-	-
Mais de 20 .....	(1)-	-	-	(1)-	-	-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Estimativas em 1.000 pessoas.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Considerando-se estritamente a distribuição dos assalariados do setor privado com carteira assinada segundo faixas de remuneração média em salários mínimos, observa-se uma concentração maior nas faixas de menor rendimento, registrando-se uma tendência de crescimento anual apenas para a faixa compreendida de 1 a menos de 2 salários mínimos. As demais faixas de remuneração média reduziram sua participação ao longo do período 1999 a 2010 (Tabela 9).

Tabela 9

Distribuição dos assalariados do setor privado com carteira assinada, segundo faixas de remuneração média, em salários mínimos (SMs), na RMPA — 1999-2010

FAIXAS DE REMUNERAÇÃO MÉDIA (SMs)	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>Total</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 1 .....	(1)-	0,8	0,8	1,0	1,1	0,9
De 1 a menos de 2 .....	24,2	27,9	33,3	34,3	38,9	40,7
De 2 a menos de 3 .....	27,8	27,0	25,5	25,5	26,9	26,0
De 3 a menos de 4 .....	15,7	15,1	15,3	14,1	11,9	13,3
De 4 a menos de 5 .....	8,7	7,4	6,8	7,6	6,6	5,7
De 5 a menos de 7 .....	10,9	10,1	8,7	8,2	7,2	6,4
De 7 a menos de 10 .....	5,6	5,6	4,2	3,9	3,2	3,2
De 10 a menos de 15 .....	3,7	3,4	2,9	3,1	2,5	2,2
De 15 a menos de 20 .....	1,4	1,2	1,4	1,3	1,0	1,0
Mais de 20 .....	1,4	1,5	1,1	1,0	0,7	(1)-

FAIXAS DE REMUNERAÇÃO MÉDIA (SMs)	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Total</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 1 .....	0,9	1,7	1,3	1,8	2,5	1,8
De 1 a menos de 2 .....	43,5	49,0	54,0	58,3	60,0	65,0
De 2 a menos de 3 .....	25,2	25,9	23,7	20,2	18,0	17,7
De 3 a menos de 4 .....	12,6	9,0	9,0	8,2	8,3	6,7
De 4 a menos de 5 .....	5,7	5,1	3,4	4,1	4,0	2,5
De 5 a menos de 7 .....	6,4	4,7	4,0	3,1	3,5	2,8
De 7 a menos de 10 .....	2,6	2,2	2,3	2,5	1,9	2,2
De 10 a menos de 15 .....	1,8	1,7	1,5	1,3	1,3	0,8
De 15 a menos de 20 .....	0,8	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Mais de 20 .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Diante dessa realidade salarial do setor privado da RMPA, aferida pelo critério de números de salários mínimos verifica-se uma tendência e, de certo modo em contraposição à evolução favorável do emprego no período em foco, constata-se que a maior parte das ocupações com carteira assinada se situou nas faixas de rendimento mais baixo, de 1 a menos de 2 salários mínimos. Esse resultado está possivelmente associado à maior ampliação do emprego assalariado nos setores do comércio, dos serviços e da construção civil, cujas remunerações são geralmente mais baixas do que na indústria de transformação. Contudo, é preciso salientar que se, por um lado, a criação de novos empregos se localizou, preferencialmente, nos setores de atividade que pagam menos do que a indústria, por outro, o poder

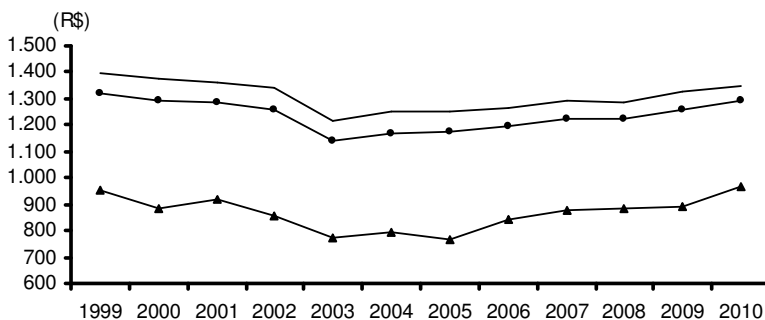
aquisitivo do salário mínimo no período pesquisado aumentou consideravelmente, cerca de 88,0% (DIEESE, 2010).

Com efeito, esse resultado poderia estar apontando para uma tendência, ao longo do período pesquisado, de redução da desigualdade salarial dos empregados que estão concentrados na base da estrutura salarial.

De um outro prisma, incluindo agora na nossa análise a dinâmica comportamental do salário médio real do setor privado no trabalho principal, constatamos que a evolução salarial dos empregados com carteira assinada entre 1999 e 2010 foi decrescente de 1999 até 2003, e a partir daí a recuperação salarial foi contínua até 2010. Todavia, não obstante a persistente elevação do salário médio real a partir de 2004, o valor em 2010 (R\$ 1.292) ainda era menor do que o salário médio real de 1999 (R\$ 1.322). Já o comportamento do salário médio real entre os assalariados sem carteira assinada, foi semelhante, mas os ganhos obtidos no período recente foram mais elevados, encerrando com um valor superior ao registrado em 1999. Em 2010, o seu valor era R\$ 964, superior ao de 1999 (R\$ 954) (Gráfico 1).

Gráfico 1

Salário médio real no setor privado, segundo registro em carteira de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1999-2010



Legenda: ● Total — Com carteira assinada ▲ Sem carteira assinada

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.  
NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de nov./2012.

Note-se, com base nessas informações, que os empregados sem carteira assinada, embora sendo uma categoria mais precarizada, lograram ganhos salariais mais elevados do que o dos trabalhadores formalizados. Esse fato acarretou uma redução do diferencial de salários entre essas duas categorias de trabalhadores, diminuindo a desigualdade de rendimentos entre os assalariados do setor privado (Gráfico 1).

De um outro ângulo de análise, a evolução do rendimento médio real do trabalho principal dos assalariados com e sem carteira de trabalho assinada, por grupos de rendimento, revelou também uma diminuição da desigualdade de rendimentos entre os assalariados do setor privado no período entre 1999 e 2010 (Tabela 10). Houve, para os assalariados com carteira, uma elevação mais expressiva dos ganhos reais no primeiro grupo (25% com menores rendimentos) e no segundo (25% seguintes) do que nos grupos com maiores rendimentos. Em termos de variação percentual, o primeiro e o segundo grupo lograram um acréscimo no rendimento médio real de 27,5% e de 7,6% respectivamente. Já o terceiro grupo e o quarto grupo (25% seguintes com maiores rendimentos) tiveram quedas de 3,5% e 6,2%, respectivamente, no decorrer do período.

Tabela 10

Rendimento médio real do trabalho principal dos assalariados do setor privado, com e sem carteira de trabalho assinada, na RMPA — 1999-2010

PERÍODOS E VARIÇÃO	COM CARTEIRA ASSINADA			
	Média dos 25% com Menores Rendimentos	Média dos que Auferem Entre os 25% e os 50% Menores Rendimentos	Média dos que Auferem Entre os 25% e os 50% Maiores Rendimentos	Média dos 25% com Maiores Rendimentos
1999	495	776	1.293	3.282
2000	486	751	1.265	3.332
2001	494	745	1.229	3.217
2002	493	737	1.216	3.193
2003	462	679	1.101	2.856
2004	486	701	1.101	2.799
2005	507	718	1.116	2.797
2006	530	742	1.121	2.730
2007	558	765	1.140	2.832
2008	568	769	1.169	2.881
2009	589	792	1.195	2.943
2010	631	835	1.248	3.079
$\Delta\%$ 2010/1999	27,5	7,6	-3,5	-6,2

(continua)

Tabela 10

Rendimento médio real do trabalho principal dos assalariados do setor privado, com e sem carteira de trabalho assinada, na RMPA — 1999-2010

PERÍODOS E VARIÇÃO	SEM CARTEIRA ASSINADA			
	Média dos 25% com Menores Rendimentos	Média dos que Auferem Entre os 25% e os 50% Menores Rendimentos	Média dos que Auferem Entre os 25% e os 50% Maiores Rendimentos	Média dos 25% com Maiores Rendimentos
1999	424	761	1.278	3.057
2000	410	740	1.237	3.135
2001	419	742	1.198	2.978
2002	425	727	1.189	2.772
2003	399	681	1.068	2.676
2004	414	688	1.075	2.554
2005	433	698	1.069	2.569
2006	469	732	1.106	2.663
2007	480	755	1.141	2.719
2008	489	758	1.160	2.791
2009	510	781	1.155	2.899
2010	544	825	1.240	2.852
Δ% 2010/1999	28,3	8,4	-3,0	-6,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: 1. Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos e inclui os estatutários e os celetistas que trabalham em instituições públicas etc. e os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

2. O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores de reais de nov./2012.

Padrão similar observou-se entre os assalariados do setor privado sem carteira de trabalho assinada, cujos ganhos reais de salário foram de 28,3% para o primeiro grupo e 8,4% para o segundo enquanto o terceiro e quarto grupo registraram perdas de 3,0% e 6,7%, respectivamente, no mesmo período.

## 4 Considerações finais

A análise da dinâmica do mercado de trabalho da RMPA no período 1999-2010 revelou um aumento significativo na proporção do emprego com carteira assinada na ocupação total, enquanto a proporção da ocupação sem carteira assinada ou sem proteção social diminuiu. A participação decrescente dos trabalhadores assalariados sem carteira assinada ou sem proteção social não se deve somente a mudanças na composição do emprego entre os setores econômicos, mas também a uma tendência em direção ao emprego com carteira assinada dentro desses setores.

Nesse sentido, o aumento relativo da ocupação assalariada com carteira assinada significa, em si mesmo, uma mudança na qualidade do emprego, dado que trabalhar com carteira assinada dá acesso a uma série de benefícios previstos na legislação trabalhista, seja enquanto detentor de um posto de trabalho, seja no caso de demissão. É evidente que para chegar a afirmações mais conclusivas sobre a qualidade do emprego seriam necessários outros indicadores de apoio, os quais não são tratados neste artigo, tais como estabilidade no emprego, autonomia, qualificação profissional e treinamento.

Entretanto, a participação decrescente dos trabalhadores assalariados sem carteira assinada e autônomos implica, necessariamente, uma diminuição da precarização, uma vez que o rendimento médio real dessas ocupações é mais baixo do que as rendas dos trabalhadores com carteira assinada e o contingente desses trabalhadores sem contribuição à Previdência Social é elevado. Assim, a proporção crescente de assalariados com carteira assinada na ocupação total é uma clara tendência de retomada da estruturação do mercado de trabalho na RMPA nos anos 2000.

Ademais, o maior crescimento relativo dos empregados com proteção social em comparação com o dos ocupados sem proteção social acarretou um aumento na cobertura da seguridade social, significando maior amparo legal para os trabalhadores envolvidos e maior arrecadação tributária em benefício da sociedade como um todo.

Na esteira dessa tendência à formalização do mercado de trabalho na RMPA, há outras mudanças que podem afetar a qualidade das ocupações vistas por outros ângulos, distintos do prisma da carteira assinada. Dessa sorte, ao analisar a composição das ocupações por setor de atividade, verifica-se que, além do expressivo aumento do emprego com carteira assinada, houve uma mudança do emprego favorecendo mais os serviços, o comércio e a construção civil *vis-à-vis* à indústria de transformação. De fato, foi o setor de serviços que mais gerou postos de trabalho com carteira assinada entre 1999 e 2010, seguido pelo comércio, indústria de transformação e construção civil. Essa mudança na composição setorial das ocupações estaria a indicar que os investimentos, notadamente os industriais, produziram impacto modesto na geração de postos de trabalho, e o maior volume de ocupações novas foi aberto por outros setores de atividade econômica, tendo o setor de serviços o maior destaque na geração de postos de trabalho.

Tanto o setor de serviços como o comércio e a construção civil se diferenciam da indústria de transformação por oferecer remunerações mais baixas aos trabalhadores. Talvez isso explique o fato da maior parte das ocupações com carteira assinada estarem situadas nas faixas salariais de 1 a menos de 2 salários mínimos no período de 1999 a 2010. Finalmente, no que se refere ao processo de evolução salarial, constatou-se para os

assalariados com carteira assinada uma tendência de ganhos reais de salário a partir de 2004, não obstante não terem logrado recuperar totalmente as perdas havidas no período de 1999 a 2003. Já para os assalariados sem carteira assinada, a trajetória dos salários foi semelhante, mas os ganhos obtidos no período recente foram mais elevados, encerrando com um valor superior ao registrado em 1999. Esse fato acarretou uma diminuição do diferencial de salários entre essas duas categorias de trabalhadores.

Assim, esse conjunto de fatores positivos observados na evolução do mercado de trabalho da RMPA, como a maior formalização dos vínculos de emprego, as mudanças na composição setorial do emprego, com aumento do vínculo formal em setores que apresentam elevada informalidade e a elevação do salário médio real, indica uma retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho regional, que precisa ser continuada e aprofundada, a fim de reduzir os níveis de precariedade ainda existentes entre os trabalhadores.

## Referências

ARANDIA, A.. Mercado de trabalho em recuperação, após uma trajetória adversa, na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 38, n.2, p. 43-54, 2010.

BALTAR, P.. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90. In: PRONI, M.; WILNES, H. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: UNESP; Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2003.

CARDOSO Jr., C. J.. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Brasília: IPEA, 2007. (Texto para discussão, n. 1310)

DEDECCA, C.. **Reorganização produtiva e relações de trabalho no Brasil: anos 90**. Campinas: [S.n.], 1998. Mimeografado.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). **Política de valorização do salário mínimo: considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010**. São Paulo: DIEESE, 2010. (Nota Técnica, n. 86).

GUIMARÃES, N.. O que muda quando se expande o assalariamento (e em que o debate da sociologia pode nos ajudar a compreendê-lo)? **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 533-567, 2011.



MORETTO, A.; KREIN, J.. O crescimento da formalização do emprego: como explicá-la? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 9., 2005, Recife. **Anais ....** Recife: ABET, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Panorama Laboral 2010** - América Latina y el Caribe. Lima: OIT, 2010.

POCHMANN, M.. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

TONI, M. de. **Para onde vai o mercado de trabalho?** A tendência à Precarização das Relações de Trabalho — um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2006. (Teses FEE, n.8.).

WELLER, J.; ROETHLISBERGER, C.. **La calidad del empleo en América Latina**. Santiago: CEPAL, 2011.

# **Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre na primeira década do século XXI: tendências e características**

*Raul Luís Assumpção Bastos*

*Economista, Pesquisador da FEE*

## **1 Introdução**

O objetivo deste estudo é o de analisar o desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) na primeira década do século XXI.

Um dos principais condicionantes do comportamento do mercado de trabalho é o desempenho da economia em termos de taxas de crescimento do produto, pois este influencia a sua capacidade de absorção de mão de obra e, conseqüentemente, a evolução do desemprego. A este respeito, o Rio Grande do Sul, na primeira década do século XXI, evidenciou taxas de variação positivas do PIB em oito anos, sendo as mais elevadas as de 2007 e de 2010, 6,5% e 6,7% respectivamente (FEE, 2012). Os dois anos em que o Estado passou por processos recessivos foram os de 2005 e 2009, com taxas de variação negativas do produto de 2,8% e 0,4% respectivamente. A par destas evidências, constata-se também que na segunda metade do período em foco o desempenho econômico foi mais vigoroso, com taxas de crescimento do PIB mais elevadas *vis-à-vis* às da primeira metade do decênio. Tendo em vista o desempenho econômico do Estado, esboçado sumariamente, assume-se que este tenha influenciado favoravelmente o comportamento do mercado de trabalho e a incidência do desemprego na RMPA, com ênfase particular na segunda metade do período que será objeto de investigação neste trabalho.

O estudo ora empreendido sobre o fenômeno do desemprego tem como premissa o reconhecimento da importância das características de um mercado de trabalho heterogêneo, como o latino-americano e o brasileiro (SALM, 1987; DEDECCA; BALTAR, 1997). Em mercados de trabalho heterogêneos, uma grande parte da população ocupada não corresponde ao emprego regulamentado de acordo com a legislação trabalhista, estando neles inserida enquanto trabalhador autônomo, empregado doméstico ou

assalariado sem registros formais, situando-se, muitas vezes, à margem do sistema de proteção ao emprego. Disto decorre que uma proporção dos desempregados não tem acesso à principal política passiva para o mercado de trabalho, que é o seguro-desemprego, pois não reúne as condições de elegibilidade para obtê-lo, necessitando recorrer a estratégias de sobrevivência sob a forma de trabalhos precários, em uma condição limítrofe entre desemprego, ocupação e inatividade.

É com base nesta compreensão que a metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), principal fonte de dados deste trabalho, mostra-se adequada à análise do desemprego, na medida em que decompõe esse fenômeno em dois tipos — o aberto e o oculto —, o que permite apreendê-lo como um objeto de investigação multifacetado, mais condizente com a realidade de mercados de trabalho heterogêneos (TROYANO, 1988; HOFFMANN *et al.*, 2002; DEDECCA, 2006).

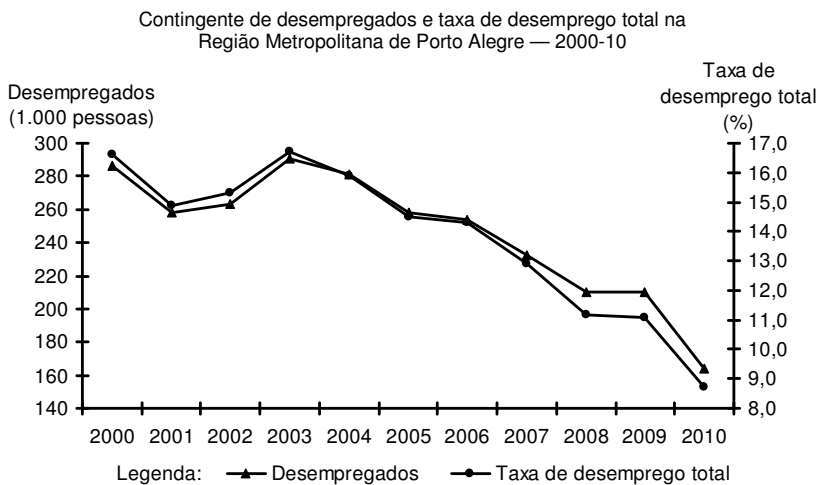
Quanto às questões básicas que orientam este estudo sobre o desemprego na RMPA, estas podem ser assim formuladas no escopo deste trabalho: quais as características da trajetória do desemprego ao longo da primeira década do século XXI, em diferentes dimensões (incidência, estoque e duração)? A evolução do desemprego por tipo — aberto e oculto — mostrou-se semelhante ao longo do período em análise? Em um ambiente de melhora na estruturação do mercado de trabalho metropolitano (CHAVES *et al.*, 2010; BORGES, 2011), identificam-se mudanças nas fontes de sobrevivência dos desempregados? Em caso de uma resposta afirmativa à indagação, o que apontam estas mudanças em termos de acesso ao sistema de proteção ao emprego? O que revela o comportamento do desemprego, segundo características sociodemográficas, quanto às diferenças na sua incidência e na evolução da sua composição? Nesse sentido, o período que é objeto de investigação evidencia aumento ou redução das desigualdades na procura por trabalho entre os diversos segmentos populacionais e socioeconômicos?

Tendo por base as questões sumariamente apresentadas acima, este estudo encontra-se assim organizado: após esta breve introdução, na seção 2 identificam-se e interpretam-se as tendências do desemprego na RMPA quanto à incidência, estoque, tipo e duração, na primeira década do século XXI; a seção 3 tem como objeto de investigação a evolução das fontes de sobrevivência dos trabalhadores desempregados no período, procurando identificar a existência (ou não) de mudanças nesse âmbito; na seção 4 analisa-se o desemprego de acordo com características sociodemográficas, com o propósito de examinar as desigualdades existentes entre os diferentes segmentos da força de trabalho, e como estas evoluíram ao longo do período; por último, nas considerações finais são resumidas as principais evidências proporcionadas por este trabalho.

## 2 Aspectos básicos do desemprego na RMPA na primeira década do século XXI

Ao observar-se o comportamento do desemprego na RMPA no período 2001-10, pode-se constatar que este foi favorável no primeiro ano do decênio, quando evidenciou declínio, para logo após deteriorar-se em 2002 e 2003, atingindo os maiores patamares da década: naquele último ano a taxa de desemprego total havia se elevado para 16,7%, e o estoque de desempregados, para 291 mil pessoas (Gráfico 1). Esse foi um momento de baixo dinamismo da economia do Rio Grande do Sul, com taxas de crescimento do PIB de 1,7% em 2002 e de 1,6% em 2003 (FEE, 2012).

Gráfico 1



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

A partir de 2004, em um processo que se estendeu por mais quatro anos, o desemprego na Região evidenciou uma trajetória nítida de declínio, tendo a taxa de desemprego total se reduzido em 2008 para 11,2%, e o contingente de desempregados, para 210 mil pessoas (Gráfico 1). Para este processo contribuiu o desempenho da economia gaúcha, a qual evidenciou maior ritmo de crescimento do PIB, à exceção de 2005, ano em que o Estado passou por uma recessão. A esse respeito, dado o contexto da economia gaúcha em 2005, o comportamento do desemprego na RMPA naquele ano não pode ser considerado intuitivo. Uma interpretação tentativa do que ocorreu está associada ao fato de a recessão ter se manifestado

muito mais intensamente na agropecuária, setor cujo peso relativo na economia da RMPA é muito pequeno (ALONSO, 2008), não tendo, por isso, implicado agravamento do desemprego, um fenômeno mais característico do meio urbano.

O processo de redução do desemprego foi interrompido em 2009, ano em que o Estado experimentou uma recessão, advinda da crise financeira global do final de 2008. É interessante constatar, não obstante, que a retração da atividade econômica não trouxe consigo incremento do desemprego, pois este se manteve relativamente estável em 2009 (Gráfico 1). Um dos fatores que contribuiu para tanto foi o comportamento da taxa de participação, que passou de 58,7% em 2008 para 58,1% em 2009, em uma manifestação de retração do engajamento da População em Idade Ativa no mercado de trabalho regional, atenuando os efeitos da recessão sobre o desemprego.

No último ano da década em análise, o desemprego apresentou forte redução, tendo a sua incidência atingido 8,7% — menor patamar de toda a série histórica da Pesquisa, cuja primeira média anual é a de 1993 —, enquanto o contingente de desempregados se retraiu para 164 mil indivíduos (Gráfico 1). Este comportamento muito favorável do desemprego ocorreu em um ambiente de retomada do processo de crescimento pela economia do Estado, cujo PIB registrou elevação de 6,7% em 2010.

Sabe-se que um dos condicionantes do tamanho do estoque de desempregados é a geração de oportunidades ocupacionais *vis-à-vis* à evolução da População Economicamente Ativa (PEA), esta última uma forma de medição da oferta de trabalho. A este respeito, a experiência da RMPA na década em análise evidencia sete anos nos quais a ampliação do estoque de ocupados foi superior à da PEA, dois anos em que a variação absoluta da PEA foi superior à da ocupação e um ano em que a variação de ambas foi idêntica (Gráfico 2). Esses resultados indicam que a capacidade de absorção de mão de obra pela economia local foi superior ao aumento da oferta de trabalho, o que conduziu à contração do estoque de desempregados da Região. Sob a ótica do desemprego, assinala-se, ainda, que o ano mais favorável do mercado de trabalho regional, no período analisado, foi o de 2010, em que houve acréscimo de 48 mil ocupados, contra um leve incremento de 2 mil indivíduos na PEA e o conseqüente decréscimo de 46 mil desempregados.

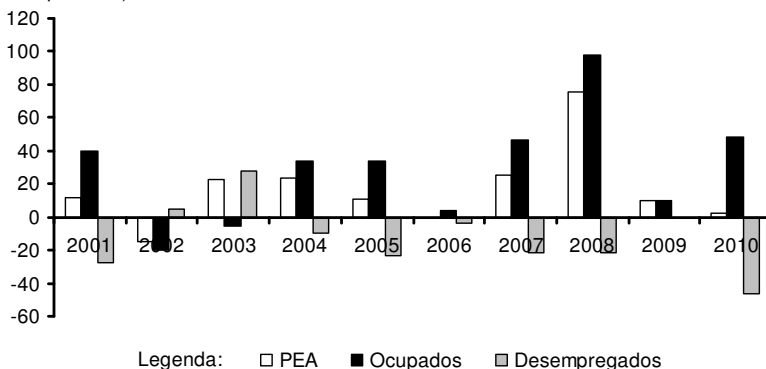
Pode-se avançar no conhecimento do fenômeno do desemprego na RMPA no período por meio de sua análise por **tipo**, o **aberto** e o **oculto**, tendo este último dois componentes, o **oculto pelo trabalho precário** e o **oculto pelo desalento** — ver conceitos no Quadro 1. Conforme se constata, é fundamentalmente a partir de 2004 que os diferentes tipos de desemprego evidenciam uma tendência de retração, interrompida apenas em 2009 devido especificamente ao aumento da taxa de desemprego aberto (Gráfico 3). Ao se contrastar o primeiro e o último ano do decênio, pode-se perceber

que a taxa de desemprego aberto havia se reduzido de 9,6% para 7,0%, a de desemprego oculto pelo trabalho precário, de 3,5% para 1,3%, e a de desemprego oculto pelo desalento, de 1,8% para 0,4% — esta última, portanto, situou-se próxima da erradicação.

Gráfico 2

Variações absolutas anuais da População Economicamente Ativa, dos contingentes de ocupados e de desempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10

(1.000 pessoas)



Legenda: □ PEA ■ Ocupados □ Desempregados  
 FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Quadro 1

#### Conceitos de desemprego da Pesquisa de Emprego e Desemprego

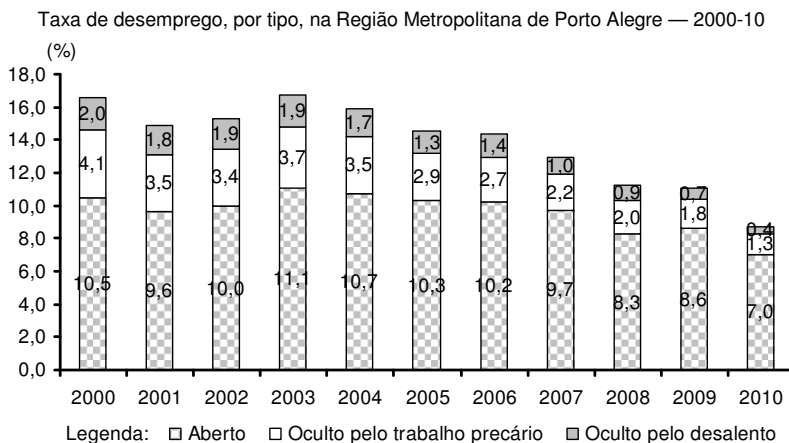
**Desemprego aberto** - pessoas sem trabalho nos sete últimos dias e com procura de trabalho efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista.

**Desemprego oculto pelo trabalho precário** - pessoas que realizaram, nos últimos 30 dias, algum trabalho casual de auto-ocupação (atividades remuneradas eventuais e instáveis) ou trabalho não remunerado de ajuda a negócios de parentes e que procuraram substituir este trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, por meio de providências concretas para obter um emprego assalariado ou um trabalho regular de auto-ocupação. Incluem-se também pessoas que, não tendo procurado trabalho neste período, o fizeram, sem êxito, até 12 meses atrás, por pelo menos 15 dias.

**Desemprego oculto pelo desalento** - pessoas sem trabalho e com disponibilidade e necessidade de trabalhar no momento da pesquisa, porém sem procura efetiva de trabalho por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas que apresentaram procura de trabalho, por pelo menos 15 dias, nos últimos 12 meses.

FONTE: PESQUISA ... (2009, p. 35).

Gráfico 3



FORNTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Ainda no que se refere ao desemprego por tipo, um fenômeno bastante relevante observado na RMPA no decênio é o de que a razão entre a taxa de desemprego aberto e a taxa de desemprego oculto elevou-se acentuadamente, tendo passado de 1,81 em 2001 para 4,12 em 2010, o que evidencia que o ritmo de retração da última foi muito mais intenso do que o da primeira (Gráfico 4). De acordo com a compreensão aqui sugerida, a interpretação proposta deste fenômeno sobrepõe duas ordens de fatores: por um lado, a maior criação de oportunidades ocupacionais no período fez com que houvesse condições mais propícias para o afastamento dos indivíduos do desemprego oculto, em face de as suas perspectivas no mercado de trabalho terem se tornado mais satisfatórias; por outro, trabalha-se com a hipótese de que a retomada da geração de empregos com registros formais<sup>1</sup> no setor privado implicou que maior parcela relativa de indivíduos que passaram pela experiência do desemprego reunissem os critérios de elegibilidade do seguro-desemprego, podendo enfrentar o desemprego aberto pelo fato de ter acesso a essa política pública compensatória.

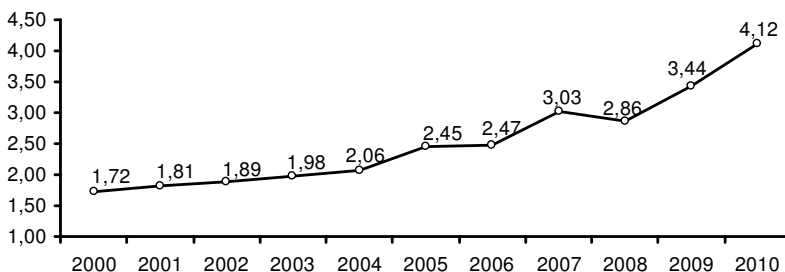
Em consonância com os resultados anteriormente expostos, a composição do estoque total de desempregados na RMPA no decênio mostra um aumento da parcela relativa de indivíduos em desemprego aberto e uma consequente retração daquela em desemprego oculto (Gráfico 5). Neste sentido, a proporção de indivíduos em desemprego aberto registrou elevação, passando de 64,7% em 2001 para 80,3% em 2010, enquanto a propor-

<sup>1</sup> Sobre o processo de recuperação do emprego formal no período, ver, no âmbito do país, Cardoso Jr. (2007), e na da RMPA, Chaves *et al.* (2010) e Borges (2011).

ção de indivíduos em desemprego oculto pelo trabalho precário, queda de 23,6% para 14,8%, assim como aquela em desemprego oculto pelo desalento, de 11,7% para 4,9%. Essas evidências remetem para a possibilidade de estar se processando uma mudança qualitativa no mercado de trabalho regional, na medida em que se ampliou a proporção de indivíduos em desemprego aberto no estoque total de desempregados, o que é uma característica mais presente na realidade das economias avançadas.

Gráfico 4

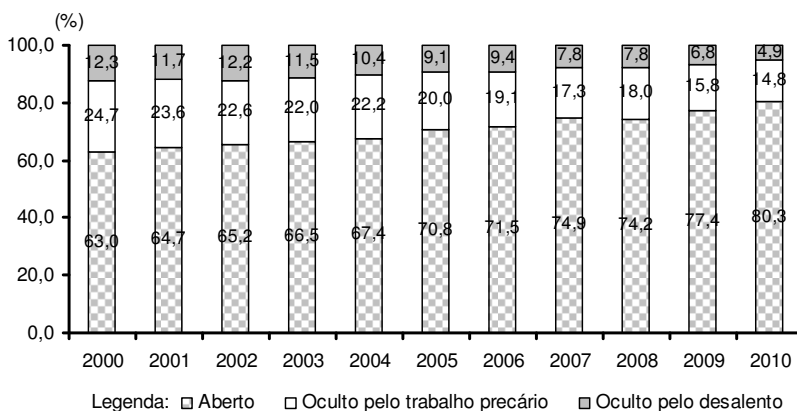
Razão entre a taxa de desemprego aberto e a taxa de desemprego oculto na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-10



FORNTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Gráfico 5

Distribuição dos desempregados, por tipo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-10



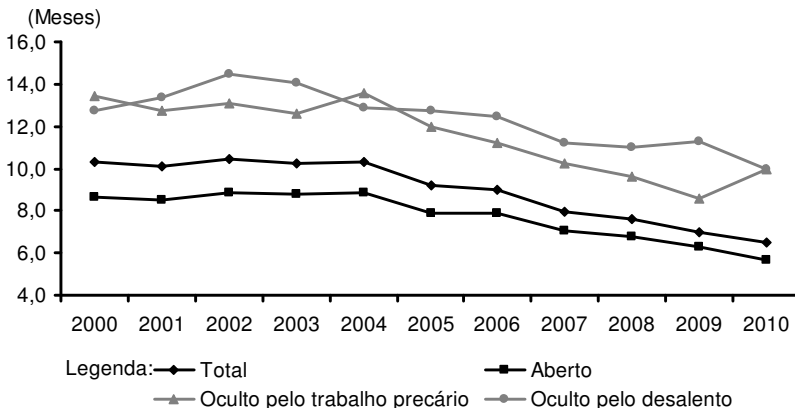
FORNTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.



No que diz respeito à **duração do desemprego**, o tempo médio de procura por trabalho na RMPA para o total de desempregados ficou relativamente estável de 2001 a 2004, situando-se em torno de 10 meses (Gráfico 6). A partir de 2005, a duração do desemprego apresentou um processo de declínio, atingindo 6,5 meses em 2010, o que representou uma melhora sensível nesta dimensão do desemprego na Região. Quando se analisa a duração do desemprego por tipo, constata-se que entre os indivíduos em desemprego aberto o tempo médio de procura por trabalho se situou em patamares mais baixos, tendo se reduzido de 8,5 meses em 2001 para 5,7 meses em 2010. Por sua vez, o tempo médio de procura por trabalho para os indivíduos em desemprego oculto mostrou-se bastante superior: em 2001, 12,7 meses para aqueles em desemprego oculto pelo trabalho precário e 13,4 meses para aqueles em desemprego oculto pelo desalento, e, em 2010, ambos haviam declinado para 10 meses. A ocorrência de diferenças na duração do desemprego por tipo pode ser considerada compreensível, dado que as pessoas em desemprego oculto se veem compelidas a adotar estratégias de sobrevivência por meio de trabalhos precários ou se encontram desalentadas, o que deve ampliar o seu tempo médio de procura por trabalho no cotejo com aquelas em desemprego aberto.

Gráfico 6

Tempo médio de procura por trabalho dos desempregados, total e por tipo na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-10



LEGENDA: ● Total      ■ Aberto  
▲ Oculto pelo trabalho precário      ○ Oculto pelo desalento

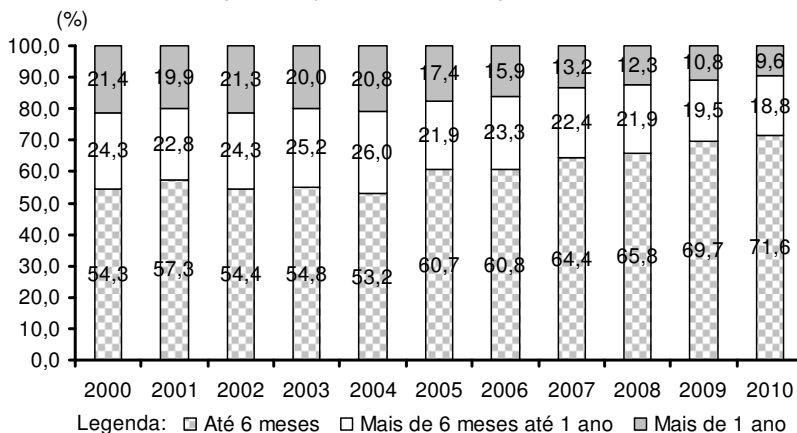
FORNE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Ainda no que se refere à dimensão do desemprego em foco, as mudanças na composição do estoque total de desempregados na RMPA na

década também apontam para uma importante redistribuição destes de acordo com diferentes durações do desemprego (Gráfico 7). Nesse sentido, a proporção de indivíduos com tempo médio de procura de até 6 meses elevou-se de 57,3% para 71,6% do estoque total de desempregados, na comparação de 2001 com 2010; aqueles com mais de 6 meses até 1 ano tiveram uma redução da sua parcela relativa de 22,8% para 18,8%, e aqueles com mais de 1 ano, de 19,9% para 9,6%. Dessa forma, essas mudanças caracterizam uma perda de peso relativo dos segmentos com maior tempo médio de procura por trabalho no estoque total de desempregados, ao final do período em análise, o que deve ser também reconhecido como uma melhora da situação do mercado de trabalho regional.

Gráfico 7

Distribuição dos desempregados, por tempo médio de procura por trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-10



LEGENDA: □ Até 6 meses □ Mais de 6 meses até 1 ano □ Mais de 1 ano

FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

### 3 As fontes de sobrevivência dos trabalhadores desempregados

Esta seção se propõe analisar de forma sucinta as fontes de sobrevivência dos trabalhadores desempregados na RMPA, assim como as suas mudanças ao longo do período 2001 a 2010. Para tratar deste tema é necessário ter presente que as estratégias de sobrevivência dos desempregados são sobremaneira condicionadas pelas características de um mercado de trabalho heterogêneo — como o brasileiro —, em que uma parcela

relativa considerável da ocupação não corresponde ao emprego assalariado regulamentado pela legislação trabalhista, não tendo, portanto, essas pessoas como acessar o sistema de proteção ao emprego (SALM, 1987; DEDECCA; BALTAR, 1997). Uma vez mais, a metodologia da PED mostra-se apropriada para uma investigação sobre este tema, pois adota conceitos de desemprego que são mais condizentes com as características de um mercado de trabalho heterogêneo, o que amplia as suas perspectivas de análise.

Como foi mostrado na seção anterior, na década em foco ocorreu uma redução importante da incidência do desemprego na RMPA, tendo esta sido mais intensa para a taxa de desemprego oculto *vis-à-vis* à taxa de desemprego aberto. Isto teve como desdobramento uma mudança na composição do estoque de desempregados, no sentido de que ocorreu aumento da parcela relativa de indivíduos em desemprego aberto. Diante desta situação, que implicações tal mudança poderia ter quanto ao uso das diferentes fontes de sobrevivência entre os trabalhadores desempregados? Esta é a questão que orienta esta seção, que procurará respondê-la no que segue.

No que diz respeito ao **desemprego aberto**, constata-se que a fonte de sobrevivência mais utilizada na RMPA é aquela em que **outra pessoa da família tem trabalho**, referida por 69,8% dos indivíduos em 2001 e 73,3% em 2010, secundada pela **ajuda de parentes e/ou conhecidos**, 29,7% em 2001 e 37,0% em 2010 (Tabela 1).<sup>2</sup> Esses dados mostram que mesmo entre os trabalhadores em desemprego aberto as fontes amplamente predominantes de sobrevivência estão vinculadas ao circuito de relações familiares e pessoais, o que indica um baixo grau de proteção por meio de políticas públicas para o mercado de trabalho. A esse respeito, a proporção de indivíduos que identificou o **seguro-desemprego** como fonte de sobrevivência era de somente 5,0% em 2001, tendo atingido 8,6% em 2010. Assim, não obstante o avanço no uso dessa política pública compensatória, esses resultados reforçam a compreensão de que o grau de proteção por meio de políticas públicas para os indivíduos em desemprego aberto é ainda modesto. De qualquer forma, de acordo com a compreensão proposta neste estudo, o aumento no uso do seguro-desemprego como fonte de sobrevivência esteve inserido em um contexto de recuperação na geração de empregos formais (CHAVES *et al.*, 2010; BORGES, 2011), o que deve ter contribuído para que maior número de trabalhadores, em caso de desemprego, pudesse atender aos critérios de elegibilidade e, com isso, ter acesso a esse seguro. Uma outra política pública, o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** (FGTS), foi indicada como fonte de sobrevivência por

---

<sup>2</sup> Os valores acima referidos superam 100,0% pelo fato de um desempregado poder ter até duas fontes de sobrevivência.

3,9% dos trabalhadores em desemprego aberto em 2001 e por 4,0% em 2007 (ver Tabela 1).<sup>3</sup>

Tabela 1

Fontes de sobrevivência dos indivíduos em situação de desemprego aberto na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-10

DISCRIMINAÇÃO	2000-2010 (%)					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos, etc.	-	-	-	-	-	-
Ajuda de parentes e/ou conhecidos .....	31,2	29,7	27,3	30,3	33,8	36,2
Outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho ...	70,8	69,8	71,4	68,5	69,3	68,8
FGTS .....	3,5	3,9	3,9	3,2	(1)-	(1)-
Seguro-desemprego .....	4,8	5,0	6,5	6,3	4,9	5,2
Pensão ou aposentadoria .....	4,0	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Outros .....	10,6	10,4	11,0	10,8	10,3	11,6
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos, etc.	-	-	-	-	-	-
Ajuda de parentes e/ou conhecidos .....	35,8	40,2	38,9	37,9	37,0	
Outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho ...	71,3	72,5	72,4	70,5	73,3	
FGTS .....	(1)-	4,0	(1)-	(1)-	(1)-	
Seguro-desemprego .....	7,3	7,6	8,8	9,1	8,6	
Pensão ou aposentadoria .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	
Outros .....	10,8	8,8	10,2	10,7	10,6	

FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Quanto aos trabalhadores em **desemprego oculto pelo trabalho precário**, a fonte de sobrevivência predominante na RMPA foram os **trabalhos irregulares e casuais**, apontados por cerca de 98,0% dos indivíduos tanto no início quanto ao final do decênio sob análise (Tabela 2). Esse resultado era plenamente esperado, dado que a inserção em uma atividade laboral precária é um dos elementos que permitem classificar os indivíduos nessa modalidade de desemprego, ou seja, trata-se de algo derivado do próprio conceito deste componente do desemprego oculto (ver Quadro 1). A segunda fonte de sobrevivência mais referida pelos trabalhadores em desemprego oculto pelo trabalho precário foi **outra pessoa da família tem trabalho**, cuja proporção se elevou de 50,8% em 2001 para 53,9% em 2010, e a terceira, a **ajuda de parentes e/ou conhecidos**, cuja parcela relativa, apesar de oscilar um pouco, passou de 18,3% em 2001 para 19,9% em 2008. Em suma,

<sup>3</sup> Como se pode constatar na Tabela 1, em 2008, 2009 e 2010 não há amostra suficiente para divulgar a proporção de indivíduos que citaram o FGTS como uma das suas fontes de sobrevivência.

as evidências acima descritas mostram que os trabalhadores em desemprego oculto pelo trabalho precário sobrevivem por meio de trabalhos precários ou de relações familiares e pessoais, com uma aparente ausência de acesso a políticas públicas de proteção aos desempregados.

No que se refere aos trabalhadores em **desemprego oculto pelo desalento**, foi apontada como fonte majoritária de sobrevivência **outra pessoa da família tem trabalho**, cuja proporção passou de 74,4% em 2001 para 70,6% em 2010 e, secundariamente, a **ajuda de parentes e/ou conhecidos**, com parcelas relativas de 28,0% em 2001 e de 35,3% em 2008 (Tabela 3). No caso destes desempregados, portanto, fica-se com a percepção de uma situação de grande fragilidade socioeconômica, devido à sua dependência estrita de relações familiares e pessoais para a garantia de seus meios de vida.

Tabela 2

Fontes de sobrevivência dos indivíduos em situação de desemprego oculto pelo trabalho precário na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-10

	(%)					
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos, etc.	98,4	98,1	98,3	98,0	97,7	98,4
Ajuda de parentes e/ou conhecidos .....	16,9	18,3	15,7	17,7	19,1	20,8
Outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho ...	52,7	50,8	51,5	51,2	50,8	50,7
FGTS .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Seguro-desemprego .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Pensão ou aposentadoria .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Outros .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos, etc.	99,5	100,0	98,9	98,0	98,5	
Ajuda de parentes e/ou conhecidos .....	17,6	18,8	19,9	(1)-	(1)-	
Outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho ...	55,5	52,6	53,9	54,8	53,9	
FGTS .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	
Seguro-desemprego .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	
Pensão ou aposentadoria .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	
Outros .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	

FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela 3

Fontes de sobrevivência dos indivíduos em situação de desemprego oculto pelo desalento na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-10

	(%)					
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos, etc.	-	-	-	-	-	-
Ajuda de parentes e/ou conhecidos .....	29,4	28,0	28,2	30,5	35,9	34,5
Outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho ...	73,1	74,4	74,0	73,7	70,8	72,8
FGTS .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Seguro-desemprego .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Pensão ou aposentadoria .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Outros .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos, etc.	-	-	-	-	-	-
Ajuda de parentes e/ou conhecidos .....	35,3	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho ...	72,2	76,5	72,1	72,2	70,6	
FGTS .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	-	
Seguro-desemprego .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	
Pensão ou aposentadoria .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	
Outros .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Estas evidências sobre as fontes de sobrevivência dos desempregados na RMPA no período identificaram a ampla predominância do uso de alternativas vinculadas às relações familiares e pessoais ou à inserção em ocupações precárias, por um lado. Por outro, no caso específico do desemprego aberto, a cobertura das políticas públicas compensatórias, como o seguro-desemprego e o FGTS, mostrou-se modesta, não obstante ter havido aumento no uso da primeira delas na comparação de 2001 e 2010. Assim, pode-se afirmar que a situação socioeconômica de um trabalhador que experimenta o desemprego na RMPA continua sendo bastante adversa, em virtude da sua dependência de relações que se estabelecem fora do âmbito do sistema público de emprego.

## 4 Desemprego segundo características sociodemográficas

Nesta seção, busca-se analisar o desemprego na RMPA de acordo com características sociodemográficas, cotejando-se dados de 2001 e 2010. Inicialmente, procura-se identificar a evolução da incidência do desemprego

entre os diferentes grupos sociodemográficos, bem como a ocorrência de mudanças na composição do estoque de desempregados. Logo após, procura-se, por meio da regressão logística, estimar as chances de os trabalhadores estarem desempregados de acordo com as suas características sociodemográficas, com o propósito de avançar na compreensão das desigualdades existentes entre eles.

## 4.1 Incidência e composição do desemprego

Ao segmentar-se o desemprego na RMPA conforme o **sexo** dos indivíduos, constata-se que a sua incidência, na comparação de 2001 com 2010, apresentou redução tanto para homens quanto para mulheres, tendo sido levemente mais intensa entre os primeiros (-42,4%) em relação às últimas (-41,7%) — Tabela 4. Essa evidência sugere a manutenção da desigualdade existente na incidência do desemprego entre os sexos, reafirmando uma situação de desvantagem para as mulheres. Quanto à composição do desemprego, os dados contidos na Tabela 4 mostram incremento da parcela relativa de mulheres no estoque total de desempregados, de 54,1% em 2001 para 56,1% em 2010. Para tanto concorreu o fato de a incidência do desemprego ter se reduzido em ritmo um pouco inferior entre as mulheres, mas também fatores que operaram pelo lado da oferta de trabalho: na comparação de 2001 com 2010, verifica-se retração da taxa de participação entre os homens e relativa estabilidade entre as mulheres, assim como leve incremento da proporção de mulheres na População em Idade Ativa (PIA).<sup>4</sup>

De acordo com o recorte por **idade**<sup>5</sup>, a incidência do desemprego se reduziu, no cotejo de 2001 com 2010, em ritmo muito mais acelerado para os indivíduos maduros de 40 anos e mais (-50,1%) comparativamente aos jovens de 16 a 24 anos (-33,5%) e aos adultos de 25 a 39 anos (-29,8%) — Tabela 4. Em virtude desses comportamentos, a superioridade relativa dos trabalhadores maduros de 40 anos e mais em termos de incidência do desemprego se ampliou na comparação com aqueles que estavam inseridos nas demais faixas etárias. A distribuição dos desempregados mostra

---

<sup>4</sup> Na Tabela A.1 do **Anexo estatístico**, encontram-se as taxas de participação e a distribuição da População em Idade Ativa, por características sociodemográficas, nos anos de 2001 e 2010 na RMPA.

<sup>5</sup> Devido a limitações amostrais, não se podem calcular as variações intertemporais do desemprego para os indivíduos de 10 a 15 anos. De qualquer forma, constata-se, na Tabela 4, que a taxa de desemprego desta faixa etária em 2001 era extremamente elevada (45,8%), conquanto ela representasse uma pequena parcela relativa do contingente total de desempregados (3,8%).

que os jovens de 16 a 24 anos<sup>6</sup> correspondiam à maior parcela relativa do estoque total de desempregados, a qual apresentou um modesto recuo, de 43,8% em 2001 para 41,1% em 2010. Esta leve mudança, todavia, deveu-se principalmente a um fator que incidiu pelo lado da oferta de trabalho, na medida em que houve forte diminuição da proporção de jovens na PIA (Tabela A.1). Em sentido distinto, os adultos de 25 a 39 anos registraram importante aumento em sua parcela relativa no estoque total de desempregados, de 29,5% em 2001 para 35,8% em 2010, o que foi ocasionado, principalmente, pelo ritmo menos intenso de redução da incidência do desemprego neste segmento populacional. Por fim, os indivíduos maduros de 40 anos e mais mantiveram praticamente inalterado o seu peso relativo no contingente total de desempregados (23,0% e 22,1%, na base comparativa em foco); neste caso, tal comportamento é uma síntese de fatores que operaram em sentidos opostos: se, por um lado, o ritmo muito mais intenso de redução da incidência do desemprego jogou a favor da retração da sua parcela relativa no estoque total de desempregados, por outro, o acentuado incremento de sua proporção na PIA praticamente anulou essa possibilidade (Tabela A.1).

Segundo a **raça/cor** dos trabalhadores, pode-se constatar que ocorreu redução mais acelerada da incidência do desemprego ente os negros (-46,1%) em relação aos não negros (-41,1%), no cotejo de 2001 com 2010, o que diminuiu a desigualdade existente entre ambas (Tabela 4). Não obstante, houve um leve aumento da proporção de negros no estoque total de desempregados, a qual passou de 18,3% em 2001 para 19,6% em 2010. Este último resultado se explica fundamentalmente por um fator que operou pelo lado da oferta de trabalho, dado que ocorreu elevação da parcela relativa de negros na PIA, como se observa na Tabela A.1.

Quanto ao recorte por **posição no domicílio** da força de trabalho metropolitana, os destaques positivos couberam aos chefes e aos cônjuges, cujas taxas de desemprego se reduziram com intensidades superiores à da média do mercado de trabalho no decênio em foco: 44,8% no caso dos primeiros e 43,1% no dos últimos (Tabela 4). No caso específico dos chefes, tal evidência é particularmente relevante, tendo em vista as suas responsabilidades na manutenção socioeconômica dos domicílios. No que diz respeito à composição do estoque total de desempregados na RMPA, identifica-se uma leve diminuição da proporção de chefes (de 27,7% em 2001 para 26,0% em 2010), enquanto as parcelas relativas das outras posições pouco se modificaram. Pode-se, ainda assim, ressaltar o grande peso relativo dos filhos no estoque total de desempregados, em torno de 43,0%, tanto ao início quanto ao final do período, o qual é muito superior à sua parcela relativa na PIA (Tabela A.1).

---

<sup>6</sup> A respeito do desemprego juvenil, ver a síntese contida no Quadro 2.



Tabela 4

Taxa de desemprego e distribuição dos desempregados, de acordo com características sociodemográficas na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001 e 2010

DISCRIMINAÇÃO	(%)				
	TAXA DE DESEMPREGO			DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS	
	2001	2010	Δ%	2001	2010
<b>TOTAL</b> .....	14,9	8,7	-41,6	100,0	100,0
<b>Sexo</b>					
Homens .....	12,3	7,1	-42,4	45,9	43,9
Mulheres .....	18,2	10,6	-41,7	54,1	56,1
<b>Idade</b>					
10 a 15 anos .....	45,8	(1)-	-	3,8	(1)-
16 a 24 anos .....	27,5	18,3	-33,5	43,8	41,1
25 a 39 anos .....	11,7	8,2	-29,8	29,5	35,8
40 anos e mais .....	9,2	4,6	-50,1	23,0	22,1
<b>Raça/Cor (2)</b>					
Negros .....	22,7	12,2	-46,1	18,3	19,6
Não negros .....	13,9	8,2	-41,2	81,7	80,4
<b>Posição no domicílio</b>					
Chefe .....	8,8	4,8	-44,8	27,7	26,0
Cônjuge .....	14,1	8,0	-43,1	21,2	21,6
Filho .....	26,0	15,7	-39,4	42,5	43,1
Demais membros .....	21,1	13,9	-34,0	8,6	9,3
<b>Escolaridade (3)</b>					
Analfabetos .....	(1)-	(1)-	-	(1)-	(1)-
Fundamental incompleto .....	16,8	9,1	-45,7	42,0	24,0
Fundamental completo a médio incompleto	19,4	12,7	-34,8	28,0	30,0
Médio completo a superior incompleto .....	12,7	8,3	-34,5	25,5	39,2
Superior completo .....	4,5	3,9	-14,9	3,0	6,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria. (2) Negros abrangem negros e pardos; não negros, brancos e amarelos. (3) A faixa de escolaridade fundamental incompleto inclui indivíduos alfabetizados sem escolarização.

## Quadro 2

## Desemprego juvenil na Região Metropolitana de Porto Alegre

De acordo com a Organização das Nações Unidas e a Organização Internacional do Trabalho, a população jovem é delimitada pela faixa etária de 15 a 24 anos (UNITED NATIONS, 2007; OIT, 2010). No caso brasileiro, como a idade mínima de ingresso legal no mercado de trabalho é a de 16 anos, adota-se a faixa etária de 16 a 24 anos para delimitar esse segmento populacional.

Segundo diversos estudos no âmbito internacional e do País, os jovens constituem-se em um dos segmentos populacionais mais afetados pela incidência do desemprego (OIT, 2000, 2010; O'HIGGINS, 1997; CEPAL, 2004; POCHMANN, 2000; DIEESE, 2008). Para tanto, concorrem diversas causas, como o fato de os jovens terem uma situação mais frágil no mercado de trabalho, nas fases de contração do ciclo econômico; a desvantagem da ausência de experiência profissional; e a intensidade do ritmo de crescimento deste segmento populacional.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a população jovem era de 600 mil pessoas em 2001, tendo declinado para 591 mil em 2010. Essa redução absoluta da população jovem, que é uma manifestação do processo de transição demográfica, fez com que o tamanho relativo da coorte juvenil — a proporção de jovens em relação à População em Idade Ativa (PIA) — passasse de 20,2% em 2001 para 16,8% em 2010. Por sua vez, a intensidade de engajamento dos jovens no mercado de trabalho, medida pela taxa de participação, nessa mesma base comparativa, registrou uma leve retração, de 68,8% para 67,2%. Tais evidências sugerem que essas duas variáveis, que influenciam o tamanho da oferta de trabalho, não tenham contribuído para ampliar as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho da RMPA, na primeira década do século XXI.

Em consonância com o padrão internacional, a incidência do desemprego entre os jovens na RMPA mostra-se muito superior à dos adultos (definidos como indivíduos de 25 anos e mais): em 2001, a taxa de desemprego dos primeiros era de 27,5%, e a dos últimos, 10,5%; em 2010, elas eram de 18,3% e 6,3% respectivamente. Como a incidência do desemprego se reduziu em ritmo menos intenso entre os jovens (-33,5%), em comparação aos adultos (-39,6%), a razão entre ambas elevou-se de 2,62 em 2001 para 2,90 em 2010. Assim, não obstante a melhora inegável do desemprego na RMPA no período, essas evidências não identificam redução da desigualdade **relativa** entre os jovens e os adultos. O peso relativo dos jovens no estoque total de desempregados era também muito elevado, situando-se em 43,8% em 2001 e em 41,1% em 2010, valores muito superiores à sua proporção na PIA.

Um *handicap* específico da população jovem no seu processo de inserção no mercado de trabalho é a ausência de experiência profissional. De acordo com os dados da PED-RMPA, a proporção de jovens desempregados sem experiência anterior de trabalho encontrava-se no patamar de 33,9% em 2001, o qual apresentou declínio para 28,6% em 2010. Quando se desagrega esse segmento populacional em jovens adolescentes de 16 e 17 anos e em jovens adultos de 18 a 24 anos, constata-se que, entre os primeiros, a parcela relativa de desempregados sem experiência anterior de trabalho elevou-se de 59,2% em 2001 para 68,2% em 2010 e, entre os últimos, evidenciou queda de 26,0% para 20,8% na mesma base comparativa — ou seja, esse *handicap* se agravou entre os jovens adolescentes da RMPA e se tornou um pouco mais tênue entre os jovens adultos.

Caberia, ainda, salientar as diferenças existentes entre os jovens na RMPA, em termos de desemprego, quando segmentados por sexo. Nesse sentido, a taxa de desemprego das mulheres jovens era de 33,6% em 2001, tendo declinado para 21,3% em 2010, enquanto a dos homens jovens era de 22,4% em 2001, passando para 15,7% em 2010. Por um lado, esses dados evidenciam uma situação de maior fragilidade feminina no mercado de trabalho, devido à incidência do desemprego em nível mais elevado; mas, por outro, também estão a indicar que a desigualdade foi diminuída, pois a taxa de desemprego das mulheres jovens teve redução mais intensa (-36,5%) em comparação à dos homens jovens (-29,3%).

No que se refere ao desemprego por níveis de **educação formal** na RMPA, a sua evolução no período em análise se revela um tanto surpreendente (Tabela 4). Nesse sentido, o segmento que experimentou a redução mais acelerada na incidência do desemprego, na comparação de 2001 com 2010, foi o dos indivíduos com escolaridade fundamental incompleta (-45,7%), enquanto o daqueles com escolaridade superior completa registrou o menor ritmo de retração (-14,9%). Assumindo-se que a educação formal é um dos atributos definidores das condições de inserção da PIA no mercado de trabalho, essa diminuição da desigualdade entre os dois segmentos não pode ser reconhecida como intuitiva. Quanto à composição do estoque total de desempregados por níveis de educação formal, esta mostra uma alteração também expressiva: houve grande redução da parcela relativa de indivíduos com fundamental incompleto, de 42,0% em 2001 para 24,0% em 2010, e aumentos nos outros segmentos, destacando-se o daqueles com escolaridade média completa a superior incompleto, de 25,5% para 39,2%, e o daqueles com superior completo, de 3,0% para 6,6%. No caso do primeiro segmento, a retração de sua proporção no estoque total de desempregados deveu-se não somente ao fato de que nele a incidência do desemprego se reduziu muito mais intensamente, mas também a fatores que operaram pelo lado da oferta de trabalho, na medida em que houve queda da sua taxa de participação e da sua parcela relativa na PIA; no caso do segundo e do terceiro segmentos, afora o menor ritmo de redução da incidência do desemprego, também foi fundamental para o aumento dos seus pesos relativos no estoque total de desempregados o incremento de suas proporções na PIA (Tabela A.1).

## **4.2 A estimação das chances de estar desempregado de acordo com as características sociodemográficas**

O propósito deste tópico é o de procurar avançar no conhecimento a respeito do desemprego entre os diferentes grupos sociodemográficos. Para atingi-lo, considerou-se apropriado fazer uso da regressão logística, pois esta permite modelar as chances de uma pessoa economicamente ativa estar desempregada conforme as suas características sociodemográficas (WINKELMANN; BOES, 2006, cap. 4).

O modelo logístico que foi especificado tem como variável dependente o *status* dos indivíduos no mercado de trabalho, podendo assumir o valor 1 em caso de desemprego ou, alternativamente, 0, em caso contrário. As variáveis explicativas utilizadas, em consonância com o tópico anterior do trabalho, são sexo, idade, raça/cor, posição no domicílio e escolaridade, cuja forma de medição está descrita no Quadro 3. Por fim, o modelo foi

estimado para os anos de 2001 e 2010, com o objetivo de verificar a existência de mudanças no tempo dos efeitos das variáveis explicativas selecionadas.

Quadro 3

Descrição das variáveis do modelo logístico

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO
Desemprego	Não desempregado = 0 (categoria de referência) Desempregado = 1
Sexo	Homem = 0 (categoria de referência) Mulher = 1
Idade	Medida em anos
Raça/Cor	Não negro = 0 (categoria de referência) Negro = 1
Posição no domicílio	Chefe = 0 (categoria de referência) Cônjuge = 1 Filho = 2 Demais membros = 3
Escolaridade	Medida em anos de estudo completos

Os resultados da estimação do modelo logístico encontram-se expostos na Tabela 5.<sup>7</sup> Conforme se pode constatar, os coeficientes das variáveis explicativas mostram-se todos, para ambos os anos, estatisticamente significativos, à exceção da posição no domicílio de cônjuge. Iniciando a exposição de seus resultados, no que diz respeito à segmentação por **sexo** da força de trabalho, mantendo-se todas as demais variáveis explicativas constantes, estima-se que uma mulher na RMPA possuía em 2001 uma chance 70,5% superior à de um homem de estar desempregada<sup>8</sup>, o que, uma vez mais, confirma a condição de maior fragilidade feminina em termos de sua inserção no mercado de trabalho. No ano final do decênio sob análise, este resultado pouco havia se alterado na Região, na medida em que se estima que uma mulher tinha uma chance 65,0% superior à de um homem de encontrar-se desempregada.

<sup>7</sup> Os resultados da estimação do modelo logístico devem ser examinados com cautela, pois uma medida de ajuste — o pseudo  $R^2$  — mostra baixos valores tanto em 2001 quanto em 2010 (ver Tabela 5).

<sup>8</sup> Este resultado é obtido da seguinte forma:  $[(e^{0,533428} - 1) \times 100] = 70,5\%$ .

Tabela 5

Resultados da estimação da regressão logística, indivíduos desempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001 e 2010

DISCRIMINAÇÃO	2001	2010
Constante .....	(1)-0,173173	(2)-0,451551
Erro padrão .....	0,074675	0,108347
<b>Sexo</b>		
Homem .....	(3) ref.	(3) ref.
Mulher .....	(2) 0,533428	(2) 0,501071
Erro padrão .....	0,034125	0,043583
Idade .....	(2)-0,038806	(2)-0,045010
Erro padrão .....	0,001582	0,002091
<b>Raça/Cor</b>		
Não negros .....	(3) ref.	(3) ref.
Negros .....	(2) 0,419101	(2) 0,265712
Erro padrão .....	0,039046	0,049140
<b>Posição no domicílio</b>		
Chefe .....	(3) ref.	(3) ref.
Cônjuge .....	0,032691	0,077420
Erro padrão .....	0,047281	0,061150
Filho .....	(2) 0,694562	(2) 0,590484
Erro padrão .....	0,043218	0,056215
Demais posições .....	(2) 0,469493	(2) 0,511210
Erro padrão .....	0,059523	0,077622
<b>Escolaridade</b> .....	(2)-0,105968	(2)-0,095629
Erro padrão .....	0,004398	0,006149
<b>Pseudo R<sup>2</sup></b> .....	0,088819	0,079708
<b>Tamanho da amostra</b> .....	41.968	36.758

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Da amostra foram excluídos os indivíduos analfabetos e os alfabetizados sem escolarização.

2. A variável dependente do modelo tem como categoria de referência a situação em que o indivíduo não está desempregado.

(1) Estatisticamente significativo ao nível de 5,0%. (2) Estatisticamente significativo ao nível de 0,1%. (3) Categoria de referência.

Quanto ao recorte por **idade** da força de trabalho, os resultados do modelo logístico evidenciam que esta tem um efeito negativo sobre a chance de desemprego: mantendo-se as demais variáveis explicativas constantes, estima-se que um ano a mais de idade reduzia a probabilidade de um trabalhador estar desempregado na RMPA em 3,8% em 2001 e em 4,4% em 2010, o que revela, também, que a importância desta variável explicativa se ampliou no período. Neste sentido, ao comparar-se, por exemplo, um jovem de 20 anos com um adulto de 40 anos, assumindo-se as demais variáveis explicativas como dadas, pode-se estimar que os primeiros possuíam uma

chance 76,2 pontos percentuais superior à dos últimos de estarem desempregados em 2001 e de 88,0 pontos percentuais em 2010 — ou seja, ao final do decênio, o jovem tinha uma chance ainda maior de estar desempregado em relação ao adulto.<sup>9</sup>

No que se refere à segmentação por **raça/cor** da PEA, a estimação do modelo logístico confirma uma situação de nítida desvantagem da população negra em termos de desemprego na RMPA (Tabela 5). Assim, estima-se que um trabalhador negro possuía, mantendo-se as outras variáveis explicativas inalteradas, uma chance 52,1% superior à de um trabalhador não negro de estar desempregado, em 2001, o que sugere a ocorrência de práticas discriminatórias no mercado de trabalho local. Ao final do período, a desvantagem da população negra havia diminuído, pois a chance de um afrodescendente estar desempregado passou a ser 30,4% superior à de um não negro, o que indica uma redução da desigualdade entre os dois grupos populacionais na procura por trabalho.

No que diz respeito à variável explicativa **posição no domicílio** da força de trabalho na RMPA, os resultados da estimação do modelo logístico mostram-se estatisticamente significativos e com sinais positivos para as posições de filhos e de demais membros, tanto em 2001 quanto em 2010 (Tabela 5). Assim, pode-se estimar que um filho possuía, assumindo-se as outras variáveis independentes como dadas, uma chance 100,3% superior à de um chefe de estar desempregado em 2001, e de 80,5% em 2010. Este resultado pode ser considerado esperado, pois os filhos são, em sua maioria, jovens, segmento populacional no qual a incidência do desemprego é elevada, o que está respaldado pelas evidências apresentadas no tópico anterior deste trabalho. Por sua vez, de acordo com a estimação do modelo logístico, os demais membros também estão em uma situação de desvantagem no mercado de trabalho: em 2001, mantendo-se as outras variáveis independentes constantes, um indivíduo nesta posição do domicílio tinha uma chance 59,9% superior à de um chefe de estar desempregado, e, em 2010, tal probabilidade havia alcançado 66,7%.

Quanto à variável explicativa **escolaridade**<sup>10</sup>, a estimação do modelo logístico confirma que esta tem um efeito negativo sobre o desemprego na

---

<sup>9</sup> Para o ano de 2001, o resultado acima descrito é assim obtido:  $[(e^{-0,038806} - 1) \times 20] \times 100 = -76,1\%$ , para um indivíduo de 20 anos;  $[(e^{-0,038806} - 1) \times 40] \times 100 = -152,3\%$ , para um indivíduo de 40 anos; por fim, para calcular a diferença entre os dois indivíduos, faz-se:  $-152,3\% - (-76,1\%) = -76,2$  pontos percentuais.

<sup>10</sup> No que diz respeito a esta variável, da amostra foram excluídos os indivíduos analfabetos e os alfabetizados sem escolarização. No primeiro caso, conforme se pode constatar na Tabela 4, há poucas ocorrências na base de dados da PED-RMPA, o que impediu a divulgação da taxa de desemprego e da parcela relativa de analfabetos no estoque total de desempregados. No segundo, como a variável escolaridade é quantitativa, teria de se arbitrar o número de anos de estudos dos indivíduos alfabetizados sem escolarização, o que não se considerou adequado fazer.

RMPA, sendo a sua magnitude levemente superior em 2001 em comparação a 2010 (Tabela 5). Nesse sentido, estima-se que um ano a mais de estudo na Região reduzia a chance de estar desempregado em 10,1% em 2001 e em 9,1% em 2010, mantendo-se as demais variáveis explicativas do modelo inalteradas. Para explorar-se um pouco mais o impacto da educação formal, a seguinte comparação é ilustrativa: uma pessoa economicamente ativa com escolaridade superior completa (15 anos de estudos) em relação a outra com fundamental incompleto (7 anos de estudos), de acordo com os resultados da estimação do modelo logístico, tinha uma chance 80,4 pontos percentuais inferior de estar desempregada em 2001 e de 73,0 pontos percentuais em 2010.<sup>11</sup> O fato desta diferença, ainda que acentuada, ser cadente no tempo, coaduna-se com as evidências expostas no tópico anterior, no qual se identificou que os indivíduos com escolaridade fundamental incompleta foram aqueles que registraram, no recorte sob análise, o maior ritmo de redução do desemprego.

## 5 Considerações finais

De acordo com as evidências expostas neste estudo, houve um processo de redução do desemprego na RMPA na primeira década do século XXI, cuja incidência atingiu o menor patamar da série histórica da Pesquisa em 2010. Para tanto concorreu o melhor desempenho macroeconômico, com ênfase na segunda metade do período, à exceção de 2009. Nesse contexto, a capacidade de geração de oportunidades ocupacionais foi superior ao crescimento da PEA, o que ocasionou uma diminuição substancial dos níveis de desemprego.

A secção do desemprego em dois tipos, o aberto e o oculto, revelou que ambos apresentaram uma trajetória descendente na RMPA ao longo do decênio em foco. A esse respeito, um aspecto que se destacou foi que a taxa de desemprego aberto caiu em ritmo menos intenso do que a de desemprego oculto, com o que a razão entre ambas aumentou de 1,81 em 2001 para 4,12 em 2010. Conforme a interpretação proposta, tal mudança está inserida em um contexto mais promissor em termos de oportunidades ocupacionais, no qual teve particular relevância a geração de empregos com registros formais na Região. Em tal ambiente, não somente passaram a existir alternativas ocupacionais para os indivíduos que estavam em desemprego oculto, como também aumentou a chance de que um trabalhador que

---

<sup>11</sup> Para se obter esses resultados, exemplificando com os dados de 2001, procede-se da seguinte forma:  $[(e^{-0,899453} - 1) \times 7] \times 100 = -70,4\%$ , para um indivíduo com 7 anos de estudos;  $[(e^{-0,908801} - 1) \times 15] \times 100 = -150,8\%$ , para um indivíduo com 15 anos de estudos; e, para calcular a diferença entre ambos, faz-se:  $-150,8\% - (-70,4\%) = -80,4$  pontos percentuais.

viesses a experimentar o desemprego reunisse as condições de acesso ao seguro-desemprego, com o que ele pode exercer a procura por trabalho em uma situação de desemprego aberto. Este é um tema que merece ser mais investigado em estudos futuros, com o propósito de verificar se essa interpretação é condizente com a realidade, assim como se as mudanças na incidência do desemprego por tipo irão se configurar como duradouras.

Outra dimensão do desemprego que evidenciou um processo de mudança no período em análise na RMPA foi a do tempo médio de procura por trabalho, que passou de 10,1 meses em 2001 para 6,5 meses em 2010. É interessante chamar a atenção para o fato de que este último valor se aproximou do limite do número de meses de concessão do seguro-desemprego — cinco meses —, indicando uma situação menos adversa para os indivíduos que estavam desempregados ao final do período. A composição do estoque de desempregados segundo a extensão da sua duração também se modificou, sendo que o segmento que se encontrava em desemprego de longo prazo — mais de 12 meses — se reduziu pela metade na comparação de 2001 com 2010.

O estudo das fontes de sobrevivência dos desempregados mostrou que estes dependiam, seja qual fosse o tipo de desemprego, em ampla medida, do circuito de relações familiares e pessoais para obterem os seus meios de subsistência material. No caso dos trabalhadores em desemprego aberto, a proporção daqueles que apontaram o seguro-desemprego como fonte de sobrevivência era ainda baixa, mas de qualquer forma elevou-se de 5,0% em 2001 para 8,6% em 2010. Já no dos trabalhadores em desemprego oculto pelo trabalho precário, derivado do seu próprio conceito, os trabalhos irregulares e ocasionais constituíram-se no meio de sobrevivência mais recorrente. No todo, a constatação geral desta parte do estudo é a de que existe a necessidade de avançar na proteção aos desempregados por meio das políticas públicas para o mercado de trabalho.

A análise do desemprego de acordo com características sociodemográficas identificou diferenças internas aos segmentos da força de trabalho da Região, que podem ser assim sintetizadas: (i) a desigualdade entre homens e mulheres manteve-se no período em foco, reafirmando a maior fragilidade feminina no mercado de trabalho da Região; (ii) os trabalhadores maduros de 40 anos e mais experimentaram uma redução muito mais acelerada da incidência do desemprego, ampliando a diferença favorável a eles em comparação às outras faixas etárias; (iii) a população negra registrou maior retração da taxa de desemprego, com o que a desigualdade em relação aos não negros diminuiu; (iv) os chefes e os cônjuges evidenciaram ritmo mais intenso de redução da incidência do desemprego, o que tornou maior o diferencial das suas taxas de desemprego *vis-à-vis* às outras posições no domicílio; (v) e a força de trabalho com menor nível de educação formal — em aparente paradoxo — foi aquela que teve a maior redução da



incidência do desemprego, diminuindo o hiato em comparação aos trabalhadores mais escolarizados.

Finalmente, os resultados da estimação do modelo logístico confirmaram que as variáveis explicativas sexo, idade, raça/cor, posição no domicílio e escolaridade tiveram efeitos estatisticamente significativos sobre as chances de estar desempregado na RMPA, tanto em 2001 quanto em 2010. Pode-se afirmar que os sinais das estimativas dos coeficientes dessas variáveis foram, de modo geral, os esperados, indo ao encontro das evidências descritas neste estudo sobre o desemprego segundo características sociodemográficas.

## Anexo estatístico

Tabela A.1

Taxa de participação e distribuição da População em Idade Ativa, de acordo com características sociodemográficas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001 e 2010

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE PARTICIPAÇÃO			DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA	
	2001	2010	Δ%	2001	2010
	(%)				
<b>TOTAL</b> .....	58,6	57,7	-1,5	100,0	100,0
<b>Sexo</b>					
Homens .....	68,5	66,4	-3,1	47,5	46,8
Mulheres .....	49,6	50,0	0,8	52,5	53,2
<b>Idade</b>					
De 10 a 15 anos .....	5,9	1,5	-74,6	12,3	10,6
De 16 a 24 anos .....	68,8	67,2	-2,3	20,2	16,8
De 25 a 39 anos .....	82,0	84,9	3,5	27,0	25,9
40 anos e mais .....	53,8	51,9	-3,5	40,5	46,6
<b>Raça/Cor (1)</b>					
Negros .....	58,2	56,3	-3,3	12,1	14,3
Não negros .....	58,6	57,9	-1,2	87,9	85,7
<b>Posição no domicílio</b>					
Chefe .....	72,1	66,9	-7,2	38,2	40,4
Cônjuge .....	54,0	56,6	4,8	24,3	23,9
Filho .....	47,3	48,1	1,7	30,3	28,7
Demais membros .....	49,7	47,4	-4,5	7,2	7,0
<b>Escolaridade (2)</b>					
Analfabetos .....	24,0	14,9	-37,9	3,2	2,0
Fundamental incompleto .....	46,5	36,9	-20,6	46,9	35,8
Fundamental completo a médio incompleto .....	63,9	59,9	-6,3	19,7	19,8
Médio completo a superior incompleto .....	76,3	75,2	-1,4	22,9	31,5
Superior completo .....	80,8	79,2	-2,0	7,3	10,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Negros abrangem negros e pardos; não negros, brancos e amarelos. (2) A faixa de escolaridade fundamental incompleto inclui indivíduos alfabetizados sem escolarização.

## Referências

ALONSO, J.. **Gênese e institucionalização da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2008. (Texto para Discussão FEE, n. 29).

BORGES, B.. Recuperação do emprego formal: trajetória rumo a (re)estruturação do mercado de trabalho na RMPA? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v. 39, n. 1, p. 55-64, 2011.

CARDOSO Jr., J.. As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. **Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 87-108, 2007.

CHAVES, A. *et al.* O mercado de trabalho da RMPA a partir dos anos 90: precarização e (re)estruturação em duas décadas de transformações. In: CONCEIÇÃO, O. (Org.) *et al.* **Três décadas de economia gaúcha — a evolução social**. Porto Alegre: FEE, 2010.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **La juventud en Iberoamérica: tendencias y urgencias**. Santiago: CEPAL, 2004.

DEDECCA, C., BALTAR, P.. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, número especial, p. 65-84, 1997.

DEDECCA, C.. O desemprego na Pesquisa de Emprego e Desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 46-57, 2006.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). **Trajetórias da juventude nos mercados de trabalho metropolitanos** — mudanças na inserção entre 1998 e 2007. São Paulo: DIEESE, 2008.

PESQUISA de Emprego e Desemprego — PED: conceitos, metodologia e operacionalização. São Paulo: SEADE; DIEESE, 2009.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 2012. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_pib.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib.php)>. Acesso em: 25 jan. 2012.

HOFFMANN, M. *et al.* O sistema PED: pesquisa de emprego e desemprego em seis regiões metropolitanas. In: WILTGEN, R. (Coord.), GARCIA, L. (Coord.) **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE, 2002.

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Emplear a los jóvenes:** promover un crecimiento intensivo en empleo. Ginebra: OIT, 2000.

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Tendencias mundiales del empleo juvenil.** Ginebra: OIT, 2010.

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Trabajo decente y juventud — América Latina.** Lima: OIT, 2007.

O'HIGGINS, N.. **The challenge of youth unemployment.** Geneva: OIT, 1997. (Employment and training papers, n. 7).

POCHMANN, M.. **A batalha pelo primeiro emprego.** São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

SALM, C. (Coord.). **O mercado de trabalho brasileiro** — estrutura e conjuntura. Rio de Janeiro: IEI, 1987.

TROYANO, A.. Como medir o desemprego numa economia subdesenvolvida. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 13-15, 1988.

UNITED NATIONS. **World youth report 2007** - young people's transition to adulthood - progress and challenges. New York: UN, 2007.

WINKELMANN, R.; BOES, S.. **Analysis of microdata.** New York: Springer, 2006.



# **Evolução do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1993-2010 sob a perspectiva do trabalho decente**

*Miriam De Toni*

*Socióloga, Pesquisadora da FEE*

“O objetivo de promoção do trabalho decente deve ter um lugar central — e não residual — nas estratégias de desenvolvimento dos países e nas políticas nacionais e internacionais, incluídas aquelas dirigidas à redução da pobreza, devido à sua capacidade de impulsionar uma distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento econômico e favorecer a inclusão social [sendo] garantia da governabilidade democrática no País.”

Abramo (2010, p. 159)

Trabalho decente é um conceito desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) ao final da década de 1990 (OIT, 1999) com o objetivo de promover oportunidades para homens e mulheres obterem um trabalho produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança social e respeito aos direitos no trabalho. Visa ser um paradigma, na medida em que contempla as principais áreas do trabalho em conjunto, aplicável a toda a população trabalhadora e a todas as sociedades, não obstante a diversidade de suas instituições e de seu nível de desenvolvimento.

O trabalho decente está baseado em quatro pilares: (a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil e eliminação de todas as formas de discriminação); (b) promoção do emprego de qualidade; (c) extensão da proteção social; e (d) diálogo social (EMPREGO ..., 2008, p. 12).

Destaque-se que um elemento central e transversal do conceito de trabalho decente diz respeito à igualdade de oportunidades e de tratamento e ao combate a todas as formas de discriminação, tais como as de gênero, raça/cor/etnia, idade, etc.

Não por acaso, esse conceito de trabalho decente e a discussão em torno dele emergiram em um momento em que o mercado de trabalho atravessava um processo de intensas transformações, levando à precarização das relações de trabalho, associado à reestruturação do capitalismo em nível mundial, a partir de sua crise nas últimas décadas do século XX.

De fato, o Informe do diretor-geral da OIT de junho de 1999 abre com a afirmação de que

*This Report proposes a primary goal for the ILO in this period of global transition — securing decent work for women and men everywhere. It is the most widespread need, shared by people, families and communities in every society, and at all levels of development. Decent work is a global demand today, confronting political and business leadership worldwide. Much of our common future depends on how we meet this challenge (OIT, 1999, p. 1).*

Na sequência do documento estabelecem-se o contexto e os princípios que norteiam o propósito da OIT, o que pode ser resumido nas assertivas que seguem, constantes em diferentes partes do Informe.

*The world and the ILO are going through times of turbulence. Yet, as is well known, these are the moments of opportunity. [...]*  
*Globalization has brought prosperity and inequalities, which are testing the limits of collective social responsibility. [...]*  
*Problems of human insecurity and unemployment have also returned to the top of the political agenda in most countries. There is growing realization that markets do not function in isolation from their social and political contexts. [...]*  
*The ILO's mission is to improve the situation of human beings in the world of work. Today, that mission finds resonance in the widespread preoccupation of people at times of great change: to find sustainable opportunities for decent work. [...]*  
*This is the main purpose of the Organization today. Decent work is the converging focus of all its four strategic objectives: the promotion of rights at work; employment; social protection; and social dialogue. It must guide its policies and define its international role in the near future. (OIT, 1999, passim).*

Buscando contra-arrestar o quadro adverso para o mundo do trabalho e avançando na estratégia de promoção do trabalho decente, a OIT propôs uma Agenda do Trabalho Decente, através da qual se visa colocar o emprego no centro das políticas econômicas, sociais e de mercado de trabalho, de modo a que tais políticas estejam integradas nas estratégias de desenvolvimento econômico. Esta Agenda integra igualmente os Objetivos de

Desenvolvimento do Milênio (ODMs)<sup>1</sup> no que respeita à área do trabalho, postulando que o trabalho decente e produtivo para todos é fundamental para a erradicação da pobreza e da fome como também para o combate à desigualdade entre gêneros.

Ademais, ao colocar o trabalho decente no centro de seus objetivos estratégicos, a OIT reafirma seu compromisso com todo o conjunto de trabalhadores e não apenas com aqueles que têm um emprego regular e protegido, em setores mais estruturados da economia. Inclui, portanto, todas as formas de trabalho, tais como o trabalho autônomo, a domicílio, o emprego doméstico, o trabalho terceirizado ou subcontratado, além de todo o espectro de atividades que integram o setor informal. Abarca, enfim, também as assim chamadas formas atípicas de trabalho, que se ampliaram sobremaneira a partir das transformações do capitalismo desde o último quartel do século XX, associadas à globalização, à reestruturação produtiva e às novas formas de gerir e de organizar o trabalho.

O trabalho decente integra a noção de trabalho como o “[...] âmbito para o qual confluem os objetivos econômicos e sociais [...] supõe produção e rendimentos, mas significa também integração social, identidade e dignidade pessoal.” (ABRAMO, 2010, p. 152-153). O vocábulo decente, por sua vez, “[...] expressa algo que é, ao mesmo tempo, suficiente e desejável. [...] incorpora os padrões básicos de cada sociedade.” (ABRAMO, 2010, p. 152-153). É nesse sentido que, através desse conceito, a OIT reafirma a centralidade do trabalho<sup>2</sup>, uma vez que, além de estar intimamente associado às condições de vida da população, ele é o meio através do qual as pessoas têm acesso aos direitos associados ao trabalho e à proteção social, bem como aos benefícios do desenvolvimento econômico e social da sociedade.

Inserindo-se nessa discussão, que vem ocorrendo recentemente no País, e considerando os postulados da Agenda do Trabalho Decente, o presente estudo tem por objetivo investigar a situação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a partir de indicadores de trabalho decente, analisando sua evolução ao longo do período de 1993 a 2010. Ademais, tendo-se presente que o Brasil tem um mercado de trabalho ainda pouco estruturado, com baixa proteção social e elevadas taxas de

---

<sup>1</sup> Em setembro de 2000, a Organização das Nações Unidas, ao analisar os problemas mundiais, estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), conhecidos também como os “oito jeitos de mudar o mundo”. A Declaração do Milênio reflete as preocupações de 147 chefes de Estado e de governo de 191 países e determina o compromisso compartilhado com a sustentabilidade do Planeta. Os ODM perfazem um conjunto de oito objetivos, divididos em 18 metas e em 48 indicadores a serem atingidos pelos países signatários, até o ano de 2015, através de ações dos governos e da sociedade. No Rio Grande do Sul, estudo nessa área foi realizado por Gonzalez; Santagada; Winckler (2008), visando avaliar em que medida os ODM vêm sendo efetivados nos 496 municípios do Estado, tendo sido escolhidos, para tanto, sete objetivos, nove metas e 18 indicadores.

<sup>2</sup> Sobre a centralidade do trabalho ver Schnapper (1998); Castel (1998).



desemprego, o texto pretende contribuir para uma investigação preliminar dos déficits de trabalho decente na Região. Tem-se como hipótese que a promoção de mais e melhores oportunidades ocupacionais no período recente, com ênfase na geração de emprego com carteira assinada e a concomitante queda do desemprego, permitiu que o mercado de trabalho regional retomasse uma trajetória de estruturação que havia sido interrompida nas duas décadas anteriores. Todavia, não obstante os avanços registrados, permanecem situações de precariedade de inserção laboral e discriminações, implicando importantes déficits de trabalho decente e conformando movimentos contraditórios que demandam investigação.

Adicionalmente, o trabalho busca contribuir para o fortalecimento da informação e análise do mercado de trabalho, com vistas a: (a) definir indicadores de trabalho decente, de modo que sejam compreensíveis e simples de interpretar, proporcionando uma base de comparação com outras regiões do País; (b) propor medidas relevantes que permitam medir os indicadores ao longo do tempo, possibilitando avaliar o progresso alcançado no decorrer de um período; e (c) informar as ações e as decisões políticas tomadas nesse âmbito.

No que diz respeito aos desdobramentos da crise do capitalismo do final do século passado, eles se fizeram mais presentes no Brasil no decorrer dos anos 90, década essa que foi marcada pela abertura comercial, reestruturação do modo de produzir e das formas de organizar o trabalho e adoção de políticas de corte neoliberal. Esse período, que se caracterizou também por baixas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), conformou uma conjuntura desfavorável aos trabalhadores, já amplamente analisada, acarretando desregulamentação das relações de trabalho e flexibilização das formas de contratação, elevação do desemprego e brusca desaceleração da criação de postos de trabalho formal, com retração em alguns períodos<sup>3</sup>, expansão de formas de trabalho atípicas, crise do sindicalismo e mudanças nas negociações coletivas de trabalho, conduzindo a uma precarização do trabalho (CASTEL, 1998; TONI, 2006; AMORIM, 2007; PICHLER, 2010; FREIRE, 2006).

As transformações ocorridas na economia e na sociedade brasileiras conformaram mudanças de caráter estrutural, as quais tiveram impactos profundos sobre o mercado de trabalho e as relações de emprego, na medida em que provocaram reorganização e flexibilização das relações de trabalho, aumentando inseguranças e vulnerabilidades sociais.

Já a primeira década dos anos 2000 revelou um cenário mais favorável no País e no Estado do Rio Grande do Sul — ao menos até a crise finan-

---

<sup>3</sup> De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, o emprego formal no País cresceu apenas 7,7% e teve recuo de 4,4% na RMPA, entre 1990 e 1999, apresentando forte elevação nos anos 2000 (no período 2000-10, o crescimento foi de 68,0% e 39,3% respectivamente).

ceira de 2008 — tanto para a economia como para o mercado de trabalho, verificando-se melhor desempenho do PIB e evolução positiva dos principais indicadores do mercado de trabalho.

Na esfera da economia, dentre os pontos a ressaltar nesse período estão as modificações na política econômica a partir de 1999 — com destaque para a adoção do regime de câmbio flutuante; uma conjuntura internacional favorável até o ano de 2008, com expansão do comércio, gerando excelente resultado das exportações, que dinamizou a indústria; o bom desempenho da agroindústria gaúcha, em boa parte dos anos, associado ao aumento do consumo interno, acrescido da elevação de preços internacionais das *commodities* agrícolas, que reverteu em parte a valorização cambial registrada ao final do período; o desempenho francamente positivo da construção civil, associado a medidas de estímulo ao setor (maior oferta de crédito, redução nos juros dos financiamentos, alongamento nos prazos dos empréstimos e redução das exigências na contratação da aquisição de imóveis); e forte ampliação do comércio, para o que contribuíram aumentos nos rendimentos do trabalho e na massa de rendimentos, principalmente a partir de 2005, e aumentos reais do salário mínimo<sup>4</sup> conjugados a transferências de renda por parte do governo federal, com destaque para o Programa Bolsa Família, ampliando as possibilidades de consumo das famílias.

Ao final da década, ainda que o Brasil tenha sido menos afetado pelos efeitos mais nefastos da crise econômico-financeira de 2008 *vis-à-vis* aos países avançados — particularmente os Estados Unidos e a Europa —, no ano de 2009 registrou-se contração do nível de produção (o PIB caiu 0,3%), desaceleração no ritmo de criação de emprego e, conseqüentemente, aumento do nível de desemprego. O Rio Grande do Sul teve desempenho semelhante, com queda de 0,4% no PIB (FEE, 2013), e, no caso da RMPA, segundo informações da PED-RMPA, também houve desaceleração no ritmo de geração de novas ocupações e a taxa de desemprego interrompeu a trajetória declinante de anos anteriores, ficando estável em relação a 2008.

Todavia, em 2010 retomou-se um desempenho mais positivo dos principais indicadores econômicos e do mercado de trabalho, em boa parte decorrente das medidas adotadas pelo governo federal, ainda em 2009, visando mitigar o impacto negativo da crise sobre a sociedade brasileira. Tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, o PIB voltou a crescer em 2010, sendo de 7,5% e 6,7% respectivamente (MENEGETTI *et al.*, 2012).

Quanto às medidas adotadas, a par das já mencionadas, prévias à eclosão da crise, no período posterior destacam-se: a redução da taxa de

---

<sup>4</sup> Estudo do DIEESE (DIEESE, 2010) indica retração de 9,1% no valor do salário mínimo real médio anual entre 1990 e 1999 e ganhos consecutivos nos anos 2000, mais contundentes depois de 2004. Como resultado, entre 1999 e 2010 o salário mínimo teve o expressivo ganho real de 72,6%.

juros; introdução de linhas de crédito para setores-chave da economia, incluindo pequenas e médias empresas (PMEs); expansão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), reforçando os investimentos em infraestrutura, para maior criação de empregos; a criação do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, com vistas a estimular o crescimento e o emprego no setor de construção civil; redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre automóveis e outros produtos; aumento na duração dos benefícios do seguro-desemprego por dois meses para trabalhadores de setores de atividade econômica mais afetados pela crise.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, a década de 2000 aponta mudanças no quadro que predominou nos anos 90, atenuando ou revertendo a precarização evidenciada naquele período. Sobressai, nesse sentido, o aumento do contingente de trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, que se intensificou a partir de 2004<sup>5</sup>, e a elevação, embora lenta, do rendimento médio real dos trabalhadores, a partir de 2005, interrompendo o longo período de declínio iniciado na segunda metade da década anterior<sup>6</sup>. Para tais resultados contribuíram, além dos fatores econômicos já citados, a menor intensidade do processo de reestruturação produtiva, face aos anos 90; importante recuperação do emprego industrial; e mudanças no plano legal, seja via uma maior fiscalização das relações de trabalho, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, seja por alterações na Justiça do Trabalho, consolidando uma jurisprudência que responsabiliza, subsidiariamente, a empresa tomadora de serviços terceirizados (MORETTO; KREIN, 2005; PASSOS; ANSILIERO; PAIVA, 2005; FREIRE, 2006).

É nesse contexto de mudanças no trabalho que o Brasil, junto à OIT, lançou a Agenda Nacional do Trabalho Decente, em 2006, a qual se estrutura em torno de três prioridades: “[...] gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática.” (BRASIL, 2006, p. 9-10). Nessa direção, a promoção do trabalho decente é considerada uma prioridade política do governo brasileiro, em cujo âmbito vem sendo implementadas várias medidas

---

<sup>5</sup> Conforme a RAIS, ocorreu abertura de 2 milhões de empregos formais por ano entre 2003 e 2010 (14,6 milhões de novos postos), no País, quase o dobro do aumento anual observado entre 1999 e 2003. Para a RMPA, a mesma fonte indica eliminação de 41.576 empregos formais entre 1990 e 1999 e criação de 374.547 no período 2000-10, a maior parte após 2003. A respeito da evolução do emprego formal na RMPA ver Arandia (2012), Borges (2011) e Sternberg (2009).

<sup>6</sup> Na RMPA, o rendimento médio real do trabalho, após tendência de queda entre 1997 e 2004, também passou a se recuperar a partir de 2005, porém de forma tênue, situando-se, em 2010, ainda 5,0% abaixo do valor registrado em 1997 — o mais alto do período ora em análise (RETOMADA ..., 2011).

com vistas a avançar resultados em função das prioridades propostas. Merece destaque aqui a experiência inovadora desenvolvida no estado da Bahia, que capitaneou a construção de uma agenda subnacional para o fortalecimento e enraizamento do compromisso com o trabalho decente<sup>7</sup>.

Para o desenvolvimento do tema proposto, o texto está organizado em três seções. Na primeira, são definidos os indicadores de trabalho decente com os quais se examinarão as condições de trabalho na RMPA e sua evolução ao longo do período enfocado pelo estudo. A segunda seção compreende a análise dos indicadores selecionados, permitindo investigar a situação do mercado de trabalho regional sob a ótica do trabalho decente. Por fim, nas considerações finais, retomam-se os principais resultados da análise e são tecidos comentários a respeito de déficits de trabalho decente na Região.

## Indicadores de trabalho decente

Os indicadores de trabalho decente ora contemplados incluem aqueles propostos em estudos desenvolvidos especialmente no âmbito da OIT<sup>8</sup> com o fito de auxiliar os países a monitorar e a comunicar efetivamente a situação do trabalho e a acompanhar sua evolução ao longo do tempo. Sem dúvida visam, igualmente, medir a magnitude dos déficits de trabalho decente existentes e aferir avanços obtidos de acordo com metas definidas em uma Agenda de Trabalho Decente, em cada país<sup>9</sup>.

Para o presente estudo, os indicadores selecionados buscam dar conta da qualidade das inserções ocupacionais, bem como dos níveis de desemprego, e de sua evolução no período enfocado. Compõem um conjunto de variáveis com o qual se pretende cobrir a maior parte das áreas relativas ao trabalho decente, tais como as condições de ocupação, o desemprego, os rendimentos do trabalho e a proteção social, ficando excluídos apenas itens

---

<sup>7</sup> Uma detalhada exposição do processo de construção da Agenda de Trabalho Decente e do Plano Nacional de Trabalho Decente no Brasil, bem como da experiência desenvolvida na Bahia, foi realizada por Abramo (2010).

<sup>8</sup> A respeito consultar, especialmente, Abramo (2010), onde se encontra um apanhado geral sobre as discussões promovidas no âmbito das reuniões e Convenções da OIT que levaram à formalização e à implementação do conceito de trabalho decente, cujo precedente se encontra na Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, de 1998. Ver, também, CEPAL/PNUD/OIT (EMPREGO..., 2008); Abramo, Sanches e Costanzi (2008); Ghai (2006) e Guimarães, (2012).

<sup>9</sup> Em estudo sobre os déficits de trabalho decente no Brasil, Abramo, Sanches e Costanzi (2008, p. 97), definem indicadores de trabalho decente e analisam sua evolução ao longo do tempo. Também fazem referência a várias Convenções da OIT relativas ao trabalho decente e discutem definições de indicadores e metodologias para a captação do trabalho decente, concluindo que “não existe [...] uma posição consensual a respeito do conjunto de indicadores a ser utilizado e inclusive da melhor metodologia a ser empregada”

relativos à segurança, aos direitos no trabalho e ao diálogo social, uma vez que informações dessa natureza não integram a base de dados utilizada para o estudo.

No âmbito do mercado de trabalho, as dimensões consideradas referem-se à quantidade e à qualidade das ocupações, compreendendo os indicadores abaixo.

- Quantidade de ocupações - taxa de participação, nível de ocupação e taxa de desemprego.
- Qualidade das ocupações - escolaridade dos ocupados, estabilidade na ocupação (tempo de permanência no trabalho), excesso de horas trabalhadas (percentual de ocupados com jornada de trabalho superior às 44 horas semanais previstas pela legislação trabalhista), rendimento real médio do trabalho e grau de informalidade (proporção de trabalhadores que não contribuem à Previdência Social).
- Proteção social - acesso à proteção social (proporção de trabalhadores que contribuem à Previdência Social); déficit de emprego formal (proporção da População Economicamente Ativa (PEA) em situação de desemprego mais os ocupados que não tem contribuição à Previdência Social).
- Inserção ocupacional dos jovens - falta de oportunidades de ocupação (taxa de desemprego, déficit de emprego formal) e proporção de jovens que não estudam nem trabalham.

Os indicadores serão desagregados por sexo, idade e raça/etnia, a fim de identificar discriminações presentes no mercado de trabalho no que respeita a diferentes segmentos populacionais, bem como analisar a questão da equidade em relação aos mesmos. Além disso, será dado destaque ao segmento de jovens trabalhadores (indivíduos de 16 a 24 anos de idade), uma vez que ele vem apresentando condições ocupacionais mais precárias do que os trabalhadores adultos e tem encontrado maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, manifestas nas elevadas taxas de desemprego e na parcela significativa de jovens que não estudam nem trabalham.

#### Definição dos principais indicadores de trabalho decente

- 1 Taxa de participação:** considerando o total de pessoas com 10 anos e mais de idade — que é a População em Idade Ativa (PIA) —, indica a proporção de indivíduos que se encontram no mercado de trabalho, os quais compõem a População Economicamente Ativa (PEA) — a PEA é a soma do total de ocupados com o total de desempregados.
- 2 Nível de ocupação:** indica a proporção da PIA que se encontra ocupada.
- 3 Taxa de desemprego:** é igual à relação desempregados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na condição de desemprego aberto ou oculto.
- 4 Taxa de informalidade:** refere-se à proporção dos ocupados que não contribuem para a Previdência Social. Estão excluídos do sistema de proteção social, conforme a legislação trabalhista e previdenciária.
- 5 Déficit de emprego formal:** é a soma dos desempregados mais os ocupados que não contribuem à Previdência Social, como proporção da População Economicamente Ativa.

Por fim, cabe referir que o presente texto toma como referência principal estudos desenvolvidos no Brasil com vistas a avaliar a situação da população trabalhadora sob o enfoque do trabalho decente, destacando-se aqueles de Abramo, Sanches e Costanzi (2008), da CEPAL/PNUD/OIT (EMPREGO..., 2008) e de Guimarães (2012).

Os principais resultados do estudo constam da Tabela 1 e serão objeto de análise detalhada nas seções que seguem.

Tabela 1

Indicadores de Trabalho Decente, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2010

DISCRIMINAÇÃO	1993	1994	1995	1996	1997	1998
<b>Emprego</b>						
Taxa de participação (%) .....	57,0	54,9	55,6	54,6	54,0	56,7
Taxa de desemprego (%) .....	12,2	11,3	10,7	13,1	13,4	15,9
Nível de ocupação (%) .....	50,1	48,8	49,6	47,5	46,8	47,7
Taxa de informalidade (%) .....	23,5	24,3	25,8	26,2	24,6	27,2
Desemprego dos jovens de 16 a 24 anos (%)	21,4	20,4	19,3	23,0	23,4	27,1
Rendimento médio real (R\$) .....	1.295	1.238	1.346	1.449	1.474	1.444
Salário mínimo real médio anual (R\$) (1) .....	324	283	276	288	290	296
Jornada média semanal (horas) .....	43	43	43	43	43	43
Excesso de horas trabalhadas - mais de 44h semanais (%) .....	37,1	35,8	40,4	35,5	35,0	38,3
Jovens de 16 a 24 anos que não estudam e não trabalham (%) .....	15,0	16,0	15,4	13,8	14,0	13,1
<b>Segurança e proteção social</b>						
Contribuição à Previdência Social (%) .....	76,5	75,7	74,2	73,8	75,4	72,8
Déficit de emprego formal (%) .....	32,8	32,8	33,8	35,8	34,7	38,7
Déficit de emprego formal dos jovens de 16 a 24 anos (%) .....	43,3	44,3	43,4	46,9	46,7	51,7
<b>Direitos no trabalho e diálogo social</b>						
Trabalho infantil (10 a 15 anos de idade) (%)	2,2	1,8	1,8	1,4	1,0	1,1

(continua)

Tabela 1

Indicadores de Trabalho Decente, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2010

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>Emprego</b>						
Taxa de participação (%) .....	58,3	58,9	58,6	57,5	57,9	57,9
Taxa de desemprego (%) .....	19,0	16,6	14,9	15,3	16,7	15,9
Nível de ocupação (%) .....	47,3	49,1	49,8	48,7	48,2	48,7
Taxa de informalidade (%) .....	29,3	30,5	30,0	30,0	30,3	29,5
Desemprego dos jovens de 16 a 24 anos (%)	31,3	28,8	27,5	26,9	29,9	29,3
Rendimento médio real (R\$) .....	1.397	1.401	1.355	1.337	1.218	1.214
Salário mínimo real médio anual (R\$) (1) .....	304	306	332	345	343	360
Jornada média semanal (horas) .....	44	44	44	44	44	43
Excesso de horas trabalhadas - mais de 44h semanais (%) .....	42,9	43,7	40,6	38,5	38,5	37,9
Jovens de 16 a 24 anos que não estudam e não trabalham (%) .....	11,5	11,1	12,0	11,7	11,3	10,6
<b>Segurança e proteção social</b>						
Contribuição à Previdência Social (%) .....	70,7	69,5	70,0	70,0	69,7	70,5
Déficit de emprego formal (%) .....	42,7	42,1	40,5	40,7	41,9	40,7
Déficit de emprego formal dos jovens de 16 a 24 anos (%) .....	55,5	55,2	53,6	53,8	55,7	54,5
<b>Direitos no trabalho e diálogo social</b>						
Trabalho infantil (10 a 15 anos de idade) (%)	0,9	0,9	0,8	0,5	0,6	0,4
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Emprego</b>						
Taxa de participação (%) .....	57,4	56,8	56,9	58,7	58,1	57,7
Taxa de desemprego (%) .....	14,5	14,3	12,9	11,2	11,1	8,7
Nível de ocupação (%) .....	49,1	48,7	49,6	52,1	51,6	52,6
Taxa de informalidade (%) .....	27,5	27,1	27,5	26,8	25,0	23,1
Desemprego dos jovens de 16 a 24 anos (%)	26,3	27,0	24,7	22,5	23,2	18,3
Rendimento médio real (R\$) .....	1.230	1.241	1.271	1.303	1.346	1.401
Salário mínimo real médio anual (R\$) (1) .....	381	443	460	472	500	533
Jornada média semanal (horas) .....	44	43	43	43	42	43
Excesso de horas trabalhadas - mais de 44h semanais (%) .....	37,2	34,3	35,6	35,5	35,0	34,4
Jovens de 16 a 24 anos que não estudam e não trabalham (%) .....	10,4	10,7	10,7	10,5	10,4	11,2
<b>Segurança e proteção social</b>						
Contribuição à Previdência Social (%) .....	72,5	72,9	72,5	73,2	75,0	76,9
Déficit de emprego formal (%) .....	38,0	37,5	36,8	34,9	33,3	29,8
Déficit de emprego formal dos jovens de 16 a 24 anos (%) .....	51,6	52,3	50,9	49,4	48,4	43,5
<b>Direitos no trabalho e diálogo social</b>						
Trabalho infantil (10 a 15 anos de idade) (%)	0,3	(2)-	(2)-	0,3	(2)-	(2)-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Valores em reais de 1º de janeiro de 2010. (2) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

## Taxa de participação

A taxa de participação refere-se à proporção de pessoas incorporadas ao mercado de trabalho, seja na condição de ocupados ou de desempregados. Em outros termos, tomando-se o grupo de indivíduos com 10 anos e mais de idade, que compõe a População em Idade Ativa (PIA)— pessoas consideradas aptas para trabalhar, conforme critérios adotados pela maioria das pesquisas sobre mão de obra no Brasil —, essa taxa é a relação entre a População Economicamente Ativa, que inclui os indivíduos ocupados e os desempregados, e a População em Idade Ativa (PEA/PIA).

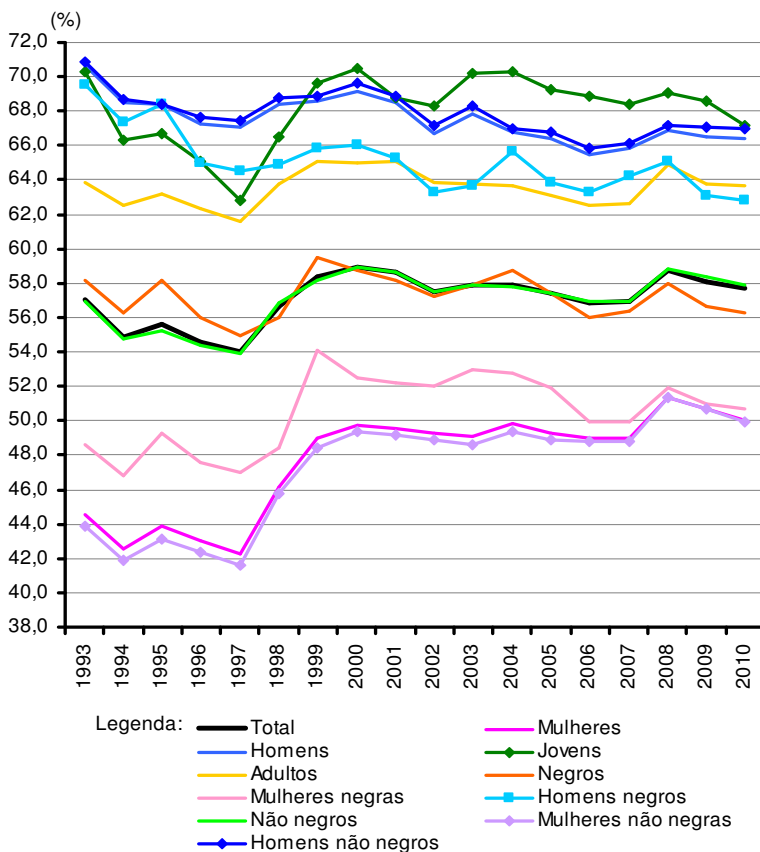
A taxa de participação está relacionada às oportunidades de trabalho e emprego, as quais constituem um dos pilares para a promoção do trabalho decente. Nesse sentido, permite analisar o grau de participação dos diferentes grupos populacionais no mercado de trabalho e identificar possíveis diferenças e discriminações existentes.

Examinando-se esse indicador, constata-se que a **taxa de participação total** apresentou tendência não muito bem definida ao longo do período em estudo: houve certo recuo entre 1993 e 1997, quando atingiu seu ponto mais baixo (54,0% em 1997), oscilando, a partir de então, em patamar geralmente superior ao registrado no primeiro ano da série (57,0% em 1993, 58,9%, em 2000 — a mais elevada da série — e 57,7% em 2010). Enfocando a análise por gênero, tal resultado decorreu de comportamentos opostos entre as taxas de participação das mulheres e dos homens trabalhadores. No caso feminino, a taxa de participação, após certo recuo entre 1993 e 1997, tendeu a se elevar no restante do período, situando-se invariavelmente em níveis superiores ao registrado no primeiro ano da série (44,5% da PIA feminina em 1993 e 50,0% em 2010). O contrário ocorreu entre os homens, em que sobressai o declínio da taxa de participação no decorrer de todo o período, não obstante oscilações positivas em alguns anos, mas sempre abaixo do nível registrado em 1993 (70,7% em 1993 e 66,4% em 2010). Esse movimento foi consistente ao se examinar os vários recortes analíticos, ou seja, entre as mulheres também houve crescimento para as jovens (exceção feita às adolescentes, de 16 e 17 anos) e adultas, bem como para as não negras e as negras, e decréscimo entre os diferentes segmentos masculinos (Gráfico 1).



Gráfico 1

Taxa de participação, segundo sexo, idade e raça/cor, na RMPA — 1993-2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Entre a população **jovem**, houve queda na taxa de participação total (70,3% em 1993 e 67,2% em 2010), refletindo o decréscimo entre os adolescentes de ambos os sexos (16 e 17 anos) e entre os homens adultos jovens (18 a 24 anos) — registrou-se queda no contingente dos primeiros, com redução de 23 mil pessoas, totalizando 37 mil adolescentes na PEA, em 2010. Portanto, no segmento jovem, o único grupo a registrar aumento na taxa de participação foi o das mulheres entre 18 e 24 anos (64,9 em 1993 e 71,1% em 2010). Já para os adultos, esse indicador teve oscilações menores do que entre os jovens e ficou praticamente estável, considerando

os pontos extremos do período, encerrando com uma taxa de participação de 63,7% da PIA.

Sob o recorte de **raça/cor**, os movimentos foram diferenciados. Entre os não negros, a taxa de participação aumentou de 56,9% para 57,9%, entre 1993 e 2010, pois a expressiva elevação da taxa feminina mais do que compensou a queda desse indicador entre os homens. De modo distinto, houve recuo na taxa de participação total para os negros (58,2% e 56,3% respectivamente), segmento em que o crescimento da taxa para as mulheres foi tênue e a queda na taxa masculina foi mais acentuada do que a observada para os homens não negros.

Portanto, as alterações nas taxas de participação revelaram mudanças importantes na composição da força de trabalho, destacando-se o aumento da presença de mulheres e de pessoas com mais idade. Assim, em decorrência das tendências opostas entre as taxas de participação de mulheres e homens, diminuiu o diferencial de participação no mercado de trabalho entre esses dois segmentos populacionais, e, dada a maior incorporação de mulheres no mercado de trabalho, estas passaram a representar 46,1% da População Economicamente Ativa em 2010, contra 40,9% em 1993. Como resultado disso, nesse período o contingente feminino cresceu em 289 mil, ao passo que o masculino teve acréscimo menor, de 173 mil pessoas.

A crescente presença de mulheres no mercado de trabalho é um fenômeno que vem ocorrendo em décadas recentes e está associado a fatores econômicos, sociais e culturais (GALEAZZI *et al.*, 2003; LAVINAS *et al.*, 2000; HIRATA, 1996). Ao lado da maior independência econômica e da realização pessoal que o trabalho propicia, esse fenômeno também está relacionado a mudanças comportamentais, alterando as relações de gênero nos âmbitos do grupo familiar e do mercado de trabalho, bem como a necessidades vinculadas à recomposição ou aumento da renda familiar ou à obrigação de a mulher assumir o sustento da família pelo desemprego ou pela ausência do cônjuge. De fato, quanto ao último aspecto, informações da PED-RMPA dão conta de que a parcela de mulheres que vêm assumindo a chefia do domicílio tem aumentado significativamente: em 2010 um terço dos chefes de domicílio (32,5%) eram mulheres, contra 21,6% em 1993; entre as mulheres ocupadas, as parcelas das que detinham a chefia do domicílio eram de 25,0% e 17,7% respectivamente.

De outra parte, enquanto o grupo de jovens aumentou 8,8% entre 1993 e 2010, com a incorporação de mais 30 mil indivíduos na PEA juvenil, totalizando 371 mil jovens trabalhadores, entre os adultos maiores de 24 anos o crescimento foi da ordem de 45,1% (mais 471 mil pessoas, totalizando 1.515 mil trabalhadores em 2010). Essa evolução encontra-se associada à tendência de envelhecimento da população, que é um dos fatores demográficos relevantes do período recente e se reflete no mercado de trabalho através da maior ampliação da parcela de trabalhadores com mais idade

(KRELING, 2011). Também deve estar contribuindo para tal a permanência mais prolongada dos jovens no sistema escolar, em busca de uma formação mais completa, o que deverá lhes dar melhores condições para enfrentar um mercado de trabalho crescentemente mais seletivo e competitivo (BASTOS, 2005).

## Escolaridade melhorou

Uma característica marcante do período em estudo foi o aumento da escolaridade, que ocorreu para toda a população, com reflexos imediatos nos níveis de educação dos trabalhadores, sejam ocupados ou desempregados.

A educação tem muitas interfaces com o mundo do trabalho, uma vez que o nível de escolaridade interfere na qualificação da mão de obra e nas possibilidades de ascensão profissional, nas oportunidades de inserção ocupacional e nos rendimentos do trabalho, entre outros aspectos.

Tomando-se a População em Idade Ativa, considerada apta para trabalhar, a escolaridade evoluiu favoravelmente no período em estudo. Isto é, no conjunto de indivíduos com 10 anos ou mais de idade houve expressiva queda para aqueles com menor escolaridade — a parcela de trabalhadores com até o ensino fundamental incompleto recuou de 60,6% para 37,8% entre 1993 e 2010 — enquanto a parcela com ensino médio completo<sup>10</sup> teve largo aumento, duplicando no período (passou de 15,3% para 31,5% respectivamente).

Essa melhora nos níveis de escolaridade se refletiu no âmbito do mercado de trabalho e pôde ser detectada pelas mudanças na proporção de indivíduos segundo os níveis de escolaridade, examinando-se essa evolução no que se refere às taxas de participação e às alterações na composição dos ocupados e dos desempregados.

Um primeiro ponto a destacar é a existência de correlação positiva entre educação e taxa de participação — uma característica já amplamente conhecida —, fator esse que se acentuou no período. Nesse sentido, sobressai a queda expressiva da taxa de participação entre os trabalhadores muito pouco escolarizados, que possuem, no máximo, o ensino fundamental incompleto, ao mesmo tempo em que, para aqueles com maior grau de escolaridade, as taxas tendem a se manter em patamares elevados. Entre aqueles sem escolaridade<sup>11</sup>, a taxa de participação, que já era a mais baixa, caiu pela metade entre os pontos extremos do período (31,7% e 14,9% respectivamente), sendo que, entre os indivíduos com ensino funda-

---

<sup>10</sup> Inclui os níveis de ensino médio completo e superior incompleto.

<sup>11</sup> Inclui indivíduos analfabetos e os alfabetizados sem escolarização.

mental incompleto, recuou de 49,0% para 36,9%. Esse indicador também diminuiu, mas de maneira menos acentuada, para aos indivíduos com ensino fundamental completo<sup>12</sup> (64,8% em 1993 e 59,9% em 2010). De modo distinto, para os trabalhadores com ensino médio completo ou superior as taxas eram bem mais elevadas e se mantiveram relativamente estáveis no período, em torno de 75% para os primeiros e de 80% para os últimos.

Para o conjunto da força de trabalho, também foram expressivas as alterações na distribuição dos indivíduos segundo os diferentes níveis de escolaridade. De fato, a parcela da PEA com ensino fundamental incompleto recuou de 47,9% em 1993 para 22,9% em 2010, refletindo, basicamente, o incremento da parcela de trabalhadores com ensino médio completo. Estes últimos passaram a representar a expressiva parcela de 41,1% da PEA, em 2010, duplicando sua presença nesse conjunto, pois alcançavam apenas 20,9% do total em 1993. Registrou-se igualmente forte ampliação na parcela que detém o ensino superior — de 8,3% para 14,9%, no período —, enquanto o grupo de trabalhadores com ensino fundamental completo permaneceu relativamente estável, em cerca de 20% do total.

Entre os ocupados, o aumento do nível educacional foi contundente, na medida em que os trabalhadores com ensino médio completo ou com curso superior passaram a representar mais da metade dos ocupados em 2010 (56,9%), face aos 31,0% de 1993. O aumento mais expressivo ocorreu na parcela de indivíduos com ensino médio completo, que teve sua participação duplicada, passando de 21,8% para 41,2% dos ocupados, no período. Ao contrário, registrou-se queda acentuada para o grupo com até o ensino fundamental incompleto, cuja parcela, que representava a metade dos ocupados em 1993 (49,2%), decresceu para menos de um quarto deles ao final do período em foco (23,4%).

Tendo em vista que houve aumento da escolaridade para toda a população, esse fato também se verificou entre os desempregados. Para esse grupo, o movimento foi similar ao observado entre os ocupados, mas com diferenças nas magnitudes das proporções e em sua evolução. Ou seja, os menos escolarizados tinham maior participação no contingente desempregado, *vis-à-vis* ao observado para os ocupados, e a queda registrada no período foi relativamente maior: essa parcela passou de 60,3% dos desempregados em 1993 para apenas 24,2% deles em 2010 (RETOMADA ..., 2011). De modo inverso, os indivíduos com ensino médio completo mais do que duplicaram sua participação entre os desempregados (14,8% em 1993 e 39,2% em 2010), sendo que a parcela daqueles com ensino superior triplicou (2,1% e 6,6% respectivamente). O grande aumento da participação de indivíduos com escolaridade elevada no contingente desempregado é um indicador de que a escolaridade, embora necessária, por si só não garante

---

<sup>12</sup> Inclui os níveis de ensino fundamental completo e médio incompleto.

uma inserção imediata no mercado de trabalho, haja vista que havia cerca de 11 mil desempregados com ensino superior, na Região, em 2010.

Enfocando-se os distintos segmentos de trabalhadores, constata-se que as mulheres detêm um grau de escolaridade superior ao dos homens, condição que se manteve no decorrer do período. Assim, em 1993, 46,6% das mulheres ocupadas tinham até o ensino fundamental incompleto, enquanto entre os homens essa parcela ultrapassava a metade da força de trabalho (51,1%). A condição melhorou para ambos os segmentos, uma vez que tais parcelas recuaram para 20,9% e 25,5%, em 2010. Nos níveis superiores de escolaridade, as mulheres também se encontravam em condições mais favoráveis: a parcela das trabalhadoras com ensino médio completo passou de 23,2% para 42,6% entre os pontos extremos do período, evoluindo de 20,8% para 40,1% entre os homens. Já a parcela de trabalhadores com nível de ensino superior completo atingia 18,7% entre as mulheres, em 2010, ao passo que para os homens era de 13,2%.

Sob o recorte analítico de raça/cor, os trabalhadores não negros ocupados eram mais escolarizados do que os negros. Cerca de um terço destes últimos tinham, no máximo, o ensino fundamental incompleto (31,2% em 2010), em face de uma parcela menor, de 22,1% para os não negros. No outro extremo, os indivíduos com ensino superior representavam 5,2% e 17,4% dos ocupados respectivamente. Ressalte-se que, na análise por gênero, as mulheres também eram mais escolarizadas do que os homens, independentemente da raça/cor.

## **Nível de ocupação elevou-se nos anos 2000**

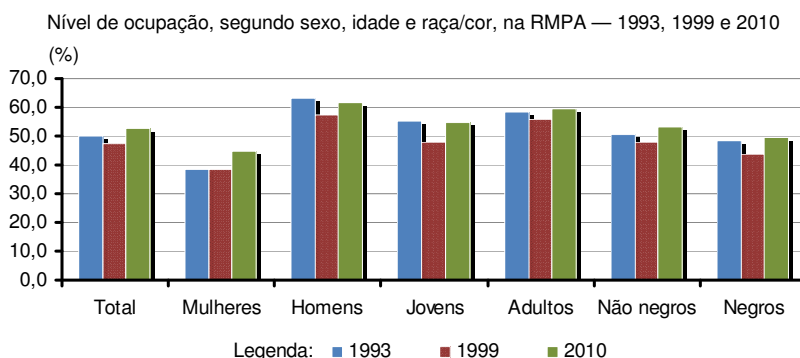
O nível de ocupação é particularmente importante ao se tratar de trabalho decente, uma vez que está diretamente associado às oportunidades de trabalho para a população. Para o presente estudo, esse indicador foi calculado a partir da relação entre a PIA e o contingente ocupado (ocupados/PIA). Ou seja, dentre a população considerada apta para trabalhar — de 10 anos de idade e mais — o nível de ocupação representa a parcela de trabalhadores que se encontrava engajada no mercado de trabalho na condição de ocupados, segundo os diferentes recortes analíticos.

Esse indicador seguiu padrão semelhante para as várias categorias de trabalhadores, tendendo a diminuir nos anos 90 e passando a se elevar na década de 2000, notadamente ao final da série. Para o conjunto dos ocupados, somente a partir de 2008 esse indicador ultrapassou o nível verificado inicialmente (50,1% em 1993 e 52,6% em 2010 — o mais elevado da série). Sua evolução revela, portanto, uma das facetas da deterioração do mercado de trabalho na década de 90, o que veio associado à elevação do desemprego, como se verá adiante. Em decorrência disso, em 1999, todas as ca-

tegorias acusaram o mais baixo nível de ocupação da série (47,3% da PIA encontravam-se ocupados). A recuperação da economia, com maiores taxas de crescimento do PIB no decorrer dos anos seguintes, impactou positivamente o mercado de trabalho, o que se manifesta, entre outros aspectos, na tendência de elevação do nível de ocupação, notadamente nos últimos anos da série.

Considerando-se esses três momentos do período — 1993, 1999 e 2010 —, a análise do Gráfico 2 revela que, não obstante todos os segmentos de trabalhadores terem apresentado um nível de ocupação mais elevado em 2010 na comparação com 1999, para alguns essa recuperação não logrou alcançar os patamares do início da série. Esse é o caso dos trabalhadores homens e dos jovens entre 16 e 24 anos, enquanto que as mulheres estavam na situação oposta, com a elevação mais expressiva dentre os grupos.

Gráfico 2



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT

Por conseguinte, mediante uma perspectiva de gênero, o aumento do nível de ocupação total se deveu ao comportamento do indicador observado entre as mulheres, que apresentou uma evolução favorável, uma vez que, para o segmento masculino, houve redução entre os pontos extremos do período. Sendo assim, para o contingente feminino ocupado, a elevação na taxa de participação, antes verificada, veio acompanhada de aumento importante nas oportunidades de trabalho, manifesto no expressivo crescimento do nível de ocupação. Isto é, comparativamente ao segmento masculino, o recuo no nível de ocupação para as mulheres foi menor nos anos 90, e, a partir de 2000, seu nível de ocupação passou a se situar em patamar mais elevado do que o do primeiro ano do período em estudo, especialmente ao final da série — o nível de ocupação passou de 38,2% da PIA feminina em 1993 para 44,7%, em 2010.

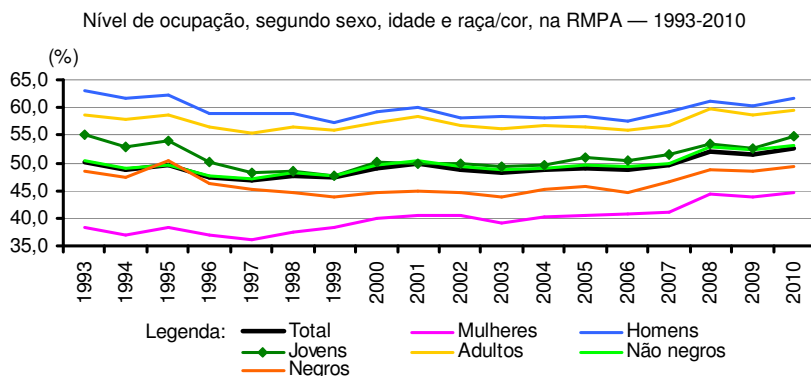
Evolução positiva ocorreu igualmente para os trabalhadores não negros, os negros e os adultos, embora em magnitude menor do que entre as mulheres. Isto é, o crescimento do nível de ocupação para esses grupos também se deu com mais intensidade ao final do período, logrando superar os patamares verificados no início da série.

De modo contrário, para os homens e os jovens houve recuo no nível de ocupação. Entre os trabalhadores masculinos observou-se queda mais incisiva na década de 90, com decréscimo de 6 pontos percentuais entre 1993 e 1999, e, não obstante a recuperação nos anos 2000, ao final do período seu nível de ocupação ainda estava abaixo do inicialmente registrado (63,1%, em 1993 e 61,7% em 2010). Comportamento similar foi constatado para o grupo de jovens, no qual houve queda de 7,5 pontos percentuais nos anos 90 e tendência ascendente na década seguinte, chegando ao final do período com um nível de ocupação de 54,9% da PIA jovem, face aos 55,2% de 1993.

Ainda quanto ao nível ocupacional, também há diferenças no grau de engajamento dos vários grupos de trabalhadores no mercado de trabalho, conforme mostra o Gráfico 3. Tal como se observou ao examinar as taxas de participação e, em certa medida, como decorrência das características daquele indicador, o nível ocupacional apresentou o grau mais elevado para os homens (61,7% em 2010), e, no outro extremo, situou-se no patamar mais baixo entre as mulheres (44,7% em 2010) e entre os negros (49,4%).

Portanto, mesmo que não haja um nível de ocupação que possa ser tomado como parâmetro para o trabalho decente, a análise desse indicador permite afirmar que há ainda espaço para a elevação do nível ocupacional, seja porque, para certas categorias, como no caso dos trabalhadores do sexo masculino, esse nível se apresentou mais elevado em outros períodos da série, face ao de 2010, seja pelo fato de persistirem diferenciais entre os grupos de trabalhadores, em especial os relativos a gênero e raça/cor. Tais resultados indicam a necessidade de ampliar as oportunidades de trabalho, o que fica mais evidente ainda quando se analisa o desemprego entre a população trabalhadora, como se verá a seguir.

Gráfico 3



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

## Desemprego teve queda significativa na primeira década do século XXI

O desemprego é uma variável crucial para se apreender o déficit de trabalho decente, pois é um indicador direto da falta de oportunidades de trabalho para a população que busca uma ocupação.

No caso da RMPA, o fato de as taxas de desemprego se situarem em patamares relativamente elevados amplia os efeitos negativos dessa condição sobre os trabalhadores.

A análise das taxas de desemprego ao longo do período enfocado por este estudo revela um comportamento que acompanha, de certo modo, as conjunturas econômicas, o que é esperado até certo ponto, uma vez que a taxa de desemprego é considerada um indicador síntese da situação do mercado de trabalho em sua interface com a atividade econômica.

Sendo assim, a taxa de desemprego total na RMPA tendeu a se elevar nos anos 90 — mais precisamente na segunda metade da década —, revelando movimento declinante nos anos 2000. No início do período, em 1993, a taxa de desemprego total situava-se na marca dos 12,2% da PEA, tendo-se reduzido nos dois anos seguintes. Destaque-se que, em 1995, a taxa atingiu um dos patamares mais baixos de toda a série (10,7%), o que também foi observado para a maioria das categorias de trabalhadores. A partir daí esse indicador se elevou até 1999, ano em que atingiu o pico, tanto para a taxa de desemprego total (19,0%) quanto para as taxas de todas as categorias de trabalhadores em análise.

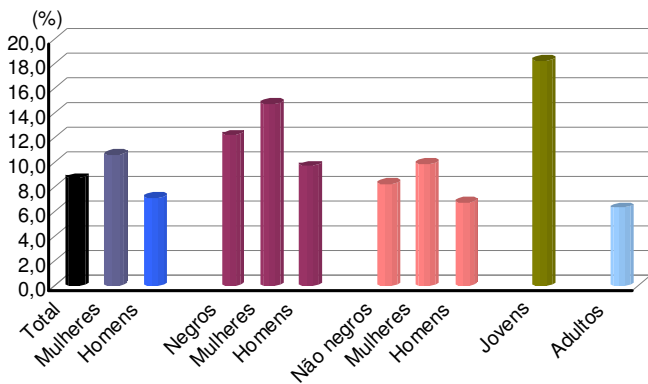


Entre os anos 2000 e 2010 a tendência é declinante, constatando-se elevação da taxa de desemprego em 2002 e 2003 e recuo do indicador a partir daí, chegando a 8,7% em 2010 — primeira vez em que a taxa ficou em apenas um dígito. Nesse ano, para todas as categorias de trabalhadores, a taxa de desemprego encontrava-se no patamar mais baixo da série, com a única exceção das mulheres negras, entre as quais a menor taxa foi registrada em 1995. Em termos do contingente desempregado, as oscilações acompanharam o movimento da taxa de desemprego: o número de pessoas desempregadas foi de 174 mil em 1993, recuou para 155 mil em 1995 — o menor contingente da série —, atingiu a cifra mais elevada em 1999 (316 mil pessoas) e declinou para 164 mil em 2010.

Considerando-se os segmentos de trabalhadores, as taxas de desemprego revelam características já consagradas em estudos sobre o mercado de trabalho nacional: são mais elevadas entre os jovens, os trabalhadores negros e as mulheres. Assim, em 2010, as taxas de desemprego apresentavam os seguintes valores: jovens 18,3% e adultos 6,3%; negros 12,2% e não negros 8,2%; mulheres 10,6% e homens 7,1% (Gráfico 4).

Gráfico 4

Taxa de desemprego, segundo sexo, idade e raça/cor, na RMPA — 2010



FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

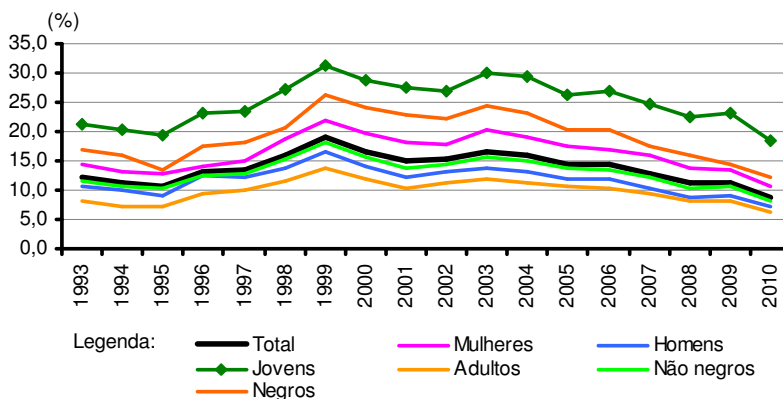
A evolução favorável da economia e do mercado de trabalho provocou queda importante das taxas de desemprego na década de 2000, contribuindo para que o indicador se situasse, ao final do período, em patamar inferior ao observado em seu início para todos os segmentos de trabalhadores. Esse fato é marcante entre os homens, visto que suas taxas de desemprego, nos anos finais, apresentaram os patamares mais baixos de toda

a série em foco, refletindo um recuo de 33,6% nesse indicador durante o período. Pelo lado da oferta de trabalho, a queda na taxa de participação masculina contribuiu para esse resultado, uma vez que significou uma menor pressão desse segmento sobre o mercado de trabalho. De modo distinto, o aumento da taxa de participação das mulheres, mesmo considerando o avanço em seu nível de ocupação, impediu uma queda maior da taxa de desemprego, que recuou apenas 25,9% para a força de trabalho feminina entre 1993 e 2010.

Em face desses resultados, o hiato da taxa de desemprego entre homens e mulheres viu-se ampliado; isto é, enquanto a taxa de desemprego feminina era 33,6% maior do que a masculina em 1993, ela passou a ser 49,3% mais elevada em 2010. Essa condição ficou ainda mais crítica para os trabalhadores negros, entre os quais o diferencial entre as taxas de desemprego das mulheres e dos homens aumentou para 52,6% ao final do período, face aos 9,3% iniciais. Para o segmento jovem, a taxa de desemprego das mulheres era cerca de um terço superior à dos homens, em ambos os pontos extremos do período (Gráfico 5).

Gráfico 5

Taxa de desemprego, segundo sexo, idade e raça/cor, na RMPA — 1993-2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Para os jovens de 16 a 24 anos, cabe um exame mais acurado, visto serem o grupo com as taxas de desemprego mais elevadas, condição que se manteve no decorrer do período — para esse grupo as taxas de desemprego eram 21,4% em 1993 e 18,3% em 2010. Essa característica configura condições adversas evidenciadas também por outros estudos sobre o mercado de trabalho e encontra-se associada, dentre outros fatores, ao fato de que os jovens estão em um momento de transição entre escola e trabalho.

Ou seja, nessa condição, uma boa parcela deles está ingressando no mercado de trabalho e, portanto, não tem experiência anterior de trabalho, o que é frequentemente exigido para obter uma ocupação (BASTOS, 2007).

A evolução das taxas de desemprego para esse grupo seguiu movimento semelhante ao constatado para as demais categorias, mas revelou uma peculiaridade desfavorável, qual seja: esse segmento foi o único em que as taxas de desemprego se mantiveram mais elevadas do que o nível inicial durante toda a primeira década de 2000, recuando para um patamar menor apenas no ano de 2010. Já para as demais categorias, taxas de desemprego inferiores à registrada em 1993 já eram observadas desde 2008.

Contribuiu para tal resultado, em maior magnitude, uma elevação mais intensa da taxa de desemprego das mulheres jovens face à taxa masculina nos anos 90 (entre 1993 e 1999, a taxa feminina subiu de 24,9% para 37,2%; para os homens, o indicador foi de 18,8% e 26,4% respectivamente). Em decorrência disso, ao se encerrar o período, mesmo com a queda no indicador em 2010, que foi mais expressiva para as mulheres, o diferencial entre as taxas de desemprego permaneceu acentuado: em 2010 a taxa de desemprego das mulheres jovens era 35,7% superior à dos homens jovens. Já na análise por etnia, a taxa de desemprego era mais elevada para os jovens negros, mas o diferencial entre os dois segmentos pouco se alterou, sendo pouco mais de um terço superior para estes frente à taxa dos não negros, nos pontos extremos do período. Assim, para os não negros, a taxa de desemprego foi de 20,4% em 1993 e de 17,3% em 2010, ao passo que, para os negros, se situou em 27,8% e 23,7% respectivamente.

Esse comportamento das taxas de desemprego dos jovens deveu-se mais às condições adversas pelo lado da demanda por trabalho, uma vez que a ascensão do desemprego se deu concomitantemente à queda na taxa de participação desse segmento, o que poderia ter induzido uma diminuição do desemprego. Entretanto, conforme visto, o recuo na taxa de participação ocorreu fortemente entre os adolescentes e em menor grau para os homens jovens, tendo-se observado aumento apenas entre as mulheres com idade entre 18 e 24 anos, o que indica, neste último caso, uma maior pressão desse segmento sobre o mercado de trabalho.

Não obstante a queda acentuada das taxas de participação entre os adolescentes de 16 e 17 anos, para os que permaneceram na força de trabalho o desemprego seguiu sendo elevado no período. As taxas de desemprego desse grupo foram de 39,1% em 1993 e de 36,3% em 2010 para as mulheres e de 26,8% e 24,5% entre os homens respectivamente. Para os jovens entre 18 e 24 anos o comportamento foi similar, não obstante as taxas de desemprego se situarem em patamares menores: 22,1% e 19,6% entre as mulheres e 16,9% para 14,8% entre os homens, nos mesmos períodos.

Uma análise geral da situação de desemprego entre a PEA da RMPA revela taxas de desemprego ainda elevadas, não obstante a evolução favorável que esse indicador vem obtendo em anos mais recentes. Tendo-se presente que o desemprego tem relação direta com o déficit de trabalho decente, os resultados indicam que o aumento das oportunidades de trabalho não tem sido suficiente para absorver o grande contingente de pessoas que necessitam um trabalho. Essa situação torna-se mais contundente para determinados grupos de trabalhadores, tais como os de mulheres e negros — em especial o das mulheres negras —, sendo particularmente aguda entre os jovens. Nesses segmentos, as altas taxas de desemprego são uma expressão da necessidade de obter uma ocupação e das dificuldades encontradas na busca por trabalho.

No que diz respeito aos jovens, além do elevado desemprego, há outros fatores que aprofundam as condições de exclusão e vulnerabilidade a que eles se encontram sujeitos.

Nesse sentido, ao lado da condição dos jovens quanto à sua participação no mercado de trabalho, deve-se analisar sua situação no que respeita à vinculação ao sistema educacional, já que se encontram em um período de formação e qualificação profissional.

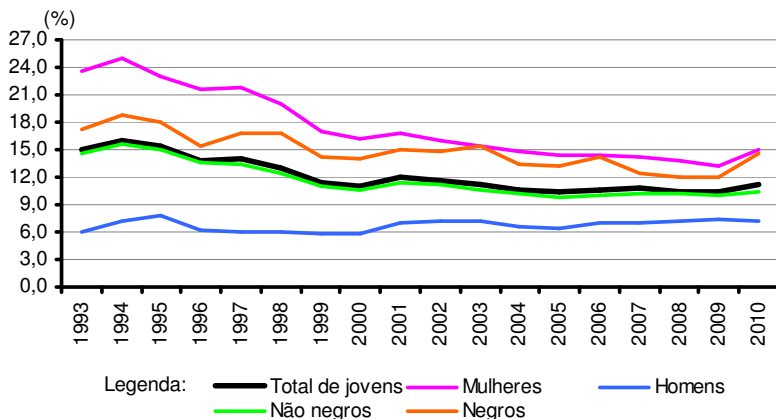
Sobre esse aspecto, os dados do Gráfico 6 mostram que, entre os jovens de 16 a 24 anos, há uma parcela expressiva que **não estuda e também não tem um trabalho**, atingindo 11,2% do total desse grupo populacional em 2010, totalizando 62 mil jovens. No período em foco, essa parcela registrou comportamento declinante, pois alcançava 15,0% em 1993, cabendo registrar que a queda foi mais contundente no período 1993-2000. Assim, diferentemente do comportamento da maioria dos indicadores de trabalho decente aqui analisados, no caso ora em exame houve melhora mais significativa nos anos 90. No período subsequente, a proporção de jovens nessa condição tendeu a se reduzir entre 2001 e 2004, mantendo-se praticamente inalterada a partir de então, oscilando entre 10,4% e 11,2%, e acusando ligeira elevação no final do período<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Segundo Guimarães (2012), que considera os jovens entre 15 e 24 anos, o percentual encontrado para o Brasil era ainda maior e pouco diminuiu entre 1993 (20,2%) e 2009 (18,4%).

Gráfico 6

Proporção de jovens que não estudam e não trabalham, por sexo e raça/cor, na RMPA — 1993-2010



LEGENDA: Total de jovens (preto), Não negros (verde), Mulheres (magenta), Negros (laranja), Homens (azul).  
 FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Na análise desse segmento, sob a perspectiva de gênero e raça/etnia, observam-se diferenças marcantes. Uma primeira constatação é a de que a parcela de mulheres na condição em foco era superior à de homens (23,7% e 6,1%, respectivamente, em 1993), não obstante a evolução entre os dois contingentes ter sido distinta. Isto é, tendeu a uma redução entre as mulheres de modo mais acentuado até 2000, enquanto que entre os homens apresentou pequenas oscilações, em um intervalo entre 5,8% e 7,9%, encerrando a série de dados com a marca de 7,3% em 2010, nível esse superior ao inicialmente constatado (6,3%). Ao final do período, a parcela de mulheres que não estudavam nem trabalhavam havia declinado para 15,1%, sendo ainda mais do que o dobro da registrada para os homens. Como resultado disso, a diferença entre os dois segmentos diminuiu, comparativamente à situação inicial, acima explicitada (Gráfico 6).

Portanto, quanto à parcela de jovens que não estudam nem trabalham, a evolução foi mais positiva para as mulheres, embora essa situação esteja mais condicionada por questões de gênero do que de raça/etnia. Ou seja, a maior presença de mulheres nessa condição deve estar associada a aspectos que também marcam a discriminação contra a mulher na sociedade em geral, especialmente pela forte presença delas na atividade de afazeres domésticos, o que tende a afastar muitas jovens mulheres tanto da escola quanto do mercado de trabalho.

Já no recorte por raça/etnia, a proporção é mais elevada para os jovens negros, mas o diferencial é bem menor do que o verificado entre mulheres e homens, acima analisado. Também difere aqui a evolução do indi-

cador, uma vez que se constatou redução para ambas as categorias e em graus semelhantes: nos pontos extremos do período as parcelas haviam recuado de 14,7% para 10,5% entre os não negros e de 17,3% para 14,6% para os jovens negros.

Em suma, é preocupante tanto a elevada parcela de jovens na condição em foco quanto a resistência dessa parcela em diminuir, como ocorreu nos últimos anos da série, especialmente porque se deu em um período de crescimento econômico e melhores condições do mercado de trabalho, no qual se observa também um aumento da escolaridade, em especial nesse grupo etário. Ademais, tais dados revelam uma aguda desfiliação institucional entre os jovens, notadamente entre os do sexo masculino, o que os coloca frente a grandes riscos pela exclusão de instituições sociais importantes — a escola e o mercado de trabalho —, sendo um fator que pode estar associado à baixa escolaridade e qualificação para parcela destes indivíduos, bem como aos elevados índices de criminalidade juvenil, entre outros fatores.

## **Jornada de trabalho ficou relativamente estável**

A **jornada semanal média de trabalho** é uma dimensão importante quando se trata do trabalho decente, pois repercute nas condições adequadas de trabalho para os indivíduos — como, por exemplo, em questões de segurança no trabalho — bem como na qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias, pois interfere na distribuição do tempo entre trabalho e vida familiar.

No Brasil, a jornada de trabalho é estipulada em 44 horas semanais, conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), cuja legislação regula o trabalho assalariado no setor privado. No decorrer do período em estudo, a jornada de trabalho pouco se alterou, iniciando em 43 horas semanais em 1993, elevando-se para 44h entre 1999 e 2003 e recuando, após, para terminar em 43h semanais. Esse movimento foi semelhante para os diversos segmentos de trabalhadores, entre os quais, no entanto, a duração da jornada de trabalho difere: ela é mais longa para os homens (44h em 2010) e mais curta para as mulheres e os jovens (40h e 41h respectivamente). Em termos médios, portanto, a jornada ficou em torno do estipulado pela legislação.

Com relação à carga de trabalho e considerando aspectos mais estreitamente relacionados ao trabalho decente, além de examinar a duração da jornada semanal, interessa analisar dois outros indicadores relativos a esse campo de estudo: as longas jornadas de trabalho, entendidas como aquelas

que ultrapassam as 44h semanais estipuladas pela CLT, e o tempo de permanência no trabalho.

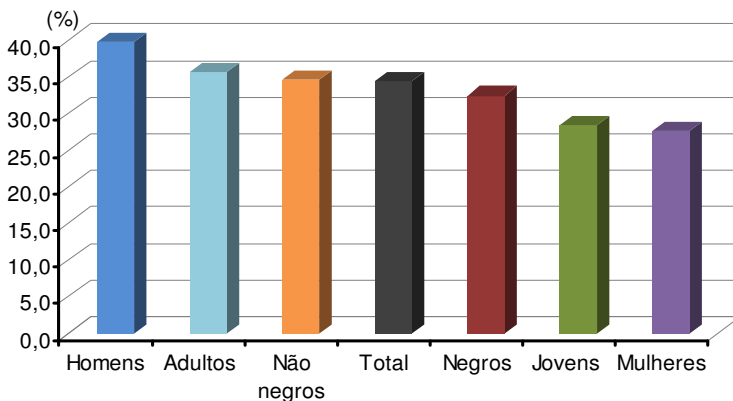
O exame dos dados mostra que a proporção de trabalhadores com **longas jornadas de trabalho** foi sempre superior a um terço da força de trabalho, sendo de 37,1% em 1993 e de 34,4% em 2010 — esta a mais baixa da série.

De modo similar ao constatado para a jornada semanal média de trabalho, os homens detinham a maior parcela com carga excessiva de horas de trabalho (39,9% em 2010), seguidos dos adultos (35,7%) e dos não negros (34,7%); as mulheres apresentavam a parcela mais reduzida (27,6% em 2010) (Gráfico 7).

Na análise desse indicador para os vários segmentos de trabalhadores, constata-se um aumento da proporção com jornadas mais longas a partir de 1998, estendendo-se até 2000, ano este em que a parcela foi a mais elevada para todos os grupos, exceto o dos jovens. Nesse ano, a metade dos homens (50,9%) trabalhava mais de 44 horas semanais, e, entre os adultos, os não negros e os negros, a proporção superava os 40%. Nos anos 2000, a tendência é de redução da parcela com jornadas extensas, encontrando-se o menor valor em 2010 para todas as categorias de trabalhadores.

Gráfico 7

Proporção de ocupados com jornada de trabalho superior a 44 horas semanais, por sexo, idade e raça/cor, na RMPA — 2010



FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Cabe destacar a elevada parcela de homens com carga excessiva de trabalho, o que prejudica suas condições de segurança no trabalho e interfere na vida pessoal e familiar. Quanto às mulheres, que apresentam jorna-

da média de trabalho mais reduzida e parcela menor com excessivas horas de trabalho (27,6% em 2010), deve-se levar em conta que, via de regra, elas têm grande responsabilidade no âmbito doméstico, como donas de casa. De fato, dados para o Brasil mostram que, ao se computarem as horas semanais dedicadas pelas mulheres aos afazeres domésticos (22,3h face às 9,7h semanais entre os homens<sup>14</sup>), a jornada semanal média de trabalho das trabalhadoras femininas fica maior do que a masculina em cerca de 5 horas.

Assim, ao se introduzir informações que permitem aferir a dupla jornada de trabalho para as mulheres — isto é, a conciliação entre o trabalho no âmbito da produção econômica e no da reprodução social —, inverte-se a situação quanto à duração da jornada semanal no recorte de gênero. Nesse sentido, as desigualdades de gênero voltam a ser desfavoráveis para as mulheres, para as quais o expressivo aumento de sua incorporação no mercado de trabalho não logrou uma adequada redefinição de seu papel na reprodução da sociedade, notadamente no âmbito da vida privada.

No que se refere ao **tempo médio de permanência no trabalho exercido**, o indicador permite aferir aspectos vinculados à rotatividade da mão de obra, oferecendo elementos para se avaliar níveis de estabilidade ou de instabilidade na ocupação. Esse indicador está associado ao trabalho decente pois contempla dimensões tais como segurança/incerteza no trabalho, na medida em que, quanto mais exíguo se revelar esse tempo, provavelmente maior será a vulnerabilidade social a que estão expostos os trabalhadores.

Tomando-se o tempo médio de permanência no trabalho para o período em estudo, constata-se que houve um comportamento positivo, na medida em que o tempo médio se ampliou, passando de 5,2 anos em 1993 para 6,4 anos em 2010. A evolução do indicador, entretanto, não foi uniforme, tendo-se observado pequenas oscilações positivas nos anos 90, que se estenderam até 2001, pouco alterando a situação dos trabalhadores quanto ao nível de estabilidade na ocupação, e tendo-se registrado elevação no período posterior. Isto é, para o total de ocupados o tempo variou de 5,2 anos para 5,3 anos entre 1993 e 1999, permanecendo neste último patamar até 2001. A partir daí há uma elevação consistente, atingindo a marca dos 6,4 anos ao final do período.

É interessante notar que esse desempenho foi similar entre os vários segmentos de trabalhadores, em que o tempo médio no trabalho ampliou-se em torno de 25% no decorrer do período, exceção feita aos jovens, único grupo em que ele diminuiu.

Examinando-se as categorias de trabalhadores, o tempo médio de permanência no trabalho é mais elevado para os adultos (7,5 anos, em 2010) e para os homens (6,8 anos). De modo inverso, revelou-se extrema-

---

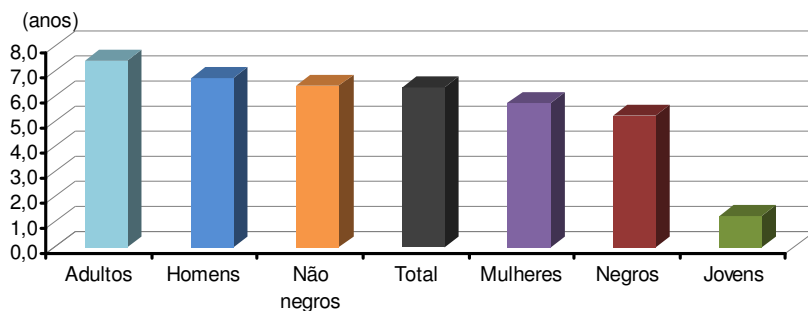
<sup>14</sup> Conforme microdados da PNAD de 2007 (IBGE, 2007 *apud* OIT, 2009).



mente baixo entre os jovens (1,3 anos em 2010), sendo também mais reduzido do que a média para os trabalhadores negros (5,3 anos) e para as mulheres (5,8 anos) (Gráfico 8).

Gráfico 8

Tempo médio de permanência no trabalho, segundo sexo, idade e raça/cor, na RMPA — 2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Uma maior instabilidade no trabalho atingia parcela elevada de trabalhadores que se encontravam no trabalho há um ano apenas. Assim, enquanto para o conjunto da força de trabalho 31,5% se encontravam nessa condição, em 2010, a parcela chegava a quase dois terços entre os jovens (61,8% em 2010) e era de um terço ou mais entre os trabalhadores negros e as mulheres. Saliente-se, todavia, que, enquanto para esses dois últimos grupos a parcela de trabalhadores na condição em foco diminuiu no período compreendido por este estudo, entre os jovens constatou-se crescimento, corroborando mais uma vez a situação mais desfavorável desse segmento quanto à estabilidade na ocupação.

De forma oposta, uma estabilidade maior na ocupação — considerando-se os trabalhadores que exerciam sua ocupação há cinco anos ou mais — foi encontrada para os trabalhadores adultos, para os homens e os não negros, entre os quais as parcelas nessa condição variavam entre 47,7% e 41,0% em 2010. Assim como para a média do tempo de permanência na ocupação, aqui se observa crescimento desse percentual para todos os grupos, exceto o dos jovens, os quais, além de deter uma parcela mínima na condição em foco, apresentaram recuo no indicador (7,4% em 1993 e 4,6% em 2010).

Uma avaliação geral da evolução do tempo médio de permanência no trabalho permite afirmar que houve melhora na condição de estabilidade do trabalhador entre 1993 e 2010, especialmente pelo comportamento do indicador nos anos 2000. Ainda assim, a rotatividade da mão de obra pode

ser considerada elevada, haja vista o baixo tempo médio de permanência no trabalho e a elevada parcela de trabalhadores com até um ano na ocupação — 6,4 anos e 31,5%, respectivamente, em 2010<sup>15</sup>. Tais elementos podem ser considerados como características estruturais do mercado de trabalho brasileiro, que estão vinculadas, entre outros fatores, ao fato de que nossas empresas não enfrentam grandes restrições para demitir e contratar trabalhadores.

Outro ponto a destacar refere-se às diferenças entre os segmentos de trabalhadores, que colocam os jovens, as mulheres e os trabalhadores negros em situações ainda mais precárias quanto ao tempo de permanência na ocupação, *vis-à-vis* aos adultos e trabalhadores masculinos. No caso dos jovens, mesmo que seja de se esperar um tempo menor devido a diversos fatores — muitos poderão estar no seu primeiro emprego ou ter ingressado recentemente no mercado de trabalho; tendem a mudar mais frequentemente de ocupação, buscando ampliar sua experiência no mercado de trabalho e/ou encontrar uma ocupação que julguem mais adequada —, a elevada parcela com até um ano de permanência explícita, sob outro ângulo, a situação particularmente adversa em que se encontra esse segmento de trabalhadores.

## Rendimentos do trabalho recuperaram-se após 2004

Os rendimentos provenientes do trabalho são de importância crucial para o trabalho decente na medida em que constituem elemento primordial para a satisfação das necessidades da população. Como bem destaca Guimarães (2012), esse rendimento está intimamente associado ao bem-estar do trabalhador e de sua família, possibilitando-lhes o acesso aos bens e serviços disponibilizados no mercado. Tal fato é corroborado pela elevada proporção que o rendimento do trabalho representa no orçamento familiar, atingindo 61,1% do rendimento total e variação patrimonial das famílias brasileiras<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Em estudo sobre esse tema, Ramos e Carneiro (2002) constatam que no Japão, por exemplo, apenas 9% dos assalariados possuem menos de um ano de tempo de serviço — o menor percentual entre os países da OCDE —, sendo o tempo médio de permanência no posto de trabalho de 10,9 anos (1991), o maior entre os países da OCDE. Já os EUA situam-se no outro extremo — os valores respectivos eram de 28,8% do total de assalariados e o tempo médio de permanência no posto era de 6,7 anos.

<sup>16</sup> Conforme a Pesquisa de Orçamento Familiar (2008-09) do IBGE (GUIMARÃES, 2012, p. 94). O mesmo autor também informa que a variação patrimonial compreende venda de imóveis, recebimento de heranças e o saldo positivo da movimentação financeira (depó-

Quanto aos rendimentos do trabalho, as informações captadas pela PED-RMPA indicam que, em 2010, a renda média real do trabalho principal correspondia a R\$ 1.401<sup>17</sup>. Examinando-se o comportamento desse indicador no decorrer do período em estudo, constatam-se oscilações acentuadas, com destaque para certos momentos. Primeiramente houve elevação expressiva do valor real dos rendimentos imediatamente após a implantação do Plano Real, de 1994, que logrou debelar a inflação crônica que assolava o País há vários anos. Entre 1994 e 1997 registrou-se aumento de 19,0% nesse indicador, cujo valor atingiu o pico de toda a série neste último ano (R\$ 1.474). É interessante notar que esse comportamento foi distinto do registrado para outras variáveis do mercado de trabalho, tais como o nível de ocupação, a qualidade das ocupações e a taxa de desemprego, que se deterioraram nos anos 90.

A seguir, entre 1998 e 2004, a trajetória foi de queda dos rendimentos médios reais, os quais chegaram a seu valor mais baixo da série em 2004 (R\$ 1.214). A partir daí desenha-se uma elevação continuada até o final do período, com ganhos da ordem de 15,4% entre 2004 e 2010. A retomada sustentada do crescimento econômico e a política nacional de valorização do salário mínimo em muito contribuíram para esse resultado positivo. Destaque-se que, nesse período, a atividade econômica voltava a apresentar uma trajetória de crescimento, ampliando a ocupação — notadamente com postos de trabalho de melhor qualidade, com carteira de trabalho assinada — e provocando declínios sucessivos na taxa de desemprego, o que conformava uma conjuntura mais positiva para as negociações coletivas de trabalho e as reivindicações de aumentos reais de salários.

Tomando-se todo o período em foco, verifica-se que o rendimento médio real do trabalho em 2010 (R\$ 1.401) situava-se acima do valor registrado no primeiro ano da série (R\$ 1.295, crescimento de 8,2%). Não obstante, o rendimento médio real ainda se encontrava 4,9% abaixo dos R\$ 1.474 referentes a 1997 — o maior valor alcançado no período. Conclui-se, pois, que os ganhos obtidos nos últimos anos da série não foram suficientes ainda para contra-arrestar as perdas havidas entre 1998 e 2004 (Gráfico 9).

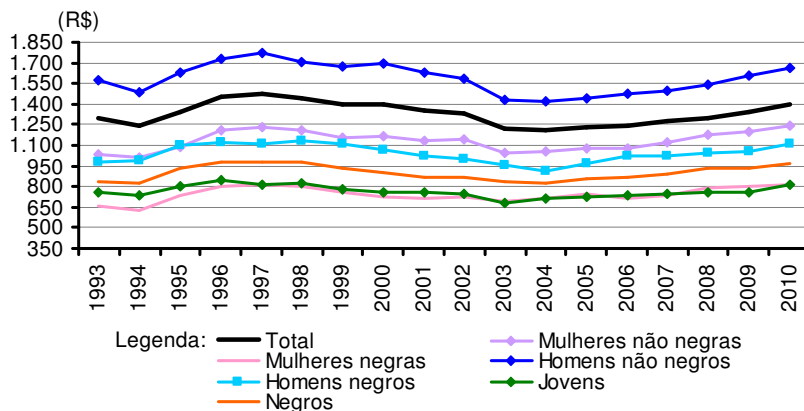
---

sitos e retiradas de aplicações financeiras como, por exemplo, poupança e cotas de fundos de investimento).

<sup>17</sup> Para esta seção, o valor dos rendimentos do trabalho encontra-se expresso em reais de abril de 2011. O inflator utilizado foi o IPC-IEPE/UFRGS. Valores em reais de abr. 2011.

Gráfico 9

Rendimento médio real dos ocupados, segundo sexo, idade e raça/cor, na RMPA — 1993-2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.  
 NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de abr./2011.

Entre os grupos de trabalhadores, o rendimento médio real seguiu de perto o movimento constatado para o conjunto dos ocupados, exceção feita às mulheres, para as quais a trajetória dos rendimentos reais foi diversa, visto que obtiveram evolução mais favorável dos rendimentos do que os homens. Com relação a esse aspecto, as diferenças mais importantes foram: para as mulheres trabalhadoras, os ganhos no rendimento entre 1993 e 1997 foram maiores do que o observado entre os homens (18,2% para as mulheres face a 11,9% para os homens); as perdas a partir daí até 2004 foram menores (-12,4% e -19,0% respectivamente); somente em 1994 o rendimento médio real das mulheres ficou abaixo do registrado no primeiro ano da série, enquanto que, para os homens, situação desse tipo ocorreu tanto em 1994 quanto no intervalo entre 2003 e 2008; e, ao contrário das demais categorias, as mulheres foram o único grupo a obter ganhos reais em seus rendimentos entre 1993 e 2004. Tais fatores determinaram um ganho real mais elevado para o contingente feminino, em comparação com os demais grupos de trabalhadores, no decorrer do período enfocado: em 2010, o rendimento médio real das mulheres encontrava-se 19,5% acima do registrado no início da série, ao passo que para os homens a elevação foi de apenas 5,4%.

Os trabalhadores jovens, de modo similar ao constatado para os homens, encontram-se também entre os grupos mais prejudicados no que se refere a perdas no rendimento médio real. Ou seja, nos anos imediatamente após o Plano Real, esse segmento foi o que, comparativamente aos outros

grupos de trabalhadores, obteve os menores ganhos em seu rendimento médio, de apenas 7,9% entre 1993 e 1998; no período de perdas, estas foram particularmente mais elevadas para os trabalhadores jovens, chegando a 17,4% entre 1998 e 2003. Ademais, eles foram o único grupo que, em 2009, ainda não havia atingido o valor do rendimento médio real do início da série, o qual foi ultrapassado apenas em 2010.

Na análise dos rendimentos para os diversos segmentos de trabalhadores, mais dois aspectos merecem realce: a diferença de rendimentos entre eles e a magnitude das alterações havidas no período. Quanto ao primeiro item, constata-se que as mulheres percebiam rendimentos médios inferiores aos homens em toda a série — R\$ 1.177 para as mulheres e R\$ 1.590 para os homens em 2010 — o que revela, sob outra faceta, um padrão de desigualdade de gênero que se reproduz no mercado de trabalho.

Agregando-se ao recorte de gênero a análise por raça/cor dos trabalhadores, constata-se que este último fator é ainda mais determinante para os diferenciais de rendimento do que o gênero, pois a desvantagem para os trabalhadores negros, relativamente aos não negros, é ainda maior.

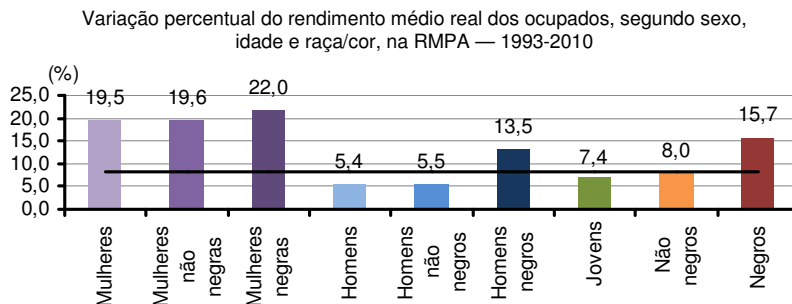
Assim, tomando-se o rendimento médio real dos homens não negros como parâmetro para comparações (R\$ 1.665) e considerando-se o ano de 2010, verifica-se que as mulheres negras se encontravam na situação mais desvantajosa, sofrendo uma dupla discriminação — por serem mulheres e por serem negras — e auferindo o rendimento mais baixo (R\$ 809), não só na comparação com as mulheres não negras (R\$ 1.241), mas principalmente com os homens não negros (as mulheres negras recebiam 67,3% do valor do rendimento médio das primeiras e tão somente a metade do auferido pelos últimos). A discriminação por gênero e raça/cor, que afeta particularmente as mulheres negras, está certamente associada ao fato de que elas estão inseridas em ocupações menos valorizadas e mais precárias no mercado de trabalho. Nesse sentido, uma situação emblemática é a sobrerrepresentação desse segmento no emprego doméstico — atividade que apresenta os mais baixos rendimentos médios —, uma vez que 22,7% das mulheres negras exerciam esse trabalho, ao passo que, entre as não negras, a parcela nessa ocupação era menos da metade (10,2%) (MERCADO..., 2012).

Já entre os trabalhadores masculinos, o valor do rendimento médio dos negros (R\$ 1.110) atingia apenas 66,6% daquele dos homens não negros, estando em patamar inferior inclusive ao das mulheres não negras, pois os trabalhadores negros recebiam o equivalente a 89,4% do rendimento médio destas últimas.

No que concerne aos ganhos registrados no rendimento médio real para as categorias de trabalhadores, as magnitudes revelaram-se distintas

no decorrer do período em análise, favorecendo, de modo geral, aquelas com rendimentos inferiores (Gráfico 10).

Gráfico 10



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Esse resultado pode ser considerado positivo, pois diminuiu os diferenciais de rendimentos entre os grupos, atenuando as desigualdades existentes quanto a esse aspecto: as mulheres obtiveram o aumento mais expressivo, com elevação de 19,5% face aos 5,4% para os homens e mesmo aos 8,2% para o total de trabalhadores. O ganho foi ainda mais elevado entre as mulheres negras, atingindo 22,0%, enquanto para os homens negros a elevação foi de 13,5%. Certamente contribuiu para essa situação mais favorável a política governamental de valorização do salário mínimo, que impacta mais diretamente os grupos com menores rendas<sup>18</sup>.

Em resumo, a análise do rendimento médio real do trabalho no período enfocado por este estudo mostra oscilações, com perdas em certos momentos e uma tendência de elevação, mais consistente ao final da série, embora em 2010 ainda não se tenham recuperado os maiores valores, registrados mais ao final dos anos 90.

Em face desses resultados, é possível afirmar que a evolução do rendimento médio real, especialmente a partir de 2005, vem contemplando a agenda do trabalho decente, no sentido de ampliar o rendimento do trabalho e reduzir a perversa distribuição de renda que se encontra historicamente enraizada no mercado de trabalho brasileiro. Todavia, como se pôde

<sup>18</sup> De acordo com estudo de DIEESE (2010), registraram-se ganhos reais para o salário mínimo real médio anual durante praticamente todo o período em estudo, exceção feita à primeira metade da década de 90 (houve redução de 16,6% entre 1989 e 1995). De 1995 até o final da década de 90, desenha-se uma tímida recuperação de 8,8%, e, nos anos 2000, esse salário tem elevação expressiva. O ganho real maior ocorreu após 2004, quando o salário mínimo real médio anual elevou-se em 44,8% até 2009. Entre 1999 e 2004, o aumento real havia sido menor, de 19,3%.

constatar, há ainda um longo caminho a trilhar no sentido de uma melhor remuneração do trabalho, visto que, de um lado, o rendimento médio real em 2010 ainda se encontrava abaixo do patamar mais elevado da série, atingido em 1997, e, de outro lado, uma distribuição mais equitativa dos rendimentos do trabalho precisa ser aprofundada, pois ainda persistem elevados diferenciais de rendimento entre os segmentos de trabalhadores.

## Proteção social necessita ser ampliada

Uma definição ampla de proteção social deveria ir além da seguridade que abrange a força de trabalho *strictu sensu*, incluindo grupos mais vulneráveis ou situações que envolvem fatores externos ao mercado de trabalho, como propõe Ghai (2006, p. 14-15):

*The purpose of social protection is to provide security against a variety of contingencies and vulnerabilities. These include ill-health, maternity needs, accidents, unemployment, destitution, extreme economic fluctuations, natural disasters and civil conflicts. A sound social protection strategy should also address the needs of vulnerable groups such as orphaned or abandoned children, single mothers, female-headed households, widows, old persons in need and the disabled. Social protection policies should thus aim to reduce suffering, anxiety, insecurity and material deprivation. They should promote health, confidence and a willingness to accept technical and institutional innovations for higher productivity and growth.*

Embora a proteção social provavelmente não tenha esta abrangência na maioria dos países, ela incorpora grande parte do que a noção de trabalho decente contemplaria. Constitui, assim, um quadro conceitual a partir do qual os países podem eleger prioridades e seguir incorporando os diferentes aspectos ao longo do tempo, através das políticas públicas voltadas a essa área.

No presente texto, a proteção social refere-se a direitos e benefícios previstos para trabalhadores ocupados ou desempregados, cujo fundamento é assegurar a qualidade de vida dos trabalhadores bem como de seus familiares. Abrange, especialmente, os direitos associados à saúde, à maternidade e paternidade, às férias remuneradas, à aposentadoria, à proteção institucionalizada em situações de desemprego e de procura de trabalho.

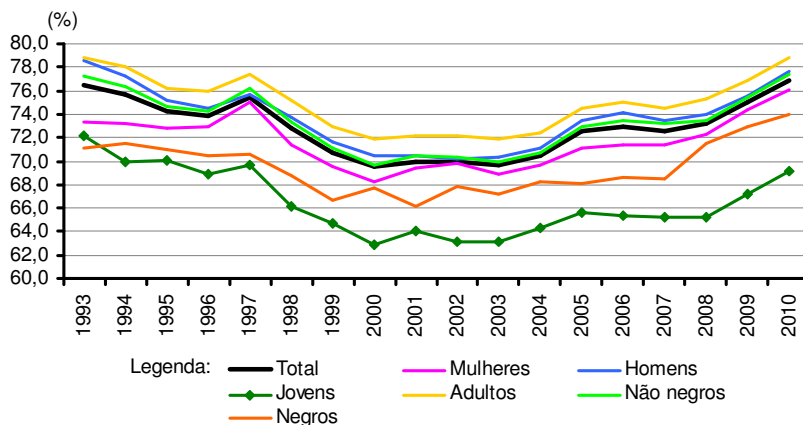
Para aferir esse indicador considera-se a condição dos trabalhadores no que respeita à contribuição à Previdência Social pública, pois é através de sua vinculação à seguridade social que eles têm acesso aos direitos e benefícios sociais associados ao trabalho.

No Brasil, a proteção social não chegou a se universalizar, diferentemente do que ocorreu nos países mais avançados, especialmente da Europa Ocidental, entre os quais, no período pós-II Guerra Mundial, o Estado de Bem-Estar Social se estendeu aos trabalhadores assalariados, que cumpriram praticamente a totalidade da força de trabalho, garantindo-lhes proteção contra os riscos da existência social (doença, desemprego, velhice, etc.) — Castel (1998).

A análise do Gráfico 11 mostra que a Previdência Social abrangia ao redor de três quartos do total de ocupados, parcela que permaneceu praticamente estável entre 1993 e 2010, quando passou de 76,5% para 76,9% — note-se que somente no último ano da série este indicador alcançou um patamar superior ao observado no ano inicial. Assim, de cada quatro trabalhadores, praticamente um se encontrava excluído do Sistema de Proteção Social (SPS), indicando a gravidade da situação em que estava um contingente importante da força de trabalho — 399 mil indivíduos, em 2010 —, que não tinham direito aos benefícios sociais previstos pela legislação trabalhista e previdenciária.

Gráfico 11

Proporção de ocupados que contribuem para a Previdência Social, por sexo, idade e raça/cor, na RMPA — 1993-2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Ao longo do período, os níveis de proteção social acompanharam, de certo modo, as conjunturas econômicas, predominando, nos anos 90, oscilações negativas, que se prolongaram até 2000, ano que apresentou o mais baixo grau de proteção social para a grande maioria de trabalhadores (69,5% do total). Tal evolução corrobora análises que evidenciam uma precarização do trabalho como a marca prevalente daquela década, associada



aos processos de globalização, reestruturação produtiva e adoção do ideário neoliberal (MATTOSO, 1999; POCHMANN, 1999; TONI, 2006).

A partir de 2001, as variações do grau de proteção social passam a ser majoritariamente positivas, logrando retomar, ao final do período, o patamar inicialmente registrado, conforme já mencionado.

Esse movimento é consistente quando se examinam as categorias de trabalhadores, notando-se algumas peculiaridades que merecem destaque. Primeiramente, os jovens, os negros e as mulheres eram os segmentos com maior grau de exclusão quanto à proteção social, apresentando as mais baixas parcelas de trabalhadores com contribuição à Previdência Social: 69,2%, 74,0% e 76,1%, respectivamente, em 2010 (Gráfico 11).

Ressalte-se que, enquanto a maior parte dos grupos teve redução na parcela de contribuintes ou apenas no último ano da série logrou retornar a patamar semelhante ao inicialmente registrado, as mulheres e os negros foram os únicos em que essa proporção teve ampliação um pouco mais expressiva ao se comparar os pontos extremos do período. Os jovens, por seu turno, encontravam-se na situação mais vulnerável quanto a essa condição, o que ainda se acentuou no período. De fato, este segmento sofreu o maior recuo, chegando em 2010 a uma parcela de apenas 69,2% de contribuintes frente aos 72,2% de 1993, indicando que de cada três jovens um estava excluído da proteção social pública.

Em segundo lugar, e sob outro recorte analítico, que leva em conta a posição na ocupação, constata-se que os assalariados do setor privado sem carteira de trabalho assinada — um contingente de 143 mil trabalhadores, ou 8,3% do total de ocupados em 2010 — estavam praticamente excluídos do SPS, visto que a parcela que contribuía à Previdência ficou ao redor de 10% em todo o período, atingindo 12,9% ao seu final — a parcela mais elevada da série. Essa situação denota uma das facetas da vulnerabilidade a que está exposto esse contingente de trabalhadores, os quais, sem vínculo empregatício legalizado, não têm direito aos benefícios sociais previstos nas leis.

Também havia uma inserção ocupacional mais precária entre os trabalhadores autônomos e os empregados domésticos. Dentre os autônomos, menos de 40% tinha contribuição à Previdência, situação que se agravou no período, especialmente para os autônomos que trabalhavam para o público — do total dessa categoria, a parcela de contribuintes recuou para 31,5% em 2010 face aos 38,6% de 1993. Já os empregados domésticos tiveram uma evolução positiva quanto a esse indicador, embora em 2010 quase a metade deles ainda estivesse fora do SPS (55,3% em 1993 e 45,8% em 2010 não contribuía para a Previdência). Dado que esse grupo é composto basicamente por mulheres e abrange um contingente elevado (96 mil trabalhadores, representando 12,3% das mulheres ocupadas e 5,6% do total de ocupados em 2010), o aumento da proteção social explica em parte a

evolução positiva desse indicador para o segmento feminino, conforme visto anteriormente.

O grau de exclusão social associado à inserção dos indivíduos no mercado de trabalho pode ainda ser evidenciado sob outros ângulos de análise, que revelam a taxa de informalidade e o déficit de emprego formal existentes.

Como se observa na Tabela 1, no período em análise, ambos os indicadores registraram forte deterioração nos anos 90, com tendência de recuperação na década seguinte, comportamento esse que não logrou, entretanto, retomar as condições relativamente mais favoráveis do início do período.

No que concerne à **taxa de informalidade**<sup>19</sup>, que se refere à ausência de proteção social conforme a legislação trabalhista e previdenciária, a parcela de trabalhadores nessa condição passou de 23,5% em 1993 para 30,5% em 2000, quando atingiu o valor mais elevado, retrocedendo, na sequência, até chegar a 23,1% em 2010 — o mais baixo patamar do período e bem próximo ao do ano inicial<sup>20</sup> (Tabela 2).

Esse movimento foi similar para os vários segmentos, sendo mais favorável entre as mulheres e os negros, para os quais se observou ligeira melhora nesse indicador, entre os pontos extremos do período, embora eles apresentem taxas de informalidade relativamente elevadas (23,9% e 26,0%, respectivamente, em 2010). Para os trabalhadores homens e os jovens, em 2010 a taxa de informalidade ainda se situava em um nível mais elevado do que no início do período em estudo, sendo particularmente aguda entre os últimos (21,4% e 22,3% para os homens, em 1993 e 2010; 27,8% 30,8% para os jovens respectivamente). Portanto, em 2010 a informalidade atingia ao redor de um quarto dos trabalhadores, segundo os vários recortes analíticos, sendo os jovens o grupo em situação mais vulnerável.

O **déficit de emprego formal**, por seu turno, é aferido através da soma do número de trabalhadores que não contribuem para a Previdência Social e dos desempregados, em relação à PEA. Esse déficit é ainda elevado, mesmo considerando a recuperação do mercado de trabalho no período recente, pois atingia a cifra de 29,8% para o conjunto da PEA em 2010. Como se observa no Gráfico 12, esta parcela era pouco inferior à verificada no início da série (32,8%), mas situava-se bem abaixo dos 42,7% de 1999 — a mais alta do período.

---

<sup>19</sup> Considerando o total de trabalhadores, corresponde à parcela daqueles que não têm contribuição à Previdência Social.

<sup>20</sup> O padrão de evolução desse indicador é similar ao constatado para o País, embora a situação na RMPA seja bem mais favorável, pois, no Brasil, segundo Guimarães (2012), em 2009 a parcela de ocupados de 16 anos ou mais que não contribuía para a Previdência atingia 45,6% do total.

Tabela 2

Taxa de informalidade, por sexo, idade e raça/cor, na RMPA — 1993-2010

INDICADORES	1993	1994	1995	1996	1997	1998
<b>Total</b> .....	23,5	24,3	25,8	26,2	24,6	27,2
Mulheres .....	26,7	26,8	27,2	27,1	25,0	28,6
Homens .....	21,4	22,7	24,9	25,5	24,3	26,3
Jovens (16 a 24 anos) .....	27,8	30,0	29,9	31,1	30,3	33,8
Adultos (acima de 24 anos) ...	21,2	21,9	23,8	24,1	22,6	24,9
Não negros .....	22,7	23,7	25,4	25,7	23,8	26,7
Negros .....	28,9	28,5	29,0	29,6	29,4	31,2
INDICADORES	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>Total</b> .....	29,3	30,5	30,0	30,0	30,3	29,5
Mulheres .....	30,5	31,8	30,6	30,2	31,1	30,3
Homens .....	28,4	29,6	29,6	29,8	29,7	28,9
Jovens (16 a 24 anos) .....	35,3	37,1	36,0	36,8	36,9	35,7
Adultos (acima de 24 anos) ...	27,1	28,1	27,9	27,8	28,1	27,6
Não negros .....	28,9	30,3	29,6	29,7	30,0	29,3
Negros .....	33,3	32,3	33,8	32,1	32,8	31,8
INDICADORES	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Total</b> .....	27,5	27,1	27,5	26,8	25,0	23,1
Mulheres .....	28,9	28,6	28,6	27,7	25,6	23,9
Homens .....	26,5	25,9	26,5	26,0	24,4	22,3
Jovens (16 a 24 anos) .....	34,4	34,6	34,8	34,8	32,8	30,8
Adultos (acima de 24 anos) ...	25,5	25,0	25,5	24,7	23,1	21,2
Não negros .....	27,0	26,5	26,8	26,5	24,6	22,6
Negros .....	31,9	31,4	31,5	28,5	27,1	26,0

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

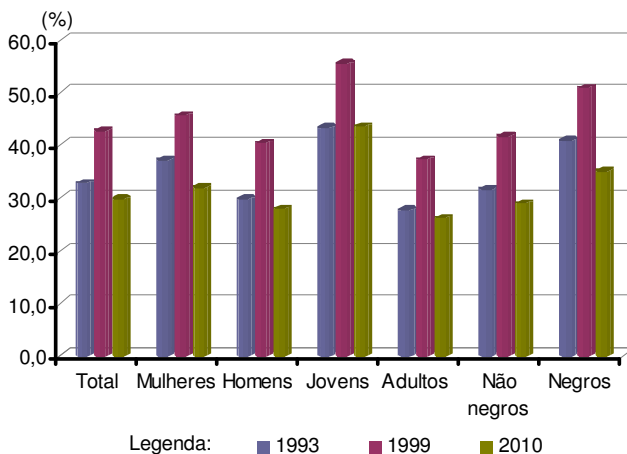
(1) A taxa de informalidade refere-se à proporção de ocupados que não contribuem para a Previdência Social pública.

A queda da taxa de desemprego, aliada ao aumento da formalização dos vínculos assalariados, contribuiu para melhorar esse indicador, notadamente depois de 2003. A situação mais crítica foi encontrada para os jovens, que, além de apresentarem o mais alto déficit de emprego formal (o percentual ultrapassou os 50%, mantendo-se nesse patamar elevado entre 1998 e 2007), foram o único grupo em que o indicador não registrou queda ao se comparar os pontos extremos do período (43,3% e 43,5% respectivamente). De modo inverso, as mulheres e os negros, embora com déficit de emprego formal mais elevado do que os homens e os não negros, tiveram uma evolução mais favorável, com declínio mais acentuado desse indicador

no período (37,2% e 32,0%, respectivamente, para as mulheres, e 40,9% e 35,1%, para os negros)<sup>21</sup>.

Gráfico 12

Déficit de emprego formal, por sexo, idade e raça/cor,  
na RMPA — 1993,1999 e 2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O déficit de emprego formal é composto pela soma dos desempregados mais os trabalhadores informais (não contribuem para a Previdência Social), como proporção da PEA.

A respeito desses dois indicadores, o exame dos dados da Tabela 1 ao longo do período revela que, ao lado de um alto déficit de emprego formal, a informalidade apresentou maior resistência em diminuir, indicando a necessidade de promoção do trabalho decente para resgatar importantes contingentes de trabalhadores que se inserem no mercado de trabalho em condições precárias e vulneráveis.

Enfim, a elevada exclusão do SPS entre extensas categorias de trabalhadores evidencia as dificuldades que muitos deles enfrentam no mercado de trabalho, o que reforça a necessidade de políticas públicas mais abrangentes, voltadas às características e necessidades desses grupos, no sentido de ampliar sua incorporação ao SPS.

Na realidade, a análise dos dados para esses segmentos com baixa proteção social sugere que, para manter a ocupação ou para ingressar no

<sup>21</sup> No Brasil, o déficit de emprego formal acusou evolução semelhante à da RMPA, mas as cifras são bem superiores, situando-se entre 55% e 60% no período 1992-2008, conforme Abramo, Sanches e Costanzi (2008).

mercado de trabalho, a “opção” de muitos trabalhadores — muitas das vezes uma imposição, face à ausência de alternativas — pode implicar uma troca perversa no sentido de aproveitar oportunidades de trabalho e de rendimentos, talvez promissoras, mas também muito concorridas, às custas da proteção social. Em decorrência disso, esses indivíduos acabam se expondo a maiores riscos no presente, alguns dos quais podem ser transferidos para o futuro, reduzindo possibilidades de garantia de uma qualidade de vida melhor, na medida em que, por exemplo, não podem se beneficiar do seguro-desemprego e tampouco contabilizam o tempo de trabalho com vistas a uma aposentadoria remunerada. Tal situação acentua a precarização do trabalho ainda vigente, na medida em que o ingresso ou a permanência no mercado de trabalho acaba se distanciando da possibilidade de se constituírem em fatores de inclusão social para certos grupos, ou seja, de ser um trabalho decente.

## Considerações finais

O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre vem registrando avanços expressivos desde o ponto de vista da promoção do trabalho decente, a exemplo do que se observa no País. Esse resultado se deve ao desempenho do mercado de trabalho durante a década de 2000, na qual fatores internos e externos conformaram uma conjuntura favorável tanto para a economia quanto para o trabalho, logrando reverter a trajetória de baixo crescimento do PIB e precarização do trabalho que marcou os anos 90.

A retomada do crescimento econômico, especialmente a partir de 2004, repercutiu favoravelmente sobre o mercado de trabalho, registrando-se ampliação do contingente ocupado, o que, ao se efetivar com aumento expressivo da formalidade dos vínculos de emprego, concomitantemente à queda do desemprego, contribuiu para uma maior cobertura da proteção social entre os assalariados. Ainda quanto à evolução favorável no que respeita ao desemprego, há que destacar que a redução do patamar das taxas de desemprego ocorreu para praticamente a totalidade dos grupos de trabalhadores em estudo. Foi mantida a trajetória de aumento da participação laboral das mulheres no mercado de trabalho, que se aprofundou nos anos 2000, superando a metade do contingente feminino em idade ativa ao final do período. Tais fatos se erigem como os avanços mais positivos revelados pela análise do período, tanto mais promissores por ocorrerem de forma sustentada ao longo dos anos 2000 e por se colocarem no sentido da promoção do trabalho decente.

Ademais, o controle da inflação, creditado ao Plano Real, aliado à política de aumentos reais do salário mínimo e a condições mais propícias à

negociação salarial, possibilitou expansão do rendimento médio real dos trabalhadores, contribuindo para a ampliação do consumo das famílias e a redução da pobreza. Essa evolução dos rendimentos pode ser considerada ainda mais favorável ao se levar em conta que se efetivou com redução na desigualdade de rendimentos entre os segmentos de trabalhadores nos recortes por gênero e raça/cor. Não obstante, os diferenciais de rendimentos entre esses grupos perduram, devendo-se salientar também que, ao final do período, o rendimento médio real dos trabalhadores ainda se situava em patamar inferior ao valor mais elevado da série, registrado em 1997.

Desde um ângulo negativo, cabe fazer referência aos jovens, os quais apresentaram as condições mais vulneráveis de inserção no mercado de trabalho. De fato, para esse grupo, as taxas de desemprego, além de serem as mais altas, mostraram maior resistência em diminuir, situando-se em patamares mais elevados do que o verificado no primeiro ano da série por quase todo o período. Assim, enquanto que para os demais grupos de trabalhadores as taxas de desemprego já estavam, nos últimos anos da série, abaixo do nível inicial, para os jovens isso só ocorreu em 2010, último ano do período em análise. Essa dificuldade de inserção ocupacional é tanto mais grave ao se constatar que ocorreu mesmo face à queda na taxa de participação dos jovens, o que poderia ter contribuído para atenuar o nível de desemprego entre eles. Adicionalmente, no segmento jovem registrou-se o mais reduzido tempo de permanência na ocupação — o que é, de certo modo, esperado — e este segmento foi o único em que esse indicador teve evolução negativa no período. Esses trabalhadores também detinham o mais alto grau de exclusão do sistema de proteção social, condição essa que não só piorou no período, ao contrário do registrado para os outros grupos, mas também revelou a recuperação mais lenta nos anos 2000.

Por fim, há uma grande parcela de jovens que não estudam nem trabalham, indicando uma vulnerabilidade social mais acentuada para este segmento populacional. Embora a proporção de jovens nessa condição tenha declinado no período, verificou-se que nos últimos anos ela permaneceu praticamente inalterada, com o agravante de que aumentou entre os jovens do sexo masculino, sendo este o único grupo em que a parcela ao final do período era superior à registrada em seu início

No exame dos dados do período enfocado, é forçoso que se faça referência à crise econômico-financeira mundial, que se abateu sobre o País em fins de 2008, e seus impactos sobre o mercado de trabalho. Nesse sentido, pode-se afirmar que, para os principais indicadores ora selecionados — taxa de participação, nível de ocupação e taxa de desemprego —, registrou-se um comportamento ligeiramente desfavorável comparando-se o ano de 2009 com o de 2008. Isto é, considerando a evolução positiva que se vinha desenhando no período precedente, constata-se pequena retração

nas taxas de participação e nos níveis de ocupação para a grande maioria das categorias de trabalhadores em análise e interrupção do ritmo mais acentuado de queda nas taxas de desemprego. Ou seja, a taxa de participação passou de 58,7% em 2008 para 58,1% em 2009; o nível de ocupação decresceu de 52,1% da PIA para 51,6%; e a taxa de desemprego ficou praticamente estável — 11,2% e 11,1% respectivamente. Cabe registrar que o comportamento do mercado de trabalho atenuou o efeito da crise sobre o desemprego, uma vez que o declínio da taxa de participação, refletindo a saída de pessoas do mercado de trabalho, diminuiu a pressão da oferta de mão de obra. Todavia, em 2009, todos esses indicadores ainda se encontravam em situação melhor do que nos anos anteriores a 2008. Na verdade, o ano de 2008 havia apresentado a situação mais favorável do mercado de trabalho de todo o período em estudo, quanto aos indicadores em questão, tendo somente sido superado pelos resultados do ano de 2010, último da série.

Isto é, a retomada do crescimento econômico em 2010, com o PIB do Estado registrando elevação de 6,7%, mais uma vez impactou positivamente o mercado de trabalho da RMPA, provocando queda do desemprego e crescimento do nível de ocupação. De fato, conforme dados da PED-RMPA, nesse ano foi registrada a menor taxa de desemprego de toda a série histórica (8,7% da PEA) e o contingente ocupado teve a expressiva elevação de 2,9%, com a incorporação de mais 50 mil trabalhadores na Região (RETOMADA ..., 2011). A prevalecer esse cenário, provavelmente haveria uma retomada da trajetória prevalente nos anos 2000, podendo-se considerar o comportamento dos principais indicadores do mercado de trabalho no ano de 2009 como uma interrupção pontual daquela condição mais positiva, decorrente da crise financeira internacional de 2008.

No entanto, dados mais recentes da PED-RMPA sugerem que a evolução do mercado de trabalho regional tem que ser analisada com cautela, face aos novos desdobramentos da crise econômico-financeira internacional. Nesse particular, saliente-se que, ao contrário dos países avançados, nos quais a situação econômica e social vem se deteriorando desde a crise de 2008, no Brasil, a exemplo de outros países emergentes, os impactos da crise têm sido mais brandos. Não obstante, o recrudescimento da crise a partir de 2011, especialmente na Zona do Euro, vem afetando a economia brasileira, bem como a do RS, resultando em desaceleração da atividade econômica, o que deverá afetar o mercado de trabalho de alguma maneira.

Retomando-se os resultados da evolução dos indicadores do mercado de trabalho da RMPA no decorrer de todo o período em análise, sob a ótica do trabalho decente, é possível concluir que, não obstante o desempenho favorável no período mais recente, perduram traços estruturais que têm caracterizado o mercado de trabalho, seja em âmbito nacional ou regional, sinalizando para a persistência de significativos déficits de trabalho decente.

Sendo assim, na conformação do mercado de trabalho atual e considerando os déficits de trabalho decente que persistem, cabe destaque a situações tais como: elevada parcela de trabalhadores em condições de inserção precária, especialmente aqueles excluídos do sistema de proteção social, em que predominam os assalariados sem carteira de trabalho assinada, os empregados domésticos e os trabalhadores autônomos, com maior incidência entre os jovens e os negros; taxas de desemprego relativamente elevadas, apesar da trajetória de queda desse indicador, sendo mais acentuadas entre os jovens — notadamente os negros e as mulheres — e entre as mulheres, independentemente do recorte analítico; desigualdades de inserção no mercado de trabalho, que revelam discriminações contra certos grupos — muitas das quais têm origem em outros âmbitos, pois se encontram enraizadas em fatores socioculturais —, em que sobressai a condição das mulheres, dos jovens e dos negros como os grupos mais vulneráveis, uma vez que se encontram mais expostos aos riscos do mercado de trabalho (taxas de desemprego mais elevadas, menor vinculação ao sistema de proteção social, menores níveis de rendimento do trabalho e tempo médio de permanência na ocupação mais reduzido).

A retomada da estruturação do mercado de trabalho nos anos 2000, embasada, primordialmente, na ampliação do assalariamento legalizado, é um fato concreto e altamente positivo, de modo especial quando comparado aos anos 90, marcados pela precarização do trabalho — entre 1993 e 1999, foram eliminados 31 mil postos assalariados legalizados, como resultado de sua estagnação no setor privado e recuo no setor público, enquanto entre 1999 e 2010 foram criados 471 mil postos assalariados com contratação legal, majoritariamente no setor privado. É interessante notar que esse desempenho contraria certas interpretações, comuns nos anos 90, que apregoavam a desregulamentação rumo ao “fim do trabalho” (RIFKIN, 1995), especialmente em sua forma assalariada, impondo uma nova configuração às relações de trabalho como condição necessária ao bom desempenho do capitalismo contemporâneo, reestruturado após a crise do sistema capitalista do último quartel do século XX.

Todavia, é preciso reconhecer que as últimas décadas trouxeram mudanças profundas no âmbito do trabalho que vieram para ficar e que podem ser abarcadas pelo conceito de flexibilização, ensejando uma heterogeneização das formas de inserção ocupacional. Nesse particular, há que se ter presente os traços característicos desse mercado de trabalho reconfigurado, no qual tanto sobressaem novas formas de inserção laboral, quanto permanecem traços estruturais relacionados a condições mais precárias e vulneráveis para determinados grupos de trabalhadores, interpondo limites à recuperação em curso e colocando desafios que demandam ações específicas dentro de uma Agenda do Trabalho Decente.



No equacionamento dos problemas que ainda persistem no mercado de trabalho, é imprescindível que se coloque, como fator indissociável do conceito de trabalho decente, a centralidade do trabalho, não obstante as reconfigurações de que ele tem sido alvo, a ampliação da incerteza e da insegurança e as discontinuidades que acompanham as relações de trabalho. Isto porque, como bem coloca Schnapper (1998), nos dias atuais persiste o elo entre trabalho produtivo e cidadania, que se alçou como característica da sociedade capitalista no decorrer do século XX. Assim, o trabalho permanece central porque, além de assegurar a vida material e de estruturar o tempo e o espaço, é o lugar da expressão da dignidade de si próprio e das permutas sociais. Sobretudo quando protegido, é um dos principais fatores de inclusão social, na medida em que consagra direitos ou recupera-os caso tenham sido perdidos. É nessa direção que, na Declaração final da Cúpula dos Povos — Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, postula-se:

Exigimos uma transição justa que supõe a ampliação do conceito de trabalho [...]. Passa pela liberdade de organização e o direito a contratação coletiva, assim como pelo estabelecimento de uma ampla rede de seguridade e proteção social, entendida como um direito humano, bem como de políticas públicas que garantam formas de trabalho decentes. (NAÇÕES UNIDAS, 2000).

Por conseguinte, garantir e ampliar possibilidades de inclusão social pela via do trabalho coloca-se como imperativo, e, nesse caminho, a centralidade do trabalho para a vida em sociedade e a Agenda do Trabalho Decente devem ser tomadas como vetores fundamentais, alicerçando as discussões e as ações voltadas ao âmbito do trabalho.

## Referências

- ABRAMO, L.. Trabalho Decente: o itinerário de uma proposta. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 20, n. 2/3, p. 151-71, jul./set. 2010.
- ABRAMO, L.; SANCHES, S.; COSTANZI, R.. Análise preliminar dos déficits de trabalho decente no Brasil no período 1992-2006. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 18, n. 1, p. 95-111, 2008.
- AMORIM, W. A. C.. Negociações coletivas no Brasil: breve análise do período 2000-2006 e suas tendências. In: CONFERÊNCIA DE RELAÇÕES DE EMPREGO E TRABALHO, 1, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: [S.n.], 2007.

ARANDIA, A. K.. A trajetória de evolução do mercado de trabalho formal na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período 1999-2011. **Indicadores econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 57-70, 2012.

BASTOS, R.. A inserção dos jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: uma experiência marcada pela elevada incidência do desemprego. In: BASTOS, R. L. A. (Coord.) *et al.* **Dimensões da precarização do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2007. P. 153-192.

BASTOS, R.. O segmento juvenil do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo com ênfase na escolaridade. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, número especial, p. 271-298, 2005. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2084>>. Acesso em: 16 maio 2013.

BORGES, B. K.. Recuperação do emprego formal: trajetória rumo à (re)estruturação do mercado de trabalho na RMPA? **Indicadores econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 55-64, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda Nacional do Trabalho Decente**. Brasília: ANTD, 2006. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent\\_work/doc/agenda\\_nacional\\_trabalho\\_decente\\_536.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/agenda_nacional_trabalho_decente_536.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2008.

CASTEL, R.. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CUPULA DOS POVOS. **Declaração Final da Cúpula dos Povos** — Rio+20 por Justiça Social e Ambiental. 2012. Disponível em: <<http://cupuladospovos.org.br/2012/06/declaracao-final-da-cupula-dos-povos-na-rio20-2/>>. Acesso em: ago. 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Política de Valorização do Salário Mínimo**: considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010. São Paulo: DIEESE, 2010. (Nota Técnica, n. 86)

EMPREGO, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente. Brasília: CEPAL/ PNUD/ OIT, 2008. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/299>>. Acesso em: 16 maio 2013.

FREIRE, J. A.. Dinâmica do mercado de trabalho metropolitano no Brasil pós anos 90: que mudou, mudou! Mas mudou o suficiente? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11., 2006, Vitória. **Anais...** Vitória: SBEP, 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **PIB Estadual - Série Histórica - 1995-2012**. 2013. Disponível em:

<<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pib-estadual-serie-historica-1995-2011.php>>. Acesso em: 20 maio 2013.

GALEAZZI, I. M. S. *et al.* Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 3, p. 9-35, 2003.

GHAJ, D. (Ed.). **Decent work: objectives and strategies**. Geneva: ILO; International Institute for Labour Studies, 2006. Disponível em: <<http://www.nscb.gov.ph/nsm/23rdnsm/decentghaj.pdf>>. Acesso em: dez. 2011.

GONZALEZ, H. P.; SANTAGADA, S.; WINCKLER, C. R.. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nos Municípios do RS**. Porto Alegre: FEE, 2008. (Textos para Discussão FEE, n. 28). Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/tds/028.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.

GUIMARÃES, J. R. S.. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação**. Brasília: OIT, 2012. [OIT Escritório no Brasil].

HIRATA, H.. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO, 2. Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia: [s. n.], 1996.

KRELING, N. H.. Envelhecimento do trabalhador impõe novos desafios às políticas públicas. In: TONI, M. de (Coord.) *et al.* **Políticas públicas do trabalho: uma discussão sobre sua efetividade e a necessidade de ações específicas**, a partir das características do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2011. P. 201-228. (Documentos FEE, n. 68).

LAVINAS, L. *et al.* **Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão n. 756).

MATTOSO, J.. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MENEGHETTI, J. *et al.* **Comentários acerca dos números finais do PIB do RS e das demais unidades da federação em 2010**. Porto Alegre: FEE, 2012. Disponível em:

<<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/pib/estado/pib-2010-rs-uf-brasil.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.

MERCADO de trabalho da região metropolitana de porto alegre em 2011. **INFORME PED-RMPA — Negros**, Porto Alegre, nov. 2012. Número Especial. Disponível em:

<<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/informeped/boletim-negros-ped-rmpa-2012.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.

MORETTO, A.; KREIN, J. D.. O crescimento da formalização do emprego: como explicá-la. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 9., 2005, Recife. **Anais...** Recife: ABET, 2005. P.18.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio das Nações Unidas**. Nova Iorque: ONU, 2000. Disponível em: <<http://area.dgicd.min-edu.pt/inovbasic/biblioteca/dh-milenio/declaracao-milenio.htm>>. Acesso em: ago. 2012.

O EMPREGO doméstico na região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). **Pesquisa de emprego e desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)**: Informe mulher e trabalho. Porto Alegre, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/informe-mulher-e-trabalho/2010/informe-mulher-e-trabalho-2010.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente**: a experiência brasileira recente. Brasília: CEPAL; PNUD; OIT, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Perfil do trabalho decente no Brasil**. Brasília: OIT, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Report of the General - Director — Decent Work**. Geneva: International Labour Office, 1999. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc87/rep-i.htm#Globaladjustment>>. Acesso em: 17 maio 2009.

PASSOS, A. F.; ANSILIERO, G.; PAIVA, L. H.. Mercado de trabalho: evolução recente e perspectivas. **Boletim do Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 43-56, fev. 2005. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5705](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5705)>. Acesso em: 02 jul. 2006.

PICHLER, W. A.. Mudanças nas relações de trabalho: sindicalismo, greves e negociações coletivas entre 1980 e 2008. In: CONCEIÇÃO, O. A. C. (Org.) *et al.* **A evolução social**. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três Décadas de Economia Gaúcha, 3).

POCHMANN, M.. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

RAMOS, C. A.; CARNEIRO, F. G.. Os determinantes da rotatividade do trabalho no Brasil: instituições x ciclos econômicos. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 31-56, jul./dez. 2002.

RETOMADA do ritmo de crescimento ocupacional leva taxa de desemprego ao menor patamar da série histórica. **INFORME PED-RMPA**, Porto Alegre, v. 19, número especial, jan. 2011. Disponível em:

<<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/informeped/anual/ped2010.pdf>>.

Acesso em: 23 maio 2013.

RIFKIN, J.. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1995.

SCHNAPPER, D.. **Contra o fim do trabalho**. Lisboa: Terramar, 1998.

STERNBERG, S. S.. O emprego formal na Região Metropolitana de Porto Alegre: algumas considerações sobre o período 1989-2007. **Indicadores econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 155-167, 2009.

TONI, M. de.. **Para onde vai o mercado de trabalho?** A tendência à precarização das relações de trabalho — um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2006. (Teses FEE, n. 8).

# **Tendências no tempo de permanência no emprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (2001-10)**

*Bruna Kasprzak Borges*

*Economista, Pesquisadora da FEE*

*Rafael Bassegio Caumo*

*Estatístico, Pesquisador da FEE*

*Walter Arno Pichler*

*Economista e Sociólogo, Pesquisador da FEE*

## **1 Considerações iniciais**

Durante a última década, o mercado de trabalho brasileiro e também o regional apresentaram uma dinâmica bastante favorável, com a queda na taxa de desemprego de forma contínua e a reestruturação da ocupação, transitando de um quadro de altos níveis de informalidade para recordes na geração de empregos formais (CARDOSO Jr., 2007; BORGES, 2011). Tais aspectos representam uma mudança qualitativa bastante importante no mercado de trabalho e na forma de interação entre os agentes econômicos. Nesta nova configuração, um dos temas que permanecem em debate na literatura especializada são os aspectos que envolvem a curta duração dos vínculos empregatícios no Brasil, analisados pela perspectiva da rotatividade e do tempo de permanência no emprego (BALTAR; PRONI, 1996; GONZALEZ, 2009; JÄGER, 2010; POCHMANN, 2009; BRASIL, 2009).

Os estudiosos sustentam que, através da análise da rotatividade e do tempo de permanência, podem-se obter informações sobre as características gerais do mercado de trabalho e do regime de trabalho no País (BALTAR; PRONI, 1996). A duração dos contratos de trabalho é vista como uma das expressões da natureza dos vínculos existentes entre empregados e empregadores, pois isso pode afetar, dentre outros, a progressão na carreira, o treinamento da força de trabalho, a remuneração e até mesmo a filiação sindical. Um tempo de permanência mais longo no emprego está associado a melhores condições de trabalho e a taxas de sindicalização mais elevadas. Por sua vez, uma elevada movimentação de admissões e demissões costuma estar ligada a um baixo investimento dos empregadores na formação dos seus trabalhadores e, em segundo lugar, a um compromisso ou relação frágil entre os empregados e as empresas (GONZAGA, 1998;

BALTAR; PRONI, 1996; JÄGER, 2010). Adicionalmente, a falta de estabilidade e segurança do trabalho pode indicar a existência de formas precárias de trabalho (OIT, 2009).

Na literatura existente sobre este tema, parece ser consensual a ideia de que no Brasil as pessoas no mercado de trabalho mudam frequentemente de emprego e que a flexibilidade ou instabilidade dos vínculos empregatícios é alta (BALTAR; PRONI, 1996; GONZALEZ, 2009; JÄGER, 2010; POCHMANN, 2009; BRASIL, 2009). De acordo com Jäger (2010), no País o tempo de serviço é relativamente curto entre os trabalhadores. O autor constata, por exemplo, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007, que 37,4% do total de empregados tinham até dois anos de trabalho no mesmo emprego. O mesmo autor mostra que, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2007 a proporção dos empregos formais com até dois anos de duração alcançava 48,4%.

Uma comparação internacional com os países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reforça a ideia da fragilidade dos vínculos empregatícios no País. Jäger (2010) aponta que no Brasil, para o total de ocupados, a participação dos empregos com até três anos de duração atingia a marca de 48,6% em 2007, ficando com a segunda pior colocação em um *ranking* de 25 países selecionados. Para a França, por exemplo, esse percentual é de 25,2%. Também parece ser recorrente na literatura a ideia de que é curta a duração dos vínculos empregatícios no País, assim como é intensa a rotatividade no emprego (BALTAR; PRONI, 1996; POCHMANN, 2009; JÄGER, 2010; DIEESE, 2011). De acordo com Baltar e Proni (1996), a parcela de empregados com tempo de permanência longo dentro das empresas é relativamente pequena. As organizações acabam mudando continuamente o tamanho da força de trabalho, em resposta às alterações no ambiente econômico e em função da própria política de crescimento da empresa. Ao manter os funcionários por um período de tempo curto, os empregadores podem, por exemplo, tentar reduzir os custos laborais<sup>1</sup>. De acordo com o DIEESE (2011, p. 13), “[...] as altas taxas de rotatividade [...] são facilitadas pela flexibilidade contratual que impera e caracteriza o funcionamento do mercado de trabalho no Brasil.”.

No Brasil, os estudos focam, principalmente, a questão da rotatividade, um dos aspectos relacionados com o tema mais geral da duração do emprego. Relativamente poucos trabalhos têm realizado análises sobre a evolução do tempo de permanência no emprego ao longo das últimas décadas, objeto de estudo deste texto. Além disso, as referências existentes sobre esse tema são, na maioria das vezes, desatualizadas.

---

<sup>1</sup> Conforme Orellano e Pazello (2006), a taxa média de realocação dos postos de trabalho na indústria no Brasil foi de 33% no período 1991-98, enquanto nos EUA foi de 19% e no Canadá, de 22%.

Assim sendo, o presente trabalho tem por objetivo analisar a trajetória do tempo de permanência no emprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) ao longo do período 2001-10, com ênfase no segmento dos assalariados do setor privado, tendo como base os dados da Pesquisa Emprego e Desemprego (PED-RMPA).

Além desta introdução, na próxima seção são apresentados os conceitos dos termos empregados no estudo, a metodologia da análise e a descrição mais detalhada dos dados utilizados na pesquisa. Na terceira seção, são expostas as evidências empíricas utilizadas neste estudo, com o intuito de fazer uma análise da evolução da duração do emprego na última década. Inicia-se com uma visão geral sobre o total de ocupados e, depois, examina-se o grupo dos assalariados do setor privado por setores de atividade econômica, grupos de idade, nível de escolaridade e, finalmente, grupos de renda. Na quarta seção, realiza-se uma breve comparação entre as regiões metropolitanas para verificar se as tendências observadas na RMPA convergem, de modo geral, com a evolução do fenômeno do País. Por fim, são apresentadas as conclusões gerais do trabalho.

## **2 Conceitos e metodologia**

Tempo de permanência refere-se ao tempo de manutenção, sem interrupção, do atual vínculo empregatício (ou trabalho) entre os indivíduos na condição de ocupados no momento da entrevista. A variável tempo de permanência analisada neste estudo corresponde ao período de tempo em que os indivíduos na condição de ocupados estão na sua ocupação. Assim, não estamos tratando sobre o tempo que os empregos duram em média, mas sim de quanto tempo os atuais ocupados estão no seu trabalho.

A duração do vínculo empregatício é considerada como o resultado das práticas de admissão e demissão das empresas, adotadas com base em um conjunto de decisões gerenciais geradas em resposta aos movimentos do ambiente econômico e das modificações na relação entre custos e produtividade. O tempo de permanência reflete, portanto, os níveis de rotatividade, os ciclos e a sazonalidade da economia.

Em relação à duração dos vínculos de trabalho, merece atenção o fato de que o tempo de permanência é uma variável relacionada à rotatividade. Esta última é definida pelo DIEESE (2011, p. 11) como “[...] a substituição do ocupante de um posto de trabalho por outro, ou seja, a demissão seguida de admissão, em um posto específico, individual, ou em diversos postos, envolvendo vários trabalhadores.”. Para Gonzalez (2009, p. 35), a rotatividade é definida pela circulação dos trabalhadores pelos empregos, enquanto Baltar e Proni (1996, p. 119) a designam como uma “[...] frequente substituição dos empregados em diversos postos de trabalho”. A rotatividade-



de não se confunde, pois, com o tempo de permanência no posto de trabalho.

O tempo de permanência é vinculado, também, à demanda por trabalho, a qual se refere ao nível de emprego desejado pelas firmas. Como o nível desejado de emprego responde a fatores como mudanças nos salários, custos da mão de obra, do capital e outros insumos, produtividade do trabalho, nível de vendas da firma e a tecnologia, esse conjunto de variáveis acaba tendo impacto sobre o tempo de permanência dos trabalhadores na empresa. Em outras palavras, a duração do emprego se relaciona com a criação e destruição de empregos — consequência das flutuações sazonais e do crescimento da economia e da própria dinâmica interna das empresas — e com o fluxo dos trabalhadores nos postos de trabalho — que é a característica da rotatividade.

O presente estudo tem um caráter exploratório. Ele foca, principalmente, os assalariados do setor privado, os quais representam cerca de 60% da força de trabalho na RMPA. Com o objetivo de verificar se o tempo de permanência varia entre diferentes segmentos do mercado e da força de trabalho, os dados foram desagregados por posição na ocupação, setor de atividade da empresa, faixas etárias, escolaridade e rendimento. Procedeu-se, ainda, a uma comparação do tempo de permanência entre os assalariados e os ocupados em geral e os do setor privado de outras regiões metropolitanas brasileiras, para verificar se as conclusões da nossa pesquisa podem ser generalizadas em todo o País ou constituem peculiaridade regional. Além do Distrito Federal (DF), são consideradas na análise as regiões metropolitanas de Porto Alegre (RMPA), São Paulo (RMSP), Belo Horizonte (RMBH), Recife (RMR) e Salvador (RMS).

### **3 Situação atual e trajetória do tempo de permanência**

Na primeira parte desta seção, analisa-se o tempo de permanência dos ocupados no mercado de trabalho na RMPA por posição na ocupação. A partir da segunda subseção, considera-se apenas o conjunto dos assalariados do setor privado, porque os vínculos de emprego nesse segmento do mercado de trabalho tendem a estar mais diretamente relacionados à dinâmica da economia e às expectativas dos agentes econômicos.

#### **3.1 Quadro geral**

As evidências empíricas mostram que em 2010 o tempo médio de permanência dos ocupados da RMPA foi de 76,4 meses — um pouco acima

de seis anos (Tabela 1). Considerando apenas os grandes agregados dentro da categoria dos ocupados, pode-se perceber que as categorias **outros ocupados** e **autônomos** foram as que apresentaram o maior tempo de permanência (129,3 e 100,0 meses respectivamente) — acima do tempo médio total da Região (71,0 meses). Já os **empregados domésticos** e os assalariados se situaram abaixo do total geral — 68,2 e 64,5 meses respectivamente. Dentre os assalariados se destacam os empregados do **setor público**, que foi a categoria que registrou o maior tempo de permanência entre todos os segmentos analisados, 137,4 meses em média (11,5 anos). Desagregando este último grupo, para os servidores públicos estatutários esse indicador chegou a 171,9 meses em 2010, ao passo que os não estatutários apresentaram 98,4 meses de tempo de permanência no emprego. Por sua vez, os empregados do setor privado permaneciam, em média, 49,1 meses (4,1 anos) no mesmo trabalho.

Entre 2001 e 2010 encontramos um incremento de, aproximadamente, um ano no tempo de permanência na empresa entre o total de ocupados (12,3 meses). A trajetória de crescimento durante a década ocorreu de forma contínua até 2009, havendo uma pequena retração no indicador em 2010. De forma geral, em todos os grandes agregados se verifica um comportamento de expansão, à exceção dos servidores públicos não estatutários, único dos agregados em que houve queda no tempo de permanência ao longo da década (-6,3 meses). Em termos absolutos, o maior aumento foi registrado entre os autônomos (38,2 meses) e entre os outros ocupados (28,0 meses). O crescimento mais moderado no indicador ocorreu entre os assalariados (4,1 meses) e, particularmente, entre os assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada, apresentando pequena variação positiva (2,3 meses), que correspondeu a um terço do tempo médio encontrado entre os ocupados.

Examinando agora em separado o segmento dos assalariados, percebe-se uma grande diferença entre o tempo de permanência no setor público e no privado ao longo da década. No primeiro, os empregados estavam, em média, há 11,3 anos (135,0 meses) no emprego, ao passo que no setor privado este número cai para cerca de quatro anos (48,1 meses). Na comparação entre 2001 e 2010 a duração do emprego aumentou tanto para os ocupados do setor público quanto para os do setor privado: no primeiro, houve uma elevação de 7,6 meses e, no segundo, de 4,3 meses. Apesar dessa magnitude, em termos relativos, o desempenho do setor privado foi superior ao do público, contribuindo para diminuir, ainda que de forma sutil, a distância entre o tempo de permanência entre essas duas categorias.

Tabela 1

Tempo de permanência no trabalho atual, por posição na ocupação, na RMPA — 2001-10

(em meses)

PERÍODOS E VARIÁÇÕES	TOTAL	ASSALARIADOS (1)						
		Total	Setor Privado			Setor Público		
			Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada	Total	Estatu- tário	Não Estatu- tário
2001	64,1	60,4	44,8	50,2	22,0	129,8	147,5	104,7
2002	66,0	60,9	45,4	51,0	21,5	128,3	154,5	95,0
2003	67,1	62,4	46,0	51,4	20,2	131,3	157,5	98,4
2004	68,2	63,2	46,8	52,1	22,6	132,6	159,5	98,4
2005	70,4	64,3	48,9	54,0	22,4	134,8	167,1	95,0
2006	72,1	65,0	49,9	55,3	23,3	135,1	168,1	96,6
2007	73,6	66,1	49,8	55,1	24,4	139,2	173,6	97,2
2008	75,0	65,8	49,3	54,1	25,1	141,3	177,1	96,6
2009	77,3	67,0	51,0	55,3	26,9	140,4	175,7	99,9
2010	76,4	64,5	49,1	52,5	29,0	137,4	171,9	98,4
$\Delta\%$ 2001-10	19,2	6,8	9,6	4,6	31,8	5,9	16,5	-6,0
<b>Taxa de cresci- mento anual (%)</b>								
2001-10	2,0	0,7	1,0	0,5	3,1	0,6	1,7	-0,7

PERÍODOS E VARIÁÇÕES	AUTÔNOMOS	EMPREGADOS DOMÉSTICOS	OUTROS (2)
2001	61,8	50,0	101,3
2002	69,3	50,9	104,7
2003	66,9	51,9	109,0
2004	70,4	54,5	109,8
2005	74,5	58,4	117,3
2006	79,8	61,1	121,0
2007	82,9	62,4	121,4
2008	85,8	62,2	127,5
2009	92,8	62,8	131,8
2010	100,0	68,2	129,3
$\Delta\%$ 2001-10	61,8	36,4	27,6
<b>Taxa de cresci- mento anual (%)</b>			
2001-10	5,5	3,5	2,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(2) Inclui empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

Quando separamos os assalariados do setor privado por tipo de contratação, o tempo de permanência entre os com carteira assinada é bastan-

te superior aos sem carteira assinada, respectivamente, 52,5 meses e 29,0 meses, em 2010. Apesar desta distância, o tempo de permanência dos sem carteira aumentou 31,8% no período, bastante superior aos 4,6% dos com carteira. Um dos fatores relacionados a este resultado é o grande crescimento do emprego com carteira assinada, verificado tanto em nível nacional como regional, que agregou um grande contingente de trabalhadores ao segmento do emprego formal no período recente, o que pode ter conduzido a uma diminuição do tempo médio de permanência no grupo. Mesmo com o crescimento expressivo entre os ocupados sem carteira assinada, essa categoria permanece como a que possui o nível mais baixo do indicador. Além de não usufruir dos direitos previstos para aqueles que possuem vínculo formal de emprego, esses trabalhadores estão sujeitos a formas precárias de inserção ocupacional.

Adicionalmente, os dados da PED-RMPA mostram que a proporção dos empregados do setor privado da RMPA com até dois anos no emprego atinja 55,8% em 2010, um número 1,9% inferior ao do começo da década. Para o total de ocupados, a retração foi de 7,7% no mesmo período. Tais indicadores podem estar evidenciando uma tendência de queda na proporção dos assalariados com pouco tempo no mesmo local de trabalho, sugerindo que houve uma menor mudança entre postos de trabalho, apesar desta proporção ainda se manter em patamares elevados.

## 3.2 Tempo de permanência dos assalariados do setor privado

Considera-se nesta subseção o conjunto dos assalariados do setor privado, os quais foram desagregados em diferentes subgrupos, notadamente por setor de atividade, escolaridade, faixas etárias e faixas de renda.

### 3.2.1 Setores de atividade

Os dados coletados pela pesquisa PED-RMPA comportam a desagregação dos assalariados do setor privado nos segmentos **indústria**, **construção civil**, **comércio** e **serviços** (Tabela 2). Ao examinarmos o tempo de permanência pela ótica setorial, vemos que a **indústria** foi o setor de atividade onde os trabalhadores estavam há mais tempo no seu emprego em 2010 (54,1 meses), seguidos pelos trabalhadores do setor **serviços** (50,4 meses). As áreas em que os empregados estavam há menos tempo foram o **comércio** e a **construção civil**, com 42,5 e 36,2 meses respectivamente.

Em termos de evolução no período 2001-10, observa-se expansão do tempo de permanência entre os setores, à exceção da **construção civil**.

Para a **indústria** e o **comércio**, o crescimento foi em torno de 6 meses, enquanto nos serviços o avanço foi de 3,6 meses. Contrariamente, a **construção civil** apresentou pequeno recuo (-1,3 meses). Ressalta-se que houve uma interrupção no processo de expansão do tempo de permanência em todos os grandes setores de atividade econômica na RMPA aqui distinguidos no ano de 2010 em relação a 2009, à exceção do **comércio**, o único a apresentar expansão. Uma hipótese a ser levantada é que no ano de 2009, em razão da crise internacional, os trabalhadores desligados em função dos impactos recessivos da crise tenham sido aqueles com menor tempo de permanência da empresa, o que pode ter contribuído para o aumento do indicador em 2009. Isto nos diz que, caso o desempenho de 2009 fosse mantido no ano seguinte, todos os setores apresentariam expansão no indicador para a década, além de taxas de crescimento mais robustas. Para o **comércio**, o crescimento do tempo de permanência foi de 17,1%, passando de 36,3 para 42,5 meses ao longo do período analisado. Mesmo com o impacto regressivo de 2010 frente a 2009, o indicador cresceu 13,4% na **indústria** e 7,7% nos **serviços**. Houve decréscimo no tempo de permanência apenas na **construção civil** (-3,5%), sendo que para este setor não houve uma tendência definida para o indicador, alternando-se incrementos e contrações ao longo da década. Assim como se constatou para o movimento geral dos ocupados na RMPA, houve melhoria na condição de permanência no emprego entre os trabalhadores dos principais setores produtivos, com exceção daqueles pertencentes à **construção civil**, que se mantiveram em ocupações com características de precariedade mais intensas.

Tabela 2

Tempo de permanência dos assalariados do setor privado no trabalho atual, por setores de atividade econômica, na RMPA — 2001-10

(em meses)

PERÍODOS E VARIACIONES	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços (1)
2001	47,7	37,5	36,3	46,8
2002	50,9	35,0	37,4	46,0
2003	51,8	34,1	37,7	46,7
2004	51,2	36,5	39,2	48,1
2005	55,2	39,0	40,3	49,1
2006	57,6	41,1	41,0	49,4
2007	55,3	40,6	41,5	50,6
2008	56,5	35,3	40,7	50,0
2009	58,5	39,4	41,2	52,2
2010	54,1	36,2	42,5	50,4
Δ% 2001-10	13,4	-3,5	17,1	7,7
<b>Taxa de crescimento anual (%)</b>				
2001-10	1,4	-0,4	1,8	0,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Exclusive serviços domésticos.

Considerando-se o tempo de permanência médio entre os assalariados do setor privado, 48,0 meses, percebe-se que o **comércio** e a **construção civil** apresentam um patamar inferior à média da Região, especialmente por concentrarem mais trabalhadores nas faixas com menor tempo de serviço, conforme os dados da Tabela 3.

Tabela 3

Distribuição dos assalariados do setor privado, por setor de atividade e faixas de tempo no trabalho principal, na RMPA — 2010

	(%)			
TEMPO NO SERVIÇO	INDÚSTRIA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS (1)
Até 3 meses .....	13,7	23,5	15,9	14,8
De 4 a 6 meses .....	8,4	13,6	9,9	8,8
De 7 a 12 meses .....	12,4	18,3	16,0	14,4
De 13 a 24 meses .....	16,9	15,1	17,4	17,2
De 25 a 36 meses .....	10,6	(2)-	10,2	9,8
De 37 a 60 meses .....	11,7	(2)-	11,4	11,4
De 61 a 120 meses .....	14,4	(2)-	11,6	12,8
Mais de 120 meses .....	11,9	(2)-	7,6	10,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Exclusivo serviços domésticos. (2) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Os dados indicam, portanto, comportamentos bastante distintos entre os setores. As diferentes tecnologias de produção podem contribuir para esta diferenciação no tempo de serviço verificada em nível setorial. Setores que exigem qualificações mais específicas tendem a valorizar a manutenção do vínculo empregatício pelo fato de o trabalhador possuir conhecimentos específicos sobre a execução da função, o que, em caso de desligamento, torna dispendioso para a empresa o processo de treinamento do trabalhador contratado para exercer a função do desligado. É possível que o maior tempo de permanência na **indústria** esteja relacionado com o nível de qualificações específicas exigidas para a execução das atividades produtivas (ORELLANO; PAZELLO, 2006). As exigências para o preenchimento de ocupações neste setor são, em princípio, mais especializadas, e, portanto, demissões e contratações são menos frequentes e acabam afetando positivamente o tempo de permanência na empresa.

### 3.3 Faixas de idade

Nesta seção, o tempo de permanência é analisado pela ótica da faixa de idade dos assalariados do setor privado: de 16 a 24 anos, de 25 a 39 anos e 40 anos e mais (Tabela 4). Esse tipo de desagregação entre os trabalhadores fornece alguns elementos de análise interessantes sobre como, por exemplo, a experiência anterior, a qualificação e o comprometimento

com o trabalho influenciam a estabilidade do vínculo empregatício. As evidências indicam que em 2010 a duração do emprego mais elevada na RMPA era para os assalariados do setor privado com 40 anos e mais (88,4 meses), bastante superior à média global dos assalariados do setor privado (49,1 meses). O segundo maior tempo foi registrado entre as pessoas na faixa de 25 a 39 anos (39,9 meses). Entre os empregados que tinham entre 16 e 24 anos, foi registrado um tempo de permanência de apenas 15,3 meses. Espera-se que nessa faixa etária o tempo de permanência no trabalho seja menor, em razão de ser composto por indivíduos que entraram no mercado de trabalho mais recentemente e que, possivelmente, estejam sujeitos a vínculos de emprego mais frágeis. Considerando, por outro lado, a demanda por trabalho por parte das empresas, a variação na quantidade de mão de obra requerida, em razão, por exemplo, de ajustes de curto prazo, afeta com mais intensidade os indivíduos menos experientes, com menor qualificação e menor tempo de serviço na firma, que são características concentradas entre os jovens. Decisões de custos também balizam este comportamento, pois trabalhadores com um vínculo de tempo menor com a empresa têm custos de demissão menores. A maior fragilidade do emprego entre os jovens é reforçada, adicionalmente, pelo alto nível de desemprego no grupo, que é bastante superior ao dos outros trabalhadores. De fato, para 2010, na RMPA, o desemprego entre os jovens foi 2,2 vezes maior do que entre a faixa de 25 a 39 anos e mais do que três vezes superior em comparação com o grupo de 40 anos ou mais.

Tabela 4

Tempo de permanência dos assalariados do setor privado no trabalho principal, por faixa etária, na RMPA — 2001-10

(em meses)				
PERÍODOS E VARIÁÇÕES	DE 10 A 15 ANOS	DE 16 A 24 ANOS	DE 25 A 39 ANOS	40 ANOS E MAIS
2001	5,7	17,3	42,1	78,8
2002	7,5	16,9	44,4	77,9
2003	7,7	17,3	44,6	79,3
2004	(1)-	17,4	43,9	82,4
2005	(1)-	17,9	45,9	85,2
2006	(1)-	17,3	44,9	87,9
2007	(1)-	17,0	42,5	91,2
2008	(1)-	15,6	42,1	88,5
2009	(1)-	16,3	42,4	90,6
2010	(1)-	15,3	39,9	88,4
Δ% 2001-10	-	-11,6	-5,2	12,2
<b>Taxa de crescimento anual (%)</b>				
2001-10	-	-1,4	-0,6	1,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Na década analisada neste trabalho, a desagregação dos trabalhadores por faixa etária indica que houve elevação no indicador somente para o grupo de trabalhadores de 40 anos ou mais, com um incremento de aproximadamente 10 meses, passando de 78,8 para 88,4 meses. De forma contrária, para a faixa dos jovens de 16 a 24 anos e a dos adultos de 25 a 39 anos houve uma redução no tempo de serviço. No caso dos primeiros, a queda foi de 11,6% (passando de 17,3 para 15,3 meses) e para os últimos foi de 5,2% (de 42,1 para 39,9 meses).

Através da segmentação por grupos etários, percebe-se que o incremento do tempo médio de permanência no emprego atual para os trabalhadores mais maduros do mercado de trabalho pode ser resultado de uma movimentação menos intensa de postos de trabalho nessa categoria. Pelo lado dos empregadores, como os diferenciais de experiência são um dos fatores considerados em suas decisões de contratar e demitir e como os menos experientes, geralmente, são os mais jovens, possivelmente estes apareçam entre a mão de obra com menores custos no caso de desligamento, tanto em razão das obrigações trabalhista previstas em lei como das despesas com treinamento de um novo funcionário. Do lado dos trabalhadores jovens, pode haver motivação para a mudança mais frequente de emprego como consequência de uma relação mais fluida com a empresa, assim como as perdas em termos de rendimento ou progresso na carreira podem ser consideradas de pouca relevância por essa faixa etária.

A entrada dos jovens no mercado de trabalho é marcada, além dos fatores mencionados, pela pouca quantidade de informações que o futuro empregador é capaz de captar para este tipo de trabalhador. Como são indivíduos que estão em processo de construção da vida profissional, por um lado, a experiência anterior é pequena ou até mesmo inexistente e, por outro, a escolaridade pode ser reduzida ou ainda incompleta. Isso sugere a existência de um problema de assimetria de informação no mercado de trabalho. Este é o argumento levantado por Camargo e Reis (2005) para explicar o fato de que o desemprego é maior entre os jovens e entre os semiquualificados<sup>2</sup>. Os autores colocam que a experiência no mercado de trabalho é capaz de revelar uma parte das características produtivas do trabalhador, de modo que os empregadores possuem menos informações sobre trabalhadores mais jovens e, portanto, menos experientes. Por sua vez, os semiquualificados formam um grupo bastante heterogêneo, sendo as informações captadas através da escolaridade bastante difusas, de modo que as empresas têm dificuldades para distinguir os trabalhadores. A construção desse argumento pelos autores propõe a incerteza quanto ao tipo de trabalhador como elemento central de análise da questão do desemprego. Como o desemprego afeta negativamente o tempo de permanência no trabalho, a menor

---

<sup>2</sup> Trabalhadores com algum grau de educação formal, entre 4 e 10 anos de estudo.



estabilidade entre o segmento mais jovem da força de trabalho pode ser vista como uma combinação de fatores relacionados à baixa experiência anterior e qualificação relativamente menor, que fornece pouca informação ao empregador sobre sua produtividade futura e sugere menor comprometimento com o mercado de trabalho.

### 3.4 Escolaridade

Com o objetivo de verificar se o tempo de permanência é afetado pelo grau de instrução, os assalariados do setor privado da RMPA foram agrupados em cinco segmentos correspondentes aos níveis de escolaridade dos indivíduos (Tabela 5). Os grupos identificados no estudo são os seguintes: analfabetos<sup>3</sup>, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo<sup>4</sup>, ensino médio completo<sup>5</sup> e, finalmente, ensino superior completo.

Tabela 5

Tempo de permanência dos assalariados do setor privado no trabalho atual, segundo níveis de instrução, na RMPA — 2001-10

PERÍODOS E VARIAÇÕES	(em meses)				
	ANALFABETO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (1)	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (2)	ENSINO MÉDIO COMPLETO (3)	ENSINO SUPERIOR COMPLETO
2001	63,5	43,5	37,0	44,1	79,7
2002	59,2	44,5	36,4	44,8	80,8
2003	57,2	44,9	38,4	45,5	78,5
2004	61,2	46,6	38,8	45,7	78,9
2005	68,0	49,8	41,2	46,7	81,6
2006	65,8	53,0	42,3	46,7	79,7
2007	82,7	52,9	41,7	46,0	81,4
2008	(4)-	50,2	40,8	46,8	81,2
2009	(4)-	53,9	42,0	47,2	84,3
2010	(4)-	49,3	39,7	46,7	80,7
Δ% 2001-10	-	13,3	7,3	5,9	1,3
<b>Taxa de crescimento anual (%)</b>					
2001-10	-	1,4	0,8	0,6	0,1

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Inclui alfabetizados sem escolarização. (2) Inclui Fundamental Completo e Médio Incompleto. (3) Inclui Médio Completo e Superior Incompleto. (4) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

<sup>3</sup> Inclui os alfabetizados sem escolarização. Este grupo não foi considerado na análise, pois nos últimos anos a amostra não comportou desagregação para essa categoria.

<sup>4</sup> Inclui o ensino médio incompleto.

<sup>5</sup> Inclui o ensino superior incompleto

Na comparação entre os diferentes graus de escolaridade, considerando o ano de 2010, o tempo de permanência mais elevado foi encontrado entre os assalariados do setor privado na RMPA com ensino superior completo — 80,7 meses (6,7 anos) —, valor muito superior ao dos demais níveis. A segunda maior média de tempo de permanência, obtida pelos trabalhadores com apenas o ensino fundamental incompleto, foi de 49,3 meses (4,1 anos), sendo bastante inferior à obtida pelos trabalhadores com superior completo. Os menores tempos de permanência foram encontrados entre os trabalhadores com ensino médio completo, que apresentaram média igual a 46,7 meses, e entre os que tinham ensino fundamental completo, que apresentaram média igual a 39,7 meses.

A análise da série histórica revela que o tempo de permanência médio dos assalariados do setor privado com ensino fundamental incompleto foi o que maior crescimento apresentou no período (1,4% a.a.), sendo que em 2010 a média registrada foi 13,3% superior à média do ano de 2001. Entre as pessoas com o nível de instrução mais elevado, a duração do emprego, em termos absolutos, se manteve praticamente inalterada em aproximadamente 80 meses, tendo registrado aumento de apenas 1,3% na década. Para os níveis intermediários (ensino fundamental completo e ensino médio completo) houve um pequeno incremento absoluto, em torno de dois meses.

As conclusões desta seção podem ser divididas em duas partes principais. Em primeiro lugar, os dados aqui analisados parecem corroborar que existe uma associação entre um nível de instrução mais elevado e empregos mais duradouros, pois o maior tempo de permanência é encontrado para o grupo com ensino superior completo — questão apontada por Gonzaga (1998). Alguma evidência para a interpretação desta relação entre escolaridade e tempo de permanência no trabalho pode ser obtida quando consideramos a existência de qualificações de trabalho específicas tanto por parte do trabalhador quanto inerentes às exigências do cargo, de forma que o aumento da qualificação e da experiência profissional, associado à escolaridade mais elevada, impacta positivamente a permanência na empresa.

Em segundo lugar, o crescimento do tempo de permanência do grupo com ensino fundamental incompleto, o principal achado desta parte da análise, ocorreu tanto nos anos 90, um contexto de baixo crescimento econômico, quanto nos anos 2000, em uma conjuntura de economia aquecida. A princípio, poderíamos supor que os diferenciais de qualificação afetem a mobilidade de modo que os menos qualificados exibem uma maior chance de mudar de setor e ocupação (ELLIOT; LINDLEY, 2006), o que, a partir de uma avaliação preliminar, apontaria para uma discordância em relação aos dados da RMPA. Um dos fatores que podem explicar este aumento do tempo de permanência entre o segmento com ensino fundamental incompleto é o aumento da escolaridade da população e a baixa taxa de desemprego. Como houve diminuição do número de trabalhadores de baixa esco-

laridade, ou seja, houve um decréscimo da oferta de mão de obra com este nível, ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho se mantém aquecido e os níveis de desemprego estão situados em níveis historicamente baixos, é mantida a demanda também por funcionários com menor qualificação. A pressão exercida sobre os salários dos indivíduos com menor escolaridade no período recente é também reflexo da conjuntura dos últimos anos, onde se pode dizer que há um certo descompasso entre oferta e demanda por trabalho, que acaba por atingir até os grupos menos escolarizados.

Utilizando a hipótese de Camargo e Reis (2005) de que existe um problema de assimetria de informações no mercado de trabalho, quando consideramos o grupo com menor qualificação, a diferenciação existente entre estes trabalhadores é menor, tornando este segmento relativamente homogêneo. A implicação deste argumento é de que a produtividade do trabalhador, medida por seu grau de escolaridade, pode ser melhor reconhecida pelo empregador, o que reduz a incerteza. Relacionada a isto encontra-se uma relação entre escolaridade e taxa de desemprego no Brasil com formato de U-invertido (CAMARGO; REIS; 2005), que também, é verificada na RMPA. O desemprego é, então, menos elevado para os trabalhadores com menor escolaridade do que para aqueles com algum grau de educação formal, e a taxa de desemprego volta a ser relativamente baixa para níveis mais altos de escolaridade. Assim, como o desemprego tende a ser maior para a faixa de escolaridade dita “intermediária”, uma hipótese é de que isso também tenha implicações para o tempo de permanência, diminuindo a estabilidade no trabalho, tal como apontam os dados para as duas categorias que englobam desde o ensino fundamental completo até o superior incompleto.

### **3.5 Rendimento**

A população dos trabalhadores do setor privado da RMPA foi distribuída em quatro grupos delimitados pelos quartis de rendimento (Tabela 6). Isso permite comparar os diferenciais no tempo de permanência dos respectivos grupos. Dados indicam que deve haver uma associação positiva entre os agrupamentos com renda e duração do emprego mais elevadas. Em 2010, as pessoas acima do terceiro quartil de rendimento estavam, em média, há 85,1 meses no emprego (7,1 anos), ao passo que as incluídas no grupo dos 25% com menores salários estavam no emprego há apenas 23,0 meses (1,9 anos). Verifica-se, também, que o tempo de permanência aumenta gradativamente nos grupos intermediários.

Tabela 6

Tempo de permanência dos assalariados do setor privado no trabalho atual, por grupos de rendimento do trabalho principal, na RMPA — 2001-10

PERÍODOS E VARIÁÇÕES	(em meses)			
	25% MAIS POBRES	ENTRE 25% E 50% MAIS POBRES	ENTRE 25% e 50% MAIS RICOS	25% MAIS RICOS
2001	21,1	32,3	46,9	79,1
2002	20,7	31,6	49,1	80,3
2003	21,0	32,5	48,5	82,2
2004	21,5	32,9	49,2	83,1
2005	22,5	35,6	51,5	85,8
2006	23,4	35,2	53,1	85,3
2007	23,0	35,8	51,2	86,7
2008	23,2	33,0	50,1	86,9
2009	24,0	34,5	53,5	88,2
2010	23,0	34,1	50,3	85,1
Δ% 2001-10	9,0	5,6	7,2	7,6
<b>Taxa de crescimento anual (%)</b>				
2001-10	1,0	0,6	0,8	0,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. O inflator utilizado foi o IPC-IEPE.

2. Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

No que tange ao comportamento ao longo da série histórica, percebe-se aumento da duração do emprego em todas as faixas. Em termos absolutos, o maior crescimento ocorreu no grupo com maior rendimento. Apesar disso, o aumento mais pronunciado, em termos relativos, foi encontrado no grupo dos 25% com menores salários.

A evidência de que os rendimentos dos trabalhadores estão relacionados ao tempo de permanência no emprego pode ser explicada através de dois fatores (TOPEL, 1991). O primeiro deles é que os trabalhadores com maior tempo de permanência na empresa tendem a apresentar rendimentos maiores, isto é, os ganhos do trabalhador aumentam com a antiguidade. Isto estaria ligado ao fato de que trabalhadores com maior estabilidade no emprego tendem a ser mais especializados do que aqueles com vínculos mais recentes. Os dados para a RMPA mostram que os 25% com maiores salários e o grupo dos que estão entre os 25 e 50% com maiores salários, além de terem os dois maiores tempo de permanência (respectivamente, média de 84,3 e 50,3 meses na década), também obtiveram o maior incremento absoluto no tempo de permanência (6,0 meses e 3,4 meses). Em segundo lugar, a estabilidade tende a agir como uma *proxy* para a qualidade relativa de determinada ocupação, de forma que os empregos com maior tempo de duração possivelmente ofereçam melhores remunerações aos tra-

balhadores. Esta associação positiva entre rendimento e tempo de permanência também é apontada em outros trabalhos (GONZAGA, 1998; RAMOS; CARNEIRO, 2002). No que diz respeito à força de trabalho empregada, um fator de relevância é que trabalhadores com maior tempo de permanência, que se supõe deterem maiores conhecimentos específicos, possuem um custo de ajustamento maior caso ocorra o fim do contrato. Nesse caso, o indivíduo sofre perdas de remuneração para se recolocar no mercado de trabalho que aumentam conforme permaneça na condição de desempregado. Este fato tende a ampliar e fortalecer o vínculo com a empresa.

## **4 Tempo de permanência nas principais regiões metropolitanas**

Esta seção tem como propósito verificar se as conclusões referentes à situação atual e à tendência de evolução observadas na RMPA são compatíveis com a realidade das demais regiões metropolitanas pesquisadas pelo sistema PED.

A primeira constatação se refere ao tempo de permanência do conjunto de ocupados. Os dados mostram que, nas regiões metropolitanas consideradas neste estudo, os ocupados apresentaram média de 74,5 meses para o conjunto das regiões em 2010, valor levemente abaixo do verificado na RMPA (Tabela 7). Na Região Metropolitana de São Paulo, por sua vez, encontra-se o menor indicador entre as regiões, de 63,9 meses em 2010. A segunda é que em 2010 a diferença do tempo de serviço dos assalariados do setor privado era muito pequena entre as regiões consideradas. Nesse ano, a média para o conjunto das regiões era de, aproximadamente, quatro anos, enquanto, na RMPA era de 49,1 meses (4,1 anos). A única discrepância foi observada no Distrito Federal, cujo valor ficou abaixo das demais regiões. A terceira constatação é que a duração do emprego dos assalariados do setor privado da maioria das regiões metropolitanas tendeu a se aproximar no final do período, fato que se manifesta com mais relevância a partir de 2009.

As evidências empíricas nos permitem, pois, avançar a ideia de que os resultados da nossa pesquisa referentes à situação atual e, especialmente, os que dizem respeito às tendências de evolução ao longo do período relativas à RMPA convergem, de modo geral, com o movimento do que ocorre em outras regiões metropolitanas do País.

Tabela 7

Tempo de permanência dos ocupados e dos assalariados do setor privado no trabalho atual, no Distrito Federal e em regiões metropolitanas com PED — 2001-10

PERÍODOS E VARIÁÇÕES	OCUPADOS (1)					
	RMPA	RMSP	DF	RMBH	RMR	RMS
2001	64,1	59,3	72,9	65,9	64,7	67,8
2002	66,0	59,4	73,4	65,7	66,5	71,0
2003	67,1	60,4	77,9	66,7	68,1	70,9
2004	68,2	62,5	77,6	68,5	69,8	70,9
2005	70,4	62,3	78,6	68,2	71,3	71,6
2006	72,1	63,3	79,3	70,5	73,4	71,4
2007	73,6	63,1	80,2	71,1	74,0	73,2
2008	75,0	61,8	84,1	72,5	73,3	74,9
2009	77,3	63,0	79,6	76,6	73,3	79,0
2010	76,4	63,9	82,1	77,3	72,9	74,4
Δ% 2001-10	19,2	7,8	12,6	17,3	12,7	9,7
<b>Taxa de crescimento anual (%)</b>						
2001-10	2,0	0,8	1,3	1,8	1,3	1,0
PERÍODOS E VARIÁÇÕES	ASSALARIADOS DO SETOR PRIVADO					
	RMPA	RMSP	DF	RMBH	RMR	RMS
2001	44,8	47,9	38,6	46,1	45,5	43,1
2002	45,4	48,5	39,6	45,9	47,2	43,5
2003	46,0	50,0	40,9	46,2	48,1	45,3
2004	46,8	50,9	41,6	47,5	49,2	44,9
2005	48,9	50,7	42,1	46,5	50,2	45,2
2006	49,9	50,7	43,4	47,3	52,2	44,8
2007	49,8	49,5	42,7	46,5	51,1	46,2
2008	49,3	47,6	43,2	46,5	51,9	47,4
2009	51,0	48,9	40,5	48,6	50,6	52,2
2010	49,1	48,8	41,4	48,6	49,7	47,9
Δ% 2001-10	9,6	1,9	7,3	5,4	9,2	11,1
<b>Taxa de crescimento anual (%)</b>						
2001-10	1,0	0,2	0,8	0,6	1,0	1,2

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Inclui empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

## 5 Considerações finais

Este estudo examinou a situação atual e a trajetória do tempo de permanência no local de trabalho na RMPA. A tendência verificada foi de aumento na duração do emprego, porém com algumas nuances bastante significativas. Quando consideramos os ocupados por posição na ocupação, o fato que se destaca é o aumento relativamente modesto do tempo de permanência dos assalariados do setor privado com carteira assinada. Uma possível explicação para este desempenho do indicador pode estar na entrada de um grande contingente de trabalhadores no grupo, dado o expressivo aumento do emprego formal nos últimos anos. A questão que se coloca é se o aumento verificado foi suficiente para superar a condição de fragilidade que caracteriza, segundo a literatura, os vínculos dos trabalhadores com seus empregos no Brasil. A nosso ver, as tendências verificadas na RMPA vão no sentido de um movimento mais geral presente na economia brasileira, o que se deduz da breve comparação realizada com outras regiões metropolitanas no País.

A análise dos assalariados do setor privado na RMPA confirma, como esperado, que os empregados com carteira de trabalho assinada têm um vínculo mais estável do que os trabalhadores informais. O recorte por segmento de atividade econômica mostra que a indústria é o setor em que os trabalhadores estavam mais tempo no emprego. Além disso, os dados indicam que os trabalhadores maduros (com 40 anos e mais) são os que têm o maior tempo de permanência. No que tange à escolaridade, vimos que os assalariados com nível de instrução superior são os que estavam durante mais tempo no emprego. Um dos achados da pesquisa foi que os empregados com menor grau de instrução — com o ensino fundamental incompleto — foram os que apresentaram o maior crescimento do tempo de permanência na RMPA ao longo da década. E, finalmente, a pesquisa mostra que parece haver uma associação positiva entre nível de rendimento e tempo de permanência no emprego. Finalmente, os trabalhadores da RMPA com menor tempo de permanência tendem a ser os mais jovens e menos qualificados.

Um aspecto importante é que níveis educacionais mais elevados são associados a uma maior qualificação profissional, de modo que indivíduos com maior escolaridade possivelmente sejam percebidos pelos empregadores como mais capacitados para exercer determinadas funções, de forma que a qualificação é vista como um aspecto determinante para a duração da relação de emprego no mercado de trabalho.

As perspectivas com o aquecimento do mercado de trabalho apontam para uma maior dificuldade em obter mão de obra treinada, ao mesmo tempo em que aumentam os custos de demissões em razão da parcela maior de trabalhadores formais em relação à ocupação total. Essa nova configu-

ração pode fazer com que as empresas valorizem a permanência do trabalhador. Isto, por sua vez, pode implicar um futuro aumento do tempo de permanência no emprego. Porém, pelo lado da oferta de trabalho, a manutenção de níveis baixos de desemprego estimula a mudança de emprego, pois a abertura de vagas torna mais fácil a recolocação no mercado de trabalho, o que, por sua vez, poderia diminuir o tempo de permanência.

A presente pesquisa tem um caráter exploratório. Além das questões anteriormente aventadas, outras requerem investigação mais detalhada, apesar de levantadas algumas hipóteses ao longo do texto. Dentre elas, o significado e a causa do aumento do tempo de trabalho dos assalariados com menor nível de instrução e a diminuição do tempo de permanência nos dois últimos anos da década analisada. Uma outra linha de investigação se refere ao estudo do tempo de permanência em relação a outras características sociodemográficas.

## Referências

BALTAR, P. E. A.; PRONI, M. W.. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão de obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, J. E. L. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996. P. 109-149.

BORGES, B.. Recuperação do emprego formal: trajetória rumo a (re)estruturação do mercado de trabalho na RMPA? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v. 39, n. 1, p. 55-64, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Rotatividade da mão de obra alcança 36% dos vínculos empregatícios**. Brasília: MTE, 2009. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/rotatividade-da-mao-de-obra-alcanca-36-dos-vinculos-empregaticios/palavrachave/rotatividade.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

CAMARGO, J.; REIS, M.. Desemprego: o custo da desinformação. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 381-425, 2005.

CARDOSO Jr., J. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Texto para discussão, n. 1310).

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2011.



ELLIOTT Jr., R.; LINDLEY, J.. Skill specificity and labour mobility: occupational and sectoral dimensions. **The Manchester School**, [S.l.], v. 74, n. 3, p. 389-413, 2006.

GONZAGA, M.. Rotatividade e qualidade do emprego no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 18, n.1, p. 120-140, 1998.

GONZALEZ, R.. **Flexibilidade e permanência**: a duração dos empregos no Brasil (1992-2006). 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em:

<[http://bdttd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=6241](http://bdttd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6241)>. Acesso em: 13 jun. 2013.

INTERNATIONAL LABOR OFFICE (ILO). **Measuring decent work: tripartite meeting of experts on measurement of decent work**. Geneva: ILO, 2008.

JÄGER, P.. **Flexibilidade e rotatividade no mercado de trabalho**: um estudo a partir dos dados sobre o Rio de Janeiro. 2010. 113 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

ORELLANO, V. I. F.; PAZELLO, E. T.. Evolução e determinantes da rotatividade da mão de obra nas firmas da indústria paulista na década de 1990. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 179-207, abr. 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Perfil do trabalho decente no Brasil**. Brasília: OIT, 2009.

POCHMANN, M.. **Evolução recente da rotatividade no emprego formal no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. (Nota técnica).

RAMOS, C. A.; CARNEIRO, F. G.. Os determinantes da rotatividade do trabalho no Brasil: instituições x ciclos econômicos. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 12, p. 31-56, jul./dez. 2002.

RAMOS, C. A.; CARNEIRO, F. G.. **Rotatividade e instituições**: benefícios ao trabalhador desligado incentivam os afastamentos? Brasília: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 503).

RETOMADA do ritmo de crescimento ocupacional leva taxa de desemprego ao menor patamar da série histórica. **Informe PED**, Porto Alegre, v. 19, n. especial, jan. 2011.

TOPEL, R.. Specific capital, mobility, and wages: wages rise with job seniority. **The Journal of Political Economy**, Chicago, v. 99, p. 145-176, 1991.

# Mudanças no padrão de desigualdade de gênero em um contexto de crescimento econômico

Irene M. S. Galeazzi

Socióloga, Pesquisadora da FGTAS

## 1 Introdução

Os mecanismos discriminatórios que acompanham a inserção das mulheres na sociedade, assentados numa relação social desigual e hierarquizada entre os sexos, foram transferidos para as relações de trabalho concomitantemente ao crescente avanço da presença feminina na força de trabalho. Tal realidade pode ser evidenciada a partir do estudo das relações de trabalho e, especialmente, das formas como homens e mulheres se inserem no mercado de trabalho, as quais, por ocorrerem em um espaço público — o espaço da produção — permitem maior visibilidade e melhor apreensão das desigualdades de gênero. O processo de construção do sujeito feminino trabalhador é marcado, desde sua origem, pelas características de submissão e de dependência em relação aos homens. Esses valores culturais tradicionais mantêm seus efeitos na inserção ocupacional das mulheres, resultando em maior exposição ao desemprego, maior tempo de procura por trabalho, inserção majoritária em ocupações com menores possibilidades de carreira e com menor *status*, menor tempo de permanência no posto de trabalho e rendimentos médios reais inferiores aos dos homens. Os estereótipos de “ser homem” e “ser mulher”, definidos historicamente, reproduzem-se no mercado de trabalho e se expressam na feminização/masculinização das tarefas e ocupações, determinando a existência dessa inserção desigual (HOLZMANN, 2006).

As desigualdades sociais e os mecanismos que as geram subsistem com tenacidade ímpar, fazendo com que sua superação venha se dando muito lentamente, através de um esforço permanente de monitoramento e de intervenção. No enfrentamento dessa questão, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao desenvolver o conceito de trabalho decente, estabeleceu uma agenda internacional, à qual o Brasil aderiu em 2006, objetivando metas e mecanismos de eliminação do déficit de trabalho decente nos países signatários.

Segundo a OIT (2006, p. 15, tradução nossa), “Por trabalho decente entende-se um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, seguridade e dignidade humana.”<sup>1</sup>. A noção de igualdade é, portanto, um elemento central na Agenda de Trabalho Decente, e, ainda conforme a OIT (2006, p. 15, tradução nossa) “Para atingir esse objetivo, deve-se dar uma especial atenção às mulheres trabalhadoras, já que estas se encontram em desvantagem em muitos aspectos”.

A importância das mulheres no processo produtivo não é um fato novo. No Brasil, por exemplo, sua presença foi marcante nos primórdios da industrialização, especialmente ligada à indústria têxtil no século XIX. O que há a destacar no período recente é a intensidade, a diversificação e a aparente irreversibilidade do processo de entrada das mulheres no mercado de trabalho. As taxas de participação feminina — proporção das mulheres em idade ativa que estão efetivamente no mercado de trabalho, na condição de ocupadas ou desempregadas — se expandiram num processo contínuo, sem alteração diante das diferentes conjunturas econômicas<sup>2</sup>, até o final dos anos 90.

Destaque-se que, nas décadas de 80 e 90, as economias capitalistas, especialmente as em desenvolvimento, viveram um processo de estagnação, acompanhado de altas taxas de inflação, inaugurando um período de desaceleração no ritmo de geração de empregos, especialmente a geração de empregos assalariados regulamentados. As taxas de desemprego entraram em rota de crescimento e se instalou um movimento de precarização do mercado de trabalho. Instaurou-se um processo de exclusão via desemprego e oferta de ocupações a descoberto dos padrões de proteção legal e previdenciária vigentes — assalariamento desregulamentado (sem carteira assinada), trabalho por conta própria ou autoemprego. Mesmo nesse contexto mais adverso, a participação das mulheres no mundo produtivo não diminuiu. Ao contrário, as taxas de participação seguiram aumentando<sup>3</sup>, enquanto se intensificava o crescimento das taxas de desemprego e aumentava o desemprego de longo prazo, entendido aqui como a permanência nessa condição por períodos superiores a um ano.

---

<sup>1</sup> Organización Internacional Del Trabajo (2006).

<sup>2</sup> Segundo Hirata (1998, p. 17), vem se observando um comportamento diferenciado da taxa de atividade feminina em quase todos os países industrializados: “[enquanto] As taxas masculinas estagnam ou decrescem, as femininas ampliam-se durante o período de expansão e continuam a crescer durante a crise [...]”.

<sup>3</sup> Segundo Galvez (2000), em um estudo realizado pela CEPAL em nove países da América Latina, incluindo o Brasil, “[...] constata-se que as taxas masculinas de participação laboral se mantiveram em um mesmo nível durante a década (de 90), enquanto que as femininas aumentaram de forma quase parêlha em todos os países [...]”.

No Brasil, o ingresso acentuado de mulheres no mercado de trabalho permaneceu nos anos 90 apesar da conjuntura de crise vivida pela economia brasileira e seus reflexos no mercado de trabalho. A taxa de participação feminina cresceu ao longo da década, chegando a 48,95% em 1999, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD-IBGE). O Rio Grande do Sul apresentou uma situação mais favorável, posicionando-se em patamar superior ao padrão nacional: ainda segundo dados da PNAD, em 1999, a taxa de participação feminina foi de 56,98%. Dados sobre o mercado formal de trabalho gaúcho mostram que a presença feminina tem sido crescente: a proporção de mulheres ocupadas no mercado formal do Estado passou de 38,6% em 1989 para 41,1% do total de ocupados em 1999 (aproximadamente 733 mil trabalhadoras em um universo de quase 1 milhão e 800 mil trabalhadores).

A explicação para tal quadro deve considerar um conjunto de fatores, cuja origem pode ser remetida tanto ao campo econômico quanto a fatores socioculturais e institucionais. Portanto, ao lado de elementos relacionados a mudanças estruturais na economia, também devem ser consideradas as modificações comportamentais, bem como a conscientização das mulheres e suas lutas direcionadas à construção de uma situação mais igualitária na sociedade, seja nas relações familiares — no espaço reprodutivo —, seja no mundo do trabalho — no espaço produtivo.

No âmbito do trabalho, o traço marcante das últimas décadas do século XX foi, portanto, o aumento das taxas de participação feminina. Acompanhou esse movimento uma intensa busca de equidade entre homens e mulheres, questionando estereótipos e conceitos, reivindicando novos espaços e direitos. Enfim, um processo que deu visibilidade à condição das mulheres e vem conquistando um conjunto de direitos que passou a constar na Constituição de 1988. Esses movimentos, se não conseguiram reverter o padrão de desigualdade que tradicionalmente marca a presença de homens e mulheres no mercado de trabalho, provocaram alterações importantes, reconfigurando as relações entre os gêneros e dentro do próprio grupo feminino.

Ao encerrar o século XX, não obstante os muitos direitos conquistados e a expressiva participação laboral feminina, praticamente todos os indicadores do mercado de trabalho demonstravam que as mulheres se inseriam na atividade econômica em clara desvantagem frente à força de trabalho masculina. As mulheres estavam mais expostas ao risco do desemprego — possuíam taxas mais elevadas do que as dos homens — e permaneciam por mais tempo na procura por trabalho. Uma vez ocupadas, a desigualdade se expressava, principalmente, pela segregação ocupacional e pela remuneração inferior. A elas cabiam ocupações de status mais baixo, com menores oportunidades de desenvolvimento e ascensão ocupacional, e

seus rendimentos do trabalho eram significativamente mais baixos do que os auferidos pelos homens.

A primeira década do século XXI, ao contrário das anteriores, revela-se um momento virtuoso para o mercado de trabalho brasileiro, consequência do desempenho mais positivo da economia nacional, com taxas de crescimento superiores às observadas nas décadas anteriores. Fatores relevantes nesse contexto foram as mudanças na política cambial, promovidas no final dos anos 90, o cenário internacional favorável às exportações, a ampliação do crédito, a retomada da política habitacional e as políticas de recuperação do salário mínimo e de elevação da renda das famílias, o que promoveu o crescimento da capacidade de compra do mercado interno (CHAVES; TONI; KRELING, 2010). Esse quadro econômico positivo permitiu uma melhora considerável nos indicadores do mercado de trabalho, redirecionando-os a uma trajetória de formalização e (re)estruturação: cresceu o emprego formal em detrimento das modalidades mais precárias, o desemprego desenhou uma curva descendente, atingindo taxas inferiores às observadas na década anterior, e os rendimentos do trabalho iniciaram, a partir de meados da década, um movimento de recuperação.

Considerando as dimensões que tematizam a condição feminina na sociedade e no trabalho em particular, o presente estudo objetiva examinar a inserção laboral feminina em um contexto de desenvolvimento econômico, sob a premissa de que à maior estruturação do mercado de trabalho pode corresponder uma redução dos níveis de desigualdade de gênero. Para isso, foi utilizada a base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) referente ao período que vai de 2000 a 2010.

O texto compõe-se, além dessa introdução, de cinco seções que tratam do exame dos principais indicadores do mercado de trabalho sob a ótica de gênero, buscando determinar a evolução das desigualdades presentes em cada um deles. A sexta e última seção é dedicada a tecer algumas considerações acerca dos principais resultados do estudo.

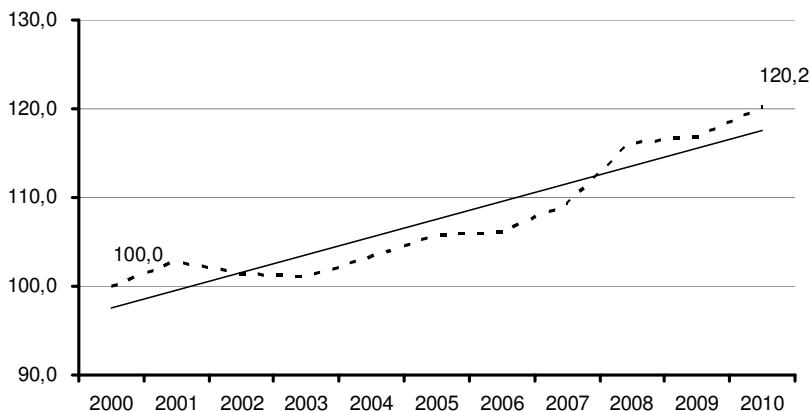
## **2 O mercado de trabalho da RMPA nos anos 2000**

Entre 2000 e 2010, o nível ocupacional da RMPA cresceu 20,2%, numa trajetória contínua ao longo de todo o período, como pode ser observado no Gráfico 1. Em consequência, o desemprego diminuiu 42,7%, situando-se no menor patamar da série histórica anual da PED-RMPA, com uma taxa de 8,7% em 2010. O rendimento médio real dos ocupados, no entanto, ficou em patamar similar ao do início do período em estudo, R\$ 1.340. Já o

salário médio real apresentou relativa estabilidade, passando de R\$ 1.322 para R\$ 1.318.

Gráfico 1

Índice do nível de ocupação na RMPA — 2000-10



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

A tônica do período foi a geração de empregos assalariados regulamentados, o que contribuiu para reduzir os elevados níveis de precarização ocupacional gerados na década anterior. O aumento do nível de ocupação na RMPA ocorreu em função do crescimento do número de trabalhadores assalariados, principalmente no setor privado. Neste último grupo, o incremento mais expressivo se verificou entre os empregados com carteira de trabalho assinada.

Análises com foco nas mulheres trabalhadoras têm, de modo recorrente, constatado diferenças na inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, como expressão de desigualdades sociais entre os gêneros. Dentre essas, têm sido evidenciadas discriminações e preconceitos relacionados a tipos de atividades exercidas, rendimentos do trabalho e atributos naturais ou adquiridos, revelando que existem segmentações no mercado de trabalho que implicam desvantagens para o contingente feminino *vis-à-vis* ao masculino.

Nas seções seguintes, serão examinados os indicadores de participação no mercado de trabalho, de desemprego, de ocupação e os rendimentos do trabalho — incluindo recortes por cor/etnia, idade, posição no domicílio —, buscando identificar a redução ou superação do padrão de desigualdade entre os sexos, através do uso da diferença relativa entre os indicadores calculados para homens e para mulheres.

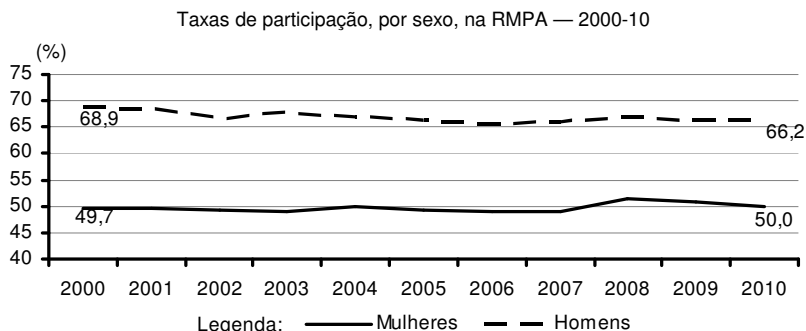
### **3 Crescimento da participação feminina no mercado de trabalho metropolitano**

No contexto de recuperação econômica e conseqüente retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho regional, observado principalmente na segunda metade da última década, destacou-se um trânsito entre a inatividade e a força de trabalho, manifesto em oscilações das taxas de participação da Região. Entre 2000 e 2010, 350 mil indivíduos foram incorporados à População em Idade Ativa (PIA) da RMPA, elevando esse contingente populacional para 3.275 mil em 2010, um crescimento da ordem de 12,0%. Diversos fatores socioeconômicos interferem na decisão das famílias quanto ao ingresso de seus membros no mercado de trabalho — renda familiar, situação ocupacional do chefe, entre outros —, definindo o comportamento das taxas de participação — percentual da população em idade de trabalhar que se encontra de fato engajada no mercado de trabalho na condição de ocupada ou desempregada. No período em foco, identificou-se uma redução da taxa de participação, que passou de 58,9% da PIA regional em 2000 para 57,7%, em 2010. Assim, o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) foi mais modesto em relação ao crescimento da PIA, com a incorporação de 168 mil indivíduos (9,8%), e a área metropolitana de Porto Alegre passou a contar, ao final do período analisado, com uma força de trabalho de 1.890 mil pessoas.

Esses movimentos populacionais assumem uma conformação especial ao serem examinados sob a ótica de gênero. Nessa perspectiva, constata-se que a PIA feminina apresentou crescimento (12,6%) ligeiramente superior à masculina (11,3%) entre 2000 e 2010. O mesmo ocorreu com o crescimento da PEA, que foi superior para as mulheres (13,2%), comparativamente aos homens (6,9%). No entanto, o destaque nesses dez anos foi o arrefecimento na incorporação de mulheres à PEA regional, quando comparada com a da década anterior, quando ela foi de 34,4%.

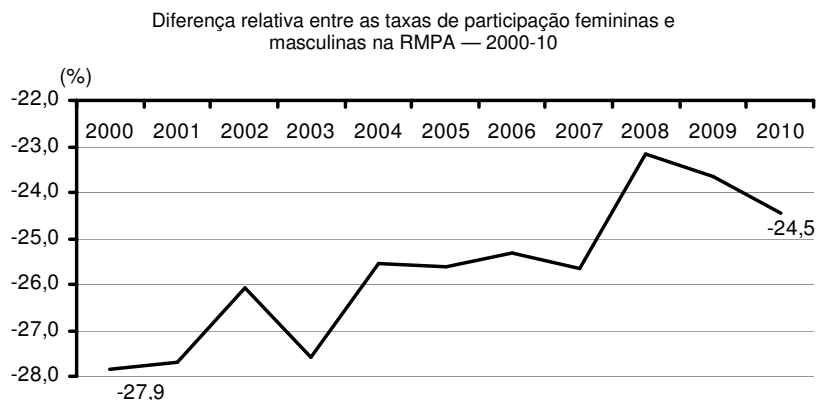
O exame das taxas médias anuais de participação na RMPA, no período analisado, expressa esses movimentos, demonstrando uma assimetria na evolução das taxas femininas em relação às masculinas. Embora a taxa de participação das mulheres ainda seja bastante inferior à dos homens, ela apresentou uma pequena elevação nesse intervalo de tempo, passando de 49,7% da PIA feminina para 50,0%. As taxas masculinas, ao contrário, apresentaram retração, passando de 68,9% para 66,2%. Como resultado, diminuiu a diferença entre as mesmas: a taxa de participação feminina, que em 2000 era 27,9% menor que a masculina, passou a ser 24,5% menor (Gráficos 2 e 3).

Gráfico 2



FORNTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Gráfico 3



FORNTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

É sabido que a decisão feminina pelo engajamento no mercado de trabalho é mediada por diversos aspectos: o desejo de desenvolver uma carreira e a necessidade econômica, seja em decorrência da deterioração da renda familiar, seja para fazer frente aos novos anseios de consumo. Alguns elementos derivam, ainda, de características individuais da população feminina, como escolarização e idade. Outros dizem respeito à estruturação do grupo familiar em que a mulher está inserida: o número de adultos, o número e a distribuição etária dos filhos, a renda dos demais membros da família e, finalmente, a posição ou condição da mulher no agrupamento familiar



(SCORZAFAVE; MENEZES FILHO, 2001, 2005; SCHMITT, 2000). Nesse sentido, as taxas de participação apresentam diferenças na PIA feminina.

Tabela 1

Taxa de participação, segundo posição no domicílio e sexo, na RMPA — 2000-10

	(%)										
POSIÇÃO NO DOMICÍLIO E SEXO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Homens</b>											
Chefe .....	80,0	79,8	77,7	78,0	77,3	76,0	74,8	75,1	76,6	75,0	75,6
Cônjuge .....	72,0	78,6	75,6	78,0	76,1	74,8	75,7	75,7	76,4	79,4	75,2
Demais membros	54,2	51,9	51,2	53,5	52,5	52,9	52,2	52,2	52,4	53,1	52,2
<b>Mulheres</b>											
Chefe .....	51,9	51,5	52,2	50,4	49,9	49,0	48,6	48,3	50,8	49,6	48,7
Cônjuge .....	52,9	53,5	53,1	52,8	53,9	53,2	53,3	53,4	56,3	55,3	55,7
Demais membros	44,6	43,4	42,8	43,9	44,6	44,4	43,7	43,9	45,5	45,5	43,5
<b>Total</b>											
Chefe .....	72,5	72,1	70,5	70,2	69,5	68,2	66,8	66,8	68,4	66,8	66,9
Cônjuge .....	53,2	54,0	53,7	53,4	54,3	53,7	54,1	54,1	57,1	56,5	56,6
Demais membros	49,5	47,8	47,1	48,8	48,7	48,8	48,1	48,2	49,1	49,4	48,0

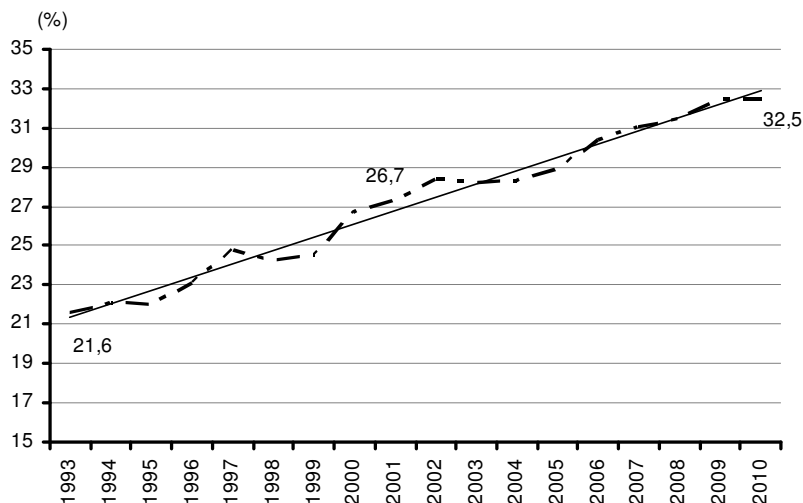
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Considerando a posição no grupo familiar, é elevada a taxa das mulheres com chefia de domicílio, segmento que continua numa trajetória ascendente na RMPA, como pode ser visto no Gráfico 4. A maior dependência do mercado de trabalho das chefas de domicílio, expressa pelas taxas de participação mais elevadas, corresponde às suas responsabilidades como provedoras, dado que a renda familiar, no caso dos domicílios com chefia feminina, é composta, se não exclusivamente, em grande medida pela renda do trabalho dessas mulheres.

Todavia, o segmento das mulheres cônjuges vem mostrando ingresso crescente no mercado de trabalho. A expansão laboral dessa categoria vem acompanhada de um ligeiro aumento da parcela de sua renda na composição da renda familiar. Entre 2000 e 2010, a proporção da renda das cônjuges na formação da renda familiar passou de 39,1% para 41,1%.

Gráfico 4

Proporção de domicílios chefiados por mulheres na RMPA — 1993-10



FORNTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

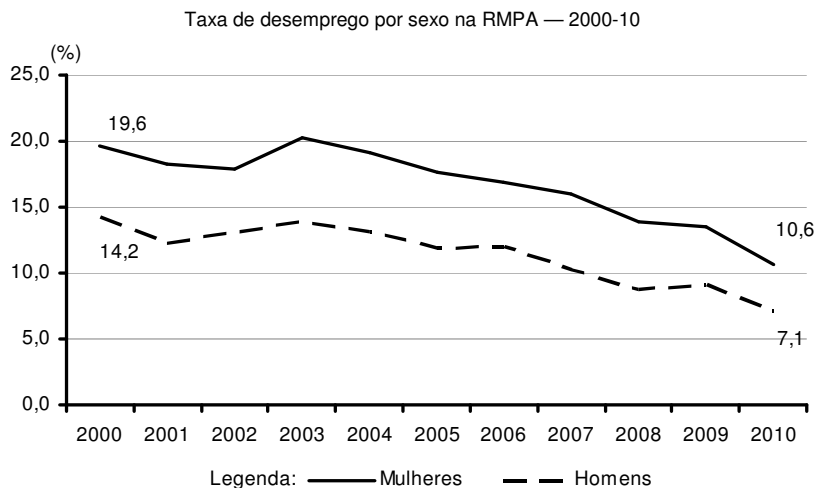
## 4 Queda dos patamares de desemprego foi menos intensa para as mulheres

Ao longo dos anos 90 e início deste novo século, o desemprego atingiu proporções sem precedentes na história recente do País, fato que colocou esse problema no centro das grandes questões e desafios de nossa sociedade, extrapolando o âmbito do próprio mercado de trabalho. O desemprego entre as mulheres, nesse contexto, tomou dimensões maiores e desvantajosas devido às discriminações sofridas por este segmento no mercado de trabalho. Entretanto, esse quadro se alterou e, em 2000, o desemprego recuou, voltou a crescer em 2003, em decorrência das incertezas geradas pelas eleições presidenciais de 2002, retomando uma trajetória sustentada de queda a partir de 2004.

Na RMPA, esse movimento afetou de forma especial a PEA masculina, cujas taxas recuaram mais do que as das mulheres. A taxa feminina de desemprego passou de 19,6% da respectiva PEA em 2000 para 10,6% em 2010. Assim, com a saída de 59 mil mulheres da condição de desemprego, o contingente feminino desempregado recuou de 151 mil para 92 mil mulheres ao final da década. A taxa masculina, por sua vez, passou de 14,2% em 2000 para os 7,1% verificados em 2010, e o contingente masculino, com a

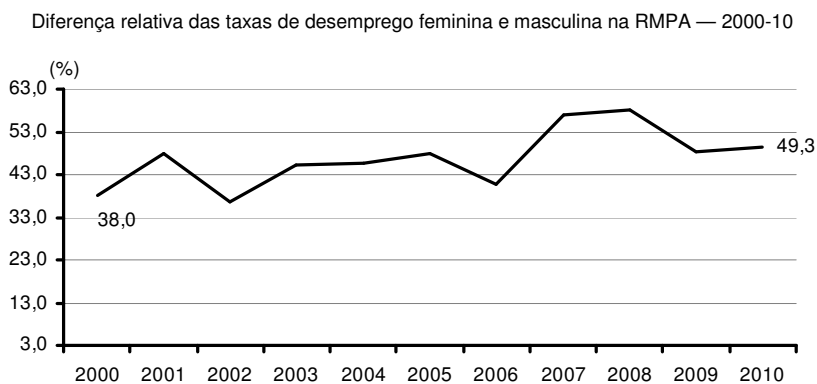
saída de 28 mil indivíduos, situou-se em 72 mil homens desempregados ao final do período. Com esses resultados, o diferencial existente entre as taxas aumentou: a feminina, que era 38,0% maior que a dos homens em 2000, passou a ser 49,3% maior em 2010.

Gráfico 5



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Gráfico 6



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

O comportamento da taxa global de desemprego feminino foi determinado pela redução conjunta do desemprego aberto e do desemprego oculto<sup>4</sup>. O primeiro teve sua taxa reduzida, passando de 13,3% da PEA feminina em 2000 para os 9,0% registrados em 2010. O segundo apresentou uma retração maior, com a taxa passando de 6,3% para 1,6% no mesmo período. Com relação aos homens, observa-se o mesmo movimento: a taxa do desemprego aberto passou de 8,1% da PEA masculina em 2000 para 7,1% em 2010, e a taxa do desemprego oculto passou de 6,1% para 1,8% no período em foco.

Vale ressaltar que a queda mais acentuada no desemprego oculto, principalmente a partir de 2004, reflete o processo de formalização do mercado de trabalho regional. A expansão do emprego assalariado regulamentado, especialmente no setor privado da economia, impactou positivamente a força de trabalho, não só por ampliar as oportunidades de trabalho, mas também por garantir a um número maior de trabalhadores os benefícios da seguridade, ampliando a cobertura do seguro-desemprego — instrumento de proteção social vinculado à perda de um trabalho assalariado regulamentado<sup>5</sup>. Em decorrência, o trabalho precário, como forma de subsistência durante a procura por trabalho, diminuiu sua incidência.

O impacto da redução do desemprego no período em análise foi intenso em todos os segmentos populacionais, beneficiando parcelas significativas de homens e de mulheres. Seja qual for o recorte analítico, a trajetória de queda mostra reduções expressivas nas taxas específicas de cada segmento. Entretanto, essa trajetória virtuosa não afetou substancialmente aspectos estruturais de valorização dos grupos populacionais presentes no mercado de trabalho. Tanto é assim que persistem as diferenças e mantém-se a tradicional hierarquia entre os grupos: as taxas de desemprego continuam sendo tanto menores quanto maior é o nível educacional, e o mesmo se aplica à questão etária — as taxas diminuem à medida que a idade aumenta — e as mulheres e os negros detêm as maiores taxas, comparativamente a homens brancos.

---

<sup>4</sup> O conceito de desemprego utilizado pela PED-RMPA compreende dois tipos, a saber: (a) **desemprego aberto** (pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias), (b) **desemprego oculto**, seja pelo **trabalho precário** (pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que se encontram em algumas das seguintes situações: realizaram de forma irregular algum trabalho remunerado, realizaram algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizaram algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício), seja **pelo desalento** (pessoas sem trabalho e que não procuraram nos últimos 30 dias por desestímulos do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva por trabalho nos últimos 12 meses).

<sup>5</sup> Esse benefício já foi estendido a outras modalidades de inserção laboral, como os pescadores no período de defeso e, mais recentemente, aos empregados domésticos (BRASIL, 2001), através de sua inscrição no FGTS.

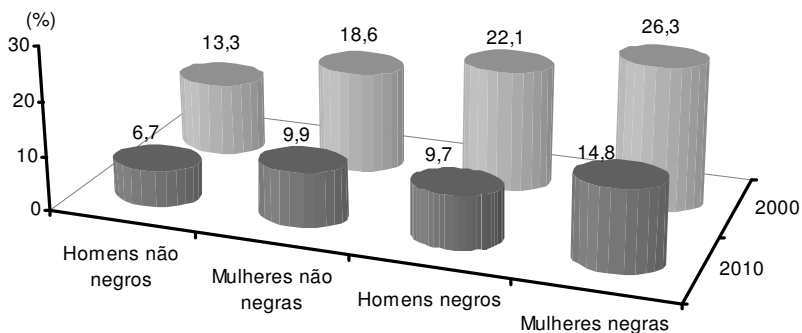
A evolução do desemprego feminino provocou queda nas taxas de todas as faixas etárias examinadas, com intensidade maior para as idades mais elevadas: para as mulheres com 40 anos e mais, a taxa passou de 11,6% de sua respectiva PEA em 2000 para 5,4% em 2010, uma redução de 53,5%. Considerando os níveis de escolaridade, as maiores reduções ocorreram para as mulheres com nível fundamental incompleto — cuja taxa passou de 21,6% da respectiva PEA para 11,3%, no período em foco, uma redução de 47,7% — e de ensino médio completo, cuja taxa passou de 18,2% para 10,1% entre 2000 e 2010, uma retração de 44,5% nesse indicador. Esses resultados, associados à contração da PEA menos escolarizada, conduzem à hipótese de que parte substancial dos empregos formais gerados no período tenha sido de empregos com menor exigência de escolaridade e qualificação. Ainda assim, no que diz respeito aos níveis de ensino completos, as taxas continuam tanto mais baixas quanto mais elevada for a escolaridade.

A observação das taxas de desemprego segundo raça/cor mostra que, no início do período em foco, as maiores taxas correspondiam às mulheres negras (26,3% da PEA feminina negra), seguidas daquelas dos homens negros (22,1%), a das mulheres não negras (18,6%) e, por fim, a dos homens não negros (13,3%), que era a mais baixa. Ao longo da trajetória virtuosa dos anos 2000, todas essas taxas sofreram redução, mostrando, no entanto, intensidades diversas, mais favoráveis aos homens, especialmente aos homens negros, cuja taxa foi a que apresentou a maior queda (56,1%). Esse resultado alterou parcialmente o padrão evidenciado historicamente, e, ao final do período, a taxa dessa categoria ficou ligeiramente inferior à das mulheres não negras. Quanto às demais categorias, destaca-se a retração de 49,6% na taxa dos homens não negros e de 46,8% na das mulheres não negras, sendo a menor redução observada na categoria das mulheres negras (43,3%). Estas últimas continuam na posição mais desfavorável no mercado de trabalho (Gráfico 7).

Na análise segundo a posição no domicílio, as mulheres na condição de chefes apresentavam a menor taxa de desemprego e vivenciaram a mais expressiva redução observada nesse indicador para as mulheres (51,0% no período 2000-2010), seguida daquela registrada para a posição de cônjuge (44,6%). A taxa da categoria chefes passou de 14,5% da respectiva PEA em 2000 para 7,1% em 2010, e a das cônjuges, de 15,0% para 8,3% no mesmo período. Entre os homens também se registrou maior queda na taxa dos chefes, porém com maior intensidade que entre as mulheres: 54,4% entre os chefes — cuja taxa recuou de 9,0% da respectiva PEA para 4,1% entre 2000 e 2010 — e 43,8% para a categoria filhos. Nesta última, a taxa passou de 25,8% para 14,5% no período em análise.

Gráfico 7

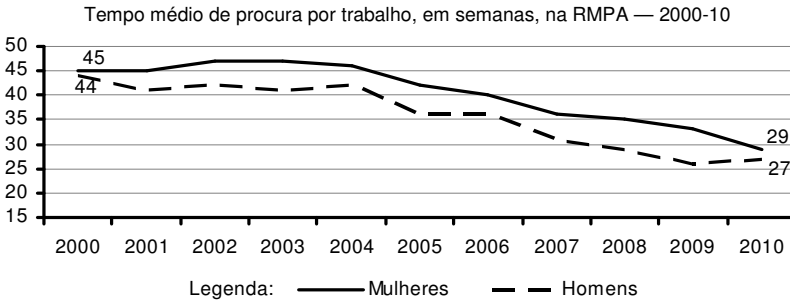
Taxas de desemprego, por sexo e raça/cor, na RMPA — 2000 e 2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.  
NOTA: Negros abrangem negros e pardos; não negros abrangem brancos e amarelos.

Outro indicador importante na caracterização do desemprego, e que vinha assumindo um caráter estrutural ao final do século passado, dado o prolongamento na busca por uma ocupação, é o tempo médio despendido na procura por trabalho. As informações da PED evidenciaram um crescimento substancial desse indicador, que passou de 25 semanas em 1993 para 45 em 2000, fazendo com que o trabalhador necessitasse de aproximadamente 10 meses para encontrar um trabalho numa conjuntura de alto desemprego. Nos anos 2000, o aumento da oferta de postos de trabalho provocou uma reversão da trajetória desse indicador, trazendo-o a patamares mais próximos dos observados no início da série histórica da PED-RMPA — 28 semanas em 2010. Um olhar sob a ótica de gênero evidencia que nesse indicador se encontra maior equidade entre os sexos, além de ele ter evoluído de modo mais similar para homens e mulheres. Em 2010, o tempo médio de procura por trabalho era de 29 semanas para mulheres e de 27 para os homens (Gráfico 8).

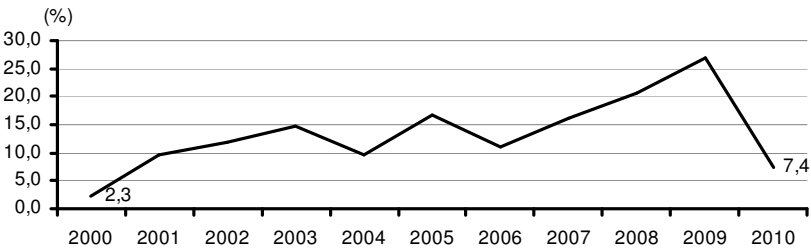
Gráfico 8



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Gráfico 9

Diferença relativa do tempo médio de procura por trabalho entre mulheres e homens na RMPA — 2000-10



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

## 5 Crescimento ocupacional foi maior para as mulheres

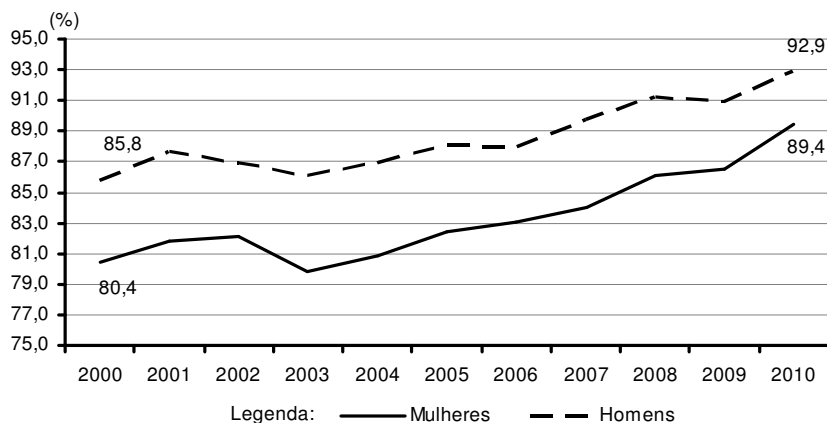
No que concerne à incorporação de mulheres no contingente ocupado, registrou-se crescimento expressivo ao longo do período em foco, tendo a parcela feminina passado de 43,1% para 45,2% do total de ocupados entre 2000 e 2010. Foram incorporadas ao conjunto de ocupados 161 mil mulheres, contingente superior ao incremento de trabalhadores masculinos (129 mil). Como resultado disso, em 2010 as mulheres ocupadas perfaziam um total de 780 mil (um crescimento de 26,0% em relação ao ano de 2000), ao passo que os homens totalizavam 946 mil indivíduos (15,8% de crescimento no período). Não obstante persistir uma maioria de homens na condição de

ocupados, o incremento mais expressivo do contingente feminino reduziu a diferença na participação de indivíduos de ambos os sexos nessa condição ocupacional.

A taxa de ocupação refletiu a piora do mercado de trabalho para ambos os sexos nos anos 90, com efeitos mais intensos sobre a PEA feminina. Dessa forma, a razão entre as taxas, que era de -4,0% para as mulheres em 1993, aumentou para -6,3% em 2000. No período seguinte, em decorrência da retomada do crescimento ocupacional, esse indicador aumentou tanto para homens como para mulheres. A taxa de ocupação feminina passou de 80,4% da PEA feminina em 2000 para 89,4% em 2010, enquanto a dos homens passou de 85,8% para 92,9% da PEA masculina no mesmo período. Com isso, a diferença entre as taxas de ocupação diminuiu de -6,3 para -3,8% em 2010.

Gráfico 10

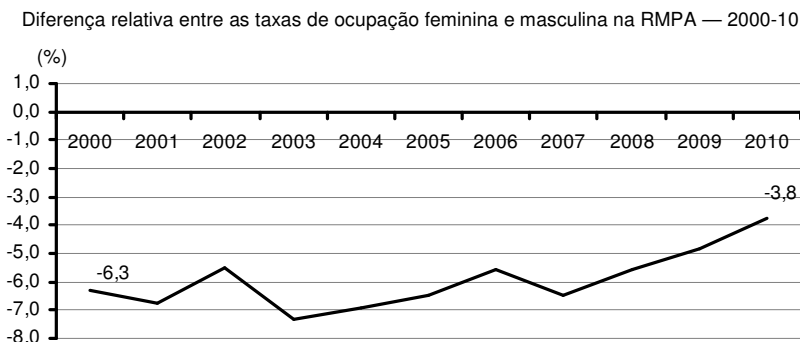
Taxas de ocupação, por sexo, na RMPA — 2000-10



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.



Gráfico 11



FORNTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Sob o ângulo da evolução do nível ocupacional por setor de atividade econômica no período em estudo, a ocupação feminina evidenciou crescimento em todos os principais setores, sendo mais expressivo no comércio (40,6%) e nos serviços (39,1%). O crescimento do emprego industrial entre 2000 e 2010 foi mais modesto para as mulheres (4,3%), reafirmando a menor presença feminina nesse setor.

Tabela 2

Índice do nível de ocupação, por sexo e por setor de atividade econômica, na RMPA — 2000-10

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	COMÉRCIO	SERVIÇOS	CONSTRUÇÃO CIVIL	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	OUTROS (1)
<b>Mulheres</b>							
2000	100,0	100,0	100,0	100,0	(2)-	100,0	(2)-
2010	126,0	104,3	140,6	139,1	(2)-	89,4	(2)-
<b>Homens</b>							
2000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	(2)-	100,0
2010	115,8	102,6	115,7	120,1	133,3	(2)-	(2)-

FORNTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Inclui agricultura, pecuária, extração vegetal, embaixadas, consulados, representações oficiais e outras atividades não classificadas. (2) A amostra não comporta essa desagregação.

Para o contingente masculino, as variações do nível ocupacional nesses setores foram igualmente positivas, embora menos acentuadas. A maior elevação ocorreu na construção civil, atividade tipicamente masculina, que apresentou um expressivo crescimento ocupacional (33,3%) entre 2000 e 2010. Também foi expressivo o crescimento no setor de serviços (20,1%) no período, seguindo-se o comércio (15,7% a mais, no mesmo período). Cabe

ressaltar que o crescimento ocupacional na construção civil, no período em foco, está associado à retomada de uma política habitacional, com novos programas de crédito direcionados às populações de estratos de renda média e média baixa que detinham altos déficits habitacionais. Na indústria de transformação, a ocupação masculina cresceu menos que a feminina (2,6%).

A evolução diferenciada do nível ocupacional por setor de atividade econômica alterou a distribuição setorial da mão de obra ocupada em direção a uma terciarização da força de trabalho para ambos os sexos, especialmente pelo aumento da parcela ocupada em serviços e, secundariamente no comércio. De modo similar, registraram-se mudanças no interior dos setores de atividade econômica no que concerne à composição por gênero, a qual, embora tenha seguido um padrão semelhante, apresentou intensidades distintas.

Um primeiro dado a destacar é que os trabalhadores de ambos os sexos se encontravam concentrados no setor de serviços, característica esta que foi aprofundada no período em análise dado o expressivo crescimento da ocupação no setor. Assim, em 2010 mais da metade das mulheres (57,2%) e dos homens (51,8%) estavam ocupados nos serviços, face a proporções menores em 2000: 52,0 % e 50,0% respectivamente.

Já a indústria foi o setor em que a proporção de ocupados cresceu menos para ambos os segmentos, que tiveram reduzida a sua participação relativa. Entre as mulheres, a indústria representava 15,1% do total da ocupação em 2000 e passou a representar 13,0% em 2010; entre os homens essa proporção caiu de 23,3% para 20,9% no período em análise. Para o contingente masculino, apesar da perda de importância relativa, a indústria manteve a posição de segundo lugar na incorporação da força de trabalho desse segmento.

## **5.1 Inserção ocupacional feminina é marcada pela formalização nos anos 2000**

Passando a analisar o mercado de trabalho da RMPA sob o prisma da qualidade e da proteção associadas ao trabalho, observa-se que a formalização foi a marca da evolução ocupacional nos anos 2000 na RMPA. O recorte analítico de posição na ocupação permite visualizar as condições que tipificam a inserção dos ocupados no mercado de trabalho e abordar a questão da reversão do processo de precarização do trabalho<sup>6</sup> que vigorou na década anterior.

---

<sup>6</sup> Estudos que tratam do tema da precarização do trabalho geralmente consideram o assalariamento com carteira assinada, nos setores privado e público, e o emprego no setor

Enfocando-se a posição na ocupação, verifica-se que o contrato de trabalho assalariado, abarcando os setores privado e público, foi a principal modalidade de inserção no mundo do trabalho para ambos os sexos. O assalariamento formalizado respondia em 2000 por 51,4% do total da ocupação feminina e entre os homens, por 54,9%. Em 2010, essas proporções se expandiram, atingindo 60,7% da ocupação feminina e 62,0% da masculina.

Tal característica se reafirmou no período em análise diante do expressivo crescimento do emprego assalariado regulamentado, principalmente a partir de 2004. Entre as mulheres, o assalariamento formalizado cresceu 55,5% no setor privado e 31,5% no setor público entre 2000 e 2010. Também entre os homens o crescimento dessa modalidade ocupacional foi expressivo, embora inferior ao das mulheres: 34,2% no setor privado e 16,3% no público. O assalariamento desprotegido — sem carteira assinada — permaneceu praticamente inalterado entre os homens, com um crescimento de apenas 1,2% no período em estudo. Entre as mulheres, todavia, ainda houve um crescimento não desprezível nessa forma mais precária (25,5%).

Nas demais modalidades de inserção ocupacional com maior expressão — o trabalho autônomo e o emprego doméstico — também houve perda de importância relativa tanto para as mulheres como para os homens. O emprego doméstico, que em 2000 representava 16,8% da ocupação feminina na RMPA, passou a representar apenas 11,8% em 2010. A intensa redução (-10,6%) no contingente ocupado nessa modalidade de ocupação, tipicamente feminina, está associada à expansão do emprego assalariado formalizado, revestido de maiores direitos e benefícios, que passou a absorver parte importante das mulheres que poderiam estar no emprego doméstico, principalmente as mais jovens. Aqui se reafirma a hipótese de que grande parte dos empregos formais gerados no período em estudo não exigiam níveis elevados de escolaridade e/ou qualificação profissional. Esse quadro pode não se manter tendo em vista as mudanças no estatuto do emprego doméstico, com a extensão a ele de direitos como o FGTS, por exemplo, indicando maiores níveis de proteção e maior profissionalização para essa modalidade ocupacional. Registre-se, no entanto, que mais da metade dessa categoria ainda não obtém esses benefícios por não ter seus contratos de trabalho registrados na carteira.

---

público — estatutário — como as posições na ocupação que detêm as melhores condições de inserção laboral, dado que esses contratos de trabalho possuem as garantias da legislação trabalhista e previdenciária e esses trabalhadores geralmente obtêm melhores rendimentos, sendo detentores de um *status* social mais elevado. As formas de inserção mais precárias e mais frágeis no mercado de trabalho, por sua vez, compreendem, basicamente, o assalariamento sem carteira de trabalho assinada, o trabalho autônomo e o emprego doméstico, posições na ocupação que implicam, geralmente, proteção legal limitada ou ausente, longas jornadas de trabalho e baixos rendimentos (TONI, 2002).

Quanto ao trabalho autônomo, observou-se que a retomada do crescimento do emprego formal, associada à recuperação da renda do trabalho e do poder de compra do salário mínimo, observadas nos anos 2000, impactou favoravelmente essa modalidade ocupacional, com a migração dos trabalhadores mais vulneráveis para postos de trabalho assalariados regulamentados. Entre os homens, o contingente de trabalhadores autônomos apresentou uma redução de 6,7%, mas entre as mulheres houve um crescimento de 1,2%.

No cômputo geral, observou-se que as transformações no mercado de trabalho a partir da primeira década dos anos 2000 repercutiram favoravelmente sobre parcelas importantes de trabalhadores, reduzindo a expressão de modalidades mais frágeis e precárias — assalariado sem carteira de trabalho assinada, autônomo e empregado doméstico.

Associado à expansão ocupacional, o crescimento do tempo médio de permanência no posto de trabalho foi um dos aspectos positivos dos anos 2000, como garantia de maior estabilidade laboral. Embora observado tanto entre os homens como entre as mulheres, o incremento nesse indicador foi maior para os homens: em 2000 era de 66 meses para os homens e de 60 para as mulheres, ampliando-se para 82 e 69 meses, respectivamente, em 2010. Em decorrência disso, a diferença relativa entre os sexos aumentou, passando de -9,1% em 2000 para -15,9% em 2010.

## **5.2 Jornada de trabalho**

No que respeita à jornada semanal média de trabalho, as alterações no decorrer do período de 2000 a 2010 não foram expressivas, mas há algumas peculiaridades a ressaltar na comparação por gênero. Entre as mulheres a jornada média semanal tem sido sempre inferior à dos homens, em todos os setores de atividade econômica. Considerando o conjunto dos ocupados, a jornada de trabalho permaneceu estável para as mulheres, em 40 horas semanais, e diminuiu para os homens, passando de 47 para 44 horas. Para ambos os segmentos, a jornada média era mais extensa no comércio (46 horas para as mulheres e 51 para os homens em 2000), e, entre as mulheres, as menores jornadas apareceram nos serviços domésticos e no setor de serviços (37 e 39 horas, respectivamente, em 2000).

Ao longo do período, registrou-se redução da jornada média semanal em todos os setores na ordem de duas ou até três horas semanais. Essa redução ocorreu na jornada média de ambos os sexos ou, em alguns casos, para apenas um.

## 6 Diminui o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres

Os diferenciais de rendimentos do trabalho são a expressão mais contundente do padrão de desigualdade que define a relação social entre os sexos e marca a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho. Esse indicador mostra uma situação generalizada de ganhos inferiores para a mão de obra feminina, qualquer que seja o corte analítico que se faça: considerando os níveis de escolaridade ou qualificação profissional, o tipo de contrato de trabalho ou a forma de inserção na ocupação, a idade, entre outros.

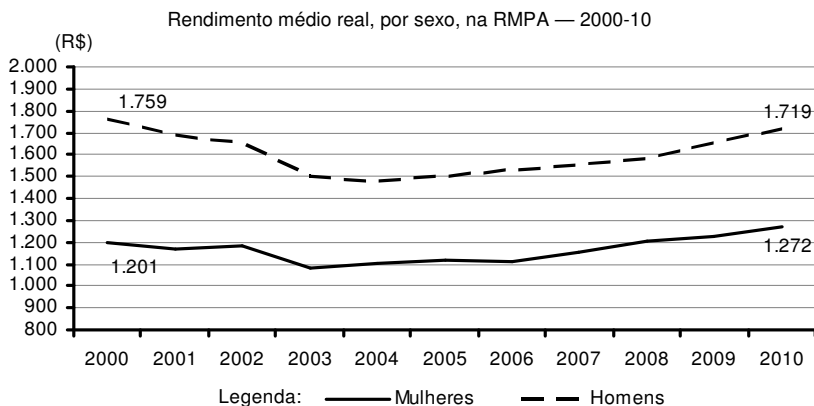
As mulheres cabem ocupações de *status* mais baixo, com menores oportunidades de desenvolvimento e ascensão ocupacional, decorrendo daí rendimentos do trabalho significativamente mais baixos do que os auferidos pelos homens. Assim, a valoração diferenciada entre a força de trabalho masculina e a feminina pouca ou nenhuma relação guarda com capacidades ou atributos naturais ou adquiridos que justifiquem tratamento desigual.

Todavia, frente à crescente presença feminina na atividade econômica e aos inúmeros direitos conquistados pelas mulheres nas últimas décadas, algumas alterações se fizeram sentir nesse padrão de desigualdade, notadamente no tocante aos rendimentos do trabalho.

Como se pode observar através dos resultados da PED-RMPA, a desigualdade de ganhos entre homens e mulheres foi atenuada ao longo do período enfocado. O diferencial de rendimentos entre os sexos diminuiu: se em 2000 as mulheres auferiram rendimentos médios 31,7% menores que o rendimento médio masculino, em 2010 essa diferença se estreitou e as mulheres auferiram rendimentos 26,6% inferiores aos recebidos pelos homens no mesmo período.

Entre 2000 e 2010, o rendimento médio total dos ocupados na RMPA ficou estabilizado em R\$ 1.514. Essa estabilidade resultou de movimentos diversos ao longo do período, determinados pelas mudanças estruturais e conjunturais da economia. Os referidos movimentos configuraram claramente dois períodos com comportamentos distintos: entre 2001 e 2004, o rendimento médio dos ocupados caiu, resultando num valor 13,3% menor no fim do período; entre 2005 e 2010, inverteu-se o movimento e instalou-se uma tendência persistente de elevação, que ampliou em 15,4% o valor do rendimento médio dos trabalhadores.

Gráfico 12



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

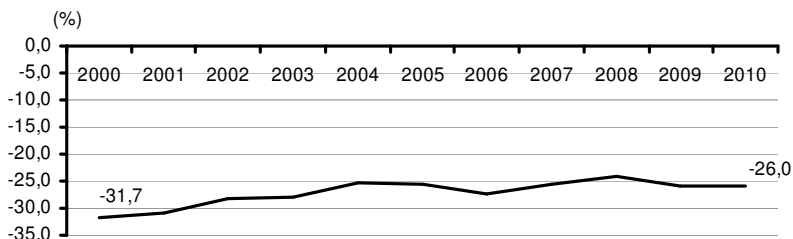
NOTA: 1. O inflator utilizado foi o IPC-IEPE-RS, valores em reais de out./12.

2. Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

3. Inclusive os demais setores de atividade.

Gráfico 13

Diferença relativa dos rendimentos médios reais feminino e masculino na RMPA — 2000-10



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. O inflator utilizado foi o IPC-IEPE-RS, valores em reais de out./12.

2. Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

3. Inclusive os demais setores de atividade.

A diferença de magnitude com que esses movimentos incidiram sobre os ganhos de homens e mulheres foi determinante na redução do diferencial de rendimentos entre os dois contingentes de ocupados observada ao fim do período analisado. Isto porque o rendimento feminino oscilou mais no primeiro período, registrando uma perda menor, e iniciou a recuperação

ainda em 2004, chegando a 2010 com um ganho de 5,9%. Já o rendimento masculino teve uma trajetória de queda até 2004, com uma perda de 16,0%, e em 2005 recomeçou a crescer, chegando a 2010 com um ganho de apenas 2,3%.

## 7 Considerações finais

Nos anos 2000, o mercado de trabalho regional refletiu os resultados positivos da economia nacional, principalmente no que tange à geração de ocupações e conseqüente redução dos níveis de desemprego. Esses resultados, quando observados sob a ótica de gênero, desvendam realidades diversas para homens e mulheres, com resultado mais favorável às mulheres em alguns indicadores, reduzindo os níveis de desigualdade. Em outros, todavia, as diferenças se acentuaram.

Não obstante os recortes analíticos reafirmarem que homens e mulheres se inserem de forma desigual na ocupação e têm seu trabalho desigualmente valorado, alguns requisitos tendem a atenuar os efeitos da menor valorização do trabalho feminino. A ampliação da ocupação feminina e conseqüente redução da diferença das taxas de ocupação é um ganho importante.

A análise dos rendimentos sob o recorte de gênero evidenciou evolução favorável da inserção das mulheres no mercado de trabalho na medida em que os diferenciais de rendimentos entre os sexos viram-se reduzidos, aproximando os valores auferidos pelas mulheres — tradicionalmente inferiores — àqueles percebidos pelos homens.

Esse quadro mais positivo, embora tenha contribuído para reduzir o grau de desigualdade, não logrou eliminar as discriminações. De fato, os vários recortes analíticos efetuados reafirmaram a permanência das desigualdades de gênero, mostrando que, seja qual for a comparação que se estabeleça, independentemente do tipo de ocupação desempenhada e das qualificações que possuem, homens e mulheres se inserem de forma desigual, atribuindo-se ao trabalho das mulheres menor valorização.

Tal desigualdade pode ser explicada pela persistência tanto de segregações ocupacionais e setoriais quanto de formas de inserção ocupacional. Ou seja, na divisão social e sexual do trabalho, homens e mulheres não exercem os mesmos tipos de trabalho e tampouco se distribuem uniformemente entre os setores de atividade econômica.

Por fim, as informações analisadas revelam alguns avanços importantes, especialmente no que tange à ampliação da ocupação feminina e à redução do diferencial de rendimentos entre homens e mulheres. No entanto, a conjuntura de crescimento econômico e de (re)estruturação do mercado de trabalho não foi capaz de garantir uma efetiva promoção da equidade de

gênero no espaço laboral, haja vista a permanência de níveis ainda elevados de desigualdade, especialmente expressos nas taxas de desemprego, no tempo médio de permanência na ocupação e, inclusive, nos rendimentos.

## Referências

BRASIL. **Lei n. 10.208, de 23 de março de 2001.** Acresce dispositivos à Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao seguro-desemprego. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10208.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2013.

CHAVES, A. L. L.; TONI, M. de; KRELING, N. H.. O mercado de trabalho da RMPA a partir dos anos 90: precarização e (re)estruturação em duas décadas de transformações. In: CONCEIÇÃO, O. A. C. (Org.) *et al.* **A evolução social.** Porto Alegre: FEE, 2010. (Três Décadas de Economia Gaúcha, 3).

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A situação do trabalho no Brasil.** São Paulo: DIEESE, 2001.

GALVEZ, T.. Aspectos econômicos da equidade de gênero. In: CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 7., 2000, Lima. Lima: CEPAL, 2000.

HIRATA, H.. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, [S.l.], v. 4, n. 7, 1998.

HOLZMANN, L.. Divisão sexual do trabalho. In: CATTANI, A.; HOLZMANN, L. (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. P. 101-103.

LAVINAS, L. *et al.* **Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas.** Brasília: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n. 756).

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Trabajo decente y equidad de género en América Latina.** Genebra: Lais Abramo, 2006.

SCHMITT, C.. **A oferta de trabalho feminino e o efeito trabalhador adicional na Região Metropolitana de Porto Alegre.** 2000. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.



SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES FILHO, N. A.. Impacto da participação das mulheres na evolução de distribuição da renda do trabalho no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 35, n. 2, ago. 2005.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES FILHO, N. A.. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 31, n. 3 dez. 2001.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C.. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez. 2007.

TONI, M. de. Trabalho e precarização: um estudo do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. In: WILTGEN, R. da S.; GARCIA, L. dos S.. **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE-SP; FAT/MTE; PMPA, 2002. P. 67-96.

WILTGEN, R. da S.; GARCIA, L. dos S.. **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE, 2002.

# Evolução da distribuição da renda familiar *per capita* na Região Metropolitana de Porto Alegre de 2001 a 2010

André Luiz Leite Chaves

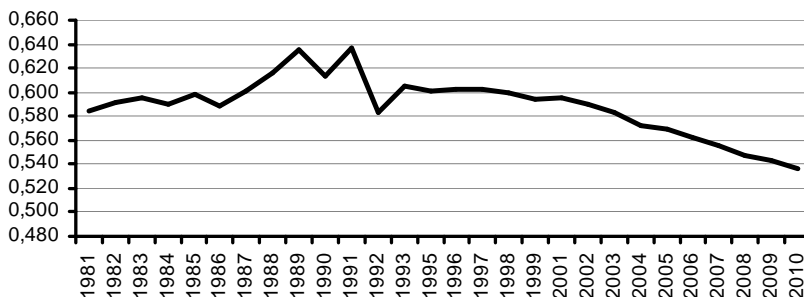
Economista, Pesquisador da FEE

## 1 Introdução

Entre 2001 e 2010, o grau de desigualdade de renda no Brasil medido pelo Coeficiente de Gini declinou de forma acentuada e contínua (Gráfico 1). De acordo com o Coeficiente, que é uma das medidas mais empregadas para verificar o grau de desigualdade de renda, observa-se um declínio de 10,0% entre 2001 e 2010. Em 2001, o Coeficiente era de 0,596, encontrando-se próximo à média do período, que foi de 0,589; em 2010, chegou ao menor valor registrado no período (0,537). Contudo, ao longo dessas três décadas, o Coeficiente de Gini apresentou flutuações que acompanharam a conjuntura econômica do período. Destaquem-se dois momentos bastante distintos. O primeiro está relacionado à dinâmica de crise da década de 80, quando houve um movimento de concentração da renda, e o outro, após o ajuste promovido pelo Plano Real, quando o Coeficiente de Gini apresentou oscilações (aumento entre 1995 e 1996, estabilidade em 1997, queda até 1999 e aumento novamente em 2001). De 2001 até 2010, o Coeficiente de Gini apresentou uma queda contínua.

Gráfico 1

Evolução do Coeficiente de Gini no Brasil — 1981-2010



FONTE: BRASIL (2013).

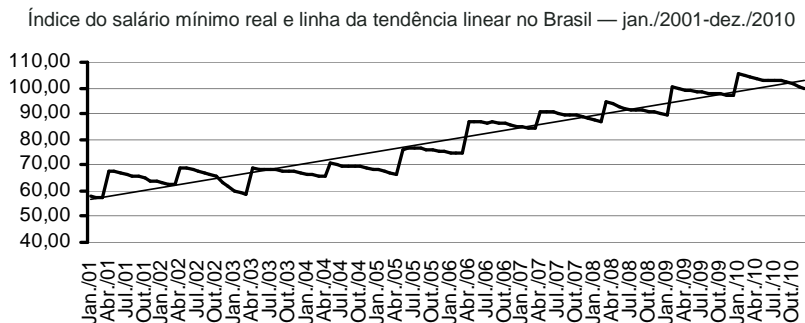
Essa queda do Coeficiente na primeira década do século foi apontada por estudos mais recentes, que evidenciaram uma melhora na distribuição da renda no País (BARROS, 2007; HOFFMANN, 2009), e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), o Brasil atingiu em 2011 o menor grau de desigualdade de renda em 30 anos.

Entretanto, apesar dessa acentuada queda na primeira década do século XXI, a desigualdade de renda brasileira medida pelo Coeficiente de Gini permanece extremamente elevada. Na síntese do Relatório do Desenvolvimento Humano 2011 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2011), o País encontrava-se na 84ª posição no cenário internacional. Além disto, segundo o PNUD (2011), o Brasil ficou em oitavo lugar no continente latino-americano no *ranking* do IDH-D (Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade), que leva em conta as diferenças de rendimento, de escolaridade e de saúde. O relatório deixa claro que o Brasil ainda apresenta um fosso social entre ricos e pobres. Quando se considera o IDH ajustado à desigualdade, o índice brasileiro cai para 0,531, uma perda de 27,2%. Este recorte é conhecido como IDH-D (IDH Ajustado à Desigualdade), que “desconta” o valor médio das outras dimensões de acordo com seu nível de desigualdade. Assim, considerando a desigualdade, recalculam-se os números referentes à saúde, educação e renda, levando a uma piora no IDH. A desigualdade de renda é a que mais pesou sobre o IDH-D brasileiro.

A evolução nas últimas três décadas não foi somente de queda. Entre 1981 e 1993, o coeficiente oscilou bastante em função das conjunturas econômicas daquele período. Os indicadores apontaram flutuações, com um movimento de concentração de renda, que foi seguido de desconcentração e voltou a se concentrar, como no período da hiperinflação, entre 1987 e 1992.

Nessa mesma direção, a primeira década deste século, em contraste com décadas passadas, mostra uma diminuição na pobreza. Houve um crescimento real de 42,6% no Produto Interno Bruto a preços de mercado e uma redução das desigualdades, com políticas de transferência de renda e valorização real do salário mínimo (Gráfico 2). Os resultados para o Coeficiente de Gini mostram diminuição consistente da desigualdade nos últimos anos, passando de 0,596 em 2001 para 0,537 em 2010 (BRASIL, 2013). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) apontou outros sinais de queda na distância entre os que ganham mais e os que ganham menos, como a redução na renda dos 20% que ganham mais, de 60% para 57,7% do total de 2001 a 2011. Mesmo assim, no ano de 2010, os 40% que ganham menos auferiam apenas 11% da riqueza nacional (IBGE, 2012).

Gráfico 2



FONTES: IPEADATA (IPEA, 2013).

NOTA: Os índices têm como base dez./2010 = 100.

Nesse contexto de melhoria dos indicadores relativos a rendimentos, o estudo procura analisar o comportamento da renda familiar *per capita* (RFPC) na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) com base nos microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-RMPA) para os anos de 2001 a 2010. Este estudo encontra-se assim organizado: depois desta breve **Introdução**, na seção 2 explicitam-se as medidas a serem utilizadas e as decomposições necessárias que serão realizadas nas análises das seções posteriores.

Na seção 3, acompanhamos a evolução da distribuição da renda familiar *per capita*<sup>1</sup> na Região Metropolitana de Porto Alegre na primeira década do século XXI, através de uma análise descritiva da evolução da distribuição da RFPC na RMPA, no período de 2001 a 2010. Nessa seção, analisam-se variáveis que evidenciaram uma melhora na distribuição da renda na Região.

A partir da metodologia apresentada na seção 2, são analisadas, na seção 4, as mudanças na desigualdade da distribuição da renda familiar *per capita* na RMPA, no período em estudo, bem como as decomposições das mudanças na desigualdade provocadas pelo efeito concentração e composição e alterações no percentual do efeito total na variação do Coeficiente de Gini.

Por fim, nas **Considerações finais**, apresentam-se os principais resultados deste estudo.

<sup>1</sup> A renda familiar *per capita* é definida como a razão entre a renda familiar e o número de integrantes na família.

## 2 Metodologia

Nesta seção, apresenta-se a metodologia utilizada nesse estudo, a qual foi utilizada por Hoffmann (2006, 2009) e permite determinar as frações do Coeficiente de Gini associadas a diferentes parcelas da renda. Isso permite mostrar como se pode mensurar o grau de progressividade ou regressividade de uma parcela, isto é, avaliar em que medida uma parcela contribui para reduzir ou para acentuar o grau de desigualdade da distribuição da renda.

### 2.1 O procedimento de decomposição do Coeficiente de Gini

#### 2.1.1 A Curva de Lorenz

A Curva de Lorenz é um gráfico utilizado para representar a distribuição relativa de uma variável em um domínio determinado. O domínio pode ser o conjunto de pessoas de uma região ou país, por exemplo. A variável cuja distribuição se estuda pode ser a renda das pessoas. A curva é traçada considerando-se a percentagem acumulada de pessoas no eixo das abscissas e a percentagem acumulada de renda no eixo das ordenadas. Cada ponto da curva é lido como percentagem cumulativa das pessoas. A curva parte da origem (0,0) e termina no ponto (100,100). Se a renda estivesse distribuída de forma perfeitamente equitativa, a curva coincidiria com a linha de 45 graus que passa pela origem (por exemplo, 30% da população recebe 30% da renda). Se existisse desigualdade perfeita, ou seja, se uma pessoa detivesse toda a renda, a curva coincidiria com o eixo das abscissas até o ponto (100,00), donde iria até o ponto (100,100). Em geral, a curva se encontra numa situação intermediária entre esses dois extremos. Se uma Curva de Lorenz se sobrepõe a outra (e, por conseguinte, está mais próxima da linha de 45 graus), pode-se dizer que a primeira exhibe menor desigualdade que a segunda.

Considerando-se então, que  $n$  pessoas em que a renda  $x_i$  seja ordenada de forma que  $x_1 \leq x_2 \leq \dots \leq x_n$ .

A proporção da população acumulada até a  $i$ -ésima pessoa é

$$p_i = \frac{i}{n} \quad (1)$$

E a correspondente proporção acumulada de renda ( $x_i$ ) é

$$\Phi_i = \frac{1}{n\mu} \sum_{j=1}^i x_j \quad (2)$$

Os pares  $(p_i, \phi_i)$  correspondem a pontos no gráfico, que, uma vez unidos, formam a Curva de Lorenz.

No caso de perfeita equidade,  $x_i = \mu$  para todo o  $i$ , e a Curva de Lorenz corresponde à reta diagonal que une os pontos  $(0,0)$  e  $(1,1)$ .

No outro extremo, temos o caso de perfeita concentração, no qual um único indivíduo  $j$  possui tudo ( $x_j = N\mu$  e  $x_i = 0$  para  $i \neq j$ ). Nessa situação, a Curva de Lorenz coincide com o eixo horizontal do gráfico até o ponto no qual a proporção acumulada da população corresponda a  $n - 1/n$ .

Pode-se mostrar que a declividade da Curva de Lorenz correspondente à  $i$ -ésima pessoa é a sua participação relativa no total de  $x$ . Devido ao ordenamento crescente da variável, garante-se a inclinação sempre não decrescente da Curva de Lorenz.

### 2.1.2 Coeficiente de Gini

A área compreendida entre a perfeita distribuição (reta de  $45^\circ$ ) e a Curva de Lorenz é a área que dimensiona o nível da desigualdade, indicada por  $\alpha$  na Figura 1. No caso de perfeita desigualdade,  $n - 1$  pessoas possuem zero de renda e um único indivíduo possui tudo. A área de desigualdade corresponde à área do triângulo cuja base (no eixo das abscissas) é igual a  $1 - 1/n$  e cuja altura é igual a 1. Assim, o valor máximo de  $\alpha$  para uma distribuição discreta é

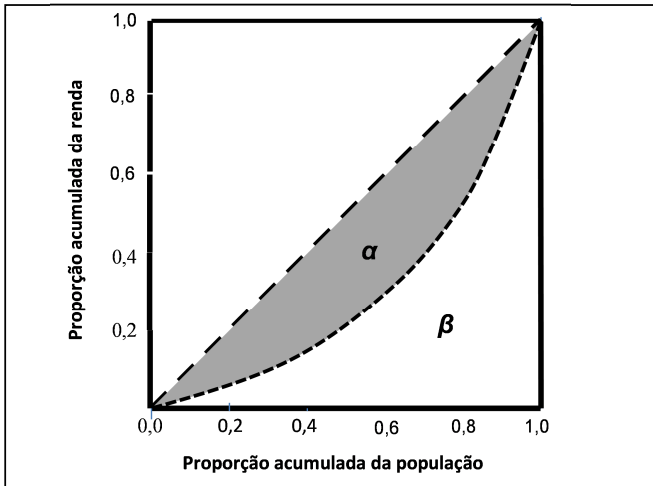
$$\alpha_{max} = \frac{1}{2} \left(1 - \frac{1}{n}\right). \quad (3)$$

Note que, à medida que o tamanho da população aumenta,  $\alpha_{max}$  converge para

$$\lim_{n \rightarrow \infty} \alpha_{max} = \lim_{n \rightarrow \infty} \frac{1}{2} \left(1 - \frac{1}{n}\right) = \frac{1}{2} \quad (4)$$

Figura 1

Curva de Lorenz



O Coeficiente de Gini ( $G$ ) é definido como o quociente entre a área de desigualdade  $\alpha$  e o valor deste limite:

$$G = \frac{\alpha}{0,5} = 2\alpha \quad (5)$$

Como  $0 \leq \alpha \leq \frac{1}{2} \left(1 - \frac{1}{n}\right)$ , temos que  $0 \leq G \leq \left(1 - \frac{1}{n}\right)$ . E  $G_{max} = \lim_{n \rightarrow \infty} 2\alpha_{max} = 2 \times 0,5 = 1$ .

O cálculo do Gini de uma distribuição pode ser realizado sem que para tanto seja necessário recorrer à plotagem da curva de Lorenz. Definimos a área entre a curva de Lorenz e o eixo das abscissas por  $\beta$ . Então, temos  $\alpha + \beta = 0,5$ .

É possível decompor a área  $\beta$  em  $n - 1$  trapézios. Indicamos a área do  $i$ -ésimo trapézio por  $S_i$  cuja altura é igual a  $p_i - p_{i-1} = \frac{1}{n}$  e bases maior e menor correspondem a  $\Phi_i$  e  $\Phi_{i-1}$  respectivamente. Assumindo  $\Phi_0 = 0$ , temos

$$S_i = \frac{1}{2n} (\Phi_i + \Phi_{i-1}) \quad (6)$$

A área  $\beta$  pode ser encontrada através da soma de todos os trapézios, isto é,

$$\beta = \sum_{i=1}^n S_i = \frac{1}{2n} \sum_{i=1}^n (\Phi_i + \Phi_{i-1}) \quad (7)$$

A partir da equação (5) e do fato de que  $\alpha = 0,5 - \beta$ , obtemos a seguinte expressão para o Coeficiente de Gini:

$$G = 1 - 2\beta = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\Phi_i + \Phi_{i-1}). \quad (8)$$

O Gini pode ser então calculado a partir de uma distribuição  $x$  qualquer, dispensando o uso da Curva de Lorenz.

### 2.1.3 Decomposição do Coeficiente de Gini e a medida da progressividade ou regressividade de uma parcela da renda

Nesta seção, apresenta-se a metodologia utilizada por Hoffmann (2009) que permite determinar as frações do Coeficiente de Gini associadas a diferentes parcelas da renda para, em seguida, mostrar como se pode mensurar o grau de progressividade ou regressividade de uma parcela, isto é, avaliar em que medida uma parcela contribui para reduzir ou para acentuar o grau de desigualdade da distribuição da renda.

Seja  $x_i$  a renda da  $i$ -ésima pessoa em uma população com  $n$  pessoas. Admite-se que as rendas estão ordenadas de maneira que

$$x_1 \leq x_2 \leq \dots \leq x_n. \quad (9)$$

A renda média é

$$\mu = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_i. \quad (10)$$

Agregando as pessoas das que ganham menos até a  $i$ -ésima posição na série (9), a proporção acumulada da população é  $p_i = i/n$ , expressão (1), e a respectiva proporção acumulada da renda é

$$\Phi_i = \frac{1}{n\mu} \sum_{j=1}^i x_j. \quad (11)$$

Sabe-se que a curva de Lorenz mostra como  $\Phi_i$  varia em função de  $p_i$ . Admitindo que  $x_i \geq 0$  e sendo  $\beta$  a área entre a Curva de Lorenz e o eixo das abscissas ( $p_i$ ), o Coeficiente de Gini pode ser definido como na expressão (8),  $G = 1 - 2\beta$ .

Pode-se demonstrar que o mesmo Coeficiente é dado por

$$G = \frac{2}{n\mu} \text{cov}(i, x_i). \quad (12)$$

Considere-se, em seguida, que a renda  $x_i$  é formada por  $k$  parcelas, de maneira que

$$x_i = \sum_{h=1}^k x_{hi}, \quad (13)$$

com  $x_{hi}$  representando o valor da  $h$ -ésima parcela da renda da  $i$ -ésima pessoa.

A média da  $h$ -ésima parcela é



$$\mu_h = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_{hi}, \quad (14)$$

e a proporção acumulada do total dessa parcela até a  $i$ -ésima pessoa na série (1) é

$$\Phi_{hi} = \frac{1}{n\mu_h} \sum_{j=1}^i x_{hj}. \quad (15)$$

Analogamente à definição da Curva de Lorenz, denomina-se curva de concentração da  $h$ -ésima parcela a curva que mostra como  $\Phi_{hi}$  varia em função de  $p_i$ . Cabe ressaltar que na construção da curva de concentração de  $x_{hi}$  é utilizada a ordenação dos  $x_i$  (e não a ordenação dos  $x_{hi}$ , que pode ser diferente).

Admitindo que  $x_{hi} \geq 0$  e sendo  $\beta_h$  a área entre a curva de concentração de  $x_{hi}$  e o eixo das abscissas  $p_i$ , a respectiva razão de concentração é definida como

$$C_h = 1 - 2\beta_h. \quad (16)$$

Note-se a semelhança entre (5) e (8). Analogamente a (12), pode-se demonstrar que

$$C_h = \frac{2}{n\mu_h} \text{cov}(i, x_{hi}). \quad (17)$$

Verifica-se que  $-1 + \frac{1}{n} \leq C_h \leq 1 + \frac{1}{n}$ .

A participação da  $h$ -ésima parcela na renda total é

$$\varphi_h = \frac{\sum_{i=1}^n x_{hi}}{\sum_{i=1}^n x_i} = \frac{\mu_h}{\mu}. \quad (18)$$

Pode-se demonstrar que o Coeficiente de Gini é a seguinte média ponderada das razões de concentração:

$$G = \sum_{h=1}^k \varphi_h C_h. \quad (19)$$

Com  $\varphi_h > 0$ , o sinal de  $G - C_h$  é que determina se a parcela contribui para reduzir ou aumentar o valor do Coeficiente de Gini. Se  $C_h < G$ , a parcela  $x_{hi}$  está contribuindo para reduzir o Coeficiente de Gini. Se  $C_h > G$ , a parcela  $x_{hi}$  está contribuindo para aumentar o Coeficiente de Gini.

Vamos considerar, agora, que o mesmo tipo de decomposição do Coeficiente de Gini seja feito em dois anos distintos, indicados pelos Coeficientes 1 e 2:

$$G_1 = \sum_{h=1}^k \varphi_{1h} C_{1h}, \quad (20)$$

$$G_2 = \sum_{h=1}^k \varphi_{2h} C_{2h}. \quad (21)$$

Então a variação no Coeficiente de Gini entre esses dois anos é

$$\Delta G = G_2 - G_1 = \sum_{h=1}^k (\varphi_{2h} C_{2h} - \varphi_{1h} C_{1h}). \quad (22)$$

Somando e subtraindo  $\varphi_{1h}C_{2h}$  e fatorando, obtemos

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k (C_{2h}\Delta\varphi_h - \varphi_{1h}\Delta C_h), \quad (23)$$

com  $\Delta\varphi_h = \varphi_{2h} - \varphi_{1h}$  e  $\Delta C_h = C_{2h} - C_{1h}$ .

Alternativamente, somando e subtraindo  $\varphi_{2h}C_{1h}$  dentro da expressão entre parênteses em (22), e fatorando, obtemos

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k (C_{1h}\Delta\varphi_h + \varphi_{2h}\Delta C_h) \quad (24)$$

As expressões (23) e (24) são duas maneiras possíveis de decompor  $\Delta G$ . Para evitar a questão de escolher arbitrariamente uma delas, é razoável utilizar a média aritmética das duas:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k (C_h^*\Delta\varphi_h + \varphi_h^*\Delta C_h), \quad (25)$$

$$\text{com } C_h^* = \frac{1}{2}(C_{1h} + C_{2h}) \quad (26)$$

$$\text{e } \varphi_h^* = \frac{1}{2}(\varphi_{1h} + \varphi_{2h}). \quad (27)$$

A média dos Coeficientes de Gini nos dois anos considerados é

$$G^* = \frac{1}{2}(G_1 + G_2). \quad (28)$$

Verifica-se que

$$\sum_{h=1}^k G^* \Delta\varphi_h = G^* \sum_{h=1}^k (\varphi_{2h} - \varphi_{1h}) = 0 \quad (29)$$

Então, a expressão (25) permanece válida se subtrairmos a expressão (29) do segundo membro, obtendo

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k [(C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h + \varphi_h^*\Delta C_h] \quad (30)$$

Matematicamente, tanto (24) como (30) são válidas. Mas, quando analisamos o significado econômico dos seus termos, verificamos que (30) é a expressão correta. Na expressão (24), o aumento na participação de uma parcela do rendimento ( $\Delta\varphi_h > 0$ ) só contribuirá para reduzir o Coeficiente de Gini se a respectiva razão de concentração ( $C_h^*$ ) for negativa. Na expressão (30), o aumento na participação de uma parcela do rendimento ( $\Delta\varphi_h > 0$ ) contribuirá para reduzir o Coeficiente de Gini se a respectiva razão de concentração for menor do que o Coeficiente de Gini ( $C_h^* < G^*$ ). Parece mais razoável adotar uma decomposição da variação do Coeficiente de Gini na qual, de acordo com a expressão (30), o aumento da participação de uma parcela ( $\Delta\varphi_h > 0$ ) contribui para aumentar ou para diminuir o Coeficiente de Gini conforme a razão de concentração dessa parcela seja maior ou menor do que o Coeficiente de Gini, respectivamente.

Adotando-se a expressão (30) como a decomposição da mudança no Coeficiente de Gini, a contribuição total da  $h$ -ésima parcela do rendimento para essa mudança é

$$(\Delta G)_h = (C_h^* - G^*) \Delta\varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h, \quad (31)$$

e a respectiva contribuição percentual é

$$S_h = \frac{100}{\Delta G} [(C_h^* - G^*) \Delta\varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h]. \quad (32)$$

Nas expressões (31) e (32), podemos distinguir um efeito associado à mudança na composição do rendimento, que denominamos efeito composição, e um efeito associado à mudança nas razões de concentração, chamado efeito concentração. O efeito composição da  $h$ -ésima parcela é:

$$(C_h^* - G^*) \Delta\varphi_h, \quad (33)$$

ou, como porcentagem da mudança no Coeficiente de Gini,

$$s_{\varphi h} = \frac{100}{\Delta G} (C_h^* - G^*) \Delta\varphi_h. \quad (34)$$

O efeito composição total é

$$\sum_{h=1}^k (C_h^* - G^*) \Delta\varphi_h. \quad (35)$$

O efeito concentração da  $h$ -ésima parcela é

$$\varphi_h^* \Delta C_h, \quad (36)$$

ou, como porcentagem da mudança no Coeficiente de Gini,

$$s_{ch} = \frac{100}{\Delta G} \varphi_h^* \Delta C_h. \quad (37)$$

O efeito concentração total é

$$\sum_{h=1}^k \varphi_h^* \Delta C_h. \quad (38)$$

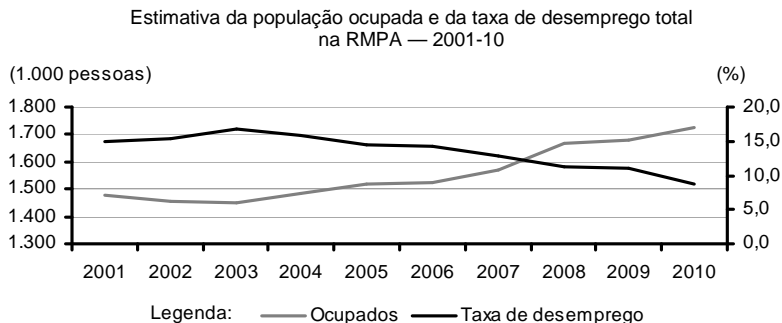
### 3 Evolução da distribuição do rendimento familiar *per capita* na RMPA de 2001 a 2010

O objetivo específico desta seção é apresentar uma análise descritiva da evolução da distribuição do rendimento familiar *per capita* na RMPA no período de 2001 a 2010. O rendimento familiar *per capita* é definido como a razão entre o rendimento familiar e o número de componentes na família. Os resultados aqui apresentados buscam refletir a situação do conjunto das pessoas que formam as famílias da Região quanto ao aspecto da distribuição de seus rendimentos.

Antes seria necessário colocar que nessa década, de acordo com informações da PED-RMPA, o mercado de trabalho regional apresentou desempenho positivo, principalmente a partir de 2004, quando o País passou por um processo socioeconômico de expansão do PIB *per capita* (à

exceção de 2009). O efeito desse processo sobre o mercado de trabalho na RMPA fica evidente no Gráfico 3.

Gráfico 3



FORNTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

A ocupação cresceu em ritmo expressivo, aumentando 26,1% entre 2003 e 2010. Essa alta do nível ocupacional, combinada com uma elevação menor da População Economicamente Ativa, determinou queda expressiva da taxa de desemprego total, que diminuiu de 16,7% em 2003 para 8,7% em 2010, atingindo o patamar mais baixo da série da PED-RMPA, iniciada em 1993.

Outro indicador importante para a melhora da distribuição da renda foi o comportamento da massa de rendimentos reais dos ocupados a partir de 2004, que apresentou um movimento ascendente, elevando-se 32,8% entre 2004 e 2010. Esse aumento deveu-se principalmente ao crescimento do nível ocupacional (26,9%), já que o rendimento médio real apresentou um incremento de apenas 4,5%.

Outra alteração importante a ressaltar foi o comportamento do rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal, por grupos de trabalhadores, segundo o estrato de rendimento. O rendimento médio do primeiro quartil, formado pelos ocupados que ganham menos, cresceu 39,8% na década, enquanto que o último quartil, formado pelos ocupados que ganham mais, apresentou uma redução de 6,1% (RETOMADA ..., 2011).

A PED-RMPA realiza o levantamento de três tipos de remunerações<sup>2</sup>: (a) a **renda do ocupado**, formada pela renda do trabalho principal, pela renda do trabalho adicional e pelos rendimentos de aposentadorias e/ou pensões; (b) a **remuneração do inativo**, formada por pensões e/ou aposentadorias e seguro-desemprego; (c) e a **subsistência do desemprega-**

<sup>2</sup> A PED-RMPA não faz o levantamento de outros tipos de renda, como juros, lucros e aluguéis.

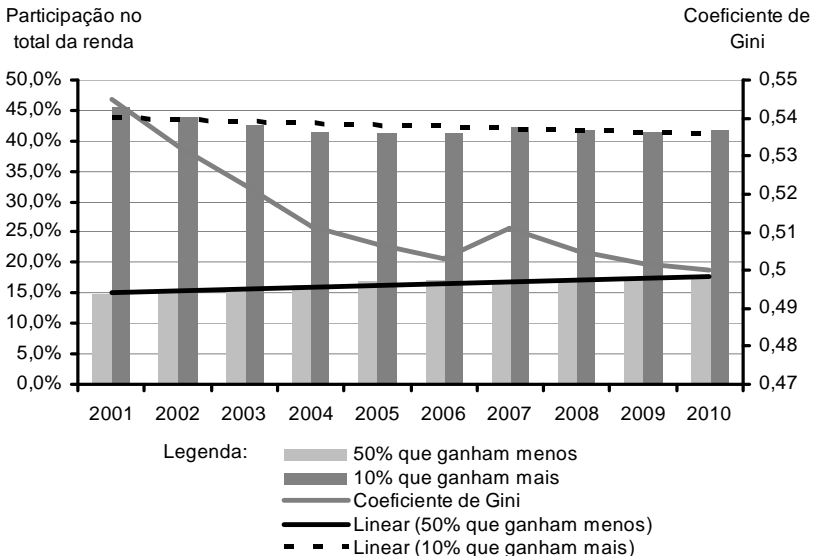
do, formada pela remuneração de trabalhos ocasionais, por pensões e/ou aposentadorias e seguro-desemprego.

O Gráfico 4 mostra a evolução da distribuição da RFPC obtida através do cálculo do Coeficiente de Gini com os microdados da PED-RMPA. Observa-se que a desigualdade se manteve em queda, praticamente em toda a década, com exceção de 2007, quando o Coeficiente cresceu 1,6% (de 0,5030 para 0,5110). De ponta a ponta o Coeficiente de Gini apresentou uma queda acumulada de 8,2% ou de 1,3% em média ao ano.

Outro aspecto a destacar é que as famílias que se encontravam entre os 10% que ganhavam mais em 2001 se apropriaram de aproximadamente 45% do total da renda, enquanto as 50% que ganhavam menos detinham 14,7%, conforme se pode observar no Gráfico 4. Em 2001, a razão entre a renda total dos 10% das famílias que ganhavam mais e a renda total das 50% que ganhavam menos foi de 3,1 vezes. Em 2010, observa-se que as 50% que ganhavam menos perceberam 17,5% da renda, enquanto as 10% que ganhavam mais perceberam 41,7%, ou seja, no final da década, a razão da renda dos 10% das famílias que ganhavam mais em relação às 50% que ganhavam menos caiu para 2,4 vezes.

Gráfico 4

Coeficiente de Gini, participação dos rendimentos familiares dos 50% que ganham menos e dos 10% que ganham mais e suas tendências lineares na RMPA — 2001-10



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados da PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Elaborando uma análise tabular com três estratos de rendimento familiar *per capita* (menos de 4 salários mínimos; de 4 até menos do que 10 salários mínimos; e igual ou maior do que 10 salários mínimos) para o período enfocado e considerando o valor do salário mínimo a preços de julho de 2012, podem-se estabelecer tabelas da distribuição das famílias, dos seus integrantes, da participação no total da renda de cada estrato e o salário médio *per capita* em cada estrato na RMPA.

A Tabela 1 mostra que em 2001 as famílias que possuíam uma RFPC com menos de 4 salários mínimos perfaziam 49,2% do total das famílias, 46,7% do número de participantes das famílias e participavam com 16,0% do rendimento total da Região. Essas famílias possuíam uma renda média *per capita* de R\$ 312.

No ano de 2010, esse grupo de famílias participava com 69,7% do total das famílias na RMPA, 68,3% do número de participantes das famílias, e a participação dos rendimentos mais que dobrou, passando de 16,0% em 2001 para 35,0% em 2010. A renda média familiar *per capita* apresentou um ganho real sobre o ano de 2000 de 75,0%, superior à variação do salário mínimo real para o mesmo período, que foi de 72,3%

Note-se que a participação dessas famílias no total das famílias da Região foi crescente, com exceção de 2002 e 2008, e sua participação na renda sempre cresceu.

Tabela 1

Participação das famílias com renda *per capita* média menor do que 4 salários mínimos, participação dos membros familiares, participação da renda e valor da renda média *per capita* na RMPA — 2001 a 2010

ANOS	PARTICIPAÇÃO %			RENDA MÉDIA FAMILIAR <i>PER CAPITA</i> (R\$)
	Famílias	Pessoas	Renda	
2001	49,2	46,7	16,0	312
2002	49,0	47,1	16,5	304
2003	53,7	52,0	20,3	299
2004	56,5	54,6	22,4	316
2005	58,5	56,4	24,2	336
2006	64,4	62,8	29,6	374
2007	65,6	64,1	30,1	404
2008	65,4	63,8	30,2	431
2009	67,2	65,7	32,0	548
2010	69,7	68,3	35,0	505

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados da PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de set./12.

Segundo se observa na Tabela 2, as famílias que possuíam uma RFPC de 4 até menos do que 10 salários mínimos perfaziam, em 2001, 32,4% do total das famílias, 34,5% do número de componentes das famílias e participavam com 28,3% do rendimento total da Região. Essas famílias tinham uma renda média *per capita* de R\$ 748.

No ano de 2010, as famílias nesse estrato participavam com 22,4% do total das famílias na RMPA, 23,8% dos componentes das famílias, e a participação dos rendimentos aumentou 3,5 pontos percentuais, passando para 31,8%. A renda média familiar *per capita* apresentou um ganho real de 90,9% sobre o ano de 2000. Note-se que tanto as famílias como os seus componentes tiveram queda de participação, com exceção de 2002, quando ocorreu pequeno aumento. Já a participação da renda desse estrato no total apresentou aumento até 2005, passou a cair até 2009 e voltou a crescer no último ano da década.

Tabela 2

Participação das famílias com renda *per capita* média entre 4 até menos de 10 salários mínimos, participação dos membros familiares, participação da renda e valor da renda média *per capita* na RMPA — 2001 a 2010

ANOS	PARTICIPAÇÃO %			RENDA MÉDIA FAMILIAR <i>PER CAPITA</i> (R\$)
	Famílias	Pessoas	Renda	
2001	32,4	34,5	28,3	748
2002	33,4	34,8	30,0	749
2003	30,9	32,3	31,0	736
2004	30,0	31,5	32,4	792
2005	29,2	30,9	33,0	838
2006	25,8	27,3	32,8	957
2007	25,0	26,4	31,9	1.038
2008	24,7	26,1	31,7	1.106
2009	23,7	25,1	31,3	1.173
2010	22,4	23,8	31,8	1.318

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados da PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de set./12.

A Tabela 3 contém informações para as famílias com renda *per capita* de 10 ou mais salários mínimos. Verifica-se que em 2001 as famílias nesse estrato constituíam 18,4% do total das famílias, eram compostas por 18,8% das pessoas e ficavam com 55,8% da renda total. A renda média familiar *per capita* foi de R\$ 2.704. Já em 2010, esse grupo de famílias apresentou tendência de queda nas participações, com exceção do rendimento médio familiar *per capita*, que teve um ganho real de 71,6% na década. Tanto as famílias como os seus integrantes tiveram a mesma participação (7,9%), e a

sua representação na renda na RMPA caiu de 55,8% em 2001 para 33,2% em 2010.

Considerando-se os três tipos de rendimentos levantados pela PED-RMPA (renda dos ocupados, remuneração dos inativos e subsistência dos desempregados), o Gráfico 5 mostra a participação de cada tipo no rendimento total. Em 2001, a renda do ocupado correspondia à maior parte, com 82,5% no total. A participação da remuneração dos inativos ficava em 16,1%, e a participação da subsistência do desempregado com 1,5%. Já em 2010, a renda do ocupado apresentou queda na participação, ficando com 77,6%, e a subsistência do desempregado também caiu, participando com 0,8%, e a única remuneração que teve aumento na participação foi a dos inativos, que passou para 21,6%.

Tabela 3

Participação das famílias com renda *per capita* média igual ou maior do que 10 salários mínimos, participação dos membros familiares, participação da renda e valor da renda média *per capita* na RMPA — 2001-10

ANOS	PARTICIPAÇÃO %			RENDA MÉDIA FAMILIAR <i>PER CAPITA</i> (R\$)
	Famílias	Pessoas	Renda	
2001	18,4	18,8	55,8	2.704
2002	17,6	18,1	53,5	2.573
2003	15,4	15,7	48,8	2.395
2004	13,5	13,8	45,2	2.520
2005	12,3	12,8	42,8	2.633
2006	9,8	10,0	37,6	2.998
2007	9,4	9,4	37,9	3.453
2008	9,8	10,0	38,1	3.454
2009	9,1	9,2	36,7	3.719
2010	7,9	7,9	33,2	4.131

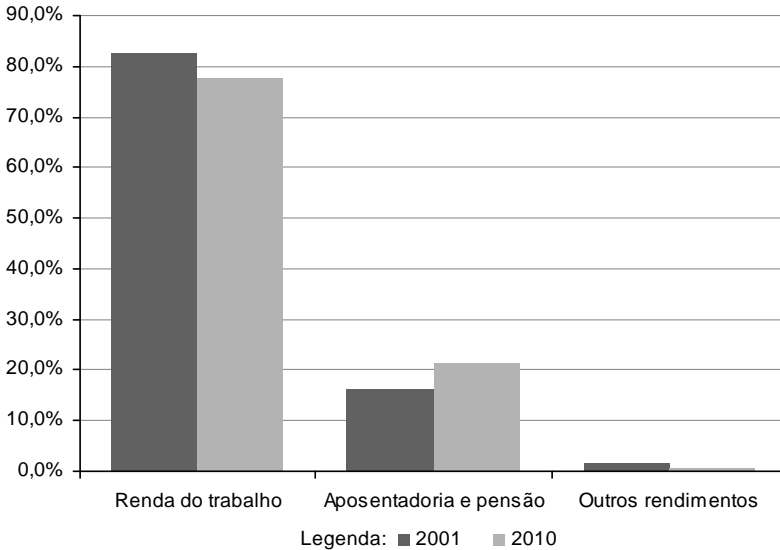
FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados da PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de set./12.



Gráfico 5

Participação de cada tipo de rendimento no rendimento total na RMPA — 2001 e 2010



FORNE DOS DADOS BRUTOS: Microdados da PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

A partir da estratificação do rendimento familiar *per capita*, apresentam-se três tabelas, considerando as famílias com renda menor do que 4 salários mínimos, com 4 até menos do que 10 salários e com 10 ou mais salários mínimos. Cada uma dessas tabelas contém as cinco parcelas, mutuamente excludentes, dos tipos de rendimentos colocados a seguir:

Quadro 1

## Sigla das cinco parcelas de renda utilizadas

<p><b>RO:</b> famílias que têm como fonte de renda somente a da ocupação (integrantes das famílias que possuem somente a renda do trabalho principal, integrantes das famílias que possuem renda do trabalho principal mais a renda do trabalho adicional, integrantes das famílias que possuem renda do trabalho principal mais as aposentadorias e/ou pensões e integrantes das famílias que possuem renda do trabalho principal mais a renda do trabalho adicional e mais aposentadorias e/ou pensões);</p> <p><b>RI:</b> famílias que têm como fonte somente a remuneração do inativo (integrantes das famílias que possuem somente as remunerações das pensões e/ou aposentadorias e integrantes das famílias que possuem as remunerações da pensão e/ou aposentadoria mais o seguro-desemprego);</p> <p><b>SD:</b> famílias que vivem somente com as formas de subsistência do desempregado (integrantes das famílias que possuem somente a remuneração de trabalhos ocasionais, integrantes das famílias que possuem somente a remuneração por pensões e/ou aposentadorias, integrantes das famílias que possuem somente a remuneração do seguro-desemprego, integrantes das famílias que possuem a remuneração do trabalho ocasional mais as remunerações das pensões e/ou aposentadorias e integrantes das famílias que possuem a remuneração do trabalho ocasional mais a do seguro-desemprego);</p> <p><b>RORI:</b> famílias que possuem, em conjunto, a renda dos ocupados (RO) mais a remuneração dos inativos (RI);</p> <p><b>OC:</b> famílias que vivem com o conjunto das demais combinações possíveis de fontes de remuneração (renda dos ocupados [RO] mais a subsistência dos desempregados [SD], remuneração dos inativos [RI] mais a subsistência dos desempregados [SD] e renda dos ocupados [RO] mais remuneração dos inativos [RI] e mais a subsistência dos desempregados [SD]).</p>
---

Tabela 4

Percentual dos componentes do rendimento familiar correspondente ao estrato dos que recebem menos de 4 salários mínimos na RMPA — 2001-10

ANOS	COMPONENTES DO RENDIMENTO FAMILIAR <i>PER CAPITA</i> ACUMULADOS				
	RO	RI	SD	RORI	OC
2001	14,0	27,1	100,0	9,8	37,4
2002	14,4	28,4	100,0	10,3	39,0
2003	18,3	32,9	100,0	11,5	48,9
2004	20,6	35,1	100,0	13,6	49,5
2005	22,6	37,4	100,0	15,2	54,0
2006	27,5	44,7	100,0	20,0	57,2
2007	28,2	42,8	100,0	21,7	63,1
2008	28,5	42,5	100,0	22,1	62,7
2009	29,5	46,4	100,0	25,0	66,8
2010	33,5	46,0	100,0	28,4	63,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados da PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Em 2001, verifica-se que as famílias com rendimento inferior a 4 salários mínimos ficaram com 14,0% do total da renda dos ocupados, 27,1% do rendimento dos inativos, a totalidade da subsistência dos desempregados, 9,8% da renda do ocupado mais a remuneração dos inativos e 37,4% dos outros arranjos de renda. No final da década, essas famílias tiveram a participação da renda dos ocupados aumentada para 33,5% do total deste tipo

de renda, o rendimento dos inativos aumentou para 46,0%, e a subsistência do desempregado continuou com a totalidade das famílias deste estrato de renda. As famílias com a soma da renda dos ocupados mais a remuneração dos inativos elevaram sua participação para 28,4% da renda, e as famílias que vivem com a parcela formada pelo conjunto das demais combinações ficaram com 63,1% (Tabela 4). Observa-se que, em toda a década, a participação do estrato formado pelo rendimento dos inativos e daquelas com outras combinações de renda foi sempre maior do que a participação da parcela referente à renda dos ocupados. Outro aspecto a salientar é que a subsistência dos desempregados ficou somente para as famílias nesse estrato de rendimento.

A Tabela 5 mostra o percentual das cinco parcelas dos arranjos de renda para as famílias que recebem de 4 até menos de 10 salários mínimos. As famílias com rendimentos nesse estrato ficaram com 27,8% do total da renda dos ocupados, 24,8% do rendimento dos inativos, 32,0% da renda do ocupado mais a remuneração dos inativos e 34,3% das demais combinações possíveis de renda. Durante o período analisado, a participação da renda dos ocupados cresceu até 2006, caindo nos anos seguintes, mas terminando a década em 31,5%, patamar superior ao do início da década.

Pode-se notar também que entre 2001 e 2010, nesse estrato de renda, a **RORI** sempre teve uma participação superior à participação na **RO**, e esse, por sua vez, foi quase sempre superior ao da remuneração dos inativos e do conjunto das outras remunerações, com exceção de 2002, para a remuneração dos inativos, e de 2001 e 2002, para os outros arranjos de rendimento. Houve aumento de participação para a renda dos ocupados de 27,8% em 2001 para 31,5% em 2010, e para as famílias que tiveram como fonte de renda a renda dos ocupados mais a remuneração dos inativos passou de 32,0% em 2001 para 38,8% em 2010.

Tabela 5

Percentual dos componentes do rendimento familiar correspondente ao estrato dos que recebem de 4 a menos de 10 salários mínimos na RMPA — 2001-10

ANOS	COMPONENTES DO RENDIMENTO FAMILIAR <i>PER CAPITA</i> ACUMULADOS				
	RO	RI	SD	RORI	OC
2001	27,8	24,8	0,0	32,0	34,3
2002	29,3	30,5	0,0	32,2	35,7
2003	30,8	28,9	0,0	34,3	27,9
2004	31,9	28,6	0,0	37,6	31,6
2005	32,9	27,2	0,0	38,3	28,9
2006	33,0	27,2	0,0	37,4	29,7
2007	31,7	26,3	0,0	38,5	25,5
2008	31,4	27,6	0,0	37,5	25,0
2009	31,0	25,7	0,0	38,0	25,4
2010	31,5	25,4	0,0	38,8	24,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados da PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

A Tabela 6 mostra o percentual dos tipos de rendimentos para as famílias que recebem 10 ou mais salários mínimos. As famílias com rendimento nesse estrato tiveram perdas de participação em todas as parcelas. As quedas de participações entre 2001 e 2010 foram: de 58,2% para 35,0% na renda dos ocupados; de 48,2% para 28,6% para as remunerações dos inativos; de 58,3% para 32,8% para as famílias que têm como fonte a renda dos ocupados mais a remuneração dos inativos; e de 28,3% para 12,4% para as famílias com os demais arranjos de renda.

Pode-se notar também que entre 2001 e 2010 a participação desse estrato na parcela formada pela renda dos ocupados mais a dos inativos foi sempre superior à participação na renda dos ocupados, com exceção dos anos 2007, 2009 e 2010, e a participação desses dois tipos de rendimento foi sempre superior à remuneração dos inativos e à dos outros arranjos de rendimento.

Tabela 6

Percentual dos componentes do rendimento familiar correspondente ao estrato dos que recebem 10 ou mais salários mínimos na RMPA — 2001 a 2010

ANOS	COMPONENTES DO RENDIMENTO FAMILIAR <i>PER CAPITA</i> ACUMULADOS				
	RO	RI	SD	RORI	OC
2001	58,2	48,2	0,0	58,3	28,3
2002	56,3	41,1	0,0	57,5	25,3
2003	50,9	38,2	0,0	54,3	23,2
2004	47,5	36,4	0,0	48,8	18,9
2005	44,6	35,4	0,0	46,5	17,1
2006	39,4	28,1	0,0	42,6	13,1
2007	40,1	30,9	0,0	39,8	11,3
2008	40,2	29,9	0,0	40,4	12,4
2009	39,5	27,8	0,0	37,0	7,8
2010	35,0	28,6	0,0	32,8	12,4

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Microdados da PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

A análise dos percentuais dos componentes do rendimento familiar correspondente aos três estratos de renda em salários mínimos mostrou que, para o estrato formado pelas famílias que ganham abaixo de 4 salários mínimos, o aumento da participação na renda total da RMPA foi devido ao comportamento de todas as parcelas de rendimento na década, com destaque à renda dos ocupados (RO), à remuneração dos inativos (RI) e mais a parcela formada pela renda dos ocupados mais a remunerações dos inativos (RORI). Essas foram responsáveis por 95,7% do aumento de participação desse estrato de rendimento na renda total da Região (de 16,0%, em 2001, para 35,0%, em 2010). Já para as famílias que ganhavam mais, a perda de participação na renda total da Região durante a década se

deveu à perda de participação de todas as parcelas, principalmente a parcela da renda dos ocupados, a da remuneração dos inativos e as famílias que possuem a renda dos ocupados mais a remuneração dos inativos.

## 4 Mudanças na desigualdade da distribuição da renda familiar *per capita* na RMPA de 2001 a 2010

Utilizando-se a renda familiar *per capita* dividida nas cinco parcelas referidas no Quadro 1, apresenta-se, na Tabela 7, de acordo com a expressão (18), as participações ( $\varphi_h$ ) de cada parcela na renda total. Observa-se que de 2001 a 2010 a participação da **RO** caiu de 70,0% para 65,2%, e a participação da **RI** aumentou de 14,3% em 2001 para 19,4% em 2010. A participação da **SD**, que teve a menor parcela na renda total, apresentou queda, passando de 0,7% em 2001 para 0,3% em 2010. A **RORI** teve um aumento até 2005, passando de 12,2% para 14,8%, e queda a partir de 2006, mas ficou com a participação 13,7% em 2010, e as **OC** iniciaram a década com uma participação de 2,9% e finalizaram a década com 1,4%.

Tabela 7

Participação ( $\varphi_h$ ) de cada arranjo da renda familiar no total da renda na RMPA — 2001-10

PARCELAS	2001	2002	2003	2004	2005
RO .....	0,6997	0,6820	0,6597	0,6561	0,6543
RI .....	0,1432	0,1467	0,1596	0,1635	0,1717
SD .....	0,0067	0,0071	0,0066	0,0071	0,0051
RORI .....	0,1217	0,1347	0,1449	0,1470	0,1480
OC .....	0,0287	0,0296	0,0292	0,0263	0,0209
<b>Total</b> .....	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
PARCELAS	2006	2007	2008	2009	2010
RO .....	0,6360	0,6405	0,6580	0,6520	0,6523
RI .....	0,1898	0,1952	0,1795	0,1864	0,1937
SD .....	0,0054	0,0052	0,0040	0,0044	0,0030
RORI .....	0,1464	0,1414	0,1398	0,1397	0,1366
OC .....	0,0224	0,0177	0,0187	0,0176	0,0143
<b>Total</b> .....	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados da PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

A Tabela 8 mostra, de acordo com a expressão (17), as razões de concentração ( $C_h$ ) relativas ao Coeficiente de Gini, cabendo ressaltar que,

na última linha, está o valor do próprio Coeficiente em cada ano. Note-se a tendência decrescente da desigualdade, com o Coeficiente de Gini passando de 0,5451 em 2001 para 0,5002 em 2010.

A parcela **RO** sempre contribuiu para a desigualdade na RMPA por dois motivos. O primeiro foi consequência da  $C_h$  ter sido superior ao Coeficiente de Gini durante todo o período analisado e a distância entre os dois ter sempre aumentado. A segunda foi a participação maior dessa parcela na renda total da região, embora tenha caído de 70,0% em 2001 para 65,2% em 2010.

Outra mudança digna de nota apontada na Tabela 8 foi na parcela **RI**, que de 2001 até 2006 teve sua  $C_h$  superior ao Coeficiente de Gini, mostrando que essa parcela dos rendimentos estava contribuindo para a concentração da renda na Região até 2006, e, a partir de 2007, essa parcela respondeu por uma melhora na distribuição da renda, quando a razão de concentração ficou abaixo do Coeficiente de Gini.

Note-se, também, que a razão de concentração de **SD**, embora com a menor parcela de participação da renda na RMPA, teve um comportamento semelhante ao da **RI**; ficou acima do Coeficiente de Gini de 2001 a 2004 e a partir de 2005, com exceção de 2007, ficou com a razão de concentração inferior ao Coeficiente de Gini. Já as parcelas **RORI** e **OC** ficaram sempre abaixo do Coeficiente de Gini, contribuindo durante todos os anos para uma melhor distribuição da renda.

Tabela 8

Razões de concentração ( $C_h$ ) relativas ao Coeficiente de Gini da distribuição do rendimento familiar *per capita* na RMPA — 2001-10

PARCELAS	2001	2002	2003	2004	2005
RO .....	0,5602	0,5567	0,5478	0,5380	0,5383
RI .....	0,6063	0,5686	0,5580	0,5423	0,5228
SD .....	0,7096	0,6175	0,5413	0,7058	0,4485
RORI .....	0,4028	0,3979	0,3824	0,3673	0,3711
OC .....	0,4360	0,3953	0,4455	0,4162	0,3591
<b>Gini total</b> .....	<b>0,5451</b>	<b>0,5327</b>	<b>0,5224</b>	<b>0,5116</b>	<b>0,5067</b>
PARCELAS	2006	2007	2008	2009	2010
RO .....	0,5396	0,5470	0,5424	0,5412	0,5366
RI .....	0,5034	0,5082	0,4969	0,4924	0,4957
SD .....	0,4599	0,5835	0,4850	0,4475	0,4709
RORI .....	0,3646	0,3705	0,3608	0,3547	0,3464
OC .....	0,3724	0,3410	0,3513	0,3262	0,3768
<b>Gini total</b> .....	<b>0,5029</b>	<b>0,5110</b>	<b>0,5050</b>	<b>0,5019</b>	<b>0,5002</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados da PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Concluindo, com  $\varphi_h$  positiva, o sinal da diferença entre o Coeficiente de Gini e a razão de concentração da parcela é que determina se essa contribui para reduzir ou aumentar o valor do Coeficiente de Gini. Se a razão de concentração for menor que o Coeficiente, a parcela está contribuindo para reduzir o Coeficiente de Gini. Se a razão de concentração for maior que G, a parcela está contribuindo para aumentar o Coeficiente de Gini.

## 4.1 Decomposição das mudanças na desigualdade na RMPA

As Tabelas 9 e 10 mostram a decomposição do Coeficiente de Gini da distribuição da renda familiar *per capita* na RMPA em 2001 e em 2010, de acordo com a metodologia apresentada na seção anterior. De acordo com a expressão (19), verifica-se que, se  $(G - C_h) < 0$ , a medida de progressividade será negativa, mostrando que essa parcela é regressiva, contribuindo para aumentar a desigualdade. Se  $(G - C_h) > 0$ , a medida de progressividade para essa parcela é progressiva, contribuindo para reduzir a desigualdade.

Nas duas tabelas há informações sobre cinco parcelas mutuamente exclusivas do rendimento familiar.

Tabela 9

Decomposição da renda familiar *per capita* e do correspondente Coeficiente de Gini, considerando cinco parcelas do rendimento familiar, na RMPA — 2001

PARCELAS	PARTICIPAÇÃO ( $\phi_h$ )	RAZÃO DE CONCENTRAÇÃO ( $C_h$ )	PARCELA DE $G$		PROGRESSIVIDADE ( $G - C_h$ )
			( $\phi_h$ ) ( $C_h$ )	%	
RO .....	0,6997	0,5602	0,3920	71,9	-0,0151
RI .....	0,1432	0,6063	0,0868	15,9	-0,0612
SD .....	0,0067	0,7096	0,0048	0,9	-0,1645
RORI .....	0,1217	0,4028	0,0490	9,0	0,1423
OC .....	0,0287	0,4360	0,0125	2,3	0,1091
<b>Total</b> .....	1,0000	-	0,5451	100,0	-

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Microdados da PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Em 2001, a **RO** foi um pouco regressiva, tornando sua participação no Coeficiente de Gini (71,9%) superior à participação na renda total (70,0%). Entre as parcelas analisadas, a **SD** foi a mais regressiva, fazendo com que sua contribuição para o Coeficiente de Gini (0,9%) fosse maior do que sua participação na renda total (0,7%). Outra parcela regressiva é a **RI**, pois a

sua participação no Coeficiente de Gini também foi superior à participação na renda. As parcelas progressivas são a **RORI** e a parcela **OC**. Ambas tiveram uma participação no Coeficiente de Gini inferior à participação na renda, e o Coeficiente de Gini foi superior às razões de concentração.

Em 2010 (Tabela 10), estão as alterações na composição do Coeficiente de Gini no final da década. A **RO** foi a única a apresentar regressividade ( $G - C_h = -0,0364$ ), obtendo uma participação no Coeficiente de Gini (70,0%) superior à sua participação na renda (65,2%). Já as demais parcelas apresentaram progressividade. Entre as parcelas analisadas, a **RORI** foi a mais progressiva ( $G - C_h = 0,1538$ ), seguida da **OC**. A primeira parcela possui uma participação de 9,5% no Coeficiente de Gini, menor do que a participação de 13,7% na renda. Já a progressividade da parcela **OC** ( $G - C_h = 0,1234$ ) foi a segunda maior, embora possua uma participação reduzida tanto no Coeficiente de Gini (1,1%) como na renda (1,4%). A **RI** foi pouco progressiva ( $G - C_h = 0,0045$ ), mas apresentou a segunda maior participação tanto no Coeficiente de Gini (19,2%) como na renda (19,4%).

Tabela 10

Decomposição da renda familiar *per capita* e do correspondente Coeficiente de Gini, considerando cinco parcelas do rendimento familiar, na RMPA — 2010

PARCELAS	PARTICIPAÇÃO ( $\phi_h$ )	RAZÃO DE CONCENTRAÇÃO ( $C_h$ )	PARCELA DE $G$		PROGRESSIVIDADE ( $G - C_h$ )
			( $\phi h$ ) ( $Ch$ )	( $G - Ch$ )	
RO .....	0,6523	0,5366	0,3500	70,0	-0,5366
RI .....	0,1937	0,4957	0,0960	19,2	-0,4957
SD .....	0,0030	0,4709	0,0014	0,3	-0,4709
RORI .....	0,1366	0,3464	0,0473	9,5	-0,3464
OC .....	0,0143	0,3768	0,0054	1,1	-0,3768
<b>Total</b> .....	1,0000	-	0,5002	100,0	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados da PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

## 4.2 Decomposição das mudanças de desigualdade

A mudança no valor do Coeficiente de Gini em determinado período pode ser associada às mudanças na participação ( $\phi_h$ ) e na razão de concentração ( $C_h$ ) de cada parcela. Utilizando a metodologia encontrada em Hoffmann (2007) da decomposição das mudanças no Coeficiente de Gini ( $\Delta G$ ), de acordo com as expressões (33), (35) e (38), obtém-se o efeito com-



posição da parcela de  $\Delta G$  associada à mudança em  $\varphi_h$  e o efeito concentração da parcela de  $\Delta G$  associada à mudança em  $C_h$ .

A Tabela 11 mostra a contribuição de cada parcela da renda e os respectivos efeitos composição e concentração. Quando se comparam as distribuições da renda familiar *per capita* em 2001 e 2010 com todos os efeitos medidos como percentagem da redução do Coeficiente de Gini ( $\Delta G = 0,5002 - 0,5451 = -0,0449$ ), verifica-se que o efeito concentração total representa 98,7% da variação do Coeficiente de Gini e o efeito composição apenas 1,3% da  $\Delta G$ . Para quase todas as parcelas o efeito concentração tem valor absoluto maior do que o efeito composição, com exceção da parcela **OC**.

A participação da **RO** na renda total diminuiu de 70,0% em 2001 para 65,9% em 2010 (Tabelas 8 e 9). Como sua razão de concentração é superior ao Coeficiente de Gini, o decréscimo de  $\varphi_h$  contribui com 2,7% da redução do Coeficiente de Gini.

Mas a contribuição principal dessa parcela se deve à redução da razão de concentração (de 0,5602 em 2001 para 0,5366 em 2010), que, associada com a sua elevada participação ( $\varphi_h$ ) na renda total, leva a uma redução do Coeficiente de Gini que representa 35,5% da redução total observada. Assim, 38,2% da redução do Coeficiente de Gini podem ser associados à parcela **RO**.

Tabela 11

Decomposição da mudança no Coeficiente de Gini ( $\Delta G = -0,0449$ ) da distribuição da renda familiar *per capita* na RMPA — 2001 e 2010.

PARCELAS DA RFPC	EFEITO COMPOSIÇÃO % DE $\Delta G$ $S\phi_h$	EFEITO CONCENTRAÇÃO % DE $\Delta G$ $SCh$	EFEITO TOTAL % DE $\Delta G$ $Sh$
RO .....	2,7	35,5	38,2
RI .....	-3,2	41,5	38,3
SD .....	0,6	2,6	3,2
RORI .....	4,9	16,2	21,1
OC .....	-3,7	2,8	-0,9
<b>Total</b> .....	1,3	98,7	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados da PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Considerando a parcela **RI**, sua participação ( $\varphi_h$ ) na renda total foi a segunda maior, aumentando de 14,3% em 2001 para 19,4% em 2010 (Tabelas 9 e 10). Como sua razão de concentração foi maior do que o Coeficiente de Gini em 2001 e menor em 2010, isso contribuiu para aumentar a desigualdade geral (-3,2% de  $\Delta G$ ). Mas o efeito concentração foi mais forte (41,5% de  $\Delta G$ ), uma vez que ocorreu uma redução da razão

de concentração dessa parcela (de 0,6036 em 2001 para 0,4957 em 2010). Assim, essa parcela esteve associada a 38,3% da redução do Coeficiente de Gini entre 2001 e 2010.

No caso da parcela **RORI**, a  $C_h$  dessa parcela ficou abaixo do valor de  $G$  tanto em 2001 como em 2010 (Tabelas 9 e 10). O aumento de  $\varphi_h$  contribuiu para reduzir o Coeficiente de Gini (4,9% da  $\Delta G = -0,0449$ ). Como a razão de concentração dessa parcela diminuiu de 0,4028 para 0,3464, houve um efeito concentração que representa 16,2% de  $\Delta G$ . No período 2001-10, essa parcela respondeu por 21,1% da queda observada no Coeficiente de Gini.

A análise das parcelas que tiveram um peso reduzido no efeito total da variação do Coeficiente de Gini mostrou que, para a parcela **SD**, a participação na renda total diminuiu de 0,7% em 2001 para 0,3% em 2010 (Tabelas 9 e 10). Como sua razão de concentração foi maior do que o Coeficiente de Gini em 2001 e menor em 2010, isso contribuiu para reduzir a desigualdade geral em 0,6% da queda do Coeficiente de Gini. O efeito concentração foi um pouco mais forte (2,6% de  $\Delta G$ ), uma vez que ocorreu uma redução da razão de concentração dessa parcela (de 0,7096 em 2001 para 0,4709 em 2010). Assim, essa parcela de rendimentos esteve associada a 3,1% da redução do Coeficiente de Gini entre 2001 e 2010.

Já na parcela **OC**, a  $C_h$  ficou abaixo do valor de  $G$ , e a redução de  $\varphi_h$  contribuiu para aumentar o Coeficiente de Gini (-3,7% da  $\Delta G = -0,0449$ ). Como a razão de concentração dessa parcela diminuiu de 0,4360 para 0,3768, houve um efeito concentração que representa 2,8% da  $\Delta G$ . Embora nos dois anos a razão de concentração da **OC** fosse menor do que os Coeficientes de Gini, indicando que se trata de uma parcela progressiva da renda familiar *per capita*, no período 2001-10 essa parcela respondeu por -0,9% da  $\Delta G = -0,0449$ .

Na Tabela 12, a decomposição da mudança no Coeficiente de Gini é feita considerando três períodos: 2001-06, onde a  $\Delta G = -0,0422$ ; 2006-07, onde a  $\Delta G = 0,0081$  e 2006-10, onde a  $\Delta G = -0,0108$ .

Verifica-se que, no primeiro período, quando a variação do Coeficiente de Gini foi negativa, o efeito concentração total representou 92,9% da variação do Coeficiente de Gini e o efeito composição contribuiu com 7,1% da  $\Delta G$ . Entre 2006 e 2007, quando a  $\Delta G$  foi positiva, o efeito concentração contribuiu com 80,6% e o efeito composição com 19,4%. No terceiro período, em que a  $\Delta G$  foi novamente negativa, o efeito concentração foi o único responsável pela variação, compensando a variação negativa do efeito composição.

Observam-se mudanças importantes na contribuição das diferentes parcelas para a variação do Coeficiente de Gini nos três períodos.

A mudança associada à parcela **RO** entre 2001 a 2006 foi a menor nos três períodos analisados (36,6% da  $\Delta G$ ) e passou a ter um peso maior nos

dois períodos subsequentes: de 60,3% da variação do Coeficiente entre 2006 e 2007 e de 58,1% entre 2007 e 2010. Nos dois períodos, em que houve queda do Coeficiente, a razão de concentração diminuiu de 0,5602 para 0,5396 entre 2001 e 2006, e de 0,5470 para 0,5366 entre 2007 e 2010. De 2006 para 2007, quando o Coeficiente aumentou, a razão de concentração também cresceu (de 0,5396 para 0,5470) — Tabelas 9 e 10.

Tabela 12

Decomposição da mudança no Coeficiente de Gini da distribuição da RFPC na RMPA — 2001-06, 2006-07 e 2007-10

PARCELAS DA RFPC	2001-06		
	Efeito Composição ( $S\phi h$ )	Efeito Concentração ( $SCh$ )	Efeito Total ( $Sh$ )
RO .....	3,9	32,6	36,6
RI .....	-3,4	40,6	37,2
SD .....	0,2	3,6	3,8
RORI .....	8,2	12,1	20,4
OC .....	-1,8	3,9	2,1
<b>Total</b> .....	<b>7,1</b>	<b>92,9</b>	<b>100,0</b>

PARCELAS DA RFPC	2006-07		
	Efeito Composição ( $S\phi h$ )	Efeito Concentração ( $SCh$ )	Efeito Total ( $Sh$ )
RO .....	2,0	58,2	60,3
RI .....	-0,1	11,6	11,5
SD .....	0,0	8,1	8,0
RORI .....	8,6	10,5	19,1
OC .....	8,9	-7,8	1,1
<b>Total</b> .....	<b>19,4</b>	<b>80,6</b>	<b>100,0</b>

PARCELAS DA RFPC	2007-2010		
	Efeito Composição ( $S\phi h$ )	Efeito Concentração ( $SCh$ )	Efeito Total ( $Sh$ )
RO .....	-3,9	62,1	58,1
RI .....	-0,1	22,5	22,5
SD .....	0,4	4,3	4,7
RORI .....	-6,5	31,0	24,5
OC .....	-4,5	-5,3	-9,8
<b>Total</b> .....	<b>-14,6</b>	<b>114,6</b>	<b>100,0</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados da PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

No caso da parcela **RI**, o efeito concentração contribuiu para reduzir o Coeficiente de Gini no período 2001-06 (40,6% de  $\Delta G$ ) e diminuiu no período 2007 e 2010, com 22,5% da  $\Delta G$ . No período em que o Coeficiente

aumentou, o efeito concentração da **RI** foi responsável por 11,6% do aumento.

Outra parcela de renda que teve peso nas variações do Coeficiente de Gini foi a **RORI**. Essa parcela sempre teve uma razão de concentração inferior ao Coeficiente de Gini durante todos os anos analisados (Tabela 8). O efeito concentração contribuiu para reduzir o Coeficiente de Gini no primeiro período em 12,1%, e o efeito composição, em 8,2%, proporcionando um efeito total de 20,4% na  $\Delta G$ . Entre 2007 e 2010, onde  $\Delta G$  também foi negativa, o efeito concentração foi o responsável por 31,0% na queda e o efeito composição contribuiu com -6,5% do aumento do Coeficiente. O efeito total foi de 24,5% na redução do Coeficiente de Gini.

## 4 Considerações finais

A análise da distribuição do rendimento familiar *per capita* mostrou que, na RMPA, as famílias que possuíam uma RFPC de até 3 salários mínimos e, portanto, são as que recebiam menos, participavam com 16,0% do rendimento total da Região em 2001. No ano de 2010, esse grupo de famílias teve sua participação na renda aumentada para 35,0%.

De modo inverso, verifica-se que as famílias com RFPC que ganhavam mais do que 10 salários mínimos, portanto as que ganhavam mais, participavam com 55,8% da renda total em 2001, tendo sua participação recuado para 33,2%, em 2010.

Tais resultados tiveram impacto positivo na desigualdade de rendimentos entre as famílias. De fato, observou-se que a desigualdade, medida pelo Coeficiente de Gini, manteve-se em queda praticamente durante toda a década, com exceção de 2007, quando o coeficiente cresceu 1,6%. Assim, na primeira década deste século, esse indicador apresentou uma queda acumulada de 8,2%.

Outro fator que pode auxiliar na explicação da melhora da distribuição da RFPC na RMPA pode ser o comportamento deste indicador para as famílias que compunham os 50% das que ganhavam menos e os 10% das que ganhavam mais. Os 50% das famílias que ganhavam menos tiveram um ganho real de 26,6% entre 2001 e 2010, e os 10% das famílias que ganhavam mais permaneceram estáveis (0,1%) entre o primeiro e o último ano da década.

A decomposição do Coeficiente de Gini do rendimento familiar *per capita* nas suas cinco parcelas permitiu avaliar a magnitude da desigualdade de renda na RMPA, através da participação da parcela no rendimento total ( $\varphi_h$ ), da razão de concentração ( $C_h$ ) e da participação da parcela no Coeficiente de Gini geral ( $\varphi_h C_h$ ).

A PED-RMPA possui a limitação de não realizar o levantamento de outros tipos de renda, como juros, lucros e aluguéis, mas, com os dados disponíveis de renda que a Pesquisa capta, foi possível apontar uma tendência de redução das desigualdades na Região.

No que se refere aos componentes do rendimento familiar, segundo os diferentes estratos de renda familiar *per capita*, cabe destacar a importância da remuneração dos inativos e do relativo à subsistência dos desempregados para o estrato de menor rendimento. Tais rendimentos, que advêm fundamentalmente de pensão, aposentadoria e seguro-desemprego, estão vinculados à legislação trabalhista e previdenciária, o que evidencia a importância da legalização das relações de trabalho para garantir proteção e sobrevivência para trabalhadores e seus familiares. Esse fato adquire maior relevância no contexto brasileiro e da RMPA, dado o elevado grau de informalização do mercado de trabalho, que acaba por excluir do sistema de proteção social amplos contingentes de trabalhadores. De acordo com a PED-RMPA, em 2010 23,1% dos trabalhadores não contribuíram para a Previdência Social e, portanto, não podiam auferir os benefícios previstos na legislação trabalhista e previdenciária.

Dentre outras conclusões do estudo, podem-se arrolar as que seguem:

- a) para uma parcela da renda *per capita*, a diferença entre o Coeficiente de Gini global e a razão de concentração da parcela  $C_h$  é uma medida apropriada de sua progressividade, indicando o sinal e a intensidade do efeito sobre o Coeficiente de Gini produzido por um pequeno acréscimo proporcional em todos os valores dessa parcela;
- b) em todo o período analisado, de acordo com os dados da PED-RMPA, a razão de concentração da **RO** ficou acima do Coeficiente de Gini, indicando o caráter regressivo dessa parcela da RFPC na RMPA;
- c) com relação à **remuneração dos inativos**, a razão de concentração ficou acima do Coeficiente de Gini no período 2001 a 2006, e abaixo do coeficiente no período 2007 a 2010, indicando o caráter regressivo dessa parcela no primeiro período e o seu caráter progressivo no segundo período;
- d) as parcelas **RORI** e a **OC** tiveram, em todo o período, uma razão de concentração inferior ao Coeficiente de Gini, indicando o caráter progressivo dessas duas parcelas;
- e) entre as cinco parcelas da RFPC analisadas, as que mais contribuíram para a redução da desigualdade no período 2001-10 foram a **RO** e a **RI**, com 38,2% para cada parcela. A outra parcela que teve uma contribuição relevante na queda (21,1%) foi a **RORI**;
- f) a contribuição das alterações na **RO** para reduzir a desigualdade no período 2001-06 foi de 36,6% de  $\Delta G = -0,0422$ . No período 2006-07,

em que o Coeficiente de Gini aumentou ( $\Delta G = 0,0081$ ), a **RO** foi o principal responsável, com uma participação no efeito total de 60,3%, e no período 2007-10 essa parcela foi responsável por 58,1% na queda do Coeficiente ( $\Delta G = -0,0108$ );

g) a contribuição das alterações na parcela que inclui a **RI** alcançou 37,2% da redução do Coeficiente de Gini no período 2001-06, caiu para 11,5% no período de aumento do Coeficiente (2006 e 2007) e voltou a aumentar (22,5%) no período de 2007 a 2010, em que o Coeficiente voltou a cair;

h) a contribuição das alterações na parcela que inclui a **RP** mais a **RI** alcançou 20,4% da redução do Coeficiente de Gini no período de 2001 a 2006, reduziu um pouco (19,1%) no período de 2006 e 2007, em que o Gini aumentou, e elevou-se para 24,5% no período de 2007 a 2010, em que  $\Delta G$  foi negativa.

Concluindo, os dados da PED-RMPA permitem verificar que em 2010 a Região Metropolitana de Porto Alegre atingiu , sua menor desigualdade de renda na década. A Região, porém, continua com um Coeficiente de Gini longe da média da União Europeia e, principalmente, de países como Suécia (0,250), Noruega (0,258), Finlândia (0,269) e Alemanha (0,283). Se a redução do Coeficiente de Gini continuar nesse ritmo de queda (-1,3% ao ano), ainda seriam necessários mais 18 anos para o Coeficiente ficar no nível de 0,400 e 40 anos para chegar ao nível de 0,300.

## Referências

BARROS, J. R. M. de. *et al.* **A queda recente da distribuição da renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Texto para Discussão IPEA, n. 1258).

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.. O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007a. V. 2, p. 17-40.

BRASIL. Portal Brasil. **Renda - desigualdade - coeficiente de Gini**. 2013. Disponível em: <[http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/indicadores/disoc\\_rdcg/indicadorvieu](http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/indicadores/disoc_rdcg/indicadorvieu)>. Acesso em: 15 mar. 2013.

HOFFMANN, R.. Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar *per capita*. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 213-231, abr. 2009.

HOFFMANN, R.. Transferência de renda e a redução da desigualdade de renda no Brasil em cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 55-81, jun. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese dos Indicadores Sociais**. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2012/default.shtm>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda**. Brasília: IPEA, 2012. (Comunicados do IPEA, n. 155). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925\\_comunicadodoipea155\\_v5](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5)>. Acesso em: 02 mar. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **IPEADATA**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 16 fev. 2013.

MADEIRO, C.; MOTOMURA, M.. IDH do Brasil avança, mas fica abaixo da média da América Latina. **UOL Notícias**, 14 mar. 2013. Internacional. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/03/14/idh-do-brasil-avanca-mas-fica-abaixo-da-media-da-america-latina.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2011 - Sustentabilidade e equidade: um futuro melhor para todos**. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2011/download/pt/>>. Acesso em: 08 nov. 2011.

RETOMADA do ritmo de crescimento ocupacional leva taxa de desemprego ao menor patamar da série histórica. **INFORME PED-RMPA**, Porto Alegre, v. 19, número especial, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/informeped/anual/ped2010.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2013.

SALM, C.. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil: uma leitura crítica. In: BARROS, R. P de. (Org.); FOGUEL, M. N. (Org.); ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007. V. 1, p. 279-297.

ONU-HABITAT. **Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012:** rumbo a una nueva transición urbana. Kenia: ONU-Habitat, 2012. Disponível em:  
<<http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=3380>>. Acesso em: 14 jan. 2013.





# Piso salarial regional: o caso do Rio Grande do Sul

Walter Arno Pichler

*Economista e Sociólogo, Pesquisador da FEE*

Este texto tem por objetivo discutir a questão dos pisos salariais, instrumento de política pública instituído no Brasil no início dos anos 2000. A despeito da relevância que pode assumir na redução das desigualdades e, especialmente, na elevação da qualidade de vida das camadas mais pobres da população, esse tema é pouco conhecido e tem sido relativamente pouco estudado no País.

O Rio Grande do Sul é um dos poucos estados da federação na qual essa instituição do mercado de trabalho foi introduzida até agora — ao lado do Rio de Janeiro (em 2001), Paraná (em 2006), São Paulo (em 2007) e Santa Catarina (em 2010). Pelo fato de ter sido instituído há mais tempo, o Estado constitui um local privilegiado para estudar se e como o piso salarial regional contribui para a redução das desigualdades na estrutura de rendimentos.

Na primeira parte deste estudo, apresentam-se algumas considerações relativas ao conceito de relações de trabalho e mercado de trabalho, sistemas de relações laborais, o Estado e as principais instituições do mercado de trabalho e o seu papel na redução das desigualdades. A segunda parte está focada no salário mínimo, a terceira nos pisos salariais estaduais no Brasil e, finalmente, a quarta, na instituição, características e evolução do piso salarial regional no Rio Grande do Sul.

## Aspectos conceituais e teóricos

O salário mínimo e os pisos salariais estaduais são instituições da área das relações de trabalho e do mercado de trabalho. O conceito de **relações de trabalho** é definido por Kaufman (2004) como comportamentos, produtos, práticas e instituições que emanam do — e que afetam o — emprego. Isso inclui o processo de produção, a relação de emprego e um conjunto de instituições sociais, tais como o mercado de trabalho, o mercado de produtos, as organizações que contêm e coordenam o processo de produção e os atores coletivos. O estudo das relações de trabalho inclui, igualmente, os

elementos que afetam esse tipo de interações sociais, tais como: os aspectos sociais gerais (a cultura, as classes sociais, a ética, as ideologias e aspectos históricos); a ciência e a tecnologia; o Estado-nação; e as normas que definem as relações entre os atores sociais. As normas que orientam as relações entre os atores no mercado de trabalho são particularmente importantes, pois elas definem as características mais gerais (ou a natureza) de um sistema de relações de trabalho.

As relações de trabalho em um país podem ser percebidas como um sistema, ou seja, como um todo compreensivo de elementos inter-relacionados (DUNLOP, 1993). Esse sistema é composto de atores, contextos, ideologia e normas. Os atores interagem sob a influência de determinados contextos — que incluem a tecnologia, os mercados e a distribuição do poder na sociedade em geral —, e essa relação envolve, igualmente, ideologias, as quais contribuem para definir os papéis dos atores, bem como para integrar o sistema. O produto de um sistema de relações de trabalho constitui uma rede de normas que governam a relação de emprego e as demais relações entre os agentes do mundo do trabalho. Mudanças no ambiente, no relacionamento entre os atores ou nos entendimentos compartilhados pelos mesmos podem afetar as normas do sistema ou até mesmo o sistema como um todo (HORN; COTANDA; PICHLER, 2011).

Um aspecto crucial no estudo das relações de trabalho é o papel desempenhado pelo Estado na sua regulação. Em termos típico-ideais, poderíamos identificar situações polares. Em um extremo está o caso em que a intervenção do Estado nas interações entre patrões e empregados é tão extensa a ponto de subordinar completamente capital e trabalho. Em outro, ao contrário, o envolvimento do Estado nessas relações é mínimo, sendo que as partes regulam suas relações diretamente (DUNLOP, 1993). No primeiro caso, predomina a lei enquanto método de regulação, ao passo que, no segundo, preponderam as negociações coletivas. Podem-se, a partir disso, identificar dois modelos básicos de relações de trabalho: o **estatutário**<sup>1</sup> e o **pluralista**<sup>2</sup>. O **modelo estatutário** caracteriza-se pela predominância da regulação estatal das relações de trabalho. A principal fonte dos direitos de trabalho é a legislação. As determinações estabelecidas em negociações coletivas são suplementares à lei — quando não praticamente ausentes do cenário (ou da prática) das relações de trabalho. Nas variantes autoritárias desse tipo de modelo — que se consubstanciam no modelo corporativista estatal —, o Estado coloca restrições à ação dos sindicatos de trabalhadores, bem como, embora em menor grau, à ação das entidades representativas de empregadores. O conflito entre capital e trabalho não é tolerado e tende a ser reprimido (CELLA; TREU, 1991; FASHOYIN, 1991; HÉTHY,

<sup>1</sup> Esse tipo de relações de trabalho também é denominado como **modelo europeu** (LUCIFORA, 2000).

<sup>2</sup> Também denominado de **modelo anglo-saxão** (LUCIFORA, 2000).

1991). No **modelo pluralista**, ao contrário, as negociações coletivas são as principais fontes de direitos trabalhistas. Aqui, a legislação tem por objetivo estimular e dar suporte às formas de estabelecimento conjunto de normas trabalhistas (DUNLOP, 1993; WINDMULLER, 1987; CELLA; TREU, 1991). Esses sistemas também são conhecidos como modelos de relações industriais baseados na negociação coletiva (*collective bargaining based industrial relations systems*).

O Estado, enquanto ator em um sistema de relações de trabalho, desempenha distintos papéis. De acordo com Bean (1991) em primeiro lugar, o Governo age como um *tertius*, fixando as normas gerais (ou as regras do jogo) que devem ser obedecidas por patrões e empregados nas suas interações. Em segundo, o Estado estabelece as normas substantivas que regulam os padrões mínimos do emprego, incluindo saúde, segurança, jornada de trabalho e salários. Em terceiro, o Estado estabelece os serviços de conciliação, mediação e arbitragem, de modo a facilitar a resolução de conflitos trabalhistas. Em quarto está o seu papel enquanto empregador. Essa função é maior ou menor dependendo do tamanho de seu envolvimento na economia. Finalmente, em quinto lugar está o papel do Governo como regulador de rendas.

O **mercado de trabalho**, por sua vez, pode ser definido, de acordo com Salamon (1998), como o modo pelo qual o trabalho é distribuído em uma sociedade. Isso envolve duas questões inter-relacionadas, notadamente, o nível e a distribuição dos **rendimentos**, por um lado, e o nível, a distribuição e a estrutura do **emprego**, por outro. As abordagens econômicas convencionais do mercado de trabalho se concentram no papel dos salários, entendidos como mecanismos de regulação da oferta e procura do trabalho, bem como no efeito dos mesmos sobre a inflação e o emprego. A literatura adverte, no entanto, que o livre intercâmbio de demanda, oferta e preços no mercado de trabalho, baseado na maximização dos resultados da competição individual — que é o pressuposto das teorias convencionais —, não existe na realidade (SALAMON, 1998). Na prática as decisões dos indivíduos e organizações, dentro dos diferentes mercados de trabalho, são constrangidas pelas instituições do mercado de trabalho, as quais se expressam em normas e regulações formais e em costumes e práticas sociais.

Estudos demonstram que instituições do mercado de trabalho podem afetar a operação do “livre mercado” e, em particular, a formação dos salários e da estrutura das remunerações em uma economia, alterando o efeito das forças do mercado pela via da imposição de restrições e do estabelecimento de incentivos para trabalhadores e firmas envolvidos no processo de formação dos salários (LUCIFORA, 2000; SALAMON, 1998). Dentre as instituições mais relevantes estão o **poder sindical** (expresso nas taxas de sindicalização e nas formas de participação dessas entidades na tomada de decisões existentes em uma sociedade), a **estrutura das negociações co-**

**letivas** (o grau de centralização e de cobertura das mesmas) e, principalmente, a **regulação salarial governamental** (como é o caso do salário mínimo e dos pisos salariais estaduais). Lucifora (2000) afirma que essas instituições e, especialmente, o salário mínimo<sup>3</sup> — podem afetar particularmente as camadas mais baixas da estrutura salarial (o *low-wage employment*), em função da redução da dispersão salarial que podem promover. De acordo com Salamon (1998), até mesmo os empregadores não se pautam sempre pelo “livre mercado”. Estes, ao fixar a remuneração dos trabalhadores, frequentemente levam em consideração questões como a manutenção dos melhores empregados nas suas empresas e/ou estabelecem estratégias de atração dos melhores quadros existentes no mercado.

Um dos instrumentos mais eficazes para proteger e reduzir o tamanho dessas camadas mais baixas da estrutura social é o salário mínimo — ao qual se poderiam acrescentar os pisos salariais estaduais<sup>4</sup>. As autoridades governamentais podem, assim, desempenhar um papel importante na redução das desigualdades e, por conseguinte, na elevação do padrão de vida dos mais pobres apoiando e promovendo as instituições do mercado de trabalho.

O Estado constitui, portanto, um importante elemento que afeta o funcionamento do mercado de trabalho e das relações trabalhistas. De fato, os governos têm o poder de determinar, através da legislação, uma série de aspectos, tais como a idade de entrada e a de saída dos indivíduos no mercado de trabalho, bem como a regulação dos termos pelos quais os indivíduos devem ser empregados. Há, no entanto, uma diversidade de orientação e profundidade de intervenção nesse mercado, a qual deriva dos valores (ou da orientação política) dos governos e dos modelos de relações laborais existentes nas diversas sociedades. Por exemplo, em alguns casos — como o dos países anglo-saxões —, os governos procuram a desregulamentação dos mercados de trabalho, ao passo que outros adotam uma postura mais intervencionista com vistas ao planejamento de longo prazo (SALAMON, 1998). Dentro desse último grupo estão os modelos europeus e, como veremos abaixo, o caso brasileiro.

As características atuais do sistema brasileiro de relações de trabalho são, parcialmente, herdadas do modelo estabelecido nos anos 30 — que é classificado, pela literatura especializada, como corporativista estatal ou corporativista autoritário (CAMARGO, 1992; ERICKSON, 1979; FAUSTO, 1995; FIORI, 1986; MERICLE, 1974; RODRIGUES, 1990; WEFFORT, 1978 e ou-

---

<sup>3</sup> Incluindo aqui os pisos salariais estaduais.

<sup>4</sup> De acordo com Lucifora (2000), a hipótese de que a dispersão de qualificações profissionais determina as diferenças dos rendimentos não é confirmada pelos testes realizados com os dados empíricos.

tros). Nos anos 80, um novo modelo<sup>5</sup> foi estabelecido — ou, segundo outros autores, uma reforma do modelo antigo foi realizada. O sistema atual se diferencia do anterior, fundamentalmente, pelo aumento da autonomia dos atores no mercado de trabalho — em relação ao Estado — e pelo fortalecimento da barganha coletiva como método de estabelecimento de normas que regulam as relações de emprego. Nesse sentido, o modelo brasileiro adquiriu traços pluralistas. Do passado, a constituição de 1988 preservou o caráter estatutário, que tem expressão na extensa regulação das relações de trabalho pela via da legislação trabalhista. A Constituinte de 1988 preservou, pois, um extenso papel do Estado na regulação dos salários e outras condições de trabalho.

No sistema brasileiro de relações de trabalho e emprego, o Estado possui um amplo poder para alterar, em conjunto com as associações representativas dos interesses de patrões e empregados, a estrutura salarial e, em particular, para reduzir a dispersão salarial e a incidência de baixas remunerações. Dentre os instrumentos institucionais disponíveis estão o salário mínimo e os pisos salariais estaduais, as leis contra a discriminação de grupos sociais e a extensão obrigatória das condições estabelecidas nos acordos coletivos para o conjunto da força de trabalho de uma dada categoria profissional em uma base territorial. Além da ação do poder público, mudanças na estrutura das remunerações podem ser introduzidas pela via da ação sindical — através do estabelecimento dos pisos salariais negociados entre patrões e empregados e pelas restrições que podem estabelecer à ação dos administradores nas empresas. O salário mínimo e a ação sindical não são, necessariamente, mutuamente excludentes, pois os valores dos mesmos podem ser estabelecidos pelo Estado com base em consulta prévia com as organizações representativas de patrões e empregados.

## O salário mínimo

Dentre os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição de 1988 estão os Direitos Sociais, itens IV e V do Artigo 7º, que garantem aos trabalhadores o salário mínimo e o piso salarial. O salário mínimo constitui o menor valor monetário que, por força de lei ou de contratação coletiva, pode ser pago aos trabalhadores em determinada região e período. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define o salário mínimo como a remuneração que se situa no piso da estrutura salarial e serve para proteger os trabalhadores inseridos na base da distribuição salarial, os mais vulneráveis no mercado de trabalho (ILO, 2008). A forma de estabelecimento do valor do salário mínimo varia de acordo com o modelo de relações de trabalho

---

<sup>5</sup> O novo modelo é classificado como “legislado” por Noronha (1998) ou como “estatutário de barganha” por Pichler (2009).

prevalente. Em algumas sociedades — como é o caso da nossa —, o salário mínimo é estabelecido em lei pelo Governo. Já em outras realidades, o seu valor ou é fixado pelas partes em negociações tripartites — em que participam representantes de trabalhadores, de empregadores e do governo —, ou é estabelecido por contratação coletiva — em que participam representantes dos trabalhadores e empresas (DIEESE, 2010).

Já se frisou, acima, que o salário mínimo e o piso salarial são instituições do mercado de trabalho que podem ser objeto de políticas públicas. Nesse sentido, constituem uma interveniência nas leis do mercado. Manifestam, em outras palavras, uma “[...] dimensão ética ou moral na formação dos preços (por meio da introdução de um limite ao preço da força de trabalho), uma vez que se baseiam em critérios políticos de atribuição do valor do trabalho e das condições razoáveis de vida em determinada sociedade [...]” (DIEESE, 2010).

O salário mínimo desempenha várias funções no Brasil. Dentre elas estão: (a) servir de proteção às categorias mais vulneráveis do mercado de trabalho, especialmente aos “perdedores da barganha salarial”; (b) combater a pobreza; (c) diminuir as desigualdades salariais segundo atributos pessoais; (d) balizar os salários de ingresso no mercado de trabalho; (e) servir de referência para os baixos rendimentos do trabalho em geral; (f) organizar a escala de remunerações; (g) inibir a rotatividade; (h) reduzir as diferenças entre as regiões e dinamização econômica; e (i) servir de piso para os benefícios da Seguridade Social (DIEESE, 2010).

No Brasil, o salário mínimo convive com mais dois tipos de patamares mínimos de remuneração dos trabalhadores: os pisos estabelecidos por padrões e empregados em negociação coletiva e os pisos salariais estaduais. Ambas as modalidades têm amparo legal no Item 5º do Artigo 7º da Constituição Federal de 1988. Os pisos contratados tendem a fixar níveis de remuneração superiores ao salário mínimo, fato que se reflete nas faixas salariais superiores nos segmentos ou empresas em que forem estabelecidos. Os pisos negociados contribuem para reduzir o leque salarial das empresas, servem para refrear os níveis de rotatividade da mão de obra e contribuem para elevar a massa salarial na economia (DIEESE, 2010).

## Os pisos salariais estaduais

A segunda modalidade de patamar mínimo de remuneração dos trabalhadores existente no Brasil é o **piso salarial estadual**. A autorização para a criação desse tipo de pisos foi estabelecida na Lei Complementar n. 103 de 14 de julho de 2000 (BRASIL, 2000) pelo Congresso Nacional. A lei está em conformidade com o inciso V do artigo 7º da Constituição Federal, que prevê essa possibilidade.

Na Lei Complementar, o Governo Federal autoriza os Governos dos Estados, caso o considerem oportuno, a enviar projetos de lei às respectivas assembleias legislativas para instituir níveis de remuneração superiores ao salário mínimo nacional. Essa legislação foi estabelecida em um período em que fortes ajustes fiscais e cortes orçamentários nas despesas correntes e de capital estavam sendo realizados pelo Governo (DIEESE, 2010). Naquele período, as autoridades federais argumentavam que aumentos maiores do salário mínimo poderiam comprometer as contas da Previdência Social e impactar negativamente no orçamento dos Governos estaduais e prefeituras. Para contornar esses problemas, as autoridades federais abriram a possibilidade, através da Lei Complementar nº 103, de as unidades da Federação mais afluentes estabelecerem patamares mais elevados de remuneração.

Nos comentários do Supremo Tribunal Federal (STF) anexos à Lei Complementar nº 103, consta que a iniciativa governamental não tem por objetivo regionalizar o salário mínimo, uma vez que este, nacionalmente unificado, continuará sendo fixado em lei federal, como prescreve a Carta Magna. Com a legislação fica apenas possibilitado que haja pisos estaduais acima do mínimo nacional, caso as unidades da Federação julguem que suas condições socioeconômicas o permitam. Ou seja, o piso estadual é uma outra instituição do mercado de trabalho, a qual abre a possibilidade de estabelecer políticas públicas de redução das desigualdades e promoção social.

A Lei Complementar nº 103 restringe a aplicação do piso. Ele é autorizado para os empregados que não tenham um patamar mínimo de remuneração definido em lei federal, em convenção ou em acordo coletivo de trabalho (Artigo 1º). Ela exclui, também, do benefício os empregados públicos municipais (Artigo 1, Parágrafo 1º, Item II). A lei abriu, no entanto, a possibilidade de estender o piso aos empregados domésticos (Artigo 1, Parágrafo 2º).

Até o ano de 2010, apenas os estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (ambos no ano de 2001), Paraná (em 2006), São Paulo (em 2007) e Santa Catarina (em 2010) instituíram pisos estaduais. Outras iniciativas nesse sentido estão sendo adotadas no Distrito Federal e no Espírito Santo (DIEESE, 2010).

As leis estaduais que regulam a matéria têm em comum vários aspectos. Dentre os mesmos se destacam: (1) a definição de vários valores de piso — que variam de 4 a 9, dependendo da unidade da federação — para conjuntos relativamente amplos de categorias; (2) a vigência anual do valor dos pisos; (3) a correção anual dos valores dos pisos por legislação estadual específica; (4) a inclusão dos empregados domésticos. Dentre as diferenças entre as legislações estaduais estão: (1) o número e o tipo de categorias ou ocupações incluídas; (2) os valores dos pisos; e, finalmente, (3) as datas-base (DIEESE, 2010).



A instituição e a revisão anual dos valores dos pisos envolvem, em todos os estados, negociações ou algum tipo de articulação entre os executivos estaduais e representantes de trabalhadores e empregadores. Via de regra, participam as Centrais Sindicais, bem como comissões ou conselhos estaduais de emprego e renda, e a Assembléia Legislativa (DIEESE, 2010).

Cabe destacar, finalmente, que, em termos de ocupações abrangidas pelas legislações estaduais, nos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo os segmentos da atividade econômica abrangidos sofreram poucas alterações. No Rio de Janeiro e no Paraná, no entanto, ocorreram revisões significativas (DIEESE, 2010).

## O piso salarial no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, o piso salarial foi instituído pela Lei Estadual nº 11.647 em 15 de julho de 2001 (RIO GRANDE DO SUL, 2001). Nas justificativas enviadas pelo Governo estadual à Assembleia Legislativa, o piso é retratado como um instrumento de políticas públicas sociais que tem por objetivo a redução da desigualdade social. As autoridades estaduais informaram que a decisão de instituir os pisos salariais foi antecedida de “cuidadosa análise das condições da economia gaúcha” e que a “definição dos valores dos pisos para as diferentes categorias foi precedida do debate e da consulta às entidades representativas dos trabalhadores e dos empresários”. O documento não fornece detalhes sobre os critérios adotados para a definição de valores e tampouco para a escolha das categorias de trabalhadores abrangidas. O Governo estadual estimou, naquele ano, em 550 mil o número de trabalhadores gaúchos a serem beneficiados pela medida<sup>6</sup>. No entender das autoridades, o acréscimo na renda decorrente da aplicação da lei iria irrigar a economia e estimular o consumo.

A Lei Estadual nº 11.647 de 2001 estabeleceu quatro faixas de piso. Cada faixa incluiu os grupos de trabalhadores gaúchos discriminados no Quadro 1 abaixo:

---

<sup>6</sup> A justificativa não explicita a metodologia usada para se chegar a esse número.

Quadro 1

## Faixas e categorias estabelecidas na legislação

FAIXAS	CATEGORIAS
I	Agricultura e pecuária;
	Indústrias extrativas
	Empresas de pesca
	Empregados domésticos
	Turismo e hospitalidade
	Construção civil
	Indústrias de instrumentos musicais e brinquedos
	Estabelecimentos hípicos
II	Indústria do vestuário e calçados
	Indústrias de fiação e tecelagem
	Indústrias de artefatos de couro
	Indústrias do papel, papelão e cortiça
	Empresas distribuidoras e vendedoras de jornais e revistas e empregados em bancas, vendedores ambulantes de jornais e revistas
	Empregados da administração das empresas proprietárias de jornais e revistas
	Empregados em estabelecimentos de serviços de saúde
III	Indústrias do mobiliário
	Indústrias químicas e farmacêuticas
	Indústrias cinematográficas
	Indústrias da alimentação
	Empregados no comércio em geral
	Empregados de agentes autônomos do comércio
IV	Indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
	Indústrias gráficas
	Indústrias de vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana
	Indústrias de artefatos de borracha
	Empregados em empresas de seguros privados e capitalização e de agentes autônomos de seguros privados e de crédito
	Empregados em edifícios e condomínios residenciais, comerciais e similares
	Indústrias de joalheria e lapidação de pedras preciosas

As quatro faixas estabelecem valores de piso diferentes e superiores, sucessivamente, da primeira à última. Na Tabela 1, abaixo, estão discriminados os valores dos pisos, por faixa, ano a ano, desde 2001, no Rio Grande do Sul.

Tabela 1

Leis estaduais, faixas do piso salarial, salário mínimo nacional nominal e diferenças entre a Faixa I do piso salarial regional e o salário mínimo nacional no RS — 2001-10

ANOS	LEIS	FAIXAS (R\$)				VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL (R\$)	DIFERENÇA SALÁRIO MÍNIMO / PISO FAIXA I (%)
		I	II	III	IV		
2001	11.647	230,00	235,00	240,00	250,00	180,00	27,8
2002	11.787	260,00	266,00	272,00	283,00	200,00	30,0
2003	11.903	312,00	319,20	326,40	339,60	240,00	30,0
2004	12.099	338,00	345,80	353,60	367,90	260,00	30,0
2005	12.283	374,67	383,32	391,96	407,81	300,00	24,9
2006	12.509	405,95	415,33	424,69	441,86	350,00	16,0
2007	12.713	430,23	440,17	450,09	468,28	380,00	13,2
2008	(1)-	477,40	488,40	499,40	519,20	415,00	15,0
2009	13.189	511,29	523,07	534,85	556,06	465,00	10,0
2010	13.480	546,57	559,16	571,75	594,42	510,00	7,2

FONTE: Legislação piso salarial regional RS 2001 a 2010 (RIO GRANDE DO SUL, 2001).

(1) Valor obtido em "Salário Mínimo: instrumento de combate à desigualdade" (DIEESE, 2010).

A análise da evolução dos valores das diferentes faixas do piso regional ao longo da década revela algumas peculiaridades. Em primeiro lugar, comparando as distâncias dos valores das faixas no tempo, percebe-se que, em 2010, a distância entre o piso maior e o menor era de 8,8% (Tabela 2). Essa diferença se manteve praticamente inalterada ao longo da década. As distâncias entre as Faixas I e II era de 2,3%, entre as Faixa II e III era de 2,3% e entre as Faixas III e IV era de 4,0%. Ao longo dos anos 2000, praticamente nenhuma alteração se percebe nas diferenças entre as faixas, sendo que as pequenas diferenças devem ser decorrentes de arredondamentos.

Tabela 2

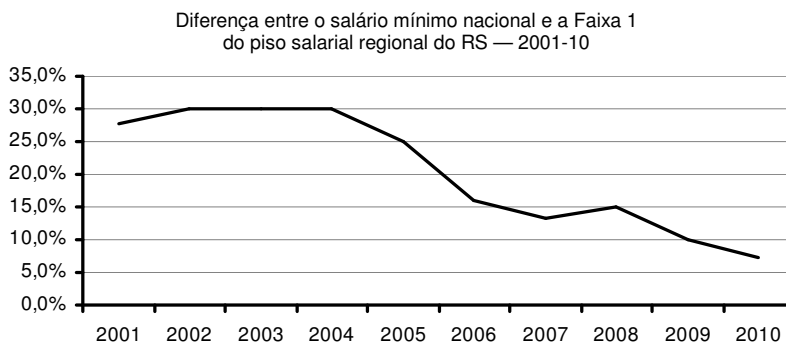
Distâncias entre os valores das faixas salariais regionais no RS — 2001-10

ANOS	DISTÂNCIAS ENTRE FAIXAS (%)			
	I a II	II a III	III a IV	I a IV
2001	2,2	2,1	4,2	8,7
2002	2,3	2,3	4,0	8,8
2003	2,3	2,3	4,0	8,8
2004	2,3	2,3	4,0	8,8
2005	2,3	2,3	4,0	8,8
2006	2,3	2,3	4,0	8,8
2007	2,3	2,3	4,0	8,8
2008	2,3	2,3	4,0	8,8
2009	2,3	2,3	4,0	8,8
2010	2,3	2,3	4,0	8,8

FONTE: Legislação piso salarial regional RS 2001 a 2010 (RIO GRANDE DO SUL, 2001).

Em segundo lugar, a comparação da variação dos valores da primeira faixa do piso estadual com o valor nominal do salário mínimo nacional mostra que a distância do primeiro em relação ao segundo atingiu 7,2% em 2010 (Tabela 1 e Gráfico 1). Em 2001, a diferença era bem maior, tendo atingido 27,8%. Em 2002, a distância aumentou para 30,0% e assim permaneceu até 2004. Nos anos subsequentes, verificou-se uma gradual diminuição dessa diferença.

Gráfico 1



FONTE: Legislação piso salarial regional RS 2001 a 2010 (RIO GRANDE DO SUL, 2001).

A redução da distância entre o salário mínimo nacional e o valor da primeira faixa do piso estadual deveu-se à diferença de valorização verificada entre as duas variáveis. Considerando apenas os valores nominais, percebe-se que a primeira aumentou em 203% no período, ao passo que a segunda, em 165%.

Outro aspecto que merece a atenção refere-se aos grupos abrangidos pela legislação. Em 2010, o total de categorias com direito ao benefício era de 34 no Rio Grande do Sul. As Faixas I e II abrangem nove categorias cada; a Faixa III, seis categorias; e a IV, 10 grupos.

O total de categorias abrangidas pela legislação sofreu um acréscimo da ordem de 20% com a inclusão de seis novos grupos durante a década passada. O primeiro acréscimo ocorreu em 2002, com a entrada dos “auxiliares em administração escolar” na Faixa IV. Uma nova ampliação se verificou no ano de 2005, com a inclusão dos “empregados motociclistas no transporte de documentos e pequenos volumes” (*motoboys*) na Faixa I. Mais um aumento ocorreu em 2008 com a entrada dos “empregados em serviços de asseio, conservação e limpeza” na Faixa II. Finalmente, o ano de 2009 registrou a inclusão de mais três categorias, uma na Faixa II (“empregados em empresas de telecomunicação, telemarketing, *call centers*, operadoras de voz sobre identificação e protocolo, TV a cabo e similares”) e

mais duas na Faixa IV, notadamente, os “empregados em entidades culturais, recreativas, de assistência social, de orientação e formação profissional” e os “marinheiros fluviais de convés, marinheiros fluviais de máquinas, cozinheiros fluviais, taifeiros fluviais, empregados em agências de navegação, empregados em terminais de contêineres e mestres e encarregados em estaleiros”. Note-se que a Faixa IV foi a que maior número de categorias novas incluiu.

## Considerações finais

Nas considerações teóricas apresentadas na primeira parte deste texto, definem-se os conceitos de relações de trabalho e mercado de trabalho e se apresentam, de forma esquemática, os principais modelos típico-ideais de relações laborais existentes nas sociedades capitalistas industrializadas e as mais importantes instituições do mercado de trabalho. Com base na literatura especializada, mostra-se que, nas sociedades em que o Estado desempenha um papel mais intervencionista no mercado e nas relações de trabalho — como é o caso brasileiro —, o foco da ação das políticas públicas recai sobre a estrutura dos rendimentos e, em particular, sobre a dispersão salarial. O principal problema para as autoridades governamentais constitui o *low-wage employment*, ou seja, os segmentos do mercado de trabalho com as menores remunerações.

Destaca-se, como outro ponto importante, que a regulação salarial governamental e a ação sindical constituem as principais instituições que favorecem a redução das desigualdades salariais no mercado de trabalho. O salário mínimo (e, por conseguinte os pisos salariais estaduais porque cumprem a mesma função) é considerado um dos instrumentos mais eficazes para a promoção das camadas sociais que se encontram na base da estrutura salarial (o “*low-wage employment*”). Já os sindicatos tendem, igualmente, a contribuir, com sua ação — pela via das negociações coletivas de trabalho e pela sua participação em diferentes foros —, para uma redução das desigualdades.

Por fim, salienta-se que, não obstante o salário mínimo exista como instituição no sistema brasileiro de relações de trabalho desde os anos 1940, a possibilidade de estabelecer pisos salariais estaduais foi estabelecida pelo Governo Federal apenas no ano de 2000. O Rio Grande do Sul foi, junto com o Rio de Janeiro, um dos primeiros estados a instituir (em 2001) esse instrumento de política pública regional no País. Desde o começo da década passada, 34 categorias profissionais foram beneficiadas por esse direito na economia gaúcha. A esse total foram acrescentados mais seis grupos ao longo dos anos 2000. Os reajustes dos valores do piso seguiram o mesmo padrão durante a década, de modo que as distâncias dos valores

nominais de cada faixa do piso permaneceram estáveis. Observa-se, no entanto, um aumento na distância entre a menor faixa do piso e o salário mínimo, fato que se deve à grande valorização experimentada pelo salário mínimo nacional, especialmente durante o Governo iniciado em 2003.

## Referências

BEAN, R.. **Comparative industrial relations**: an introduction to cross-national perspectives. London: Routledge, 1991.

BRASIL. **Lei Complementar n. 103, de 14 de julho de 2000**. Autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7. da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp103.htm)>. Acesso em: 22 de maio de 2013.

CAMARGO, A.. A federação acorrentada: nacionalismo desenvolvimentista e instabilidade democrática. In: REUNIÃO ANNUAL DA ANPOCS, 16, 1992, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1992.

CELLA, G. P.; TREU, T.. Relações industriais: temas e problemas. **Negociação e Contrato Coletivo de Trabalho**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 11-20, 1991.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Salário mínimo**: instrumento de combate à desigualdade. São Paulo: DIEESE, 2010.

DUNLOP, J. T.. **Industrial relations systems**. Boston: Harvard Business School, 1993.

ERICKSON, K. P.. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FASHOYIN, T.. Recent trends in industrial relations research and theory in developing countries. In: ADAMS, R. J.. **Comparative industrial relations**: contemporary research and theory. London: Harper Collins, 1991. P. 109-123.

FAUSTO, B.. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

FIORI, J. L.. **A crise do Estado desenvolvimentista no Brasil**: uma hipótese preliminar. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986.

HÉTHY, L.. Industrial relations in Eastern Europe: recent development and trends. In: ADAMS, R. J.. **Comparative industrial relations: contemporary research and theory**. London: Harper Collins, 1991. P. 124-139.

HORN, C. H.; COTANDA, F. C.; PICHLER, W. A.. John T. Dunlop e os 50 Anos do Industrial Relations Systems. **DADOS — Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 1047-1070, 2009.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). **Global Wage Report 2008/2009**. Genebra, 2008.

KAUFMAN, B. E.. **Theoretical perspectives on work and the employment relationship**. Ithaca: Cornell University, 2004.

LUCIFORA, C.. Wage inequalities and low pay: the role of labour market institutions. In: GREGORY, M. (Ed.); SALVERDA, W. (Ed.); BAZEN, S. (Ed.). **Labour market inequalities: problems and policies of low wage employment in international perspective**. Oxford: OUP, 2000.

MERICLE, K. S.. **Conflict regulation in the Brazilian industrial relations system**. 1974. Tese (Doutorado) - University of Wisconsin, 1974.

NORONHA, E. G.. **O modelo legislado de relações de trabalho e seus espaços normativos**. 1998. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 1998. Mimeografado.

PICHLER, W. A.. **Changing Industrial Relations in Brazil: developments in collective bargaining in Rio Grande do Sul, 1978-1991**. Saarbrücken: VDM Verlag, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual n. 11.647, de 15 de julho de 2001**. Institui Pisos Salariais no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, para as categorias profissionais que menciona, com fundamento na Lei Complementar n. 103, de 14 de julho de 2000, e dá outras providências. Disponível em:

<[http://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/legislacao/lei/estadual/lei\\_rs\\_2001\\_11647.pdf](http://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/legislacao/lei/estadual/lei_rs_2001_11647.pdf)>. Acesso em: 22 de maio de 2013.

RODRIGUES, I. J.. **Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria**. Rio de Janeiro: Cortez, 1990.

SALAMON, M.. **Industrial relations: theory and practice**. London: Prentice Hall, 1998.

WEFFORT, F. C.. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WINDMULLER, J. P.. Comparative study of methods and practices. In: GLADSTONE, A. (Ed.). **Collective bargaining in industrialised market economies: a reappraisal**. Geneva: ILO, 1987. P. 3-159.





# **Uma análise exploratória da desigualdade salarial em categorias selecionadas de trabalhadores da Região Metropolitana de Porto Alegre: 2001-10**

*Raul Luís Assumpção Bastos*

*Economista, Pesquisador da FEE*

## **1 Introdução**

O objetivo deste estudo é o de analisar de forma exploratória a desigualdade salarial em categorias selecionadas de trabalhadores da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) no período 2001-10.

Reconhecendo-se que a desigualdade de rendimentos do trabalho é uma das características relevantes do mercado de trabalho brasileiro, o propósito deste estudo é o de investigar a sua evolução em quatro categorias selecionadas de assalariados com registros formais na RMPA — trabalhadores das indústrias metal-mecânica, de vestuário, artefatos de tecidos e calçados, do comércio e dos empregados domésticos. A escolha dessas categorias de trabalhadores assalariados se deve ao fato de que elas estão incluídas na Lei dos Pisos Salariais do Estado do Rio Grande do Sul, que vigora desde julho de 2001 (MARQUES; FABRIS; SCHNEIDER, 2006). Nesse sentido, pretende-se apresentar evidências empíricas sobre a desigualdade salarial dessas categorias em um ambiente no qual foi adotada uma forma de regulação institucional dos salários, representada pela Lei dos Pisos Salariais. O trabalho é orientado no sentido de procurar identificar a evolução da desigualdade salarial no período e se há (ou não) indicações de que esta esteve associada à implementação dessa forma de regulação salarial.

O estudo assume a compreensão de que as instituições — como as normas de fixação de salários mínimos pelas autoridades governamentais e os sindicatos — podem contribuir para reduzir as desigualdades salariais e melhorar o padrão de vida dos trabalhadores, principalmente daqueles localizados na base da estrutura salarial (DINARDO; FORTIN; LEMIEUX, 1996; LUCIFORA, 2000; LUCIFORA; SALVERDA, 2009). Em outras palavras, a presença dessas instituições no mercado de trabalho, se concebida e orien-

tada de maneira apropriada, pode constituir-se em elemento favorável à redução da dispersão dos salários por meio da melhora relativa daqueles que estão inseridos próximos da base da estrutura salarial.

Este estudo encontra-se assim organizado: após esta breve **Introdução**, a seção 2 apresenta as características básicas dos empregados das categorias selecionadas na RMPA no período sob análise; a seção 3 examina a trajetória da desigualdade salarial dessas categorias, procurando verificar se existem elementos que possam associá-la com a Lei dos Pisos Salariais no período 2001-10; por último, nas **Considerações finais**, estão resumidos os aspectos mais relevantes das evidências empíricas proporcionadas pelo trabalho.

## 2 Características básicas das categorias selecionadas de trabalhadores assalariados

Para a realização deste estudo, as categorias de trabalhadores assalariados foram selecionadas respeitando os seguintes critérios: (i) estarem incluídas na Lei dos Pisos Salariais do Estado do Rio Grande do Sul, instituída em julho de 2001; e (ii) terem amostra de tamanho suficiente na base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) que permitisse a construção dos indicadores relevantes para a análise da desigualdade salarial no período 2001-10. Tendo por referência esses critérios, foram selecionadas as quatro categorias de trabalhadores assalariados descritas no Quadro 1. Conforme se pode constatar, há uma correspondência integral entre a Lei dos Pisos Salariais e a base de dados da PED-RMPA quanto à delimitação das categorias de trabalhadores do comércio e aos empregados domésticos, enquanto, entre aqueles das indústrias metalúrgica e mecânica e de vestuário, artefatos de tecidos e calçados, assume-se que se estão utilizando aproximações entre a delimitação legal e a base de dados.

Quadro 1

Categorias de trabalhadores selecionadas da Lei dos Pisos Salariais no Rio Grande do Sul e sua correspondência na base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego

LEI DOS PISOS SALARIAIS	BASE DE DADOS DA PED
Trabalhadores das indústrias metalúrgica, mecânica e de material elétrico	Trabalhadores das indústrias metalúrgica e mecânica
Trabalhadores das indústrias do vestuário e do calçado	Trabalhadores das indústrias do vestuário, artefatos de tecidos e calçados
Trabalhadores do comércio em geral	Trabalhadores do comércio de mercadorias, atacadista e varejista
Empregados domésticos	Empregados domésticos

FONTE: Lei n. 11.647, de 15 de julho de 2001, que instituiu os Pisos Salariais no Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Manual da Estrutura da Base Modificada da PED-RMPA (MANUAL ..., 1998).

Dando início à apresentação das características básicas dessas categorias de trabalhadores assalariados na RMPA, pode-se constatar que a indústria metal-mecânica<sup>1</sup> evidenciou um desempenho favorável do nível de emprego, tendo o seu contingente se elevado de 59 mil em 2001 para 75 mil em 2010, o que correspondeu a uma taxa de variação positiva de 27,1% (Tabela 1). Em sentido distinto, na indústria de vestuário, artefatos de tecidos e calçados, o emprego declinou de 80 mil em 2001 para 66 mil em 2010, o que representou uma taxa de variação negativa de 17,5%. Uma interpretação tentativa de desempenhos tão distintos do nível de emprego dessas indústrias está vinculada à maior intensidade da concorrência internacional a que está exposta a indústria de vestuário, artefatos de tecidos e calçados, o que teria tido efeitos adversos sobre o emprego em suas atividades.

<sup>1</sup> Doravante, para propósitos de redação, as indústrias metalúrgica e mecânica serão referidas como metal-mecânica.

Tabela 1

Empregados das indústrias metal-mecânica, de vestuário, artefatos de tecidos e calçados e do comércio e empregados domésticos, segundo registro em carteira de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10

(1.000 pessoas)

DISCRIMINAÇÃO	METAL-MECÂNICA			VESTUÁRIO, ARTEFATOS DE TECIDOS E CALÇADOS		
	Com Carteira	Sem Carteira	Total	Com Carteira	Sem Carteira	Total
2001	52	7	59	69	11	80
2002	54	6	60	59	8	67
2003	52	6	57	57	8	65
2004	57	6	62	54	9	63
2005	62	6	68	68	7	75
2006	61	5	66	65	10	75
2007	66	6	72	60	11	71
2008	70	6	76	59	11	70
2009	66	(1)-	71	53	9	62
2010	70	5	75	57	9	66
$\Delta\%$ 2010/2001	34,6	-28,6	27,1	-17,4	-18,2	-17,5

DISCRIMINAÇÃO	COMÉRCIO			EMPREGADOS DOMÉSTICOS		
	Com Carteira	Sem Carteira	Total	Com Carteira	Sem Carteira	Total
2001	115	28	143	52	55	107
2002	116	27	143	50	56	106
2003	120	27	147	47	56	103
2004	129	29	158	46	56	102
2005	140	28	168	46	54	100
2006	145	29	174	50	52	102
2007	150	25	175	49	56	105
2008	164	28	192	45	57	102
2009	174	25	199	47	55	102
2010	174	23	197	44	51	95
$\Delta\%$ 2010/2001	51,3	-17,9	37,8	-15,4	-7,3	-11,2

FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

O emprego no comércio foi aquele com a melhor *performance* entre as categorias selecionadas de assalariados da RMPA, o que é evidenciado pelo fato de o seu contingente ter passado de 143 mil em 2001 para 197 mil em 2010, bem como por sua taxa de variação ter atingido 37,8% (Tabela 1). Quanto aos empregados domésticos, o seu nível de emprego apresentou uma redução de 107 mil trabalhadores em 2001 para 95 mil em 2010, retração esta de -11,2%. No que diz respeito ao desempenho do emprego

no comércio, a interpretação proposta é a de que este se deveu ao fato de que parte importante do processo de crescimento econômico no período foi sustentada pela expansão do consumo das famílias, o que se refletiu positivamente na geração de oportunidades de trabalho no âmbito de suas atividades (OIT, 2011). No caso dos empregados domésticos, uma explicação possível do comportamento negativo do seu nível de emprego está associada ao fato de este ter sido um decênio de expansão do emprego no setor privado, particularmente aquele com registros formais<sup>2</sup>, o que pode ter atraído parcela dos trabalhadores que estavam engajados nos serviços domésticos para inserções de melhor qualidade no setor privado.

Pode-se dimensionar a importância quantitativa para o emprego total do setor privado da RMPA de três das categorias selecionadas de assalariados<sup>3</sup> por meio do Gráfico 1. Esse contingente de assalariados era de 282 mil em 2001 e de 338 mil em 2010, o que correspondia a proporções de 36,3% e de 34,1% do emprego total do setor privado; ou seja, são categorias de trabalhadores de peso inegável na estrutura do emprego metropolitano. Constata-se, também, que o ano de 2005 foi aquele em que a parcela relativa dessas três categorias no emprego total do setor privado se situou em seu maior patamar (37,2%), para posteriormente evidenciar um processo de declínio relativo, atingindo a sua menor proporção em 2010, o que denota, a partir de 2006, uma capacidade de absorção de mão de obra inferior à média do setor privado.

Conforme foi identificado por diversos estudos, uma das características relevantes do desempenho do mercado de trabalho na década em foco, tanto no País quanto na RMPA, foi a da geração de empregos com registros formais (CARDOSO Jr., 2007; CHAVES; KRELING; TONI, 2010; BORGES, 2011; ARANDIA, 2012). Esta característica é confirmada parcialmente entre as categorias selecionadas de assalariados (Tabela 1). Assim, pode-se constatar que o crescimento do contingente de assalariados na indústria metal-mecânica ocorreu exclusivamente por meio da expansão do emprego com carteira de trabalho assinada, pois nela o emprego sem carteira apresentou variação negativa. Situação distinta é a da indústria de vestuário, artefatos de tecidos e calçados, em que a redução do emprego em termos absolutos se deveu fundamentalmente à retração do trabalho assalariado com registros formais. No que se refere ao comércio, o nível de emprego com carteira teve uma *performance* muito vigorosa, a melhor entre as categorias analisadas, superior à média do próprio setor. Já entre os empregados domésticos, a queda do nível de emprego, no cotejo do início com o

---

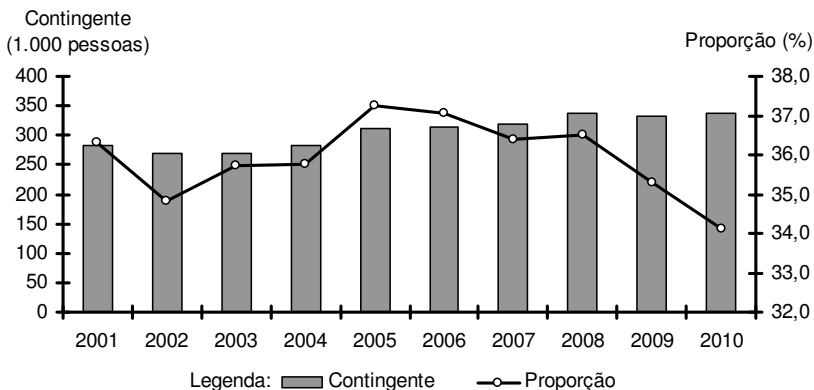
<sup>2</sup> A respeito da geração de emprego com registros formais na RMPA no período, ver Borges (2011) e Arandia (2012).

<sup>3</sup> Nesse caso, não se estão considerando os empregados domésticos, os quais não são classificados como trabalhadores do setor privado.

final do período, foi determinada, em maior medida, pela redução do estoque de assalariados com registros formais.

Gráfico 1

Empregados das indústrias metal-mecânica, de vestuário, artefatos de tecidos e calçados e do comércio na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10



FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Proporção de empregados de categorias selecionadas em relação ao emprego total do setor privado.

A distribuição do emprego entre as categorias selecionadas segundo a posse da carteira de trabalho assinada evidencia a predominância de relações de trabalho regulamentadas, à exceção dos empregados domésticos (Tabela 2). Na indústria metal-mecânica, a proporção de empregados com carteira de trabalho assinada elevou-se de 88,6% em 2001 para 92,8% em 2010, a qual correspondeu ao maior nível de formalização das relações de trabalho entre as categorias analisadas. Entre os empregados da indústria de vestuário, artefatos de tecidos e calçados, a parcela relativa de trabalhadores com carteira era de 86,5% em 2001, atingiu 90,3% em 2005 e declinou posteriormente, situando-se em 2010 em um nível praticamente idêntico ao do início da série. No comércio, a proporção de empregados com registros formais passou de 80,5% em 2001 para 88,2% em 2010, sendo esta a categoria de trabalhadores em que maior foi o avanço na formalização das relações de trabalho. Em situação distinta, entre os empregados domésticos não somente predominam trabalhadores sem registros formais, como também a parcela relativa daqueles com carteira evidenciou leve retração — de 48,5% em 2001 para 46,2% em 2010 —, o que revela uma situação de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho.

Tabela 2

Distribuição do emprego nas indústrias metal-mecânica, de vestuário, artefatos de tecidos e calçados, do comércio e empregados domésticos, segundo registro em carteira de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10

(%)

DISCRIMINAÇÃO	METAL-MECÂNICA			VESTUÁRIO, ARTEFATOS DE TECIDOS E CALÇADOS		
	Com Carteira	Sem Carteira	Total	Com Carteira	Sem Carteira	Total
2001	88,6	11,4	100,0	86,5	13,5	100,0
2002	90,2	9,8	100,0	88,4	11,6	100,0
2003	90,3	9,7	100,0	87,7	12,3	100,0
2004	90,8	9,2	100,0	85,3	14,7	100,0
2005	90,8	9,2	100,0	90,3	9,7	100,0
2006	92,6	7,4	100,0	87,3	12,7	100,0
2007	91,8	8,2	100,0	84,3	15,7	100,0
2008	91,7	8,3	100,0	84,1	15,9	100,0
2009	93,2	(1)-	100,0	85,4	14,6	100,0
2010	92,8	7,2	100,0	86,6	13,4	100,0
Δ 2010/2001 (p.p.)	4,2	-4,2	-	0,1	-0,1	-

DISCRIMINAÇÃO	COMÉRCIO			EMPREGADOS DOMÉSTICOS		
	Com Carteira	Sem Carteira	Total	Com Carteira	Sem Carteira	Total
2001	80,5	19,5	100,0	48,5	51,5	100,0
2002	81,0	19,0	100,0	47,3	52,7	100,0
2003	81,6	18,4	100,0	45,8	54,2	100,0
2004	81,7	18,3	100,0	45,1	54,9	100,0
2005	83,1	16,9	100,0	45,6	54,4	100,0
2006	83,3	16,7	100,0	48,7	51,3	100,0
2007	85,5	14,5	100,0	46,6	53,4	100,0
2008	85,5	14,5	100,0	44,3	55,7	100,0
2009	87,7	12,3	100,0	46,0	54,0	100,0
2010	88,2	11,8	100,0	46,2	53,8	100,0
Δ 2010/2001 (p.p.)	7,7	-7,7	-	-2,3	2,3	-

FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

A composição do emprego das categorias selecionadas por sexo evidencia uma diversidade de situações entre os trabalhadores da RMPA (Tabela 3). A força de trabalho empregada na indústria metal-mecânica é amplamente composta por indivíduos de sexo masculino, cuja parcela relativa situou-se em torno de 86,0% tanto no início quanto no final do período em foco. No caso da indústria de vestuário, artefatos de tecidos e



calçados, não somente predominam assalariados de sexo feminino, como também a sua proporção avançou de 51,8% em 2001 para 58,9% em 2010. No âmbito do comércio, os trabalhadores de sexo masculino são majoritários, mas houve importante aumento da parcela relativa de mulheres no emprego setorial, de 40,9% em 2001 para 47,5% em 2010. Quanto aos empregados domésticos, este é um segmento do mercado de trabalho amplamente ocupado pelas mulheres, cuja já elevada proporção de 95,8% em 2001 atingiu 97,8% em 2010.

Tabela 3

Distribuição do emprego nas indústrias metal-mecânica, de vestuário, artefatos de tecidos e calçados, do comércio e empregados domésticos, por sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10

DISCRIMINAÇÃO	METAL-MECÂNICA			VESTUÁRIO, ARTEFATOS DE TECIDOS E CALÇADOS		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	2001	86,6	13,4	100,0	48,2	51,8
2002	85,3	14,7	100,0	47,8	52,2	100,0
2003	86,9	13,1	100,0	47,9	52,1	100,0
2004	86,9	13,1	100,0	45,6	54,4	100,0
2005	88,3	11,7	100,0	45,3	54,7	100,0
2006	86,6	13,4	100,0	47,3	52,7	100,0
2007	87,0	13,0	100,0	46,3	53,7	100,0
2008	84,8	15,2	100,0	44,5	55,5	100,0
2009	84,8	15,2	100,0	44,2	55,8	100,0
2010	85,4	14,6	100,0	41,1	58,9	100,0
$\Delta$ 2010/2001 (p.p.)	-1,2	1,2	-	-7,1	7,1	-

DISCRIMINAÇÃO	COMÉRCIO			EMPREGADOS DOMÉSTICOS		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	2001	59,1	40,9	100,0	4,2	95,8
2002	56,5	43,5	100,0	3,9	96,1	100,0
2003	57,8	42,2	100,0	4,3	95,7	100,0
2004	57,6	42,4	100,0	(1)-	96,6	100,0
2005	55,5	44,5	100,0	(1)-	96,8	100,0
2006	54,9	45,1	100,0	(1)-	96,8	100,0
2007	54,8	45,2	100,0	(1)-	97,1	100,0
2008	53,4	46,6	100,0	(1)-	97,2	100,0
2009	54,7	45,3	100,0	(1)-	96,6	100,0
2010	52,5	47,5	100,0	(1)-	97,8	100,0
$\Delta$ 2010/2001 (p.p.)	-6,6	6,6	-	-	2,0	-

FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

A duração da jornada semanal média de trabalho dos empregados das categorias selecionadas da RMPA não evidenciou grandes oscilações no decênio 2001-10 (Tabela 4). Os assalariados da indústria metal-mecânica tinham uma jornada semanal média de trabalho de 42 horas tanto ao início quanto ao final do período. Na indústria de vestuário, artefatos de tecidos e calçados, a jornada semanal média de trabalho elevou-se levemente, de 40 horas em 2001 para 42 horas em 2010. No comércio, ela se encontrava em 44 horas tanto em 2001 quanto em 2010, duração esta que corresponde ao limite legal estabelecido no País. Entre os empregados domésticos, a jornada semanal média de trabalho mostrou uma relativa estabilidade, situando-se em 36 horas em 2001 e 35 horas em 2010. É interessante assinalar que, em todas as quatro categorias, os trabalhadores empregados com registros formais tinham jornadas de trabalho superiores às daqueles sem registros formais: tomando-se como referência comparativa o ano de 2010, constata-se que, na indústria metal-mecânica, os assalariados com carteira de trabalho assinada possuíam uma jornada semanal média de trabalho 3 horas superior à dos sem carteira; na indústria de vestuário, artefatos de tecidos e calçados, essa diferença era de 4 horas; no comércio, de 5 horas; e, entre os empregados domésticos, ela era maior, situando-se em 10 horas.

O número médio de anos de estudos das categorias selecionadas de empregados mostra algumas disparidades existentes entre elas, mas também a tendência comum de uma leve elevação dos seus níveis de educação formal (Tabela 5). Na indústria metal-mecânica, o número médio de anos de estudos de um assalariado passou de 9 anos em 2001 para 10 anos em 2010, o que significa que tanto ao início quanto ao final do período o seu trabalhador típico possuía escolaridade média incompleta. Entre os assalariados da indústria de vestuário, artefatos de tecidos e calçados, o número médio de anos de estudos era de 7 anos em 2001 e de 8 anos em 2010 — assim, o trabalhador dessas atividades, ao final do período, em média, havia atingido somente a escolaridade fundamental completa. No caso dos empregados do comércio, o número médio de anos de estudos passou de 9 anos no início do período para 10 anos no final, situação idêntica àquela observada na indústria metal-mecânica. Como se esperava, os empregados domésticos são aqueles com o menor nível de educação formal entre as categorias selecionadas: o seu número médio de anos de estudos era de 6 anos em 2001 e de 7 anos em 2010, não atingindo, ao final do período, a escolaridade fundamental completa. Pode-se também constatar que nas categorias de assalariados em análise os trabalhadores com registros formais possuíam 1 ano a mais de escolaridade em comparação aos sem registros formais, à exceção dos empregados domésticos, entre os quais esta diferença não é identificada.

Tabela 4

Jornada semanal média de trabalho dos empregados nas indústrias metal-mecânica, de vestuário, artefatos de tecidos e calçados, do comércio e dos empregados domésticos, segundo registro em carteira de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10

(horas)

DISCRIMINAÇÃO	METAL-MECÂNICA			VESTUÁRIO, ARTEFATOS DE TECIDOS E CALÇADOS		
	Com Carteira	Sem Carteira	Total	Com Carteira	Sem Carteira	Total
2001	43	41	42	41	40	40
2002	43	39	43	40	40	40
2003	42	39	42	41	40	41
2004	43	41	43	42	41	42
2005	43	40	43	41	38	41
2006	42	41	42	41	39	41
2007	43	39	42	42	40	41
2008	43	40	43	41	39	40
2009	41	(1)-	41	41	40	41
2010	42	39	42	42	38	42
$\Delta\%$ 2010/2001	-2,3	-4,9	0,0	2,4	-5,0	5,0

DISCRIMINAÇÃO	COMÉRCIO			EMPREGADOS DOMÉSTICOS		
	Com Carteira	Sem Carteira	Total	Com Carteira	Sem Carteira	Total
2001	45	43	44	41	31	36
2002	45	43	44	39	32	35
2003	45	42	44	40	30	35
2004	45	42	44	39	30	34
2005	45	41	45	42	29	35
2006	45	43	45	40	30	35
2007	45	43	45	41	30	35
2008	45	43	45	41	31	35
2009	45	41	44	40	30	35
2010	44	39	44	40	30	35
$\Delta\%$ 2010/2001	-2,2	-9,3	0,0	-2,4	-3,2	-2,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela 5

Número médio de anos de estudos dos empregados nas indústrias metal-mecânica, de vestuário, artefatos de tecidos e calçados, do comércio e empregados domésticos, segundo registro em carteira de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10

DISCRIMINAÇÃO	METAL-MECÂNICA			VESTUÁRIO, ARTEFATOS DE TECIDOS E CALÇADOS		
	Com Carteira	Sem Carteira	Total	Com Carteira	Sem Carteira	Total
	2001	9	9	9	7	6
2002	9	9	9	7	6	7
2003	9	9	9	7	7	7
2004	9	9	9	7	7	7
2005	9	9	9	7	7	7
2006	10	8	10	7	7	7
2007	10	10	10	8	7	8
2008	10	9	10	8	7	8
2009	10	(1)-	10	8	7	8
2010	10	9	10	8	7	8
$\Delta\%$ 2010/2001	11,1	0,0	11,1	14,3	16,7	14,3

DISCRIMINAÇÃO	COMÉRCIO			EMPREGADOS DOMÉSTICOS		
	Com Carteira	Sem Carteira	Total	Com Carteira	Sem Carteira	Total
2001	9	8	9	6	6	6
2002	9	9	9	6	6	6
2003	9	9	9	6	6	6
2004	10	9	9	6	6	6
2005	10	9	10	6	6	6
2006	10	9	10	6	6	6
2007	10	9	10	7	6	6
2008	10	9	10	7	6	7
2009	10	9	10	7	7	7
2010	10	9	10	7	7	7
$\Delta\%$ 2010/2001	11,1	12,5	11,1	16,7	16,7	16,7

FUNTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Quanto aos salários das categorias selecionadas de empregados da RMPA, a indústria metal-mecânica é aquela que possuía o maior salário médio real, não obstante a sua evolução no decênio em foco tenha sido a mais desfavorável: após diversas oscilações, em 2010 o salário médio real desta categoria encontrava-se 1,5% abaixo daquele de 2001 (Tabela 6). Com trajetória diversa, o salário médio real dos trabalhadores da indústria

de vestuário, artefatos de tecidos e calçados havia crescido 9,2% na comparação de 2001 com 2010. No que diz respeito ao comércio, o salário médio real apresentou um movimento de declínio no início do período, para depois se recuperar, atingindo em 2010 um nível 1,8% superior ao de 2001. Os empregados domésticos, se, por um lado, possuem o mais baixo patamar salarial entre as categorias de trabalhadores estudadas, por outro foram aqueles que tiveram a melhor evolução do salário médio real, pois seu crescimento foi de 23,2% na comparação de 2001 com 2010. Pode-se constatar, ainda, que os trabalhadores com registros formais tinham níveis salariais superiores ao da totalidade do emprego de suas respectivas categorias. Nos casos específicos do comércio e dos empregados domésticos, todavia, a evolução do salário médio real foi melhor para os trabalhadores sem registros formais: ao cotejar-se 2001 com 2010, eles haviam crescido 2,5% e 27,8% respectivamente.

Tabela 6

Salário médio real dos empregados nas indústrias metal-mecânica, de vestuário, artefatos de tecidos e calçados, do comércio e dos empregados domésticos, segundo registro em carteira de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10

(R\$)

DISCRIMINAÇÃO	METAL-MECÂNICA			VESTUÁRIO, ARTEFATOS DE TECIDOS E CALÇADOS		
	Com Carteira	Sem Carteira	Total	Com Carteira	Sem Carteira	Total
2001	1.431	(1)-	1.369	800	(1)-	771
2002	1.404	(1)-	1.353	805	(1)-	774
2003	1.280	(1)-	1.226	791	(1)-	757
2004	1.259	(1)-	1.220	830	(1)-	802
2005	1.354	(1)-	1.311	815	(1)-	797
2006	1.387	(1)-	1.347	826	(1)-	794
2007	1.384	(1)-	1.341	817	(1)-	783
2008	1.346	(1)-	1.300	820	(1)-	792
2009	1.393	(1)-	1.357	907	(1)-	872
2010	1.368	(1)-	1.348	870	(1)-	842
Δ% 2010/2001	-4,4	-	-1,5	8,8	-	9,2

(continua)

Tabela 6

Salário médio real dos empregados nas indústrias metal-mecânica, de vestuário, artefatos de tecidos e calçados, do comércio e dos empregados domésticos, segundo registro em carteira de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10

(R\$)

DISCRIMINAÇÃO	COMÉRCIO			EMPREGADOS DOMÉSTICOS		
	Com Carteira	Sem Carteira	Total	Com Carteira	Sem Carteira	Total
2001	1.012	712	954	555	413	482
2002	971	709	921	558	425	488
2003	885	610	834	523	381	446
2004	921	646	871	528	396	455
2005	923	604	869	563	393	471
2006	907	667	867	590	443	514
2007	946	655	904	602	452	522
2008	930	690	895	612	460	527
2009	966	709	935	661	473	559
2010	1.003	730	971	672	528	594
Δ% 2010/2001	-0,9	2,5	1,8	21,1	27,8	23,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de dez./2010.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

### 3 Análise exploratória da desigualdade salarial nas categorias de trabalhadores selecionadas

O objetivo desta seção é o de analisar de forma exploratória a desigualdade salarial nas categorias de trabalhadores selecionadas da RMPA no período 2001-10, procurando verificar se existem indicações que possam associá-la com a adoção da Lei dos Pisos Salariais<sup>4</sup> no Rio Grande do Sul, a partir de julho de 2001. Admitindo-se que essa Lei incida somente sobre os trabalhadores com registros formais, foram construídos indicadores semestrais da estrutura salarial dos empregados com carteira de trabalho assinada das categorias selecionadas no período 2001-10, os quais serão examinados a seguir.

<sup>4</sup> A Lei dos Pisos Salariais do Estado aplica-se em caso de a categoria de trabalhadores não ter um piso salarial estabelecido por acordo ou convenção coletiva. Como não é possível identificar na base de dados da PED-RMPA os assalariados que têm esse tipo de cobertura, as evidências apresentadas nesta seção precisam ser interpretadas com cautela.

## • Trabalhadores da indústria metal-mecânica

Utilizando-se como unidade básica de análise o **salário real hora semestral dos empregados com carteira de trabalho assinada**<sup>5</sup>, no Gráfico 2 são observadas as séries de dados da mediana, da média e do desvio-padrão desse indicador na indústria metal-mecânica da RMPA, do 1º semestre de 2001 ao 2º semestre de 2010. Conforme se pode constatar, a mediana dos salários reais dessa categoria era de R\$ 5,87 no 1º semestre de 2001 e, não obstante oscilações, situava-se praticamente nesse mesmo nível ao final do período — R\$ 5,78 no 2º semestre de 2010. O salário médio real encontrava-se em patamar mais elevado, tendo passado de R\$ 7,41 no 1º semestre de 2001 para R\$ 7,71 no 2º semestre de 2010. Já o desvio-padrão dos salários reais mostra grande variabilidade, mas com valores próximos no início e no final da série de dados (R\$ 6,55 e R\$ 6,57 respectivamente). Assinale-se que essa medida de dispersão registrou níveis muito altos no 1º semestre de 2002 e no 2º semestre de 2006, cuja interpretação não é intuitiva.

O Índice de Theil<sup>6</sup> dos salários reais dos trabalhadores da indústria metal-mecânica da RMPA apresentou uma leve tendência de redução no período, tendo passado de 0,255 no 1º semestre de 2001 para 0,234 no 2º semestre de 2010 (Gráfico 3). Pode-se constatar também que, no 1º semestre de 2002 e no 2º semestre de 2006, essa medida de desigualdade se situou em patamares muito mais elevados (0,330 e 0,303 respectivamente). Isto está associado ao fato, para o qual se chamou a atenção, de que a dispersão salarial — medida pelo desvio-padrão — se ampliou de uma forma abrupta nesses dois semestres. Em posição distinta, no 2º semestre de 2004, o Índice de Theil registrou o menor valor do período, 0,178 (neste mesmo semestre, o desvio-padrão também apresentou o menor nível do decênio, R\$ 4,55).

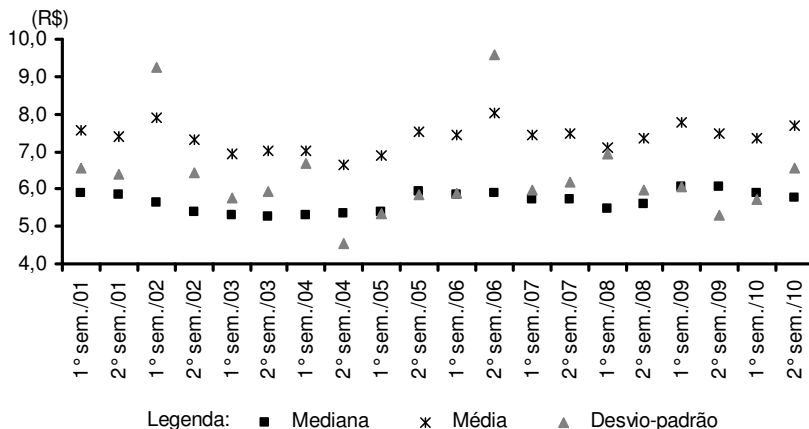
---

<sup>5</sup> Nesta seção, com o propósito de tornar a redação mais direta, sempre que se fizer referência a **salário real** estar-se-á tratando do **salário real hora semestral dos empregados com carteira de trabalho assinada**.

<sup>6</sup> Sobre o Índice de Theil, ver o Quadro 2. Esse índice foi computado com o *Software R*, por meio do pacote **ineq**. A respeito desse pacote e dos códigos para a computação da medida de desigualdade, ver Zeileis (2012).

Gráfico 2

Mediana, média e desvio-padrão do salário real hora, por semestre, dos trabalhadores da indústria metal-mecânica com carteira assinada na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10



LEGENDA: ■ Mediana x Média ▲ Desvio-padrão

FORNE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de dez./2010.

Quadro 2

Medição da Desigualdade Salarial

No que diz respeito à medição da desigualdade salarial, neste estudo se utilizou o Índice de Theil (CONCEIÇÃO; GALBRAITH, 2001; COWELL, 2011), que é obtido por meio da seguinte expressão:

$$T = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \frac{y_i}{\bar{y}} \log \left( \frac{y_i}{\bar{y}} \right)$$

em que  $y_i$ ,  $\bar{y}$  e  $n$ , no trabalho ora desenvolvido, são:

$y_i$  : salário real hora mensal do empregado  $i$ , com carteira de trabalho assinada, da categoria selecionada;

$\bar{y}$  : salário médio real hora, no semestre, dos empregados com carteira de trabalho assinada, da categoria selecionada;

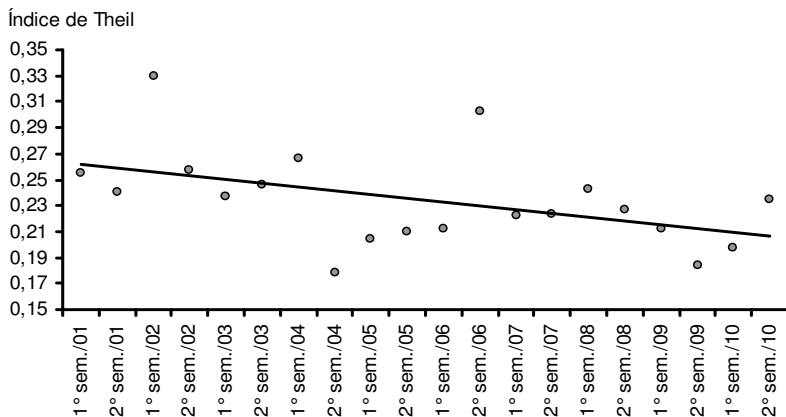
$n$  : número de empregados, no semestre, com carteira de trabalho assinada, da categoria selecionada.

Conforme mostram Conceição e Galbraith (2001) e Cowell (2011), o Índice de Theil tem como limite inferior zero, que corresponde à máxima igualdade da distribuição, e como limite superior  $\log n$ , que corresponde à máxima desigualdade da distribuição.



Gráfico 3

Índice de Theil, por semestre, dos trabalhadores da indústria metal-mecânica com carteira assinada na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10



FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Cotejando-se agora o piso salarial instituído pela Lei dos Pisos Salariais<sup>7</sup> com o Índice de Theil dos salários reais da indústria metal-mecânica do 2º semestre de 2001<sup>8</sup> ao 2º semestre de 2010, o Gráfico 4 sugere uma fraca associação negativa entre ambos. O coeficiente de correlação linear de Pearson entre as duas variáveis é de -0,37, mas este não é estatisticamente significativo ao nível de 5,0% de significância (teste t unicaudal à esquerda, estatística  $t = -1,619$ , valor  $p = 0,0619$ ). Assim, essas evidências identificam ausência de associação entre o piso salarial instituído pela Lei dos Pisos Salariais e a redução da desigualdade salarial dos trabalhadores com registros formais da indústria metal-mecânica da RMPA no período.

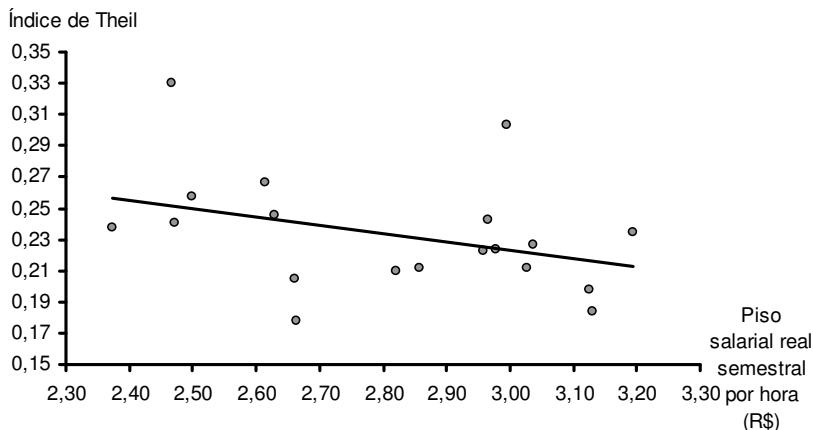
Não obstante, deve-se chamar a atenção para o fato de que a proporção do piso salarial estabelecido pela Lei dos Pisos Salariais em relação à mediana dos salários reais dos trabalhadores da indústria metal-mecânica apresentou uma tendência de elevação, de 42,4% no 2º semestre de 2001 para 55,3% no 2º semestre de 2010 (Gráfico 5). Isto recoloca a possibilidade de que esta norma institucional tenha incidido sobre a estrutura salarial da categoria, influenciando a redução da sua desigualdade.

<sup>7</sup> A Lei dos Pisos Salariais do Rio Grande do Sul possui quatro níveis de pisos salariais, sendo o nível I o mais baixo e o nível IV, o mais alto. Os trabalhadores da indústria metal-mecânica estão inseridos no nível IV.

<sup>8</sup> A análise inicia no 2º semestre de 2001 porque a Lei dos Pisos Salariais do Estado passou a vigorar a partir de julho daquele ano.

Gráfico 4

Piso salarial real hora e Índice de Theil, por semestre, dos trabalhadores da indústria metal-mecânica com carteira assinada na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10

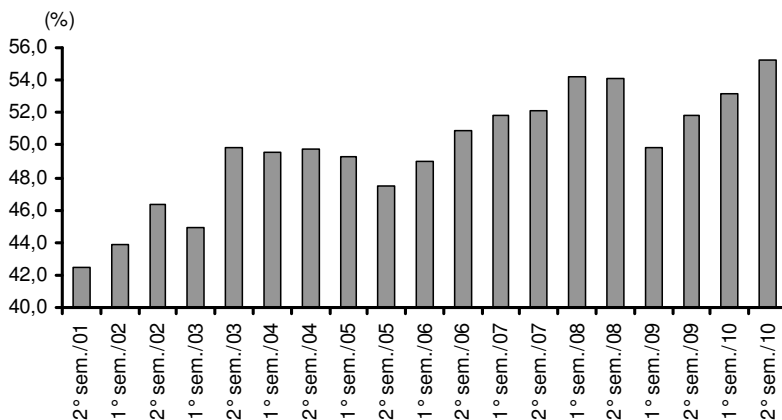


FORNTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de dez./2010.

Gráfico 5

Proporção do piso salarial em relação à mediana do salário real hora, por semestre, dos trabalhadores da indústria metal-mecânica com carteira assinada na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10



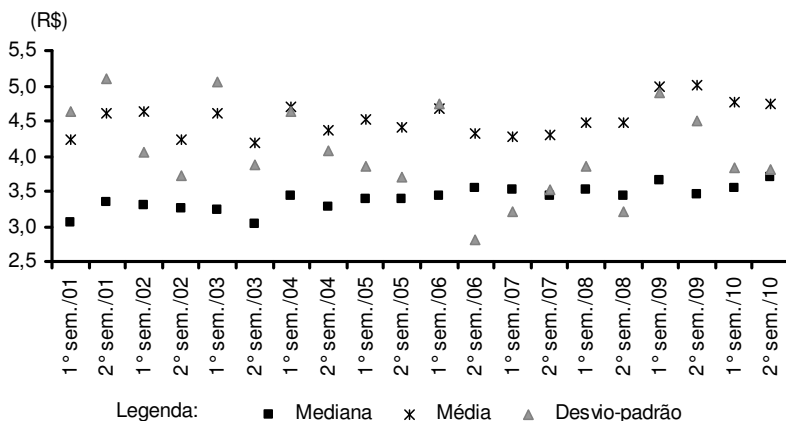
FORNTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

## • Trabalhadores da indústria de vestuário, artefatos de tecidos e calçados

A mediana dos salários reais dos empregados da indústria de vestuário, artefatos de tecidos e calçados evidenciou oscilações, principalmente no início do período em análise, mas gradativamente foi se situando em níveis mais elevados (Gráfico 6). Assim, ao cotejar-se o 1º semestre de 2001 com o 2º semestre de 2010, a mediana dos salários reais dessa categoria havia aumentado de R\$ 3,06 para R\$ 3,70. O salário médio real desses trabalhadores também apresentou inúmeras variações ao longo do período. Não obstante, ao comparar-se o 1º semestre de 2001 e o 2º semestre de 2010, o salário médio real elevou-se de R\$ 4,23 para R\$ 4,75. O desvio-padrão dos salários reais teve fortes movimentos oscilatórios ao longo do período, os quais são de difícil interpretação. De qualquer forma, essa medida de dispersão dos salários reais da categoria de trabalhadores havia se reduzido bastante entre o início e o final do decênio, tendo passado de R\$ 4,64 no 1º semestre de 2001 para R\$ 3,82 no 2º semestre de 2010.

Gráfico 6

Mediana, média e desvio-padrão do salário real hora, por semestre, dos trabalhadores da indústria de vestuário, artefatos de tecidos e calçados com carteira assinada na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10



FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de dez./2010.

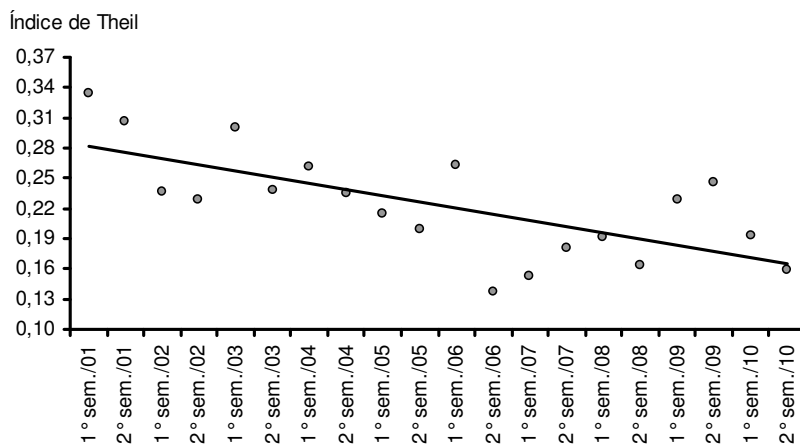
O Índice de Theil dos salários reais dos empregados da indústria de vestuário, artefatos de tecidos e calçados evidenciou uma tendência nítida de redução do 1º semestre de 2001 ao 2º semestre de 2010, tendo passado

de 0,335 para 0,159 (Gráfico 7). Essa medida de desigualdade também registrou algumas oscilações ao longo do período, cuja interpretação não é intuitiva, mas que são compatíveis com a variabilidade já identificada pelo seu desvio-padrão.

Ao comparar-se o piso salarial da Lei dos Pisos Salariais com o Índice de Theil dos salários reais da indústria de vestuário, artefatos de tecidos e calçados do 2º semestre de 2001 ao 2º semestre de 2010, constata-se a possibilidade de existência de associação negativa entre as duas séries de dados (Gráfico 8). Nesse sentido, o coeficiente de correlação linear de Pearson entre ambas é de -0,70, o qual se mostra estatisticamente significativo ao nível de 5,0% de significância (teste t unicaudal à esquerda, estatística  $t = -4,025$ , valor  $p < 0,001$ ). Portanto, no caso do segmento industrial em análise, esses resultados confirmam a existência de associação negativa entre o piso salarial e a desigualdade salarial da categoria.

Gráfico 7

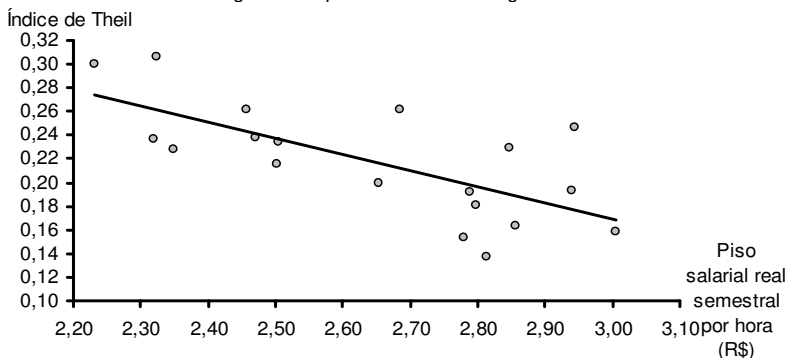
Índice de Theil, por semestre, dos trabalhadores da indústria de vestuário, artefatos de tecidos e calçados com carteira assinada na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10



FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Gráfico 8

Piso salarial real hora e Índice de Theil, por semestre, trabalhadores da indústria de vestuário, artefatos de tecidos e calçados com carteira assinada na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10



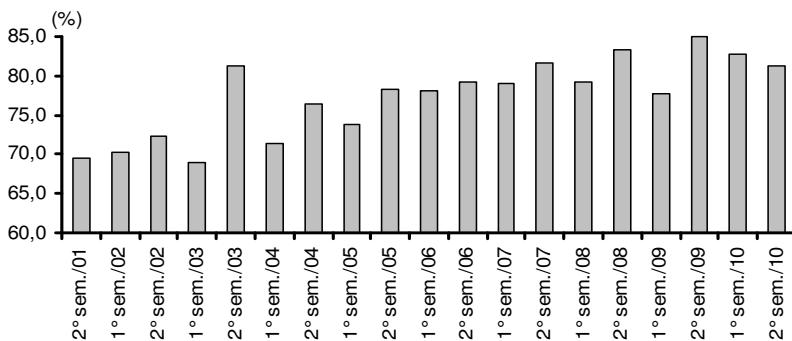
FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de dez./2010.

Como evidência suplementar, note-se que o piso salarial enquanto proporção da mediana do salário real dos trabalhadores da indústria de vestuário, artefatos de tecidos e calçados atingiu 81,2% no 2º semestre de 2010 (Gráfico 9), patamar muito superior aos 69,6% verificados no 2º semestre de 2001, com o que se afirma a possibilidade de uma adoção desta norma institucional ter influenciado a redução da dispersão da estrutura de salários dessa categoria.

Gráfico 9

Proporção do piso salarial em relação à mediana do salário real hora, por semestre, dos trabalhadores da indústria de vestuário, artefatos de tecidos e calçados, com carteira assinada na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10



FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

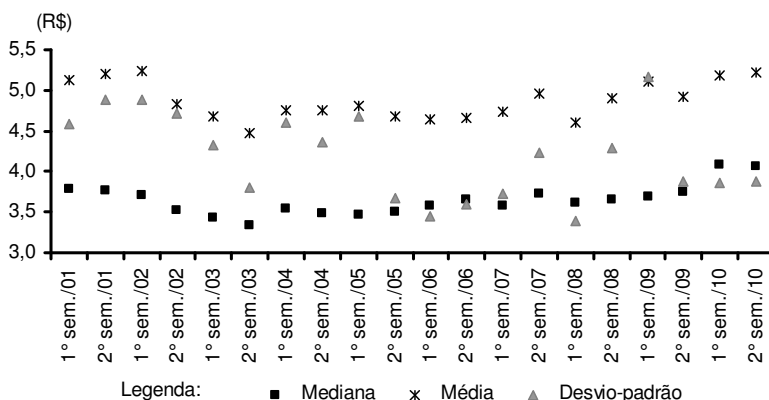
## • Trabalhadores do comércio

Observando-se estatísticas descritivas relativas à estrutura salarial dos trabalhadores do comércio da RMPA, constata-se que a mediana dos salários reais oscilou até o 1º semestre de 2008, mas a partir de então apresentou um movimento de elevação. Ao comparar-se o início e o final de período, esse indicador havia passado de R\$ 3,79 no 1º semestre de 2001 para R\$ 4,07 no 2º semestre de 2010 (Gráfico 10). O salário médio real da categoria teve um comportamento semelhante, mas situando-se em patamares mais altos ao longo de todo o período. Ele se encontrava em R\$ 5,22 no 2º semestre de 2010, um pouco acima dos R\$ 5,12 do 1º semestre de 2001. Já o desvio-padrão dos salários reais dos trabalhadores do comércio revelou grande variabilidade no período em análise. Ainda assim, essa medida de dispersão havia se reduzido de R\$ 4,59 no 1º semestre de 2001 para R\$ 3,87 no 2º semestre de 2010.

A desigualdade salarial do comércio da RMPA, medida pelo Índice de Theil, indica uma clara tendência de redução no período 2001-10 (Gráfico 11). Esse índice passou de 0,250 no 1º semestre de 2001 para 0,178 no 2º semestre de 2010. Assinale-se, todavia, que o Índice de Theil teve um movimento abrupto de elevação no 1º semestre de 2009, quando se situou em 0,255. Não por acaso, nesse mesmo semestre ocorreu um incremento acentuado do desvio-padrão dos salários reais da categoria, o qual é de difícil interpretação.

Gráfico 10

Mediana, média e desvio-padrão do salário real hora, por semestre, dos trabalhadores do comércio com carteira assinada na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10



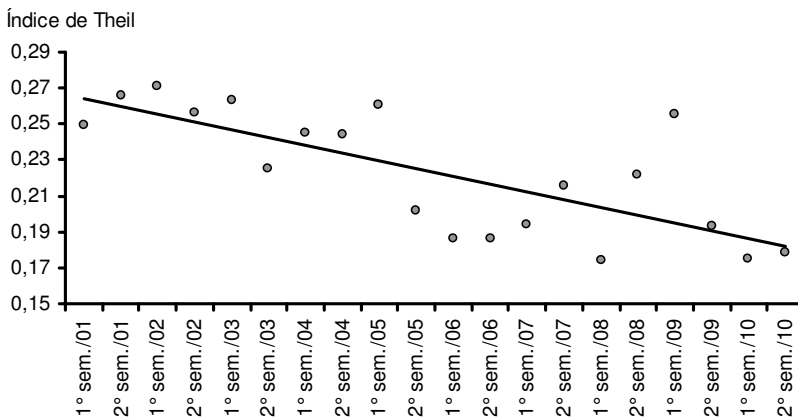
LEGENDA: ■ Mediana x Média ▲ Desvio-padrão

FORNE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de dez./2010.

Gráfico 11

Índice de Theil, por semestre, dos trabalhadores do comércio, com carteira assinada na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10

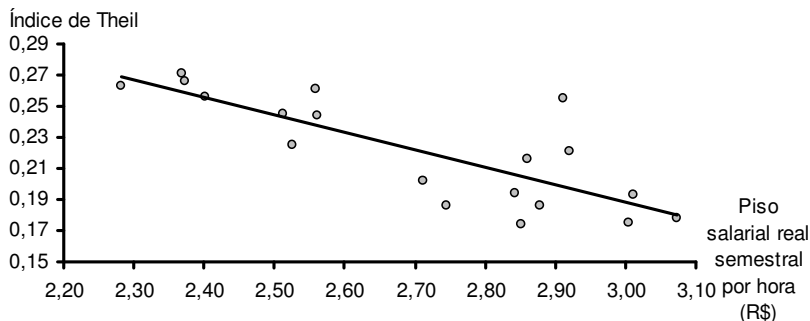


FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Ao se comparar o piso salarial instituído pela Lei dos Pisos Salariais com o Índice de Theil dos salários reais dos trabalhadores do comércio da RMPA, no período que se estende do 2º semestre de 2001 ao 2º semestre de 2010, as evidências contidas no Gráfico 12 estão a sugerir com nitidez a possibilidade de associação negativa entre ambos. Nesse sentido, o coeficiente de correlação linear de Pearson entre as duas séries de dados é de -0,80, estatisticamente significativo ao nível de 5,0% de significância (teste t unicaudal à esquerda, estatística  $t = -5,547$ , valor  $p < 0,0001$ ), confirmando a associação negativa entre o piso salarial e o Índice de Theil da categoria em foco.

Gráfico 12

Piso salarial hora real e Índice de Theil, por semestre, dos trabalhadores do comércio com carteira assinada na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10



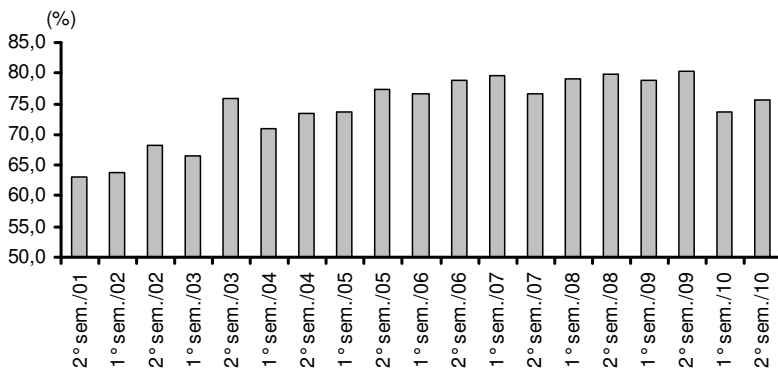
FORNTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de dez./2010.

Caberia ressaltar ainda que o piso salarial enquanto proporção da mediana dos salários reais dos trabalhadores do comércio elevou-se de 63,1% no 2º semestre de 2001 para 75,5% no 2º semestre de 2010, sendo o ponto máximo desta série o do 2º semestre de 2008, quando chegou a atingir 80,3% (Gráfico 13). Esta é uma evidência adicional a sugerir que o piso salarial estabelecido legalmente possa ter influenciado a redução da dispersão salarial dos trabalhadores do comércio da RMPA no período.

Gráfico 13

Proporção do piso salarial em relação à mediana do salário real hora, por semestre, dos trabalhadores do comércio com carteira assinada na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10



FORNTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

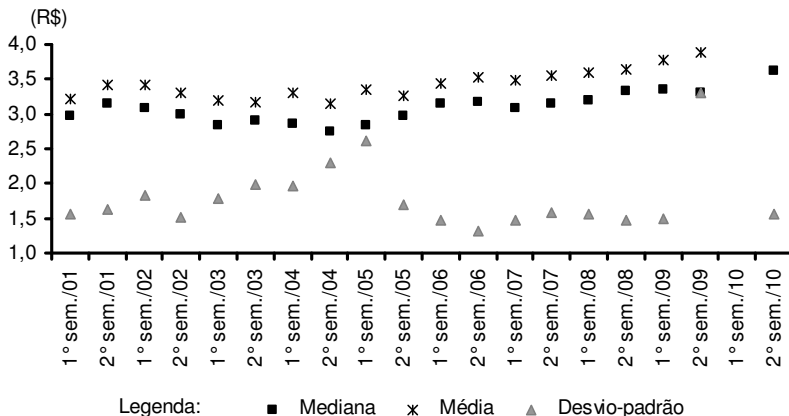


## • Empregados domésticos

Examinando-se as estatísticas relativas à estrutura salarial dos empregados domésticos da RMPA, pode-se perceber que a mediana dos salários reais oscilou até 2004, mas a partir de 2005 evidenciou uma trajetória mais nítida de elevação (Gráfico 14). Ao cotejar-se o início e o final do período, constata-se que a mediana dos salários reais cresceu de R\$ 2,97 no 1º semestre de 2001 para R\$ 3,61 no 2º semestre de 2010. O salário médio real dos empregados domésticos, cujo patamar é mais elevado, teve um comportamento similar, passando de R\$ 3,22 no 1º semestre de 2001 para R\$ 4,02 no 2º semestre de 2010. Quanto ao desvio-padrão dos salários reais, este indica baixos níveis de dispersão salarial entre os empregados domésticos. Tal resultado era esperado, pois no caso desta categoria está-se tratando de uma estrutura ocupacional menos complexa, o que acaba colocando limites mais estreitos à sua dispersão salarial. Embora tenha apresentado oscilações, o desvio-padrão dos salários reais dos empregados domésticos situava-se, no início e no final do período, praticamente em nível idêntico (R\$ 1,56 no 1º semestre de 2001 e R\$ 1,55 no 2º semestre de 2010).

Gráfico 14

Mediana, média e desvio-padrão do salário real hora, por semestre, dos empregados domésticos com carteira assinada na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10



FORNTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de dez./2010.

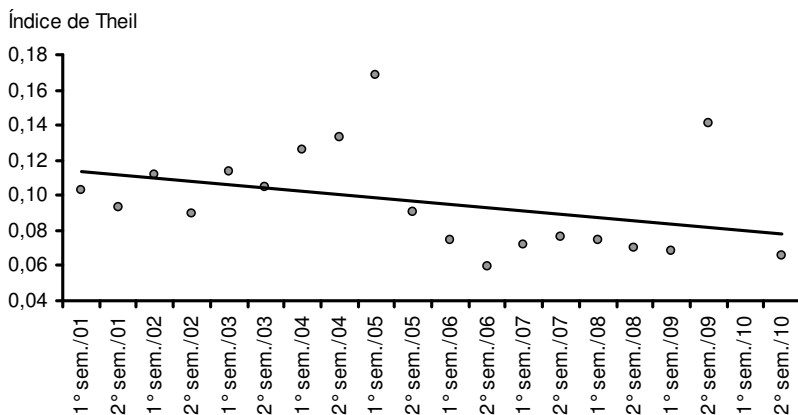
2. Para o 1º semestre de 2010, não houve amostra suficiente para a divulgação dessa estatística.

No que diz respeito à desigualdade dos salários reais dos empregados domésticos, a evolução do Índice de Theil indica uma tendência de redução no período 2001-10, por um lado (Gráfico 15). Por outro, pode-se constatar que essa medida de desigualdade se encontra em patamares bem menores comparativamente às outras categorias que foram objeto de investigação neste estudo (0,103 no 1º semestre de 2001 e 0,065 no 2º semestre de 2010), o que era esperado pelos argumentos expostos anteriormente. Cabe assinalar que o Índice de Theil sofre duas alterações abruptas, de difícil compreensão, no 1º semestre de 2005 e no 2º semestre de 2009 — semestres em que também houve forte aumento do desvio-padrão dos salários reais da categoria.

As evidências estão a indicar a possibilidade de uma associação negativa entre o piso salarial da Lei dos Pisos Salariais e o Índice de Theil dos salários reais dos empregados domésticos no período compreendido do 2º semestre de 2001 ao 2º semestre de 2010 (Gráfico 16). Essa percepção confirma-se, pois o coeficiente de correlação linear de Pearson entre as duas séries de dados é de -0,46, o qual é estatisticamente significativo ao nível de 5,0% de significância (teste t unicaudal à esquerda, estatística  $t = -2,077$ , valor  $p = 0,02713$ ).

Gráfico 15

Índice de Theil, por semestre, dos empregados domésticos com carteira assinada na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10

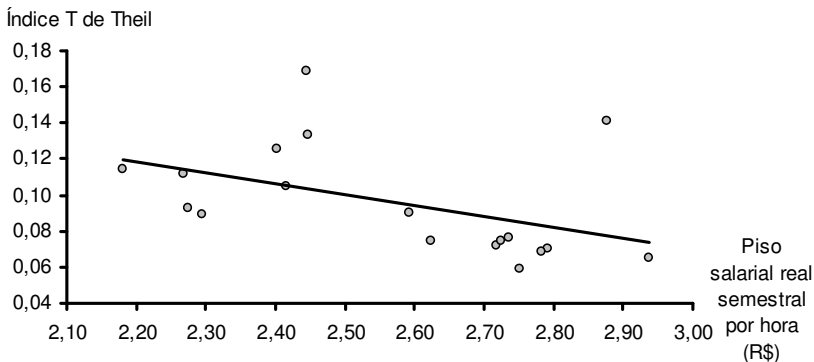


FORNE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Para o 1º semestre de 2010, não houve amostra suficiente para a divulgação do Índice de Theil.

Gráfico 16

Piso salarial hora real e Índice de Theil, por semestre, dos empregados domésticos com carteira assinada na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10



FORNTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

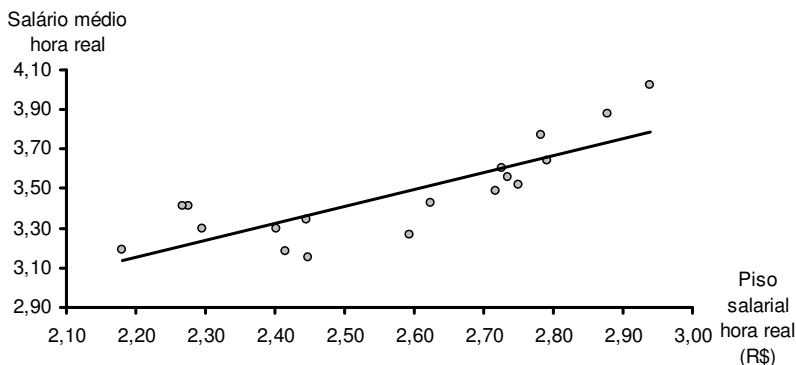
NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de dez./2010.

No caso dos empregados domésticos, a desigualdade salarial é inferior à das outras categorias de trabalhadores analisadas neste estudo. Na medida em que os salários dos empregados domésticos são reconhecidamente baixos<sup>9</sup>, o mais relevante a ser investigado talvez não seja tanto a associação entre o piso salarial e a desigualdade, mas, sim, se o primeiro tem correlação direta com o salário médio real desta categoria. A esse respeito, os dados expostos no Gráfico 17 sugerem claramente uma associação positiva entre o piso salarial e os salários reais dos empregados domésticos no período do 2º semestre de 2001 ao 2º semestre de 2010. Essa associação é confirmada, pois o coeficiente de correlação linear de Pearson entre as duas séries de dados é de 0,82, o qual é estatisticamente significativo ao nível de 5,0% de significância (teste t unicaudal à direita, estatística  $t = 5,786$ , valor  $p < 0,0001$ ). Portanto, abre-se a possibilidade de que a regulação instituída por meio da Lei dos Pisos Salariais esteja incidindo sobre os salários reais e, em decorrência disso, sobre o padrão de vida dessa categoria de trabalhadores, contribuindo para a sua melhora.

<sup>9</sup> A esse respeito, ver o trabalho de Myrrha e Wajzman (2007).

Gráfico 17

Piso salarial e salário médio hora real, por semestre, dos empregados domésticos com carteira assinada na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10



FORNTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de dez./2010.

## 4 Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar de forma exploratória a desigualdade salarial em categorias selecionadas de trabalhadores na RMPA, no decênio 2001-10. Foram objeto de investigação quatro categorias de trabalhadores assalariados, todas incluídas na Lei dos Pisos Salariais do Rio Grande do Sul. Assumiu-se que essa norma de regulação dos salários incide fundamentalmente sobre os trabalhadores com registros formais, com o que a análise da desigualdade salarial foi circunscrita aos empregados com carteira de trabalho assinada.

O estudo revelou que a desigualdade salarial na indústria metal-mecânica da RMPA teve uma leve tendência de redução no período 2001-10. A análise de associação entre o piso salarial instituído pela Lei dos Pisos Salariais e o Índice de Theil não corroborou a existência de correlação linear negativa entre ambos. No caso dos trabalhadores da indústria de vestuário, artefatos de tecidos e calçados da RMPA, foram mais claras as evidências de uma tendência de redução da desigualdade salarial no decênio em foco. Quando cotejados o piso salarial da categoria e o Índice de Theil, foi confirmada a correlação linear negativa entre as duas séries de dados. Esse resultado foi tomado como indicação da possibilidade de a regulação instituída pela Lei dos Pisos Salariais ter influenciado a desigualdade salarial dessa categoria, no sentido de reduzi-la.

A desigualdade salarial dos trabalhadores do comércio da RMPA apresentou uma tendência nítida de redução no período 2001-10, conforme medida pelo Índice de Theil. A comparação entre o piso salarial e essa medida de desigualdade identificou a mais elevada correlação linear negativa obtida por este estudo. Também nesse caso, defendeu-se a compreensão de que a norma de regulação institucional dos salários possa ter incidido sobre a estrutura de salários dos trabalhadores do comércio da RMPA, reduzindo a sua dispersão.

Quanto aos empregados domésticos, o trabalho mostrou que a desigualdade salarial da categoria apresentou uma tendência de queda no período 2001-10, não obstante esta sempre tenha se situado em níveis relativamente mais baixos. Essa menor desigualdade salarial, conforme foi proposto, deve-se a que a categoria precisa ser reconhecida como uma estrutura de ocupações menos complexa, o que impõe limites mais estreitos à sua dispersão salarial. De qualquer forma, o trabalho encontrou evidências de uma correlação linear negativa entre o piso salarial e a desigualdade salarial da categoria. Tendo presente que os empregados domésticos percebem baixos salários, foi investigada a existência de associação direta entre o piso salarial e o salário médio real da categoria. Essa associação foi confirmada, com o que se aventou a possibilidade de a regulação institucional dos salários ter influenciado a melhora do padrão de vida desses trabalhadores.

Por fim, acredita-se que tenham sido abertas três perspectivas de investigação a partir deste estudo exploratório. A primeira delas, de caráter teórico, diz respeito ao papel das instituições na regulação dos salários, o que precisa ser retomado no futuro por meio da literatura especializada sobre o tema. A segunda constitui-se na necessidade de conhecer melhor as características dos segmentos de trabalhadores que estão na base da estrutura salarial do mercado de trabalho regional. E a terceira é a de procurar avançar o estudo empírico para as relações de causalidade entre a regulação institucional dos salários no Rio Grande do Sul e a desigualdade.

## Referências

ARANDIA, A.. A trajetória de evolução do mercado de trabalho formal na Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1999-2011. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 57-70, 2012.

BORGES, B.. Recuperação do emprego formal: trajetória rumo à (re)estruturação do mercado de trabalho na RMPA? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 55-64, 2011.

CARDOSO Jr., J.. As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. **Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 87-108, 2007.

CHAVES, A.; KRELING, N.; TONI, M.. O mercado de trabalho da RMPA a partir dos anos 90: precarização e (re)estruturação em duas décadas de transformações. In: CONCEIÇÃO, O. (Org.). *et al.* **Três décadas de economia gaúcha** — a evolução social. Porto Alegre: FEE, 2010.

CONCEIÇÃO, P.; GALBRAITH, J.. Constructing long, dense time series of inequality using the Theil index. In: GALBRAITH, J. (Ed.); BERNER, M. (Ed.). **Inequality and industrial change** — a global view. Cambridge: CUP, 2001.

COWELL, F.. **Measuring inequality**. Oxford: OUP, 2011.

DINARDO, J.; FORTIN, N.; LEMIEUX, T.. Labor market institutions and the distribution of wages, 1973-1992: a semiparametric approach. **Econometrica**, New Jersey, v. 64, n. 5, p. 1001-1044, 1996.

LUCIFORA, C.. Wage inequalities and low pay: the role of labour market institutions. In: GREGORY, M. (Ed.); SALVERDA, W. (Ed.); BAZEN, S. (Ed.). **Labour market inequalities** — problems and policies of low-wage employment in international perspective. Oxford: OUP, 2000.

LUCIFORA, C.; SALVERDA, W.. Low pay. In: SALVERDA, W.; NOLAN, B.; SMEEDING, T.. **The Oxford handbook of economic inequality**. Oxford: OUP, 2009.

MANUAL da estrutura da base modificada da PED-RMPA. Porto Alegre: FEE, 1998.

MARQUES, L.; FABRIS, M.; SCHNEIDER, V.. Efetividade e impactos da política de pisos salariais no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 3., 2006, Porto Alegre. **Anais ....** Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2006. CD-ROM.

MYRRHA, L.; WAJNMAN, S.. Características e heterogeneidade do emprego doméstico no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 109-132, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Brasil** — uma estratégia inovadora alavancada pela renda. Genebra: OIT, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 11.647, de 15 de julho de 2001. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 16 jul. 2001. Pt.1. Disponível em:

<<http://www.al.rs.gov.br/LegisComp/Arquivos/Lei%20n%C2%BA%2011.647.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2011.

ZEILEIS, A.. **Package ineq**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2012 Disponível em: <<http://www.r-project.org/>>. Acesso em: 11 maio 2012.